



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Patrícia Amaral Siqueira

**Tragédia carioca: sujeitos, políticas e embates sobre o abandono de
menores (FUNABEM - décadas de 1960 e 1970)**

Rio de Janeiro

2019

Patrícia Amaral Siqueira

**TRAGÉDIA CARIOCA: sujeitos, políticas e embates sobre o abandono de menores
(FUNABEM - décadas de 1960 e 1970)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Chrystina Venancio Mignot

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S618 Siqueira, Patrícia Amaral.
Tragédia carioca: sujeitos, políticas e embates sobre o abandono de menores
(FUNABEM - décadas de 1960 e 1970) / Patrícia Amaral Siqueira. – 2019.
208 f.

Orientadora: Ana Chrystina Venancio Mignot.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Educação.

1. Educação – Teses. 2. FUNABEM – Teses. 3 Costa Filho, Odylo, 1914-
1979 – Teses. I. Mignot, Ana Chrystina Venancio. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Patrícia Amaral Siqueira

**TRAGÉDIA CARIOCA: sujeitos, políticas e embates sobre o abandono de menores
(FUNABEM - décadas de 1960 e 1970)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2019

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Ana Chrystina Venancio Mignot (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof^ª Dr^ª Lia Ciomar Macedo Faria

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof^ª Dr^ª Sonia de oliveira Camara Rangel

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof^ª Dr^ª Patricia Coelho da Costa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Prof^ª Dr^ª Vera Lucia Gaspar da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

A meus pais Sônia Regina (Aíá) e Diamantino (Tininho), saudade que não cabe no peito...

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Ana Chrystina Venancio Mignot, sua dedicação e perseverança para comigo ao longo deste tempo de doutoramento. Sem ela não teria terminado meu trabalho! Sua paciência merece registro e um agradecimento especial, afinal, sua presença foi determinante para a conclusão exitosa desta fase de minha vida.

Aos meus ancestrais, todos aqueles de alguma forma contribuíram para minha existência, minha formação e que compõe minha rede de afetos mais caros, avós, tios e amigos das famílias Amaral e Siqueira, pessoas que deixaram suas marcas e, muitos, uma grande saudade. Tive a honra de conhecer minha tataravó, mulher que viveu até os noventa e sete anos, produzindo até os oitenta anos colchas de retalhos e tapetes para seu sustento. Aprendeu a ler escondida do pai – o português Amaral, feitor de escravos – com a ajuda da filha do dono da fazenda. Mulher direita não estudava! As letras podiam corromper o caráter! Minha tataravó nunca frequentou uma escola. Também sua primogênita, minha bisavó, mal sabia escrever o próprio nome. Definitivamente, escola não era coisa de mulher! A filha mais velha, minha avó, sentou por pouco tempo nos bancos escolares, assinava o nome e me escrevia alguns bilhetes com a letra daqueles que estão iniciando seu processo de alfabetização. Sentia vergonha de mim, o que partia meu coração. Ah, se eu pudesse falar para a senhora todas as injustiças desse mundo e lhe mostrar que a culpa não era sua... Mas ainda não conhecia Paulo Freire, vó... Minha mãe estudou um pouco mais, incentivada pelo pai, e lutou muito para que eu e meu irmão tivéssemos acesso à chamada educação de qualidade. Repetia inúmeras vezes o que seu pai dizia: “educação é o único patrimônio que podemos deixar para os nossos filhos”.

Ao escrever minha tese lembro essas pessoas que não estão mais aqui, mas que me guiaram até esse ponto do caminho. Ao pensar nas mulheres arretadas da minha família me emociono tanto quanto me sensibilizei ao entrevistar as meninas da FUNABEM. Também todas elas arretadas, “cabras da peste!” como disse Maria Rita, uma das entrevistadas. Sobreviventes de uma sociedade aristocrática, racista, machista e excludente.

Gostaria de agradecer ao meu núcleo familiar, principalmente, aos meus pais, Sônia Regina Amaral Siqueira e Diamantino da Silva Siqueira que sempre buscaram oferecer, cada qual a seu modo, a melhor educação possível. Mesmo ausentes fisicamente sempre estiveram presentes na minha caminhada acadêmica que só foi possível pela luta empenhada por eles ao longo de suas vidas. Ao meu irmão, Bruno Amaral Siqueira, parceiro com quem dividi a infância, as alegrias e as dores, porque sem seu carinho, bom humor e força não teria

conseguido seguir adiante. Ele e Viviane de Lima Soares me deram quatro sobrinhos lindos: Lucca de Lima Siqueira, Bruno de Lima Siqueira, Yuri de Lima Siqueira e Gael de Lima Siqueira a quem também agradeço porque preencheram, e preenchem meus dias com afeto e a certeza de que a vida sempre renasce. À minha tia Diléa da Silva Siqueira, pelo ombro e o colo que me acolheram inúmeras vezes, eterna parceira do meu pai, que esteve sempre presente em todos os momentos, dos felizes aos mais tristes.

Um agradecimento especial ao meu médico Alexandre Luiz G. dos Santos Martins cuja excelência, competência e afeto me ajudaram a sair de um luto profundo e por me apoiar para ressignificar a minha existência.

Gratidão às minhas amigas desde a graduação no nono andar desta Universidade, por todo apoio, incentivo, parceria e amizade. A simples existência de Andressa Prado, Renata Elisa Soares e Mônica Siqueira proporcionou-me segurança na difícil caminhada.

Agradeço a todos os demais amigos, representados na figura de Antônio Carlos da Silva Lopes, que, como ele, sempre estiveram ao meu lado para trocar de ideias, conversas, reflexões no caminho pela busca da compreensão do que é a vida.

Agradeço às companheiras e companheiro do Grupo de Pesquisa Instituições, Práticas Educativas e História, do Proped/UERJ: Anáise Cristina do Nascimento, Andreza Felipe do Nascimento, Kátia Maria Soares, Sara Raphaela Machado de Amorim e Daiane de Oliveira Tavares que saíram antes minha conclusão, mas que me acolheram na chegada e me inspiraram com suas presenças e defesas. Destaco, nestes agradecimentos, Adriana Valentim Beaklini, cujo incentivo foi fundamental para meu ingresso no curso. Às queridas Leila de Macedo Varela Blanco, Ligia Bahia de Mendonça, Shayenne Schneider Silva, Ana Cláudia Reis, Selma Barboza Perdomo e Raquel Lopes Pires por todo apoio, carinho e companheirismo ao longo do processo. À Priscila de Araújo Garcez companheira de malas e bagagens pelos Simpósios e Congressos que fizemos. À incansável Heloísa Helena Meirelles dos Santos e ao querido Robson Fonseca Simões pelo auxílio primoroso. Muitas foram as leituras, sugestões e críticas que promoveram um amadurecimento na escrita deste trabalho.

Às companheiras Isabella Paula Gaze, Patrícia Freitas Hinsch Frias Barbosa e Maria das Graças Duque Estrada Freire, representando a equipe do Centro de Memória da FAETEC (CEMEF) agradeço o grande incentivo que me levaram a retomar meus estudos e pesquisas, pelas contribuições ao longo do processo.

À minha ilustre banca avaliadora Lia Ciomar Macedo de Faria, Sônia de Oliveira Câmara Rangel, Patrícia Coelho da Costa e Vera Lúcia Gaspar da Silva que gentilmente aceitaram o convite para ler o texto e avaliar este trabalho.

À equipe da Escola Estadual de Ensino Fundamental República: diretores, coordenadores, professores e funcionários com quem compartilho mais de vinte anos de vida profissional, por todo apoio e incentivo ao longo desses anos de dedicação ao doutorado. Gostaria de destacar os professores diretores Anderson do Couto Cândido, Humberto Cláudio Passeri Medeiros e Marcelo Lindenmeyer pela compreensão e auxílio em vários momentos dessa jornada.

Às equipes dos Colégios Paranapuã e Santo Amaro por compreenderem a importância da formação continuada e me liberarem para participação em Simpósios e Congressos. Destaco o coordenador e amigo do Paranapuã, Juliano Ramos Torres Pereira, que me auxiliou com a tabulação dos dados dos prontuários, a construção dos gráficos no *Excel* e com o Abstract. Ao Douglas Guimarães Silva por seu apoio e inspiração na reta final desta jornada.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro agradeço lembrando que sempre gentilmente atenderam às minhas solicitações e estavam prontos para auxiliar-me e sanar quaisquer dúvidas.

A todos que, com amor, carinho, amizade e afeto povoaram minha trajetória de vida, obrigada!

Toda dor que não ajuda ninguém é absurda. Se esta minha dor, agora renovada e outra vez esmagadora, vier a ser útil aos outros, sinto que meu amargo Natal floresce em esperança e divina consolação.

COSTA, Odylo, Jornal do Brasil, 19.12.1964

RESUMO

SIQUEIRA, Patrícia Amaral. **Tragédia carioca:** sujeitos, políticas e embates sobre o abandono de menores (FUNABEM - décadas de 1960 e 1970). 2019. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Estudo sobre as políticas públicas desenvolvidas no Rio de Janeiro para menores abandonados durante as décadas de 1960 e 1970. Trata-se de compreender um pouco mais sobre o atendimento e assistência ao menor através da história da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). A pesquisa parte do assassinato do primogênito de um importante jornalista e intelectual brasileiro, Odylo Costa, filho. O rapaz conhecido como Odylinho foi assassinado por um menor em Santa Teresa. O crime motivou o jornalista a iniciar um movimento pela imprensa à época, que acabou resultando na formação de uma comissão, em 1963, que criou o anteprojeto de uma das instituições mais conhecidas no país: a FUNABEM. No estudo, foram utilizadas fontes diversas como, por exemplo, os livros publicados pela Câmara dos Deputados e pela Fundação após a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Menor, os impressos *Jornal do Brasil* e a *Revista Brasil Jovem*, os prontuários dos alunos da Escola XV de Novembro e entrevistas semiestruturadas com questões abertas de um grupo de ex-internas, permitindo a livre narrativa da entrevistada sobre sua história no centropiloto da FUNABEM. As entrevistadas foram informadas do objetivo do trabalho e consentiram por escrito com a utilização do material. A pesquisa recuperou a presença de Odylo Costa, filho na história da Fundação. Também apresentou a versão das ex-internas sobre o trabalho da FUNABEM e apontou as questões de gênero presentes na educação desse tipo de instituição, principalmente, no âmbito da formação profissional. A pesquisa analisou a influência da imprensa na elaboração e realização das políticas públicas para os menores no Brasil e observou que a CPI do Menor teve mais um caráter político do que investigativo.

Palavras-chave: Menores abandonados. Ex-alunas da FUNABEM. Odylo Costa Filho. CPI do Menor.

ABSTRACT

SIQUEIRA, Patrícia Amaral. **Tragédia carioca:** sujeitos, políticas e embates sobre o abandono de menores (FUNABEM - décadas de 1960 e 1970). 2019. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This is a study about the public policies developed in Rio de Janeiro for minors who were abandoned over the decades of 1960 and 1970. The aim of this paper is to understand the assistance and care offered to these minors throughout the history of the Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), National Foundation for Minor's Welfare. The research starts from the murder of the firstborn child of a prominent Brazilian journalist and scholar, Odylo Costa. The boy, known as Odylinho, was murdered by a minor in the Santa Teresa neighbourhood. The crime sparked the journalist into starting a movement with the press which resulted in the formation of a commission, in 1963, creating the project outline which became one of the most well-known institutions in Brazil: FUNABEM. Many sources were studied, e.g. the books published by the Brazilian house of parliament and the FUNABEM after the completion of the Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Menor, Parliamentary Inquest Commission for the Minor; the prints from *Jornal do Brasil*, and the *Revista Brasil Jovem*; the school records of the students from the Escola XV de Novembro and interviews organised with open questions with a group of former inmate girls, allowing free narratives from the interviewee about her history in the main centre of FUNABEM. The interviewees were informed of the objective of the work and consented in form with its usage. The research recovered the presence of Odylo Costa in the history of the Fundação. It presented the version of the ex-inmates about the work of FUNABEM and pointed questions of gender broached in the education in this manner of institution, mainly in the field of professional formation. It's been verified that the press had influence in the elaboration and execution of public policies for minors in Brazil, and observed that the CPI do Menor had mostly a political characteristic, rather than an investigative one.

Keywords: Brazilian Abandoned Minors. FUNABEM. Odylo Costa Filho. CPI do Menor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Reportagem do Jornal <i>Última Hora</i> (16 de março de 1963).....	26
Figura 2 -	O casal Odylo e Nazareth em sua primeira viagem à Europa.....	37
Figura 3 -	Odylo's boy por ocasião da sua posse na ABL em 1970.....	38
Figura 4 -	Foto oficial da posse de Odylo Costa, filho na ABL.	48
Figura 5 -	Edição 25 da Revista <i>O Cruzeiro</i> , pg. 8, 30 de março de 1963	51
Figura 6 -	Odylo e seu compadre Manuel Bandeira.	57
Figura 7 -	Rozalia e Valéria no pátio interno do Abrigo Padre Anchieta.....	92
Figura 8 -	Caderneta escolar	94
Figura 9 -	Folha interna A.....	98
Figura 10 -	Folha interna B	99
Figura 11 -	Revista <i>Brasil Jovem</i> Ano IV 1º Trimestre	102
Figura 12 -	Revista <i>Brasil Jovem</i> Ano V 1º Trimestre	103
Figura 13 -	Revista <i>Brasil Jovem</i> - Ano V - 3º Trimestre - 1971	104
Figura 14 -	Revista <i>Brasil Jovem</i> - Ano V - 4º Trimestre - 1971	105
Figura 15 -	Charge de Henfil, publicada no <i>JB</i> de 14 e 15.03.71	127
Figura 16 -	Circular enviada aos Prefeitos dos municípios brasileiros em 1975.....	146
Figura 17 -	Instruções de preenchimento do questionário da CPI	146
Figura 18 -	Folha 1 do questionário da CPI.....	147
Figura 19 -	Folha 2 do questionário da CPI.....	148
Figura 20 -	Folha 3 do questionário da CPI.....	149
Figura 21 -	Número de menores abandonados no Brasil em 1975	151
Figura 22 -	Número de menores carentes no Brasil em 1975.....	152
Figura 23 -	Natureza de ocorrências antissociais praticadas por menores em 1974.....	153
Figura 24 -	Número de órgãos cuidando do problema do menor abandonado no Brasil em 1975	154
Figura 25 -	Menores na faixa de 0 a 18 anos em 1975	155

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 - Etnia	95
Gráfico 2 - Naturalidade	96
Gráfico 3 – Registros de paternidade	97
Quadro 1 – Publicações envolvendo violência	120
Quadro 2 – Publicações envolvendo adoção, abandono e pobreza.....	122
Quadro 3 – Publicações envolvendo esporte, festividades e saúde.....	122
Quadro 4 – Publicações envolvendo FEBEM e FUNABEM	123
Quadro 5 – Publicações envolvendo profissionalização e assistência	124
Quadro 6 – Publicações envolvendo visitas oficiais	125
Quadro 7 – Publicações envolvendo política de internação e atendimento	125
Quadro 8 – Atuação do parlamentar na CPI e partido de filiação.....	139
Quadro 9 – Programa de atividades diárias no centro-piloto da FUNABEM.....	159
Quadro 10 – Tipologia dos menores assistidos	160

SUMÁRIO

	UMA INTRODUÇÃO: TECENDO CAMINHOS ENTRE A TRAGÉDIA, A IMPRENSA E A POLÍTICA	14
1	“MEUS MENINOS, OS OUTROS MENINOS”	23
1.1	Uma tragédia anunciada na vida de Odylo Costa, filho	30
1.2	Um crime e suas repercussões na imprensa	50
1.3	O sofrimento vira luta: a FUNABEM como projeto	58
2	OUTRA POLÍTICA DE COMBATE AO ABANDONO DE MENORES	66
2.1	Do SAM à FUNABEM: transformações no Complexo de Quintino	68
2.2	Sujeitos da política do bem-estar do menor	72
2.2.1	<u>Memórias das antigas internas</u>	76
2.2.2	<u>Entre documentos escolares</u>	93
2.3	Representações dos sujeitos e da política na <i>Revista Brasil Jovem</i>	98
3	IMPRENSA, PRÁTICAS EM DISCUSSÃO	108
3.1	Sob o olhar da população: vítimas ou algozes?	111
3.2	A imprensa modelando o olhar	120
3.3	Entre denúncias e críticas, uma instituição em xeque	127
4	INSTITUIÇÕES sob investigação	134
4.1	A Comissão Parlamentar de Inquérito	137
4.2	Mapeamento da situação do menor abandonado no Brasil	144
4.3	A resposta da FUNABEM	156
	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
	REFERÊNCIAS	171
	ANEXO A – Reportagem do Jornal <i>Última Hora</i> (16 de março de 1963).....	177
	ANEXO B – Cronologia de Odylo Costa Filho que encontrei na página da ABL....	178
	ANEXO C - Texto de Odylo Costa, filho intitulado <i>Os outros meninos</i> , publicado na Revista <i>O Cruzeiro</i> em 06/04/1963.	182
	ANEXO D - Texto de Rachel de Queiroz sobre a FUNABEM, publicado na Revista <i>O Cruzeiro</i> , Edição 13, pg 42, 1968	184
	ANEXO E – Autorizações de direitos sobre depoimento oral e imagem.....	186
	ANEXO F – Quadro das Cartas dos leitores do <i>JB</i> das décadas de 1960 e 1970.....	192
	ANEXO G – Tramitação da CPI do Menor na Câmara dos Deputados	195
	ANEXO H – Membros e depoentes da CPI do Menor	200

ANEXO I – Recomendação-síntese da CPI do Menor	202
ANEXO J – Sumário do livro O ‘Menor – problema social’ no Brasil e a ação da FUNABEM.....	205

UMA INTRODUÇÃO: TECENDO CAMINHOS ENTRE A TRAGÉDIA, A IMPRENSA E A POLÍTICA

A MEU FILHO

Recorro a ti para não separar-me
deste chão de sargaços mas de flores,
onde há bichos que amaste e mais os frutos
que com tuas mãos plantavas e colhias.

Por essas mãos te peço que me ajudes
e que afastes de mim com os dentes alvos
do teu riso contido mas presente
a tentação da morte voluntária.

Não deixes, filho meu, que a dor de amar-te
me tire o gosto do terreno barro
e a coragem dos lúcidos deveres.

Que estas árvores guardam, no céu puro,
entre rastros de estrelas, a lembrança
dos teus humanos olhos deslumbrados.

COSTA, Cantiga incompleta, 1971

O que é tragédia? Segundo Portella (1984), tragédia significa literalmente “Ode ao bode”. A origem etimológica da palavra vem da junção de duas palavras gregas *tragos*: bode + *oidé*: ode, canção. Na Grécia Antiga, nas festas em honra de heróis ou divindades, havia um coro de sátiros, muitos dos quais se vestiam com pele de bode e cantavam a Fauno¹. Nestas festas o bode era sacrificado, pois como ele destruía as videiras, ele era considerado inimigo

¹ Faunus parece ter sido um antiquíssimo deus de Roma, cujo culto estava localizado no Palatino ou nas suas imediações. Pelo nome, aparece como um deus benfazejo [...], protetor, em particular, dos rebanhos e dos pastores, o que facilita sob a influência grega, a sua identificação com o deus arcádio Pã. [...] É, por vezes, considerado filho de Circe e de Júpiter. [...] A personalidade divina de Fauno persiste, porém, de um modo bastante curioso, multiplicando-se: os Faunos, que são, na época clássica, os gênios dos campos e das florestas, companheiros dos pastores e os equivalentes dos sátiros helênicos. Como os sátiros, a sua natureza é dupla: são meio-homens e meio-bodes, têm cornos e, muitas vezes, cascos. (GRIMAL, 1997, p.166)

de Dionísio². No Dicionário Aurélio: “1. peça teatral, de ordinário em verso, e que termina, em regra, por acontecimentos fatais. 2. Sucesso funesto, trágico.”

Quando penso em tragédia como gênero literário, lembro que sua característica principal é a presença do coro e do personagem trágico e que:

[...] toda tragédia desenrola-se, necessariamente, sobre dois planos, e são esses dois planos que vão provocar uma tensão, pois está inserido tanto no nível dos homens da cidade real, quanto dos deuses, das forças religiosas que obscuramente agem no mundo. (BREITENBACH, 2013, p.148)

Na tragédia é a ação que determinará a felicidade, ou não, das personagens nas histórias da vida humana. Nietzsche (2000) pensa o sofrimento como uma oportunidade de aprendizado e superação, sem o que não haveria vitória. Entretanto, não basta sofrer, é preciso saber fortalecer-se, sair maior depois de vivenciar a dor. Tanto na leitura aristotélica quanto na nietzschiana a ação humana aparece costurando o futuro, até mesmo porque, segundo Breitenbach (2013), uma das máximas da tragédia é de que ninguém escapa ao seu destino e só o confronto com as dificuldades que se apresentam indica a reação e o modo como cada um deve portar-se.

Assim, percebo nas personagens que transitam por esta tese certa inspiração para a superação das tragédias pessoais. Deste modo, são pessoas que tiveram seus limites questionados e postos à prova, e compreendo, como Breitenbach (2013), que é pela tragédia que o homem retorna a um aprofundamento maior de sua essência. Contudo, para além do aspecto individual, o trágico também tem uma dimensão política:

É na *ágora* que se desenvolve a vida política dos gregos; esse plano não exclui o religioso, mas sim, segundo Vernant, ele se torna uma religião política. A tragédia é uma das formas novas da cidade democrática. O plano do político, como a tragédia, é um plano problemático e que convida à reflexão. Assim, pode-se afirmar que a tragédia é a expressão de uma crise que se evidencia particularmente no plano institucional do Direito público. A tragédia é uma instituição social. A cidade vivia com uma imagem de um homem da tradição heroica, e viu surgir então um homem totalmente diferente, o homem cívico, aquele cuja responsabilidade é discutida e que nada mais têm a ver com a epopeia. (BREITENBACH, 2013, p.161)

“A tragédia é uma instituição social”, aqui, neste espaço, é que o homem heroico das epopeias vai dar lugar ao homem cívico. Essa virada no pensamento clássico ocidental é tremendamente relevante para o trabalho. Escrevo sobre cidadania e de muitas vidas onde

² Dionísio também chamado Baco [...] é na época clássica, essencialmente o deus da vinha, do vinho e do delírio místico. [...] Filho de Zeus e Sêmele, filha de Cadmo e Harmonia. Por isso, pertence à segunda geração dos Olímpicos. [...] Dionísio deus do vinho e da inspiração, era festejado com procissões tumultuosas, nas quais figuravam, evocadas por máscaras, os gênios da Terra e da fecundidade. Estes cortejos deram origem às representações mais regulares do teatro: a comédia, a tragédia e o drama satírico, que conservou por mais um tempo a marca de suas origens. (GRIMAL, 1997, p.122)

essa categoria social esteve e está ausente. Aqui, e neste caso, a tragédia pessoal é transfigurada em tragédia social. Esta tese principia com um acontecimento trágico: um assassinato... Entretanto, antes das “páginas policiais” penso ser relevante relatar como e quando me confrontei com esta tragédia.

Com o auxílio de amigos do Centro de Memória da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC/CEMEF), principalmente da Adriana Beaklini, companheira do grupo de pesquisa e também do CEMEF, encontrei em nossa biblioteca o livro *Meus meninos, os outros meninos*, que é uma coletânea de artigos escritos por Odylo Costa, filho que foram publicados em diversos jornais. Aqueles textos versavam sobre as perdas de dois de seus nove filhos que acabaram por fazer dele uma espécie de militante das causas dos menores abandonados e das crianças especiais. Aqui me deparei com um homem diante da tragédia e me impressionei com sua resiliência.

Por outro lado, quis saber mais sobre sua história e localizei uma biografia escrita por sua sobrinha Cecília Costa, na série *Perfis do Rio*, publicada pela Relume Dumará. Naquele momento, encontrei um jornalista, que, em um dos momentos mais difíceis na vida de um pai, a morte de seu filho, foi capaz, como cidadão, de transformar sua tragédia pessoal, em uma tragédia humana!

O que não se pode confundir na tragédia é que o sacrifício, entendido como sacrifício do bode, não é o do animal, mas um sacrifício humano. A tragédia apresenta um homem empenhado na ação; é com a ação e pela ação que ocorre o sacrifício. Não é somente um sacrifício em honra aos deuses ou a atos divinos, mas por meio do sangue, está ligado com a cidade selvagem que o cerca. (BREITENBACH, 2013, p.154)

Nesse sentido, ele argumentou com a sociedade e, imagino, para si mesmo diversas vezes, que o sacrifício de seu filho não seria em vão. Ele deu à sua tragédia o tom do sacrifício que se dá “por meio do sangue”, fruto de um problema social que estava “ligado com a cidade selvagem que o ‘cercava’”. Odylo parou para pensar no que fazer para mudar aquele quadro político e social que permitiu o dramático acontecimento.

O jornalista passou a ser uma espécie de catalizador da força da imprensa, que mobilizou intelectuais, técnicos e políticos para a elaboração de um projeto para os menores do Brasil: a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Apesar de ter estudado as transformações do espaço em Quintino durante minha dissertação, não fazia ideia desse fato e, certamente, não foi possível ignorar uma informação como essa. A rota da pesquisa foi reprogramada.

Ao longo do estudo, precisava conhecer mais sobre a tragédia que se abatera sobre Odylo Costa, filho e sua família, o processo de costura do projeto da Fundação e, por força da sua biografia, minha pesquisa foi também se encaminhando para um avanço maior dos estudos dos impressos e da imprensa. Dessa forma, utilizei como fontes as publicações que versavam sobre o tema ao longo das décadas de 1960 e 1970, no *Jornal do Brasil* com o auxílio da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, onde busquei também, na seção das *Cartas dos Leitores*, publicações que abordassem a mesma temática. Outra fonte de imprensa com a qual trabalhei foi a Revista *Brasil Jovem*, periódico publicado pela FUNABEM, não na sua totalidade de edições, mas apenas aquelas disponíveis no acervo do CEMEF.

Também localizei na página chamada “Estante Virtual” que reúne *sebos* no Rio de Janeiro e em todo país, três livros que foram fundamentais na tessitura deste trabalho: “Odylo Costa, filho”, a biografia escrita por sua sobrinha Cecília Costa, publicada pela Relume Dumará em 2000; “A realidade do menor brasileiro”, publicado pela Câmara dos Deputados em 1976 e “O ‘menor – problema social’ no Brasil e a ação da FUNABEM”, publicado em 1976 pela própria instituição e pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Esses últimos compêndios são produções que foram realizadas no contexto do processo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de 1976 que foi instaurada para investigar a situação dos menores no Brasil.

Profissionalmente, tenho uma estreita relação com o chamado Complexo de Quintino anterior à pesquisa, trabalho nesse espaço há mais de duas décadas e ali aprendi o significado da palavra Educação em seu sentido mais amplo. O Complexo de Quintino é o antigo espaço geográfico da chamada Fazenda da Bica, onde funcionou a Escola XV de Novembro, abrigos para meninas e meninos, além de cursos profissionalizantes e um hospital. A primeira turma para a qual lecionei, em 1996, foi responsável pelo período mais duro, mas também o mais produtivo e enriquecedor da minha trajetória profissional. Essa vivência inspirou a elaboração da minha dissertação de mestrado, defendida no PPCIS, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ, intitulada *Do Inferno à Cobiça*, em 1999, sob a orientação da professora Helena Bomeny, onde busquei compreender as transformações que o Complexo de Quintino sofreu ao longo do tempo. Um espaço anteriormente rejeitado e mal visto pela sociedade que passa a ser reconhecido, anos depois, como uma das melhores opções de educação técnica na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo da pesquisa para o mestrado descobri que naquele espaço já havia funcionado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), o Centro Brasileiro para a

Infância e a Adolescência (CBIA), o Centro de Educação Integral (CEI) e, finalmente, hoje, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

Como profissional, acompanhei o desenvolvimento do CEI a partir de 1996, esta *nova* proposta redefiniu inteiramente o perfil, objetivos e metas no Complexo. Os menores que ali estavam passaram a ser atendidos por outra instituição, a Fundação para a Infância e a Adolescência (FIA) e o Complexo de Quintino acabou se transformando apenas em um espaço exclusivo de formação, com o fim da política dos abrigos naquele espaço.

Ao fazer a revisão bibliográfica encontrei diversos trabalhos que foram relevantes para o desenvolvimento da minha pesquisa, pois me auxiliaram na operação historiográfica e na compreensão da temática abordada. Deste modo, destaco as obras de Alberti (2004) e Ferreira e Amado (2006) com quem dialoguei especialmente sobre a responsabilidade ética e os procedimentos adequados à tomada das entrevistas das ex internas da FUNABEM. A pesquisa, no entanto, levou-me a outros teóricos que, cada qual de um ponto de vista e de um lugar historiográfico, possibilitaram que pudesse entender e escrever sobre os menores abandonados e/ou carentes no Rio de Janeiro.

Assim, dialoguei com Altoé (2008), através de sua obra *Infâncias Perdidas: o cotidiano dos internatos-prisão*, que analisa as características das instituições que atendem crianças de diferentes idades e como esse cotidiano as afeta buscando entender o cotidiano no Complexo de Quintino na década de 1970, porque um dos internatos estudados pela autora foi a FUNABEM, que apresenta a importância da fundação para a pesquisa sobre os internatos-prisão. A autora foi relevante para o desenvolvimento da minha pesquisa, pois ao revelar o cotidiano dos internatos, dentre eles o da FUNABEM, contribuiu para uma releitura das entrevistas das ex internas. As meninas contam o seu dia a dia no abrigo, na escola, falam sobre as relações estabelecidas entre elas e delas com os funcionários e professores. Por outro lado, apresenta a demanda afetiva, a questão da higienização, do controle dos corpos e de toda subjetividade envolvida no processo de educação de uma instituição do tipo internato-prisão.

Nas minhas pesquisas pela internet encontrei Boeira (2014) que estava estudando a CPI do Menor, seu texto foi bastante relevante para a investigação por apontar para percepções e dimensões da mesma, para as quais ainda não havia despertado como, por exemplo, a perspectiva de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que pudesse, entre outras coisas, ser uma resposta às insatisfações da sociedade brasileira quanto ao menor abandonado ou carente e uma resposta internacional em relação às denúncias de violação dos direitos

humanos no país.³ Entre muitos teóricos, dialoguei com Bosi (201), Bourdieu (2014), Câmara (2010), Chartier (1990), Elias (2000), Foucault (1987), Goffman (1975, 1996).

Na obra de Bosi (2012) busquei não apenas a compreensão da relação entre memória e sociedade, como também inspiração para a escrita do trabalho. Assim, seu livro *Memória e Sociedade – lembrança de velhos* é uma referência importante para todo aquele que pretende trabalhar com essa temática. Bourdieu (2014) em seus estudos sobre o Estado vai debater sobre a construção social dos problemas públicos – pensado primeiramente por Gusfield (2009) – e de como o ponto de vista do Estado se constrói como oficial. Essa perspectiva foi interessante para meu trabalho, na medida em que me levou à construção de uma reflexão a respeito do “problema do menor” no Brasil. Em Câmara (2010) encontrei estudo relevante sobre a infância minorizada, seu trabalho tanto na compreensão da historicidade do processo de exclusões as quais a infância foi submetida, quanto na percepção das representações da infância, da ideia de “salvação” de um grupo etário que era criminalizado. Com Chartier (1990) vou buscar compreender as representações, entendendo que as lutas de representações são tão relevantes quanto as lutas econômicas para os estudos sobre a dominação de um grupo sobre o outro quanto às ideias e concepções de mundo. O livro de Elias (2000) intitulado *Os estabelecidos e os outsiders* traz um esclarecimento sobre processos sociais de marginalização e estigmatização de grupos. A abordagem de Elias (2000) contribuiu para o entendimento da exclusão e do olhar que a sociedade fluminense desenvolveu a respeito dos menores e das instituições que trabalharam com esse grupo, capitaneadas pela imprensa da época. Em Foucault (1987) encontrei o instrumental necessário para me auxiliar na análise do sistema de punição e criminalização. Além da compreensão da dimensão do controle dos corpos e das relações de poder que estão relacionadas ao que ele denomina de “tecnologia política do corpo”. Goffman (1975) e (1996) é um autor importante no meu trabalho desde a dissertação, as concepções de estigma e instituição total com as quais eu opero são dele. Ainda que utilize os *outsiders* de Elias (2000), a categoria estigma de Goffman é a que mais amplamente caracterizaria a situação vivida pelas meninas e meninos egressos da FUNABEM.

A dissertação de Izar (2011) defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), intitulada *A Práxis Pedagógica em Abrigos*, contribuiu para a compreensão do trabalho realizado nos abrigos e me trouxe pistas interessantes sobre as diferenças no tratamento daquilo que se oferecia às meninas e aos meninos. Enquanto que nos abrigos a

³ Boeira defendeu sua tese de doutorado intitulada “*CPI DO MENOR: Infância, Ditadura e Políticas Públicas (Brasil 1975-1976)*”, em 04 de dezembro de 2018, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Embora estas informações já constem na Plataforma Sucupira, seu texto ainda não está disponível para leitura.

preocupação era evitar a exploração por terceiros criando oficinas, já com as meninas o objetivo era resguardar a honra e a virtude da mulher pobre e desamparada. Kossoy (2014) apresenta uma contribuição primorosa para todo aquele que trabalha com fotografia como documento histórico. Em seus estudos, busquei embasamento teórico para analisar as imagens das capas e contracapas da Revista *Brasil Jovem*. Le Goff (2014) foi também fundamental para o entendimento sobre a memória enquanto essencial para a construção da identidade e, a memória coletiva como um objeto e um instrumento de poder. Além de uma maior compreensão sobre o olhar historiográfico. Luca (2014) me auxiliou na compreensão da importância da imprensa como fonte histórica, no longo caminho que percorreu até ser entendida dessa forma e, ainda me deixou atenta a respeito dos cuidados que devemos ter ao utilizarmos esse tipo de documento.

Outra grande contribuição para fazer as análises de que precisei na pesquisa foi a tese de Müller (2006) intitulada *A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa: imagens da imprensa e do estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor – SAM (1959-1961)* que foi defendida no Proped/UERJ, orientada pelo professor Luiz Cavalieri Bazílio. O estudo me trouxe a fotografia como fonte histórica, um documento/monumento que auxiliou e permitiu elucidar o passado. A pesquisa ao percorrer o contexto da produção das fotografias, aborda as imagens usadas pela imprensa e enfoca o cotidiano das crianças e adolescentes da instituição que antecede a FUNABEM, o SAM, que retrato parcialmente. A investigação contextualiza, historicamente, a produção e a utilização das imagens de meninas e meninos do SAM, e, ao fazê-lo, auxilia meu percurso de trabalho, visto que traça um panorama do que se passava no Complexo de Quintino antes da inauguração da Fundação, por vezes, esclarecendo a origem de personagens e estruturas que permaneceram após a transição entre as instituições que estiveram sediadas no espaço.

Passetti (2015) também foi importante ao diálogo teórico pois ao trabalhar com o menor carente e as políticas públicas me fez perceber que a categoria “menores” é aplicada para determinado segmento socioeconômico. O autor afirma que, a partir de 1964, com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), há uma reconfiguração no atendimento a essa camada da população. Não mais pela “reclusão do infrator, mas pela educação em reclusão” (p.357), mostrando a preocupação naquele momento vigente com diagnósticos, laudos científicos e pesquisas.

Outra importante contribuição foi, também, a das irmãs Rizzini (2004), Irene e Irma, que me enriqueceram em vários textos, mas gostaria de destacar a obra *A institucionalização de crianças no Brasil – percurso histórico e desafios do presente*, publicado pela Editora

PUC-Rio. As autoras me apresentaram ao percurso histórico dos internatos que atendiam às crianças pobres brasileiras, analisando a temática do abrigo no Brasil e as questões que envolvem a família, a Justiça e as práticas de internação. A FUNABEM foi uma das instituições estudadas pelas autoras e, nesta abordagem de internação, que envolvendo meninos e meninas, e trazendo a História do “cuidado” com órfãos, desvalidos e bebês abandonados desde o período colonial.

Mas a elaboração desta tese me permitiu contato e apreensão de muitos conhecimentos com outros teóricos que permitiram um maior entendimento do tema, que conhecia apenas literariamente através de Jorge Amado e seus “Capitães de Areia”. Um destes contatos veio através de um colega de CEMEF, Santos (2007) e sua dissertação defendida pelo Proped/UERJ, sob a orientação do professor Luiz Cavalieri Bazílio, pois me possibilitou refletir sobre o racismo, exclusão e criminalização da juventude negra e pobre através das entrevistas com os egressos da FUNABEM e a apresentação do cotidiano da instituição, como representativa das políticas públicas para crianças pobres no Rio de Janeiro. Em Vaz (1998) encontrei não apenas orientações preciosas de como operar uma pesquisa historiográfica utilizando as cartas dos leitores, mas também o embasamento necessário para fazer uma leitura das suas potencialidades e descobrir pistas importantes em suas entrelinhas. Vernant (1999) sempre me inspirou em minhas viagens pelo mundo grego, nesse trabalho sua obra foi relevante para compreender a dimensão do trágico para o homem grego, e, desse modo, me auxiliar a perceber a tragédia presente nesta pesquisa.

A tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro traz a biografia de Odylo Costa, filho e a tragédia que marca sua vida e que, diretamente, acaba por se relacionar com a história da FUNABEM. No capítulo 2 abordo a política de combate ao abandono de menores, apresentando as transformações do espaço do Complexo de Quintino – de SAM à FUNABEM. Em seguida, trago alguns dos sujeitos que vivenciaram esse período, através de entrevistas com mulheres que foram internas da Fundação, conhecendo um pouco do cotidiano do internato. Termina com a apresentação da Revista *Brasil Jovem*, buscando compreender as representações dos sujeitos e da política do bem-estar do menor. No terceiro capítulo faço uma imersão na imprensa através das publicações do *Jornal do Brasil*, tanto nas cartas quanto nas notícias que abordavam a temática dos menores e o trabalho desenvolvido pela FUNABEM. Nesse momento, discutindo a construção do olhar da sociedade a partir das matérias dos jornais; a imagem elaborada dos menores, em alguns momentos apareciam como vítimas, outros, a maioria, como algozes; e as denúncias e críticas que são feitas às políticas públicas de atendimento ao menor no país. Assim, foram algumas dessas reportagens do *JB*

que me fizeram identificar a existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que foi instaurada para investigar a situação dos menores no país. A CPI do Menor é o objeto principal da minha investigação no quarto e último capítulo, onde pesquiso o que foi a Comissão Parlamentar de Inquérito, suas motivações e os resultados produzidos por ela dentro do Congresso Nacional e pela própria FUNABEM.

A tragédia carioca de que falo neste trabalho não é apenas aquela que se abateu sobre a família de Odylo Costa, filho, na década de 1960, mas a tragédia social de parte da infância brasileira: o abandono. Meu foco de pesquisa foi o centro-piloto da FUNABEM localizado na zona norte do Rio de Janeiro, no bairro histórico chamado Quintino Bocaiúva, em homenagem ao único civil a participar da Proclamação da República, curiosamente também um jornalista. Apesar de concentrar meus esforços investigativos na sede da FUNABEM, acabo por operar também, de certo modo, com a dimensão nacional do atendimento/assistência ao menor. Entretanto, meu objetivo é compreender um pouco mais sobre as políticas públicas de atendimento e assistência ao menor no Rio de Janeiro através da história da FUNABEM.

Na pesquisa, elegi as décadas de 1960 e 1970 como meu recorte temporal, pois a tragédia e todo o movimento encetado por ela ocorreram na década de 1960 e o projeto da FUNABEM e sua repercussão na imprensa, bem como a realização da CPI do Menor, pautaram a década de 1970. Naquele recorte temporal o Brasil vivia um dos momentos mais difíceis da sua história, o golpe civil militar de 1964 e um período de um regime autoritário que deixou marcas profundas, e ainda não cicatrizadas, em nosso país.

Assim, convido você leitor a percorrer comigo os caminhos desta tese. Estes caminhos nos levarão às paragens de nossa história recente. Ao longo desta travessia nos depararemos com os sujeitos, as políticas e os embates na sociedade sobre o abandono de menores. Nesse momento, pedindo as bênçãos de Jorge Amado e seus “Capitães de Areia”, seguro as mãos de sua Dora e de seu Pedro Bala, para falar das meninas e meninos que cariocas ou baianos são, antes, de tudo, menores brasileiros.

1 “MEUS MENINOS, OS OUTROS MENINOS”

SONETO DE JÓ

Este grito, que é rio amargo, choro
que não é meu apenas, mas de todos
que o filtro das insônias decantou,
ouve-o, Senhor, que é grito de infelizes.

Perdi-me e Te procuro pela névoa,
no céu em fogo, no calado mar.
A Teus pés volto. Faça-se o que queres.
Tanto me deste que por mais que tires

sempre me resta do que Tu me deste.
Deus necessita do perdão dos homens
e é esse perdão que venho Te trazer.

Com o coração rasgado, mas ao alto,
Senhor, te entrego os filhos que levaste
pelo amor dos meus filhos que ficaram.

COSTA, Cantiga incompleta, 1971

Fuinha confessou, em depoimento à Polícia, que o primeiro plano era ir para a Barra da Tijuca. O plano não vingou. Ele não confiava em Maguito: já tinham brigado antes e o menino já havia atirado nele. Assim, passaram pela Taberna da Glória para pegar uma arma, com um desses receptadores de objetos roubados para quem o menino vendia o que conseguia tirar dos outros. A seguir, decidiram assaltar alguns hotéis, passaram pela Rua Almirante Alexandrino e desceram na Rua Santa Cristina. Estavam impacientes, resolveram abordar o casal que tinha acabado de descer do bonde. A escolha não foi tão aleatória, a moça estava com a perna imobilizada dificultando reação. Pouco antes, eles perseguiram um casal que conseguiu fugir. Raimundo estava distante, dentro do táxi com as portas abertas e o motor funcionando. China ficou dando cobertura. Fuinha e Manguito foram abordar os novos alvos.

Era noite de sábado do dia 09 de março de 1963 quando Odylo Costa, neto, levava sua namorada, Irene Loewenstein, para casa, na Rua Santa Cristina, no bucólico bairro de Santa

Teresa, onde também morava. A moça havia se acidentado em uma partida de vôlei no sítio da família de Odylinho. Os namorados retornavam da visita a amigos de Irene. Desceram do bonde perto do Largo do Curvelo, no começo da Rua Santa Cristina. Pela rua, dois indivíduos caminhavam à frente do casal. Um terceiro indivíduo caminhava logo atrás. Os namorados não notaram os passantes. Era perto da meia-noite. O casal foi abordado: “– Parem. Isso é um assalto!” Os assaltantes eram três menores de idade armados: Fuinha (14 anos), Manguito (13 anos) e China. Um adulto, Raimundo Nonato Lobato Guimarães, taxista que organizara a noite de crimes com os meninos e assumia a direção do veículo que daria fuga aos criminosos. Tratava-se de um explorador de menores, soube-se em sua ficha criminal.

Odylinho carregava o que restara de seu primeiro salário. Havia realizado uma tradução que fora publicada na revista *O Cruzeiro*. Assim, disse aos franzinos assaltantes que não tinha dinheiro. Após rápida revista, eles, de fato, nada encontraram. Quiseram seu relógio. Mandaram o rapaz correr e deixar a moça com eles. O rapaz reagiu para defendê-la, entrando em luta corporal com os meninos. Tiros foram disparados. Um... dois... Odylinho tomba devagar... sem sentidos... Um dos tiros perfurou a artéria ilíaca. Odylinho agoniza. Os meninos fugiram. Irene viu o corpo de Odylinho ir tombando lentamente na calçada, levando com ele os sonhos, a poesia, o futuro e a esperança que ambos vinham construindo juntos. O rapaz de 18 anos ainda foi levado para Pronto Socorro, mas já chegou sem vida.

Manguito, Waldir Menezes Matos, autor do disparo que matou Odylinho, passou pelo SAM aos 11 anos, ganhou esse apelido em uma escola de samba por ser bom nos passos, na dança. Ele revela que quando estava no SAM e queria sair para roubar, pagava uma quantia para dois fiscais e era liberado. Ao ser informado, o diretor da instituição, Bartlet James, abriu uma investigação para apurar as responsabilidades. Em entrevista para o Jornal *Última hora* sobre o assassinato de Odylinho, Manguito declarou:

O rapaz era valente, mesmo, e não o matei como os jornais disseram, com um simples tiro. Ele espancou o Fuinha, botou o Jarbas para correr e quando me viu com a arma na mão continuou avançando para mim, dizendo que ia me bater também. Atracou-se comigo. O primeiro disparo que fiz não o atingiu. Mas o segundo, quando já estávamos brigando, feriu-o no peito. Vi que ele ia cair e fugi.

Os jornalistas José Carlos Rego e Luiz Pinto, após 72 horas de buscas, encontraram o menino durante a madrugada. A “caçada” bem sucedida fora empreendida pelos jornalistas do *Última Hora*, a quem o governador da Guanabara, Carlos Lacerda⁴, agradeceu pessoalmente.

⁴ “Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de abril de 1914. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*. Lacerda participou do grupo articulador da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização fundada em 1935 com o

Os jornalistas levaram Manguito, ainda de madrugada, à casa do juiz Roberto Talavera Bruce, do I Tribunal do Júri. O juiz o encaminha para a 7ª DP de Santa Teresa, onde ele vai prestar seu depoimento oficial. Manguito não quis ir direto para delegacia por medo de espancamento. Os repórteres o chamam de “menino-monstro”.

caráter de "frente popular", cujo programa, baseado na mobilização das massas, propunha a luta contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio. A ANL foi fechada no dia 11 de julho, por decreto do presidente Vargas. Em 10 de novembro de 1937 foi deflagrado o golpe que determinou o fechamento do Congresso Nacional e a abolição de todos os partidos políticos no país, instaurando o Estado Novo. Na ocasião Lacerda encontrava-se preso na Polícia Central, sendo posto em liberdade poucos dias depois por insuficiência de provas. A partir de 1938 dedicou-se às atividades jornalísticas. Seu rompimento com os comunistas ocorreu em 1939. Lacerda começou a trabalhar como *free-lancer* no *Correio da Manhã*, onde criou, em 1946, a seção intitulada "Na tribuna da imprensa". Em janeiro de 1947 foi eleito vereador pelo Distrito Federal na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Em 1949 foi afastado do *Correio da Manhã*. Conservando, no entanto, o direito de usar o título de sua coluna, decidiu lançar um novo jornal com esse nome. Assim, em dezembro de 1949, fundou a *Tribuna da Imprensa* que, representando as principais propostas da UDN, viria a fazer oposição às forças políticas vinculadas ao getulismo. Em 1954 a situação política se agravou quando, na madrugada do dia 5 de agosto, ao voltar de um comício no Colégio São José, Lacerda foi alvejado na porta de sua casa, à rua Toneleros, em Copacabana. O atentado que se tornou conhecido como Atentado da Toneleros resultou na morte do major-aviador Rubens Florentino Vaz, integrante de um grupo de oficiais da Aeronáutica que dava proteção a Lacerda, que escapou com um ferimento no pé. Em 5 de dezembro de 1960 foi empossado como primeiro governador do recém-criado estado da Guanabara, iniciando de imediato a execução de uma ampla reforma administrativa. Logo nos primeiros meses do governo Jânio Quadros, as divergências entre Lacerda e o presidente se explicitaram. Na liderança da ala radical da UDN carioca, o governador da Guanabara foi se distanciando cada vez mais dos setores liberais do partido, que tendiam a apoiar o presidente, e desencadeou uma violenta campanha de teor anticomunista nos jornais *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*. Em outubro de 1961, já sob o presidência de João Goulart, em consequência de dificuldades financeiras Lacerda vendeu a *Tribuna da Imprensa* para Manuel Francisco do Nascimento Brito. Em 31 de março de 1964 foi deflagrado o movimento político-militar que derrubou o presidente Goulart. No dia 8 de abril Lacerda participou de uma reunião com Costa e Silva em que se decidiu o apoio à candidatura do general Castelo Branco à presidência da República. Seu apoio ao governo Castelo Branco, todavia, durou pouco. Aliados das principais decisões políticas, Lacerda e seus adeptos da UDN foram se desligando progressivamente do governo que por muitos anos haviam defendido. Durante o ano de 1965 continuou divergindo do governo federal tendo, por várias ocasiões, criticado abertamente Castelo Branco. A suspensão das eleições diretas para a presidência da República colocou um ponto final nas pretensões de Lacerda que, frustrado com o rumo dos acontecimentos, afastou-se do governo do estado da Guanabara em 4 de novembro de 1965.”

Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carlos_lacerda Acesso em: 02 de dezembro de 2018

Figura 1 - Reportagem do Jornal *Última Hora* (16 de março de 1963)⁵

ULTIMA HORA Sábado, 16 de Março de 1963 PAGINA 7

PISTOLEIRO-MIRIM REAFIRMA A POLÍCIA CONFESSÃO FEITA A 'UH'

"Manguito" Sobre Odilo: — "O Moço Era Valente!"

HOMENS
MULHER COM ARMA PARA SENHOR NÃO É PUNIDA

Oportuno dese ser o ocorrido laurado pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado. Pode a decisão ser parcialmente citada nesses dias de tenebrosos terrores, de indescritível pânico, vitidos pela população, em que o Governo que se instalou neste Estado pelo contagem mínima, como ditam os cronistas espantou num fôgo que sobesse 0 x 0, por não ter feito nem o mínimo do que seria admitível esperar de mediocridade, deturpa os cidadãos entre duas alternativas: arremeter-se para reagir ante o perigo iminente de ser mais uma vítima ou então considerarem-se vítimas de uma vez, com o direito de, ao invés de arma, trazerem no bolso uma vela e ser aceto na espinha, pois, do jeito em que os fatos marcham, findará por não haver quem faça azeite e cheme que se quer no iluminar a cima do castelo pela eternidade e fora. E é bem de ver-se que corre ainda o contribuinte o risco de ser preso e processado se não tiver a licença estúpida, exatamente o que aconteceu com D. Maria Fernandes. Foi preso e solto em flagrante, em uma das ruas centrais da cidade, por ter em seu poder uma pistola de fabricação checoslovaca. Na primeira instância, acolhidas as razões de D. Maria, foi ela absolvida. A Promotoria Pública, entretanto, não se conformou com o resultado. Apelou sob o fundamento de que a decisão contrariaria a prova dos autos. Com efeito, alegou D. Maria que, no ocaso em que foi detida estava apenas na posse muito transitória da pistola, que lhe fora dada momentaneamente por um senhor que se achava em sua companhia e que a encarregou de guardá-la enquanto ia a pro-

— "O rapaz era valente, mesmo, e não o mattei como os jornais disseram, com um simples tiro. Ele espancou o "Fuinha", botou Jariás para correr e quando me viu com a arma na mão continuou avançando para mim, dizendo que ia me bater também. Atracot-se comigo. O primeiro disparo que fiz não o atingiu. Mas o segundo, quando já estávamos brigando, feriu-o no peito. Vi que ele ia cair e fugi".

Estas declarações foram feitas ontem pelo menor criminoso Waldir Meneses Malos, o "Manguito", de apenas 15 anos, que abateu o jovem estudante Odilo Costa, neto, em Santa Teresa. "Manguito" foi localizado, na madrugada de ontem, em um ponto qualquer da cidade, pelos repórteres José Carlos Régio e Luiz Pinto, após 72 horas de exaustivas buscas. A equipe de UH, na manhã do mesmo dia, apresentava o Juiz e jovem assassino, encaminhado ao Distrito Policial de Santa Teresa e acusado com seu companheiro de assalto, "Fuinha", o pivete "Manguito" confirmou inteiramente a história narrada aos repórteres deste jornal.

Na tarde de ontem, o Governador Carlos Lacerda compareceu ao 7.º DP (Santa Teresa) para ver o menino-monstro. Ali, soube que "Manguito" fora encontrado pelos repórteres de UH. Dirigindo-se ao repórter José Carlos Régio, o chefe do Executivo não pôde evitar o cumprimento ao homem que evitou maiores trabalhos às autoridades, focalizando o criminoso de Odilo, e lhe disse: "Obrigado, meu!"

APRESENTAÇÃO — Após terem descoberto o paradeiro de "Manguito", os repórteres de UH, às 10h30 de ontem foram apresentados ao Juiz Roberto Talavera Bruce, presidente do 1.º Tribunal do Juri. A apresentação deu-se na casa do magistrado. Conforme desejo do menor criminoso, não foi logo entre-

do às autoridades policiais por temor espantamento. Depois do contato com o Sr. Talavera Bruce, entretanto, o menor foi encaminhado ao 7.º DP, onde repete sua história.

DIA DO CRIME — Paralelo a inúmeras polícias, "Manguito" conta: — "Amanheci com o 'chaval' na zira quer dizer totalmente sem dinheiro. Tomei um ônibus na Favela do Pinto e saí para Flamengo, em frente à Rua Corrêa Dutra. Ali encontrei o motorista "Luizinho" e lhe disse não ter um níquel. Mas o motorista me respondeu que era difícil "elaborar um ganho", pois estava com o carro só de dia, ficando com o veículo à noite, seu companheiro Raimundo Nonato. Combinamos que esperaríamos por Raimundo e, de fato, ele não demorou a aparecer. Tomei o carro e mandei rumar para a Taberna da Glória. No caminho fui me entendendo com Raimundo e vi logo que ele também era dos bambas. Quando o táxi parou avistei o "Fuinha" e o convidei para uma "ronda". Ele aceitou e lá fomos. Subimos pela Rua Cândido Mendes. Paramos num bar e tomamos "umas e outras". Em Santa Teresa perseguiamos um casal de namorados, que fugiu. Vi que estavam muito felizes e dei-sei. Mas logo aí parou um bonde e saltaram várias pessoas. Me concentrei no casal, cujo moço tinha perna enfiada. A jovem se destacou um pouco e foi o bastião para quem desse tempo de dizer ao rapaz. Eh, meu chapão, isto é um assalto. Vai botando a mão na cabeça se não quiser abalar. Respondeu que não tinha nada para dar, mas vi logo o cordão de ouro e o relógio e mandei que o "Fuinha" começasse a depenar a vítima. Esqueci de dizer no começo que na Taberna da Glória havia encontrado um outro amigo, o Jariás, que me foi muito útil no caso do rapaz, pois, quando o "Fuinha" se ajeitou para meter as mãos

nos bolsos do moço, este o recebeu com uma série de bofetões.

VALENTE — Gritei que o "Fuinha" não temesse o homem, mas foi mesmo que nada. Jariás, mais parrudo, tentou enfrentá-lo e levou mão na cara também. Ai o rapaz parou para muita banda, embora tivesse lhe dito de novo que, se me atacasse, ia cair duro. Mas ele não se incomodou, embora a esta altura a moça começasse a fazer barulho. Mandou-me o braço e eu estreei o primeiro tiro. A bala revalou na pedra e atingiu a boia da moça. Me ataquei com o rapaz e acionei o gatilho de novo. Ele foi perdendo as forças e caiu. Ai tratei de fugir".

APELIDO — O apelido de "Manguito" o menor criminoso disse ter ganho "numa escola de samba, onde era considerado habna do passo". Depois, a uma pergunta sobre sua passagem pelo SAM, informou que sempre quando pretendia sair dali, para assaltar, contava com a colaboração dos fiscais Irineu e Santoro, aos quais dava de mil a quatro mil cruzeiros. Ao tomar conhecimento do fato, o atual diretor do SAM, Sr. Bartel, já havia iniciado inquérito para apurar a responsabilidade do fato.

MISSA DE 7.º DIA — Com o Mosteiro de São Bento totalmente tomado por populares, jornalistas e altas autoridades dos governos estaduais e federal, entre as quais anotamos os nomes dos Srs. Sete Câmara, Frederico Schmidt, Adolfo Bischof, Pedro Calmon, Gustavo Capanema, David Nasser, alunos da Faculdade de Filosofia e uma comissão de escoteiros do Grupo de Santa Teresa, Dom Timoteo celebrou, manhã de ontem, a missa de 7.º dia, pela alma do jovem estudante, Odilo Costa, neto assassinado sábado último. A jovem Irineu Lourenço, na morada de Odilo, estava no primeiro banco da igreja, ao lado dos pais e irmãos.



O repórter José Carlos Régio, de UH, encontra-se com o pivete "Manguito" no apartamento do Juiz Talavera Bruce, no edifício 104, da Rua Conselheiro Lafontes.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

O depoimento de Manguito revela tranquilidade. Um depoimento calmo. Linear. Sem emoções. Ele conta o fato como quem narra um passeio, em uma tarde qualquer, com seus amigos e, até mesmo, com certo orgulho do feito. A narrativa de Manguito me fez recordar de uma palestra proferida por Luiz Eduardo Soares, na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), em 2005, por ocasião do lançamento do livro *Cabeça de Porco*⁶, em que ele afirmava que a primeira vez que esses meninos pegam em uma arma, a primeira vez que eles se veem refletidos nos olhos de suas vítimas, ainda que com terror, eles sentem o prazer de sair da invisibilidade. Como uma forma às avessas de serem vistos, mas é a que traz a eles certo pertencimento e orgulho.

Em artigo publicado no dia 6.4.1963, na revista *O Cruzeiro*, com o título de *Meu Menino*, o orgulhoso pai publica trechos do texto escrito pelo filho em francês. Nele Odylinho falava sobre a ideia de felicidade que, para ele, passava pelo trabalho, o trabalho entendido como vocação. O rapaz herdara do pai a verve religiosa. Pouco antes de ser assassinado ele procurou Dom Cirilo no Mosteiro, queria conversar e confessar. Marcaram para o domingo. Não deu tempo... O almoço em família no sábado foi animado, debateram sobre sorvete! Odylo pai amava graviola, a mãe e o filho preferiam cajuzinha.

⁵ Reportagem ampliada para leitura em Anexo A.

⁶ Lançado pela editora Objetiva, escrito por Celso Athayde, MV Bill e Luiz Eduardo Soares, relata e analisa a violência urbana.

Quanto à sua namorada Irene Loewenstein, o ajudava com algumas disciplinas, era ela também que cuidava da sua inscrição para o curso de Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mesmo que o rapaz já estivesse aprovado em dois vestibulares, ele ia ficar no Rio. Tantos planos! Viajar para o rio Grande do Norte, para a Espanha, plantar árvores no sítio e fazer um roteiro sobre o assalto de Rio Bonito⁷. Irene foi aquela por quem o jovem lutou como um bravo, que viu tudo, que estava ao seu lado e cujo namoro havia iniciado a partir de um profundo elo de amizade e afinidades, escreveu diversos poemas em homenagem ao amado tentando aplacar a dor e a saudade.

MEIA-NOITE⁸

Vi teu rosto sereno
e teus olhos fechados
em severa ternura
Vi teus braços sobre o ventre
arqueados
e sozinhos os meus
Vi teus dedos entrelaçados
e de um frio estático
abrasar a vida que era nossa
Vi teu corpo esquecido
e a perda ternura
Vi
vi tudo
e quis ser tua novamente
Vi agora, ontem e amanhã
onde era o único dia que não existiu
era meia-noite quando te mataram.
(Poesia de Irene Loewenstein)

O padrinho, Ribeiro Couto, ficou encantado com uma carta que recebeu de Odylinho, viu no rapaz talento de escritor. O mesmo talento que Gilberto Amado também enxergou e exclamou diante da discussão sobre o futuro de Odylinho: “– Mas que discussão sem sentido! Ele vai ser escritor, é só o que ele vai ser!” Do assassinato em diante tudo se transformou em dor para a namorada Irene, os pais, Odylo e Nazaré, os familiares e amigos de Odylo Costa, neto. O pai escreveu ao padrinho:

Rio, 10 de março de 1963.
Couto⁹

⁷ “[...] compreensão e bondade para *gangsters* jovens, uma história brasileira.” (COSTA, Odylo. *O Cruzeiro*, 6.4.1963)

⁸ COSTA, 2000, p.140

⁹ “Rui Esteves Ribeiro de Almeida Couto foi o quarto ocupante da cadeira 26, eleito em 28 de março de 1934, na sucessão de Constâncio Alves e recebido pelo Acadêmico Laudelino Freire em 17 de novembro de 1934. Recebeu o Acadêmico Manuel Bandeira. Ribeiro Couto, diplomata, poeta, contista, romancista, magistrado e jornalista, nasceu em Santos, SP, em 12 de março de 1898, e faleceu em Paris, França, em 30 de maio de 1963. Filho de José de Almeida Couto e de Nísia da Conceição Esteves Ribeiro. Estreou no jornalismo em 1912, na imprensa de sua cidade natal. Em 1915, iniciou o curso da Faculdade de Direito de São Paulo, trabalhando

Seu afilhado não existe mais. Escrevo-lhe este bilhete nas vésperas dos seus 65 anos, quando eu e ele contávamos telefonar-lhe com o nosso nome no plural, só para lhe dar essa notícia, impossível de confiar ao telégrafo.

Ele morreu heroicamente, como homem: saltava ontem à noite do bonde com a namorada, eram dez e meia da noite, já vinha para casa. Três assaltantes queriam dinheiro. Não tinha. Quiseram a moça, negou, e como ele estava com a perna engessada (fraturara o pé no sítio) atiraram-lhe, ela crê, que de espoleta. Ele reagiu, desarmado. Um deles deu-lhe um tiro no estômago, bala calibre 22, o tiro atingiu a artéria ilíaca, ele perdeu logo os sentidos e morreu antes de chegar ao Pronto Socorro. Eram dez e meia da noite, perto do ponto da estação de bondes do Curvelo, no começo da Rua Santa Cristina (do outro lado morou um dia o poeta Manuel).

O enterro foi hoje às cinco horas. Escrevo-lhe à noite. Ele tinha 18 anos. Acabara de ser aprovado no vestibular de Direito, no de Ciências Sociais – e, na hesitação (aparente) que você conheceu por certo, ia fazer o de Administração da Fundação Getúlio Vargas. Para isso ficou aqui, enquanto íamos sábado ao sítio. Ao contrário do que dizia o Capistrano, quando a filha entrou para o convento – “consolação não quero nem preciso” – quero e preciso de consolação. Mas onde achá-la que baste a mim e à Nazareth?

Comunique à madrinha dele.

E nos abençoe.

Seu compadre a amigo,

Odylo

Odylo Costa, filho, tinha no seu primogênito seu maior orgulho. Odylinho era rapaz inteligente e nobre de caráter, firme na defesa de seus ideais, fazia trabalhos voluntários e acreditava na necessidade de lutar contra as injustiças sociais, como aluno estudou no Colégio de Aplicação e, aos dezoito anos, havia acabado de passar em dois vestibulares para Direito e Ciências Sociais. José Sarney¹⁰ ao despedir-se do amigo, no cemitério onde acabara de

no *Jornal do Comércio*, em 1916, e depois no *Correio Paulistano*. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e, em 1919, bacharelou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Publicou o seu primeiro livro de poesias, *O jardim das confidências*, em 1921. Trabalhou em diversos jornais, até 1922. Participou da Semana de Arte Moderna e, em seguida, retirou-se para o interior de São Paulo, em tratamento de saúde. Regressou ao Rio de Janeiro em 1928, entrando para o *Jornal do Brasil* como redator. Durante a sua permanência na Europa como cônsul, ocupou-se também de divulgar a literatura brasileira. Não interrompeu a colaboração para o *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *A Província* (de Pernambuco), sobre literatura e acontecimentos do estrangeiro. Suas obras em prosa, romances, contos, crônicas também refletem uma atmosfera intimista, ao retratar episódios simples, a gente humilde dos subúrbios e a vida anônima das pequenas ruas e casas pobres.”

Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/ribeiro-couto/biografia> Acesso em: 02 de dezembro de 2018

¹⁰ “José Sarney nasceu em Pinheiro (MA), a 24 de abril de 1930. Filho de Sarney de Araújo Costa e Kyola Ferreira de Araújo Costa. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Maranhão. Casado com Marly Macieira Sarney. Filhos: Roseana Sarney Murad, Fernando José Macieira Sarney e José Sarney Filho. Foi Deputado Federal (1956-59, 1959-63 e 1963-65), Governador do Estado do Maranhão (1965-1970), Senador da República pelo Maranhão (1971-79 e 1979-85), Vice-presidente da República (1985), Presidente da República (1985-90), Senador da República pelo Amapá (1991-99; 1999-2007 e 2007-2015) e Presidente do Senado Federal (1995-97 ; 2003-05 e 2009-2013). É o mais longevo político brasileiro, com 60 anos consecutivos de mandatos eletivos e com o maior tempo de mandatos no Senado Federal (39 anos). Membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Maranhense de Letras, da Academia Brasiliense de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa. Redator dos jornais *O Imparcial*, *Combate*, *Jornal do Dia*, *Jornal do Povo*, *O Estado do Maranhão*, São Luís, Maranhão (1947-1980). Diretor do Suplemento de Letras e Artes de *O Imparcial* (1950). Colaborador dos jornais *Diário de Pernambuco* e *Correio do Ceará*, das revistas *Clã* (Ceará), *Região* (Pernambuco), e *Ilha* (Maranhão) (1948), do *Jornal do Brasil*, de *O Globo*, das revistas *Senhor* e o *Cruzeiro*; da *Folha de*

sepultar o filho, Odylo repetiu ao seu abraço palavras de um conto que escrevera: “Deus quis, Deus fez, Deus seja louvado.”¹¹

O jornalista Odylo nunca mais seria o mesmo. O filho fora atingido mortalmente no ventre e ele, Odylo pai, no coração, que sucumbirá definitivamente em 19 de agosto de 1979. Em mais um artigo publicado na imprensa o jornalista fala sobre o filho e a tragédia novamente:

Pois, mataram-no. Não era soldado em guerra estrangeira nem militante em luta revolucionária. Não estava em desastre de trem, queda de avião ou cataclismo da natureza. Usava apenas esse humilde direito civil, passear com sua namorada, antes da meia-noite, no bairro lírico de Santa Teresa, onde fora criado e amava. Era um estudante de blusão com a namorada, falavam coisas simples, quando o mal lhe surgiu pela frente, e desarmado reagiu diante de um revólver, no sacrifício e na resistência. Defender a honra, própria e alheia, vale morrer. Ele não hesitou um segundo na opção. Não entregou a modesta quantia que no bolso lhe restava do primeiro salário. E não entregou a moça que, dias antes, na dedicatória de um livro, chamava de “minha vida”. Deu a vida. [...] mas do fundo do desespero que me imobilizava clamei pedindo que salvassem os outros meninos. Porque o tiro que desgraçadamente matara meu filho fora de outro rapaz, mais novo do que ele, que aos onze anos cometera o primeiro furto e aos quinze se marcava com a primeira morte. (COSTA, *JB*, 19.4.1964)

Hoje essa história seria mais uma entre tantas que ouvimos diariamente nos jornais, ou ouvimos e vemos na TV. Em 1963 era assim? Crimes que envolvessem a classe média eram comuns? Segundo sua sobrinha e biógrafa não (COSTA, 2000), o assassinato de Odylinho inaugura uma ruptura. No fim de semana em que ocorreu o assassinato, no Estado da Guanabara, em diferentes locais, houve 19 assaltos e uma morte. A morte de Odylinho. O caso causou comoção nacional, em parte por ser o rapaz filho do influente jornalista Odylo Costa, filho, mas também por ser um marco do momento em que há a quebra do equilíbrio imaginário entre ricos e pobres. Momento em que tragédias desse tipo ultrapassaram as barreiras geográficas das periferias da cidade e atingiram em cheio a classe média antes “protegida” da violência urbana e da desigualdade social.

S. Paulo (1982-85 e durante 20 anos consecutivos, de 1991 a 2011) e *O Estado do Maranhão*. Membro do InterAction Council (ex-chefes de Estado e de Governo). Doutor Honoris Causa das seguintes universidades: Universidade de Coimbra; Universidade de Moscou; Academia Dako Romana; Universitatea de Vest “Vasile Goldis” Arad; Universidade Federal do Maranhão; Universidade Estadual do Maranhão.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/jose-sarney/biografia> Acesso em: 15 de novembro de 2018.

¹¹ SARNEY, José. Odylo de Nazareth. 03 de janeiro de 2015. Disponível em:

<http://www.portalentretextos.com.br/noticias/odylo-de-nazareth,2032.html> Acesso em: 15 de novembro de 2018

1.1 Uma tragédia anunciada na vida de Odylo Costa, filho¹²

Odylo Costa, filho¹³ nasceu em São Luís do Maranhão em 14 de dezembro de 1914, filho de Odylo de Moura Costa e Maria Aurora Alves Costa. Ainda criança mudou do Maranhão para o Piauí, visto que seu pai era um desembargador que trabalhara tanto em São Luís quanto em Teresina. No Piauí fez seus estudos primários no Colégio Sagrado Coração de Jesus e os secundários no Liceu Piauiense. Certamente, isso explica a afetividade que dedicava às duas cidades. O pai foi importante na sua formação erudita, afinal, tinha uma biblioteca razoável, ensinava ao garoto o idioma francês e mudou com toda a família para o Rio de Janeiro para que seu filho pudesse ter a melhor formação possível. Em março de 1930 eles vão morar no Grajaú, na Rua Caçapava. Naquela época, para ser jornalista e escritor era necessário cursar a Faculdade de Direito. Odylo foi aprovado para o curso na Universidade do Maranhão, entretanto, com a mudança, precisou fazer novos exames e foi aprovado novamente para a Faculdade de Direito, agora na Universidade do Brasil, que futuramente será a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Assim, concluiu seu curso em dezembro de 1933.

No Rio de Janeiro que Odylo Costa, filho vai se transformar num jornalista político com participação efetiva na história do país. A rede de sociabilidade dele contava, por exemplo, com figuras como: Manuel Bandeira¹⁴, Rachel de Queiroz¹⁵, Rubem Fonseca¹⁶,

¹² Os dados biográficos de Odylo Costa, filho foram encontrados nas seguintes fontes: COSTA, Cecília. *Odylo Costa, filho*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000; COSTA, Odylo. *Meus meninos, os outros meninos*. Rio de Janeiro: Record, 1981; <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/biografia> e https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/odilo_costa_filho Acesso em: 20 de novembro de 2018.

¹³ Odylo adotou o *filho* como forma de distinção de seu pai que também se chamava Odylo, contudo o termo não faz parte de seu nome, por isso, aparece grafado com letra minúscula após vírgula. O mesmo se dá com o *neto* de Odylinho.

¹⁴ “Terceiro ocupante da Cadeira 24 da ABL, eleito em 29 de agosto de 1940, na sucessão de Luís Guimarães e recebido pelo Acadêmico Ribeiro Couto em 30 de novembro de 1940. Recebeu os Acadêmicos Peregrino Júnior e Afonso Arinos de Melo Franco. Manuel Bandeira (Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho), professor, poeta, cronista, crítico e historiador literário, nasceu no Recife, PE, em 19 de abril de 1886, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de outubro de 1968. Antecipador de um novo espírito na poesia brasileira, Bandeira foi cognominado, por Mário de Andrade, de “São João Batista do Modernismo”. Por intermédio do amigo Ribeiro Couto, Manuel Bandeira conheceu os escritores paulistas que, em 1922, lançaram o movimento modernista. Não participou diretamente da Semana, mas colaborou na revista *Klaxon* e também na *Revista de Antropofagia*, *Lanterna Verde*, *Terra Roxa* e *A Revista*.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/manuel-bandeira/biografia> Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

¹⁵ “Quinta ocupante da Cadeira 5, eleita em 4 de agosto de 1977, na sucessão de Candido Motta Filho e recebida pelo Acadêmico Adonias Filho em 4 de novembro de 1977. Raquel de Queirós nasceu em Fortaleza (CE), em 17 de novembro de 1910, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 4 de novembro de 2003. Filha de Daniel de Queirós e de Clotilde Franklin de Queirós, descende, pelo lado materno, da estirpe dos Alencar, parente, portanto do autor ilustre de *O Guarani*, e, pelo lado paterno, dos Queirós, família de raízes profundamente lançadas no Quixadá e Beberibe. No Rio, onde passou a residir em 1939, colaborou no *Diário de Notícias*, em *O Cruzeiro* e em *O Jornal*. Escreveu duas peças de teatro, *Lampião*, em 1953, e *A Beata Maria do Egito*, de 1958. No campo da literatura infantil, escreveu o livro *O menino mágico*, eram as histórias que inventava

Ziraldo¹⁷, Otto Lara Resende¹⁸, Villas-Boas Corrêa¹⁹, José Sarney, Afonso Arinos²⁰ e Carlos Castello Branco²¹, dentre outros. Também, vai trabalhar em jornais importantes e sua

para os netos. Dentre as suas atividades, destacavam-se também a de tradutora, com cerca de quarenta volumes vertidos para o português. Participou da 21ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 1966, onde serviu como delegada do Brasil, trabalhando especialmente na Comissão dos Direitos do Homem.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/rachel-de-queiroz/biografia> Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

¹⁶ “Rubem Fonseca é um escritor brasileiro, considerado um dos maiores ficcionistas em atividade no Brasil. Ganhou vários prêmios, entre eles a Coruja de Ouro, o Kikito do Festival de Gramado, o Prêmio Jabuti e o Prêmio Camões. Rubem Fonseca nasceu em Juíz de Fora, Minas Gerais, no dia 11 de maio de 1925. Estudou Direito na Universidade do Brasil, hoje Universidade do Rio de Janeiro.” FRAZÃO, Dilva. Disponível em: https://www.ebiografia.com/rubem_fonseca/ Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

¹⁷ “Ziraldo é um cartunista, desenhista, jornalista, cronista, chargista, pintor e dramaturgo brasileiro. É o criador do personagem de quadrinhos infantil “O Menino Maluquinho”. Foi um dos fundadores da revista humorística “O Pasquim”. Ziraldo Alves Pinto nasceu em Caratinga, Minas Gerais, no dia 24 de outubro de 1932. Seu nome vem da combinação dos nomes de sua mãe, Zizinha e o de seu pai Geraldo. Desde criança já mostrava seu talento para o desenho. Com seis anos teve um desenho seu publicado no jornal Folha de Minas. As obras de Ziraldo já foram traduzidas para diversos idiomas e publicadas em revistas conhecidas internacionalmente, como a inglesa Private Eye, a francesa Plexus e a americana Mad. Em 2004, Ziraldo ganhou, com o livro “Flicts,” o Prêmio Internacional Hans Christian Andersen. Em 2008, Ziraldo recebeu o VI Prêmio Ibero Americano de Humor Gráfico Quevedos. Em 2009, foi lançado o livro “Ziraldo em Cartaz”, que reúne cerca de 300 ilustrações para peças elaboradas pelo cartunista. Em 2016, Ziraldo recebeu a Medalha de Honra da Universidade Federal de Minas Gerais.” FRAZÃO, Dilva. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/ziraldo/> Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

¹⁸ “Sexto ocupante da Cadeira 39, eleito em 3 de julho de 1979, na sucessão de Elmano Cardim e recebido pelo Acadêmico Afonso Arinos de Melo Franco em 2 de outubro de 1979. Otto Lara Resende nasceu na cidade de São João del-Rei, a 1º de maio de 1922. Filho de Antônio de Lara Resende e Maria Julieta de Oliveira Resende. Faleceu no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1992. Formou-se em Direito pela Universidade de Minas Gerais. Jornalista de notável capacidade de expressão colaborou em “O Globo”, “Zero Hora” e na “Folha de São Paulo”, além de outros periódicos de menor expressão.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/otto-lara-resende/biografia> Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

¹⁹ “Luís Antônio Vilas-Boas Correia nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 2 de dezembro de 1923, filho do desembargador Merolino Raimundo de Lima Correia e de Maria Safira Vilas-Boas Correia. Entre 1932 e 1942 estudou no Instituto Lafayette, em sua cidade natal, ingressando a seguir na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi presidente do centro acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade de Direito, tendo assinado o manifesto da entidade que saudou a queda do presidente Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo em outubro de 1945. Diplomado em ciências jurídicas e sociais em 1947, iniciou-se na imprensa em 1948 como jornalista político de *A Notícia*, no Rio de Janeiro, numa época em que o processo de redemocratização trazia de volta aos jornais os debates de cunho político. Em junho de 1951 participou da fundação de *O Dia*, de propriedade da mesma empresa, no qual permaneceria até aposentar-se. Ainda em 1952, ingressou no *Diário de Notícias* e na *Tribuna da Imprensa*, ambos no Rio de Janeiro. No governo de João Café Filho (1954-1955), quando Odylo Costa Filho foi diretor da Rádio Nacional, Vilas-Boas Correia manteve um programa de entrevistas com parlamentares chamado “Antena política”. Em 1959 entrou para o *Jornal do Brasil*, tendo colaborado na seção “Coisas de política” até 1960. Após o movimento político-militar de março de 1964, foi durante pouco mais de um ano chefe da assessoria de relações públicas de Juarez Távora, ministro da Viação e Obras Públicas. Durante o governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), foi transferido em 1969 para a Agência Nacional, onde fazia comentários para a *Voz do Brasil*, distribuindo-os depois para outras estações radiofônicas. Aí permaneceu até 1978, quando se aposentou do serviço público como redator.” KUSHNIR, Beatriz. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilas-boas-correia> Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

²⁰ “Quinto ocupante da Cadeira 25, foi eleito em 23 de janeiro de 1958, na sucessão de José Lins do Rego e recebido em 19 de julho de 1958 pelo acadêmico Manuel Bandeira. Recebeu os acadêmicos Guimarães Rosa, Otto Lara Resende, Antônio Houaiss e Oscar Dias Correia. Afonso Arinos de Melo Franco, jurista, professor, político, historiador, crítico, ensaísta e memorialista, nasceu em Belo Horizonte, MG, em 27 de novembro de 1905, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 27 de agosto de 1990. Era filho de Afrânio de Melo Franco e de Sílvia Alvim de Melo Franco, ambos de linhagem ilustre. Seu avô materno, Cesário Alvim, fora grande político no Império e na República; seu pai fora um dos expoentes da primeira e segunda Repúblicas, e o irmão Virgílio contribuiu de modo decisivo para a vitória da Revolução de 1930 e do movimento de

participação é considerada por muitos como decisiva na reformulação do *Jornal do Brasil* (JB) no final da década de 1950.

O envolvimento com política se deve ao profundo laço de amizade que irá estabelecer com o filho de Afonso de Melo Franco, Virgílio de Melo Franco²². Através dele conhecerá

redemocratização do país em 1945. Seu tio Afonso Arinos (primeiro deste nome) é mestre do regionalismo brasileiro. Após estudos realizados em Genebra, ingressou no magistério superior, contratado como professor de História da Civilização Brasileira na extinta Universidade do Distrito Federal, fundada por Anísio Teixeira, onde lecionou nos anos de 1936 e 1937. Em 1946, foi nomeado professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco (curso de preparação para a carreira diplomática, do Ministério das Relações Exteriores). Obteve após concurso as cátedras de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Foi eleito deputado federal por Minas Gerais em três legislaturas (de 1947 a 1958). Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Mista de Leis Complementares, relator da Comissão Especial constituída para emitir parecer acerca da emenda parlamentarista à Constituição, membro da Comissão de Reforma Administrativa, líder da União Democrática Nacional até 1956, e depois líder do bloco da oposição até 1958, relator da Comissão Especial para emitir parecer sobre a autonomia do Distrito Federal e autor da lei contra a discriminação racial, que tomou o seu nome (Lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951). Foi membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do Conselho Federal de Cultura (nomeado em 1967, quando da sua criação, e reconduzido em 1973) e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/afonso-arinos-de-melo-franco/biografia> Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

²¹ “Sexto ocupante da cadeira 34, eleito em 4 de novembro de 1982 na sucessão de R. Magalhães Júnior e recebido em 25 de maio de 1983, pelo acadêmico José Sarney. Carlos Castello Branco, jornalista, contista e romancista, nasceu em Teresina, PI, em 25 de junho de 1920, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1º de junho de 1993. Era filho do desembargador Christino Castello Branco e de Dulcilla Santana Branco. Formou-se em Direito pela Universidade de Minas Gerais, em 1943. Jornalista desde 1939 trabalhou na cadeia dos Diários Associados, passando por diversos cargos de chefia e fixando-se como repórter político, a partir de 1949, inicialmente no *O Jornal*, depois no *Diário Carioca* e na revista *O Cruzeiro*. Jornalista dos mais conhecidos e respeitados, foi eleito, em 1976, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, cargo que exerceu até 1981.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/carlos-castello-branco/biografia> Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

²² “Virgílio Alvim de Melo Franco nasceu em Ouro Preto (MG), em 1897. Sua família possuía grande influência na política mineira e nacional. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, ocupou postos importantes no governo e no Parlamento durante a República Velha, e foi o primeiro ministro das Relações Exteriores do país após a Revolução de 1930. Seu irmão, Afonso Arinos de Melo Franco, também chefiou o Itamarati, no início da década de 60. Advogado, Virgílio de Melo Franco formou-se pela Faculdade Livre de Direito, do Rio de Janeiro, em 1918. Nessa mesma época, exerceu seu primeiro cargo público, como chefe de gabinete de seu pai, quando este esteve à frente do Ministério da Viação, no governo de Delfim Moreira (1918-1919). Em 1922, elegeu-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), ao mesmo tempo em que apoiava a eleição do mineiro Artur Bernardes à presidência da República. Durante o governo de Washington Luís, Virgílio aproximou-se da oposição e dos tenentes, passando a cogitar da derrubada do regime pela via armada mesmo antes da derrota da Aliança Liberal, no pleito presidencial realizado em março de 1930. Concretizada a derrota eleitoral de Vargas, retomou as atividades conspirativas e esteve entre os principais articuladores da insurreição de outubro daquele ano, que depôs Washington Luís e impediu que Júlio Prestes, eleito em março, tomasse posse. Em outubro de 1943, foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento que representou o primeiro golpe na censura do Estado Novo, após muitos anos. Por conta disso, foi exonerado da direção do Banco Transatlântico. No final de 1944, foi preso por alguns dias, acusado de atividades contra o regime. Em janeiro do ano seguinte, participou, como delegado do Distrito Federal, do Congresso Brasileiro de Escritores, evento que representou novo golpe no regime ditatorial. Ainda em 1945, esteve entre os principais articuladores da União Democrática Nacional (UDN), partido político que reunia a oposição liberal ao Estado Novo. Morreu assassinado no Rio de Janeiro, em 1948. O crime, cometido por um ex-empregado que também foi morto na luta corporal travada com Virgílio, jamais teve suas causas esclarecidas.” Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/virgilio_de_melo_franco Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

Luís Camilo de Oliveira Neto²³, Dario de Almeida Magalhães²⁴, além de outros homens que subscreveram o Manifesto dos Mineiros que levou, entre outros fatores, à queda de Getúlio Vargas.

O manifesto divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendia o fim da ditadura do Estado Novo e pedia a redemocratização do país. Entre seus 92 signatários incluíam-se Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga.

²³ “*Luís Camilo de Oliveira Neto* nasceu em Itabira do Mato Dentro (MG) no dia 9 de setembro de 1904, filho de João Camilo de Oliveira Torres e de Rosa Assis de Oliveira Drummond. Seu irmão, João Camilo de Oliveira Torres, foi importante historiador. Em 1934, ano em que Capanema foi nomeado ministro da Educação, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, passou a servir no Ministério da Educação e foi nomeado diretor da Casa de Rui Barbosa, onde elaborou o plano de publicação das obras completas do patrono da instituição. Em 1936 foi nomeado membro do Conselho Nacional de Educação por Gustavo Capanema. Em junho de 1938 tornou-se professor catedrático de história do Brasil da Universidade do Distrito Federal (UDF). A universidade fora criada em 1935 sob a inspiração de Anísio Teixeira, então diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal. Entre 1936-1940 foi membro do Conselho Nacional de Educação e, entre 1940 e 1943, diretor do Serviço de Documentação e da Biblioteca do Itamarati. Foi exonerado dessas funções por sua ativa participação na elaboração do texto-fusão do Manifesto dos mineiros, do qual foi signatário. Luís Camilo de Oliveira Neto só retomou seu posto na chefia do Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores em 1945, com a queda do Estado Novo e a redemocratização do país. Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1953.” ABREU, Alzira Alves de. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-neto-luis-camilo-de> Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

²⁴ “*Dario Paulo de Almeida Magalhães* nasceu em Belo Horizonte no dia 26 de fevereiro de 1908, filho do desembargador Rafael de Almeida Magalhães e de Margarida Fonseca de Almeida Magalhães. Em 1929, assumiu a diretoria do jornal *O Estado de Minas*, no qual permaneceria até 1933. Apoiou a Revolução de 1930, exercendo neste ano a função de oficial-de-gabinete de José Carneiro de Resende, secretário de Finanças durante o governo do presidente mineiro Olegário Maciel (1930-1933). Entre 1930 e 1933, militou no Partido Republicano Mineiro (PRM), tendo sido eleito em maio de 1933 deputado à Assembléia Nacional Constituinte, cargo ao qual renunciou em favor de suas atividades jornalísticas. Mudou-se ainda em 1933 para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tornando-se diretor dos Diários Associados, posição que ocuparia até 1942. No pleito de outubro de 1934, obteve uma suplência de deputado federal na legenda do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, assumindo o mandato em outubro do ano seguinte. Afastou-se do PP em 1936, mas cumpriu o mandato até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. Foi signatário do *Manifesto dos mineiros*, tendo sido o autor de um dos três esboços, afinal fundidos por Virgílio de Melo Franco na versão definitiva. Em 1944, Dario participou de uma conspiração contra a ditadura, sendo preso e recolhido. Com a desagregação do Estado Novo, participou, em abril de 1945, da primeira reunião do diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN), em agosto, contudo, desligou-se da UDN, ligando-se ao Partido Republicano (PR), do qual foi secretário-geral e ao qual pertenceu em 1947. Indicado para ocupar a pasta da Educação e Saúde no governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), sofreu oposição do jornalista Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados, que impediu-lhe a assunção ao cargo. Durante o governo de Carlos Lacerda (1961-1966), foi presidente do Banco do Estado da Guanabara, depois Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), atuando também como diretor de empresas industriais, fiduciárias e construtoras, além da Empresa Jornalística Estado de Minas. Auxiliar do advogado-geral do estado de Minas Gerais durante certo período, pertenceu ao Instituto dos Advogados Brasileiros. Em 1975, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) concedeu-lhe a medalha Rui Barbosa. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 13 de maio de 2007.” FONTES: ASSEMB. LEGISL. MG. *Dicionário biográfico*; CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, P.; Globo (15/3/07); HIPÓLITO, L. *Manifesto*; INF. Alberto Venâncio Filho; NABUCO, C. *Vida; Personalidades*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dario-paulo-de-almeida-magalhaes> Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

Os laços que uniam esses personagens não seriam apenas políticos, mas também de amizade e compadrio. Virgílio foi padrinho de um dos filhos de Odylo, o Pedro. Luis Camilo foi padrinho de Virgílio, quarto filho do jornalista.

Odylo vai participar da criação da União Democrática Nacional (UDN), partido conservador, católico e liberal. Apesar de sua sobrinha, Cecília Costa, responsável por sua biografia na série *Perfis do Rio* (2000), afirmar que ele se preocupava com os excluídos e puxá-lo um tanto para a esquerda, ele irá ser fiel aos ideais udenistas até o final de sua vida.

O primeiro jornal onde Odylo atuou como jornalista profissional no Rio de Janeiro foi o *Jornal do Commercio*, em 06 de janeiro de 1931, naquela ocasião, conduzido ao jornal por Félix Pacheco²⁵, piauiense, que vai dar a ele a tarefa de cobrir o Ministério do Trabalho, chefiado por um tenente gaúcho que participou do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder: Lindolfo Collor²⁶. Em seu depoimento à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1977, Odylo, deixa transparecer certa admiração pelo então ministro que, teve a ideia de criar o salário mínimo e que possuía, segundo ele, uma enorme habilidade de negociação e sagacidade argumentativa.

²⁵ “Félix Pacheco (José Félix Alves Pacheco) era jornalista, político, poeta e tradutor. Nasceu em Teresina, PI, em 2 de agosto de 1879, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 6 de dezembro de 1935. Era filho do magistrado Gabriel Luiz Ferreira e de D. Maria Benedita Cândida da Conceição Pacheco. Fez seus estudos primários no Colégio Karnec na sua cidade natal. Em 1890 trouxe-o para o Rio seu tio e protetor, o senador Teodoro Alves Pacheco, cujo nome adotou em reconhecimento pelo tratamento que sempre lhe dispensou. Aos doze anos matriculou-se no Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde fez humanidades, e depois cursou a Faculdade de Direito. Em 1897, ingressou no jornalismo, como repórter de *O Debate*. Dois anos depois, pela extinção do jornal, fez carreira no *Jornal do Comércio*, do qual se tornou diretor-proprietário. Em 1908, casou-se com Sra. Dora Rodrigues.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/felix-pacheco/biografia> Acesso em: 11 de novembro de 2018.

²⁶ “Lindolfo Leopoldo Boekel Collor nasceu em São Leopoldo (RS), em 1890. Farmacêutico, formado em Porto Alegre, jamais exerceu a profissão, preferindo dedicar-se à imprensa. Iniciou sua carreira de jornalista em Bagé, onde residiu entre 1909 e 1911. Nesse ano transferiu-se para o Rio de Janeiro para trabalhar no *Jornal do Comércio*, frequentando, ainda, os meios literários da cidade. Casou-se em 1914 e assumiu a direção do jornal *A Tribuna*, pertencente ao seu sogro, o deputado paranaense Bartolomeu de Souza e Silva. Em 1919, voltou a Porto Alegre para dirigir *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), a convite de Borges de Medeiros, principal líder da agremiação. Em 1921, elegeu-se deputado estadual pelo PRR. Em seus editoriais em *A Federação* condenou o levante tenentista de 1922, enfatizando a necessidade de defesa da ordem. No ano seguinte, elegeu-se deputado federal e voltou ao Rio de Janeiro. Ali, tornou-se o redator-chefe de *O País*. Na Câmara Federal integrou as comissões de Diplomacia e Tratados e de Finanças, ocupando ainda a liderança do PRR. Foi articulador destacado da chapa oposicionista da Aliança Liberal, que lançou o nome de Getúlio Vargas para concorrer nas eleições presidenciais de 1930. Redigiu o manifesto da Aliança e dirigiu o jornal *A Pátria*, porta-voz oficial da coligação. Com a derrota eleitoral de Vargas, teve participação importante nos preparativos revolucionários. Empossado o novo governo, uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja chefia foi entregue a Lindolfo Collor. À frente dessa pasta promoveu profundas alterações no tratamento dado à questão social no país, ocupando-se do reconhecimento de entidade sindicais, da constituição de juntas de conciliação para os conflitos entre patrões e empregados, da regulamentação da jornada diária de trabalho, da regulamentação do trabalho feminino e infantil, entre outros aspectos. Morreu em setembro de 1942, no Rio de Janeiro. Um dos seus netos, Fernando Collor de Melo, foi presidente do Brasil entre 1990 e 1992.” Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo_collor Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

No entanto, devido às vicissitudes e incertezas da vida como jornalista, Odylo fará concurso para Procurador do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC), ingressando no serviço público nos anos 1940, sem abandonar o jornalismo. Por outro lado, concilia as atividades, porque à época era comum aos jornalistas atuarem em mais de um veículo ao mesmo tempo, e/ou terem outros empregos, a maioria públicos, para terem outra fonte de renda. Em 1950, retomou o trabalho junto à grande imprensa, atuando no *Diário de Notícias*, onde permaneceu até ir atuar como assessor de imprensa de Café Filho²⁷. Uma das críticas que fazem a Odylo Costa, filho é sua parcialidade. Ele não escondia seus ideais udenistas nos textos que publicava. Era antigetulista ferrenho – como todos os udenistas - e, como todo udenista, temia os comunistas, os trabalhistas e os populistas.

Também escreveu crônicas para o jornal de Carlos Lacerda, o *Tribuna da Imprensa*, falando de política e também sobre felicidade doméstica, casou com Maria de Nazareth Pereira da Silva em janeiro de 1942. O casamento aconteceu em Teresina, mas contou, mesmo à distância, com a bênção dos três padrinhos que moravam no Rio de Janeiro: Ribeiro Couto, Carlos Drummond de Andrade²⁸ e Manuel Bandeira, cuja bênção foi em forma de poesia:

Vai a bênção que pediste.²⁹
Mas a bênção maior é
Ganhar em Natal tão triste
Maria de Nazareth.

O casal teve dez filhos: Maria, Odylinho, Pedro, Teresa, Virgílio, Maria Aurora, Antônia, Isaías e Manuel. Uma das crianças faleceu ao nascer. Drummond também escreveu, inspirado pelo aniversário de cinquenta anos de Odylo, um soneto em homenagem ao casal:

²⁷ “João Café Filho nasceu em Natal (RN) no dia 3 de fevereiro de 1899, filho de João Fernandes Campos Café e de Florência Amélia Campos Café. Mudou-se para Recife em 1917. Trabalhou como comerciário para custear os estudos na Academia de Ciências Jurídicas e Comerciais. Prestou concurso para advogado do Tribunal de Justiça. Sua atividade jornalística começou em 1921, quando fundou o *Jornal do Norte*, oposicionista. Tornou-se, em 1925, diretor de *A Noite*, de Recife. Já no Rio, em 1929, torna-se redator de *A Manhã*. Durante a Revolução de 1930 transferiu-se para o Rio Grande do Norte, onde foi nomeado chefe de polícia. Fundou em abril de 1933 o Partido Social Nacionalista (PSN) do Rio Grande do Norte, organizado para concorrer às eleições de maio seguinte para a Assembleia Nacional Constituinte. Afastado da chefia de polícia, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como inspetor no Ministério do Trabalho até julho de 1934. Quando Vargas foi reeleito em outubro de 1950, Café Filho obteve a vice-presidência. Com o suicídio de Vargas assume a presidência tornando-se o 18º Presidente do Brasil, no período de 1954 a 1955”. ABREU, Alzira Alves (Coord. Geral). *Dicionário Histórico Biográfico da 1ª República. 1889-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001p. 925

²⁸ “Carlos Drummond de Andrade (1902–1987) foi um poeta brasileiro. ‘No meio do caminho tinha uma pedra / tinha uma pedra no meio do caminho’. Este é um trecho de uma das poesias de Drummond, que marcou o 2º Tempo do Modernismo no Brasil. Foi um dos maiores poetas brasileiros do século XX.” FRAZÃO, Dilva. Disponível em: https://www.ebiografia.com/carlos_drummond/ Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

²⁹ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/discurso-de-recepcao> Acesso em: 12 de novembro de 2018.

SONETO DE ODYLO E NAZARETH³⁰

De mirante no sítio do Rocio
 Odylo vê o mundo – campo largo,
 campo-maior, onde se estende o fio
 da completa existência, e, suave amargo,
 o fruto de viver se colhe: sabe
 a tudo que foi sonho e, ainda sonho,
 vige, esperança eterna, que não cabe
 no tempo o ser, e o vinho no vidonho.
 Odylo e Nazareth, tão irmanados
 que um não é sem o outro, na paisagem
 de filhos e trabalhos ajustados
 ao desígnio de Deus: em clara imagem,
 feita de transparência e aberta em flor,
 nos dois se grava esta lição: Amor.

A casa de Odylo e Nazareth em Santa Teresa era um paraíso para intelectuais, políticos e artistas em geral. O sobrado da Rua Áurea era uma casinha branca que ficava em frente a uma igreja cujo padre era o Monsenhor Nabuco, filho de Joaquim Nabuco, sim, o abolicionista. Eram excelentes anfitriões. Naquele momento, escreveria Manuel Bandeira à Nazareth:

Nossa Senhora me abraçou,³¹
 Sorrindo, disfarçada em rara
 Terrena forma nordestina.
 E a minha alma se iluminou,
 Como jamais se iluminara,
 Recebendo a bênção divina.

Por outro lado, cercada de livros e redes a casa estava sempre de portas abertas, mesa farta e boa conversa, onde havia poemas emoldurados e obras do mestre Vitalino³². As crianças brincavam livremente pela espaçosa residência que contava com árvores frutíferas e o canto dos pássaros a embalar o lugar idílico onde se podiam encontrar livros até mesmo no banheiro. As pessoas podiam entrar na casa simplesmente para ler, mas não levar, não emprestava seus livros, não gostava. O jornalista era um homem religioso, devoto de São Francisco de Assis. A biógrafa Cecília Costa lembra ainda que Odylo tinha fé nos papagaios, aliás, característica comum aos irmãos Costa; conhecido entre os amigos como um homem guloso! O jornalista considerava o ato de comer tão nobre como as demais artes. Aquela residência do casal tinha alma, uma união perfeita entre a amabilidade de Odylo e a afetuosa

³⁰ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/discurso-de-recepcao> Acesso em: 12 de novembro de 2018.

³¹ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/discurso-de-recepcao> Acesso em: 12 de novembro de 2018.

³² Vitalino Pereira dos Santos, Mestre Vitalino (1909 - 1963), foi ceramista popular e músico. Notabilizou-se por moldar figuras de argila inspiradas nas crenças populares, em cenas do universo rural e urbano, no cotidiano popular, nos rituais e no imaginário da população do sertão nordestino brasileiro.

presença de Nazareth, responsável pela “comidalhada” que tanto alegrava o marido e as inúmeras visitas.

Figura 2 - O casal Odylo e Nazareth em sua primeira viagem à Europa.



Fonte: COSTA, 2000, pg. 91

Na fotografia podemos observar a imagem construída de Nazareth por tantos amigos da família que aparecem na biografia escrita pela sobrinha do casal, nos discursos da ABL e nos delicados versos dos poetas: ela era uma figura bela, ativa e plácida. Por outro lado, transmitia serenidade ao lado de Odylo que transparece um ar mais *agitado* e vivaz nas imagens que vamos encontrar dele. Em seu discurso de recepção a Odylo na ABL³³, Peregrino, exaltará Nazareth:

Em êxtase lírico – diante de Nazareth – seu único Amor e sua Musa – Odylo Costa filho abre um novo capítulo na sua bela carreira: vê crescerem, em tomo do casal feliz, os filhos numerosos, que vão compor o lar harmonioso e fecundo de Santa Teresa. Esses filhos, muitos e queridos – sol das suas manhãs, alegria das suas tardes, estrelas de sua vida (e quero exaltar particularmente aquela que é minha afilhada, a linda e doce Antônia, que, como Nazareth, palmeira alta e graciosa que também ascende a verde trança para o tempo), compõem e completam a harmonia da incomparável Casa da Montanha.

Cria-se, então, em torno de Nazareth – tão linda que Ribeiro Couto a chamava de “Miss Teresina” – uma nova devoção – a devoção da grei da Rua Áurea – e da Santa mais bonita do mundo, “Santa Nazareth”, como a denominava Gilberto Amado. Todos nós, os amigos de Odylo, ou seu Fã-Clube, como prefere o presidente Austregésio de Athayde, todos nós pertencemos à nova devoção dessa família de Boasgentes, consanguínea dos Bonsdeuses, como lá diz na sua linguagem roseana o ex-governador José

³³ Cronologia de Odylo Costa, filho elaborada pela ABL, disponível na página da Academia, segue em Anexo A.

Sarney. Essa nossa devoção particular tem uma imagem central: “Santa Nazareth”, amada de todos, cantada em prosa e verso.

Esse ser privilegiado que é Nazareth – cuja magia a todos alumbra e domina docemente – ó luz amanhecendo do claro dia! – é a chave do segredo de todos os êxitos do novo acadêmico. Todos sabemos a importância que têm as grandes mulheres na vida de seus maridos ilustres.

Em Nazareth – companheira, Musa e Felicidade de Odylo Costa, filho –, dona modesta e silenciosa desta bela noite de consagração pública de seu companheiro, desejamos festejar o espírito, a beleza e o devotamento das brasileiras admiráveis que têm sabido acompanhar a vida pública dos homens ilustres do Brasil, cooperando silenciosa mas eficazmente para o seu triunfo. E nela, na sua doce e bela imagem de Rainha e Santa, concentramos a nossa louvação e a nossa gratidão.³⁴

Odylo era uma figura doce, segundo os amigos, de fácil comunicação e fiel aos laços de afeto construídos durante a trajetória de vida. Com o jornalista Villas-Boas ele vai inaugurar a tradição de sempre levar consigo a equipe de jornalistas para uma nova empreitada, em um novo periódico, sempre agregando novos nomes pelo caminho. O grupo acabará conhecido como Odylo’s boy.

Figura 3 - Odylo’s boy por ocasião da sua posse na ABL em 1970



Fonte: COSTA, 2000, pg. 95

Assim, observamos que o Odylo’s boy era um grupo relativamente numeroso, afinal, Odylo não ia abandonando ninguém pelo caminho, ao contrário, a cada nova empreitada

³⁴ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/discurso-de-recepcao> Acesso em: 12 de novembro de 2018.

agregava novos membros, pois era aquele tipo de chefia que gostava de dar oportunidades, descobrir novos talentos e valorizar os já consagrados.

Em 1955, depois de deixar o cargo de assessor de imprensa de Café Filho, assumiu o cargo de diretor da Rádio Nacional, do jornal *A Noite* e, ainda, trabalhará como Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. Nesse período Odylo vai chamar atenção da condessa Pereira Carneiro, Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro³⁵, que assumiu o *JB* em 1953. O jornal, criado em 1891 pelos monarquistas Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, em 1953, era um periódico fraco, coberto de anúncios, o que tornava sua diagramação pouco atrativa e seu conteúdo incipiente. Odylo chega ao *JB* em 21 de dezembro de 1956, permanecendo até dezembro de 1958.

O jornalista lidera um movimento de mudanças significativas dentro do *Jornal do Brasil*, transformações que continuarão acontecendo mesmo após a sua saída, mas que, indubitavelmente, foram iniciadas por sua gestão. Ele vai tentar criar um espírito de equipe, de grupo entre os membros do jornal. Contudo, não ficará isento de conflitos e intrigas. Como no episódio da cadeira contado pelo próprio Ferreira Gullar³⁶ à Cecília:

³⁵ “Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, mais conhecida como Condessa Pereira Carneiro, foi uma empresária brasileira, diretora-presidente do *Jornal do Brasil*. Nascida em Icaraí, Niterói, era filha do escritor João Dunshee de Abranches de Moura, também jornalista e político. A filha, que lhe fora secretária, publicou sua obra de mais de 100 livros. Neta e bisneta de jornalistas casou-se com o conde Ernesto Pereira Carneiro, proprietário do *Jornal do Brasil*, jornal que herdou e reformulou, representando uma revolução na imprensa nacional. Sob sua direção, o *Jornal do Brasil* deixou de ser antiquado e graficamente pesado, para transformar-se, na década de 50, em um modelo para o moderno jornalismo brasileiro. Poucos anos após assumir o jornal, a Condessa, assessorada pelo jornalista e escritor Odylo Costa, filho, presidiu uma reforma que envolveu a redação e o aspecto gráfico do jornal. Redatores hostis à máquina de escrever, habituados à pena, foram gentilmente mandados para casa, em muitos casos, sem perder seus salários. Essa mudança alterou a fisionomia do *Jornal do Brasil*, onde surgiu uma brilhante geração de repórteres e fotógrafos. Em pouco tempo, o jornal tornava-se sério concorrente em prestígio do *Correio da Manhã*, falecido em janeiro de 1975. A Condessa Pereira Carneiro jamais se envolveu em questões políticas. Sua única e inflexível influência exerceu-se sempre ao apoio à Igreja Católica, ia à missa todos os domingos e o *Jornal do Brasil* jamais apoiou o divórcio. Aos 84 anos, ainda era uma mulher dinâmica. Quando estava no Rio de Janeiro, costumava ir quase todos os dias ao seu gabinete repleto de peças art-nouveau de diretora-presidente do *Jornal do Brasil*. A condessa morreu vítima de uma parada cardiorrespiratória, no dia 06/12/1983, no *Centro de Reabilitação Sara Kubitscheck*, em Brasília. Sua morte causou grande comoção: o governador do Rio de Janeiro de então, Leonel Brizola, decretou luto oficial no Estado, o mesmo ocorrendo no Maranhão, por decreto do gestor Luís Rocha.”

Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/4782905> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

³⁶ “Sétimo ocupante da cadeira nº 37, eleito em 9 de outubro de 2014, na sucessão de Ivan Junqueira, e recebido em 5 de dezembro de 2014, pelo Acadêmico Antonio Carlos Secchin. Seu nome verdadeiro é José de Ribamar Ferreira, nasceu em São Luís do Maranhão, em 10 de setembro de 1930, numa família de classe média pobre e faleceu no Rio de Janeiro em 4 de dezembro de 2016. Dividiu os anos da infância entre a escola e a vida de rua, jogando bola e pescando no Rio Bacanga. Considera que viveu numa espécie de paraíso tropical e, quando chegou à adolescência, ficou chocado em ter que tornar-se adulto, e tornou-se poeta. Descobriu a poesia moderna apenas aos dezenove anos, ao ler os poemas de Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira. Os últimos poemas do livro *A Luta Corporal*, publicado em 1954, resultam de uma implosão da linguagem poética, e provocariam o surgimento na literatura brasileira da “poesia concreta”, de que Gullar foi um dos participantes e, em seguida dissidente, passando a integrar um grupo de artistas plásticos e poetas do Rio de Janeiro: o grupo neoconcreto. O movimento neoconcreto surgiu em 1959, com um manifesto escrito por

Eu era a segunda pessoa do *SDJB*³⁷. Mas eu é que tomava uma série de decisões no que diz respeito à parte gráfica, tendo grande parcela de responsabilidade na edição. A gente se dava muito bem, eu e o Reynaldo. Quando ele pediu demissão, fui ao Odylo para pedir que falasse com a condessa a favor do Reynaldo. Que ela não levasse em conta o pedido de demissão. Odylo me disse para eu não me meter na briga, dando a entender até que eu poderia assumir o suplemento. Não gostei. Disse que se o Reynaldo saísse, eu saía também. E acabou que o Reynaldo continuou no jornal. [...] Resolvemos fazer um auê concretista. Ia ter uma exposição da Lígia Clark em São Paulo. Íamos fazer uma festa, lançar um livro de poemas na Coleção Espaço, com capa do Amilcar. Nós mesmos fazíamos os livros. Eu tinha escrito um ensaio importante, “Experiência Radical”, no qual ridicularizava as molduras dos quadros. A noite da Lígia ia ter conferência, autógrafos, um auê mesmo. No momento de ir para São Paulo, eu estava trabalhando com o Tinhorão e o Wilson – o Odylo não estava na redação – e corri para a gráfica para pegar os livros. Quando estava em cima da hora de eu ir embora, procurei os livros e não os encontrei. Tinham escondido. Falei que se não aparecessem eu ia jogar a cadeira para o alto. Era velha. Quebrou ao cair. Peguei os livros e sai correndo para pegar o avião. Na volta de São Paulo soube que estava demitido. [...] Disse até logo, peguei minhas coisas e fui embora. Acho que ele ficou surpreso com a minha reação. [...] Ficamos dez anos brigados e eu admito que foi por minha causa. Ele tentou muitas vezes fazer as pazes, mas eu não quis. Eu era garoto. (COSTA, 2000, p. 109-110)

Gullar só vai perdoar Odylo após o golpe de 1964, ao saber que ele fazia questão de acompanhar todos os jornalistas de sua equipe que eram convocados pelos militares a prestarem depoimentos.

Apesar da carreira de destaque no jornalismo Odylo Costa, filho não se distanciou da literatura, seja pela paixão ou pelo talento. Ele publicou ao longo da vida diversas obras: *Seleção Cristã* (1932), *Graça Aranha e outros ensaios* (1934), *Ensaio nº1: Clóvis Beviláqua* (1935), *Livro de Poemas de 1935* (1936), *Distrito da confusão* (1947), *A faca e o rio* (1965), *Retrato desordenado e Declaração de amor a Portugal* (1967), *História de seu Tomé meu pai, e minha mãe Maria* (1970), *Oratório de Djanira* (1970), *Cantiga incompleta* (1971), *Maranhão: São Luís e Alcântara* (1971), *O balão que caiu no mar* (1971), *Os bichos no céu*

Gullar, seguido da *Teoria do não-objeto*, estes dois textos fazem hoje parte da história da arte brasileira, pelo que trouxeram de original e revolucionário. São expressões da arte neoconcreta as obras de Lygia Clark e Hélio Oiticica, hoje nomes mundialmente conhecidos. O *poema enterrado* foi a última obra neoconcreta de Gullar, que afastou-se então do grupo e integrou-se na luta política revolucionária. Entrou para o partido comunista e passou a escrever poemas sobre política e participar da luta contra a ditadura militar que havia se implantado no país, em 1964. Foi processado e preso na Vila Militar. Mais tarde, teve que abandonar a vida legal, passar à clandestinidade e, depois, ao exílio. Deixou clandestinamente o país e foi para Moscou, depois para Santiago do Chile, Lima e Buenos Aires. Voltou para o Brasil em 1977, quando foi preso e torturado. Libertado por pressão internacional, voltou a trabalhar na imprensa do Rio de Janeiro e, depois, como roteirista de televisão. Outro campo de atuação de Ferreira Gullar é o teatro. Após o golpe militar, ele e um grupo de jovens dramaturgos e atores fundou o Teatro Opinião, que teve importante papel na resistência democrática ao regime autoritário.” Disponível em:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1042/biografia> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

³⁷ Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil* (SDJB).

(1971), *Notícias de amor* (1971), *A vida de Nossa Senhora* (1977), *Um só amor* (1979), *Los bichos em el cielo* (1979), *Anjos em terra* (1980), *Meus meninos, os outros meninos* (1981), *Histórias da beira do rio* (1983), *Jedina Ljubav* (1987), *Cozinha do arco da velha* (1997), *Poesia completa* (2010). São poemas, contos, novelas, crônicas e coletâneas de artigos.

A novela *A faca e o rio* publicada pela Livraria José Olympio Editora foi escrita como uma homenagem a seu filho morto. Ele contava histórias para seus filhos e, Odylinho ainda em vida, pedia ao pai que escrevesse aquela que era sua história predileta. O livro é uma narrativa cheia de memórias da infância no Piauí, conta uma história de amor e ciúme do velho chamado João da Grécia com a jovem Maria. A obra foi elogiada por Rachel de Queiroz e Guimarães Rosa³⁸ que, em carta, disse-lhe: “Você escreveu seu livro para o Juízo Final. Você é um dos seis melhores, maiores poetas nossos”. Sua obra foi traduzida para o inglês e alemão, além de ter sido transformada em filme pelo cineasta holandês George Sluizer.

Apesar do sucesso do livro e da eleição para governador do Maranhão de seu amigo José Sarney terem lhe proporcionado momentos de alegria, Odylo continuou com o coração pesado: carregava a dor pela perda de seu primogênito. E embora tenha sido a favor do Golpe Militar de 1964, rapidamente percebeu a onda autoritária e antidemocrática da qual discordava e da qual não queria fazer parte.

Em meio a essas campanhas públicas, motivadas pelas mortes de Odylinho e de Maria Aurora, Odylo ainda teve tempo de acompanhar os bastidores de uma conspiração política, também apoiando-a com sua pena, por achar que

³⁸ “Terceiro ocupante da Cadeira 2, eleito em 6 de agosto de 1963, na sucessão de João Neves da Fontoura e recebido pelo Acadêmico Afonso Arinos de Melo Franco em 16 de novembro de 1967. Contista, novelista, romancista e diplomata, nasceu em Cordisburgo, MG, em 27 de junho de 1908, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 19 de novembro de 1967. Em 1930, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. Sua estreia literária deu-se, em 1929, com a publicação, na revista *O Cruzeiro*, do conto "O mistério de Highmore Hall", que não faz parte de nenhum de seus livros. Em 36, a coletânea de versos *Magma*, obra inédita, recebe o Prêmio Academia Brasileira de Letras, com elogios do poeta Guilherme de Almeida. Diplomata por concurso que realizara em 1934, foi cônsul em Hamburgo (1938-42); secretário de embaixada em Bogotá (1942-44); chefe de gabinete do ministro João Neves da Fontoura (1946); primeiro-secretário e conselheiro de embaixada em Paris (1948-51); secretário da Delegação do Brasil à Conferência da Paz, em Paris (1948); representante do Brasil na Sessão Extraordinária da Conferência da UNESCO, em Paris (1948); delegado do Brasil à IV Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris (1949). A publicação do livro de contos *Sagarana*, em 1946, garantiu-lhe um privilegiado lugar de destaque no panorama da literatura brasileira, pela linguagem inovadora, pela singular estrutura narrativa e a riqueza de simbologia dos seus contos. Com ele, o regionalismo estava novamente em pauta, mas com um novo significado e assumindo a característica de experiência estética universal. Em 1952, Guimarães Rosa fez uma longa excursão a Mato Grosso e escreveu o conto "Com o vaqueiro Mariano". A importância capital dessa excursão foi colocar o Autor em contato com os cenários, os personagens e as histórias que ele iria recriar em Grande sertão: Veredas. É o único romance escrito por Guimarães Rosa e um dos mais importantes textos da literatura brasileira. Publicado em 1956, mesmo ano da publicação do ciclo novelesco *Corpo de baile*, *Grande sertão: Veredas* já foi traduzido para muitas línguas. Por ser uma narrativa onde a experiência de vida e a experiência de texto se fundem numa obra fascinante, sua leitura e interpretação constituem um constante desafio para os leitores.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/joao-guimaraes-rosa/biografia> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

traria o bem para o Brasil. Com muitos outros membros da UDN [...], ele acreditou que o golpe militar iria reordenar o país, tumultuado por Jango e Brizola, e que as reformas, tão necessárias ao Brasil, como a reforma agrária, poderiam ser feitas com um governo de força, mas democrático. [...] No entanto, era uma aposta errada, como Odylo viria a perceber bem mais cedo do que poderia imaginar. Em 64 mesmo, já revelava em seus artigos a preocupação com a agressão aos direitos humanos, temendo que o governo militar se metamorfoseasse em horrenda ditadura. (COSTA, 2000, p.156)

A biógrafa ainda cita uma fala de Rachel de Queiroz em um almoço na casa de Álvares Pacheco, por volta de 1999: “Conspiramos sim, eu e Odylo, com nossos amigos militares, e eu não me envergonho de nada. Queríamos evitar o caos.” (COSTA, 2000, p.157) Castello Branco³⁹ queria que ele fosse seu assessor, mas ele não desejava estar ao lado dos militares. Seus amigos o ajudaram a conseguir o cargo de adido cultural do Brasil em Portugal, e ele se mudou com toda família para Lisboa em 1965 onde permaneceu até 1967. Fez muitos amigos por lá, como, por exemplo, José Saramago⁴⁰, Alçada Batista⁴¹ e Sophia de

³⁹ “Humberto de Alencar Castelo Branco nasceu em Fortaleza no dia 20 de setembro de 1897, filho do oficial do Exército Cândido Borges Castelo Branco e de Antonieta de Alencar Castelo Branco. Entre seus ancestrais figura o romancista e ministro da Justiça do Império José de Alencar (1829-1877). É também parente distante de Miguel Arrais de Alencar, governador de Pernambuco entre 1963 e 1964, e da escritora Raquel de Queirós. [...] Em 1963 a conspiração militar contra o governo Goulart passava a tomar corpo, articulada sobretudo no Rio de Janeiro por Cordeiro de Farias, Nelson de Melo, Ademar de Queirós, Murici, Orlando Geisel, José Pinheiro Ulhoa Cintra, Costa e Silva, Golberi. Embora ciente de que Castelo Branco se mantinha legalista, o grupo de conspiradores procurou paulatinamente articular-se com ele, que, como chefe do EME, ocupava um alto posto de comando, mais especificamente o segundo na hierarquia militar. [...] Entre os meses de novembro e dezembro de 1963, Castelo Branco esboçou um plano de reorganização do Exército por acreditar na necessidade de uma adequação da organização militar à evolução político-social-econômica do país. [...] Em fins de fevereiro e início de março foi constituído um “estado-maior informal”, formado pelos generais Castelo Branco, Ernesto Geisel, Ademar de Queirós e Golberi do Couto e Silva, com a finalidade de consolidar inicialmente uma rede de militares favoráveis à conspiração em todo o país, e, numa etapa posterior, coordenar a ação militar para depor Goulart. [...] No dia 15 de abril de 1964, Castelo Branco assumiu a presidência da República, permanecendo até 15 de março de 1967.” KORNIS< Mônica. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

⁴⁰ “Filho e neto de camponeses, José Saramago nasceu na aldeia de Azinhaga, província do Ribatejo, no dia 16 de Novembro de 1922, se bem que o registo oficial mencione como data de nascimento o dia 18. Os seus pais emigraram para Lisboa quando ele não havia ainda completado dois anos. A maior parte da sua vida decorreu, portanto, na capital, embora até aos primeiros anos da idade adulta fossem numerosas, e por vezes prolongadas, as suas estadas na aldeia natal. Fez estudos secundários (liceais e técnicos) que, por dificuldades económicas, não pôde prosseguir. O seu primeiro emprego foi como serralheiro mecânico, tendo exercido depois diversas profissões: desenhador, funcionário da saúde e da previdência social, tradutor, editor, jornalista. Publicou o seu primeiro livro, um romance, *Terra do Pecado*, em 1947, tendo estado depois largo tempo sem publicar (até 1966). Trabalhou durante doze anos numa editora, onde exerceu funções de direção literária e de produção. Colaborou como crítico literário na revista *Seara Nova*. Em 1972 e 1973 fez parte da redação do jornal *Diário de Lisboa*, onde foi comentador político, tendo também coordenado, durante cerca de um ano, o suplemento cultural daquele vespertino. Pertenceu à primeira Direção da Associação Portuguesa de Escritores e foi, de 1985 a 1994, presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Autores. Entre Abril e Novembro de 1975 foi diretor-adjunto do jornal *Diário de Notícias*. A partir de 1976 passou a viver exclusivamente do seu trabalho literário, primeiro como tradutor, depois como autor. Casou com Pilar del Río em 1988 e em Fevereiro de 1993 decidiu repartir o seu tempo entre a sua residência habitual em Lisboa e a ilha de Lanzarote, no arquipélago das Canárias (Espanha). Em 1998 foi-lhe atribuído o Prémio Nobel de Literatura. José Saramago faleceu a 18 de Junho de 2010.” Disponível em: <https://www.josesaramago.org/biografia-jose-saramago/> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Mello Breyner⁴². Esse período em terras lusitanas foi importante para que o jornalista dedicasse mais tempo ao seu lado escritor. Odylo produziu muito, a poesia fluía como as águas do Tejo.

Ao retornar ao Brasil ele voltará a exercer o ofício de jornalista como diretor da revista *Realidade*, logo depois como diretor de redação da Editora Abril auxiliando na elaboração da revista *Veja*. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL) em 20 de novembro de

⁴¹ “Beirão, burguês, católico progressista, nasce a 29 de Janeiro de 1927 na Travessa da Barbacã, Covilhã, distrito de C. Branco, António Alfredo da Fonseca Alçada Tavares Baptista, filho de Luís Victor Tavares Baptista (Presidente da Câmara da Covilhã, médico militar – colaborou em vários jornais da região) e de Maria Natividade da Fonseca Morais Alçada Tavares Baptista. Em 1945 ingressa na Faculdade de Direito. Em 1953 entra para a Direção do Centro Nacional de Cultura, de que fará parte novamente em 1959, sendo eleito Presidente em 1972. Entre 1980 e 1983 é Presidente da Assembleia Geral do CNC e Vice Presidente em 1984 e 1985. De 1986 a 1988 volta a ser eleito Presidente da Assembleia Geral do CNC ficando novamente na Vice Presidência entre 1989 e 2001. Compra a Livraria Morais que dirige de 1957 a 1972, onde se estreou na sua atividade editorial. Em 1961 e 1969 é candidato pela Oposição Democrática nas eleições para a Assembleia Nacional pelo Distrito de C. Branco. Em 1963, ano em que completa 36 anos, funda a revista “O Tempo e o Modo” – símbolo da geração de 60, de que foi director até 1969, segundo o modelo da revista francesa “Esprit”. Foi a partir dos anos 70, que começou a colaborar regularmente com crónicas na Rádio, Televisão e em diversos jornais e revistas. De 1971 a 1974 é assessor para a Cultura, do então Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão. Em 1978 é funcionário da Secretaria de Estado da Cultura, onde presidiu aos trabalhos de criação do Instituto Português do Livro de que foi Presidente até 1986 e no âmbito do qual estimulou a criação, o desenvolvimento e a animação do que hoje é a Rede Nacional de Bibliotecas de Leitura Pública. Patrocinou a reedição de Clássicos de Literatura Portuguesa e a organização do Dicionário Cronológico de Autores Portugueses. Organizou outras ações de promoção da leitura e de apoio à edição e à difusão do Autor Português tanto em Portugal como no estrangeiro. Torna-se particularmente notável o seu empenhamento no estreitar das relações culturais com o Brasil e com os países Africanos de língua oficial portuguesa em especial C. Verde e Moçambique. Cronista da revista “Máxima”, onde se mantém até 2006. Em 1995 é condecorado com a Grã-cruz da Ordem do Infante pelo Presidente da República Mário Soares. Contador de histórias, prosador romancista, ESCRITOR de AFECTOS, faleceu em Lisboa, a 7 de Dezembro de 2008.” Disponível em: <http://www.antonioalcadabaptista.org/biografia.html> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

⁴² “Sophia de Mello Breyner Andresen foi uma das mais importantes poetisas portuguesas contemporâneas. Foi a primeira mulher a receber o Prémio Camões, o maior prémio literário da língua portuguesa. Nasceu na cidade do Porto, Portugal, no dia 6 de novembro de 1919. De família aristocrática era filha de João Herique Andresen e Maria Amélia de Mello Breyner e neta do proprietário da Quinta do Campo Alegre, hoje Jardim Botânico do Porto. Estudou Filosofia Clássica na Universidade de Lisboa, entre 1936 e 1939, sem concluir o curso. Participou de movimentos universitários. Em 1940 publicou seus primeiros versos nos “Cadernos de Poesia”. A partir de 1944 se dedica à literatura, nesse mesmo ano escreve diversas poesia, entre elas, “O Jardim e a Casa”, “Casa Branca”, “O Jardim Perdido” e “Jardim e a Noite”, obras que recordam sua infância e juventude. Em 1946 casou-se com o jornalista, advogado e político Francisco Souza Tavares e muda-se par Lisboa. O casal teve cinco filhos, que a motivaram a escrever contos infantis, entre eles, “A Menina do Mar” (1961) e “A Fada Oriana” (1964). Nesse mesmo ano recebeu o Prémio de Poesia da Sociedade Portuguesa de Escritores pela obra “Livro Sexto” (1962). Sophia de Mello Breyner participou ativamente da oposição ao Estado Novo. Foi candidata pela oposição Democrática nas eleições legislativas de 1968. Foi sócia fundadora da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Após a Revolução de abril de 1974 foi candidata à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista em 1975. Alguns temas são constantes em suas obras, como a “natureza”, “a cidade”, “o tempo” e “o mar”. Sua importante obra para crianças tornou-se um clássico da literatura infantil em Portugal, marcando várias gerações. Autora de diversos livros de poesia escreveu também contos, artigos, ensaios e peça teatral. Traduziu para o português as obras de Eurípedes, Shakespeare, Dante e Claudel. Para o francês traduziu Camões, Mário Sá-Carneiro, Cesário Verde, Fernando Pessoa, entre outros. Sophia de Mello Breyner recebeu diversos prêmios e honrarias, entre eles, o título Honoris Causa, em 1998, pela Universidade de Aveiro, o Prémio Camões (1999), o Prémio de Poesia Max Jacob (2001) e o Prémio Rainha Sofia de Poesia Ibero-Americana em 2003. Sophia de Mello Breyner Andresen faleceu em Lisboa, no dia 2 de julho de 2004. Desde 2005 seus poemas foram colocados em exposição permanente no Oceanário de Lisboa.” FRAZÃO, Dilva. Disponível em: https://www.ebiografia.com/sophia_de_mello_breyner_andresen/ Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

1969, foi o quarto a ocupar a cadeira de número 15, sucedendo Guilherme de Almeida⁴³, que tem como patrono Gonçalves Dias⁴⁴ e foi fundada por Olavo Bilac⁴⁵. Odylo Costa, filho foi

⁴³ “Terceiro ocupante da Cadeira 15, eleito em 6 de março de 1930, na sucessão de Amadeu Amaral e recebido pelo Acadêmico Olegário Mariano em 21 de junho de 1930. Recebeu o Acadêmico Cassiano Ricardo. Guilherme de Almeida (G. de Andrade e A.), poeta e ensaísta, nasceu em Campinas, SP, em 24 de julho de 1890, e faleceu em São Paulo, SP, em 11 de julho de 1969. Filho do jurista e professor de Direito Estevam de Almeida, estudou nos ginásios Culto à Ciência, de Campinas, e São Bento e N. Sra. do Carmo, de São Paulo. Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1912. Dedicou-se à advocacia e à imprensa em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foi redator de *O Estado de São Paulo*, diretor da *Folha da Manhã* e da *Folha da Noite*, fundador do *Jornal de São Paulo* e redator do *Diário de São Paulo*. A publicação do livro de poesias *Nós* (1917), iniciando sua carreira literária, e dos que se seguiram, até 1922, de inspiração romântica, colocou-o entre os maiores líricos brasileiros. Em 1922, participou da Semana de Arte Moderna, fundando depois a revista *Klaxon*. A sua entrada na Casa de Machado de Assis significou a abertura das portas aos modernistas. Formou, com Cassiano Ricardo, Manuel Bandeira, Menotti del Picchia e Alceu Amoroso Lima, o grupo dos que lideraram a renovação da Academia. Em 1932 participou da Revolução Constitucionalista de São Paulo e esteve exilado em Portugal. Traduziu, entre outros, os poetas Paul Gáraldy, Rabindranath Tagore, Charles Baudelaire, Paul Verlaine e, ainda, a peça a peça *Huis clos* (Entre quatro paredes) de Jean Paul Sartre.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D186/biografia> Acesso em: 04 de dezembro de 2018

⁴⁴ “Antônio Gonçalves Dias, poeta, professor, crítico de história, etnólogo, nasceu em Caxias, MA, em 10 de agosto de 1823, e faleceu em naufrágio, no Maixio dos Atins, MA, em 3 de novembro de 1864. É o patrono da cadeira n. 15, por escolha do fundador Olavo Bilac. Era filho natural de João Manuel Gonçalves Dias, comerciante português, natural de Trás-os-Montes, e de Vicência Ferreira, mestiça. Perseguido pelas exaltações nativistas, o pai refugiara-se com a companheira perto de Caxias, onde nasceu o futuro poeta. Casado em 1825 com outra mulher, o pai levou-o consigo, deu-lhe instrução e trabalho e matriculou-o no curso de Latim, Francês e Filosofia do Prof. Ricardo Leão Sabino. Em 1838 Gonçalves Dias embarcaria para Portugal, para prosseguir nos estudos, quando lhe faleceu o pai. Com a ajuda da madrastra pôde viajar e matricular-se no curso de Direito em Coimbra. A situação financeira da família tornou-se difícil em Caxias, por efeito da Balaia, e a madrastra pediu-lhe que voltasse, mas ele prosseguiu nos estudos graças ao auxílio de colegas, formando-se em 1845. Em Coimbra, ligou-se Gonçalves Dias ao grupo dos poetas que Fidelino de Figueiredo chamou de “medievalistas”. À influência dos portugueses virá juntar-se a dos românticos franceses, ingleses, espanhóis e alemães. Em 1843 surge a “Canção do exílio”, uma das mais conhecidas poesias da língua portuguesa. Regressando ao Brasil em 1845, passou rapidamente pelo Maranhão e, em meados de 1846, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde morou até 1854. Em 1849, foi nomeado professor de Latim e História do Colégio Pedro II e fundou a revista *Guanabara*, com Macedo e Porto Alegre. Sua poesia é eminentemente autobiográfica. A consciência da inferioridade de origem, a saúde precária, tudo lhe era motivo de tristezas. Foram elas atribuídas ao infortúnio amoroso pelos críticos, esquecidos estes de que a grande paixão do poeta ocorreu depois da publicação dos *Últimos cantos*. Em 1851, partiu Gonçalves Dias para o Norte em missão oficial e no intuito de desposar Ana Amélia Ferreira do Vale, de 14 anos, o grande amor de sua vida, cuja mãe não concordou, ao que tudo indica por motivos de sua origem bastarda e mestiça. Frustrado, casou-se no Rio, em 1852, com Olímpia Carolina da Costa. Foi um casamento de conveniência, origem de grandes desventuras para o poeta, devidas ao gênio da esposa, da qual se separou em 1856. Tiveram uma filha, falecida na primeira infância. Nomeado para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, permaneceu na Europa de 1854 a 1858, em missão oficial de estudos e pesquisa. Voltou ao Brasil e, em 1861 e 1862, viajou pelo Norte, pelos rios Madeira e Negro, como membro da Comissão Científica de Exploração. Em 25 de outubro de 1863, embarcou em Bordéus para Lisboa, onde concluiu a tradução de *A noiva de Messina*, de Schiller. Em 10 de setembro de 1864, embarcou para o Brasil no Havre no navio *Ville de Boulogne*, que naufragou, no Baixo de Atins, nas costas do Maranhão, tendo o poeta, que já se encontrava agonizante, perecido no camarote, sendo a única vítima do desastre, aos 41 anos de idade. Pela obra lírica e indianista, Gonçalves Dias é um dos mais típicos representantes do Romantismo brasileiro e forma, com José de Alencar na prosa, a dupla que conferiu caráter nacional à literatura brasileira.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/goncalves-dias/biografia> Acesso em: 04 de dezembro de 2018

⁴⁵ “Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, jornalista, poeta, inspetor de ensino, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, criou a cadeira n.º 15, que tem como patrono Gonçalves Dias. Eram seus pais o Dr. Braz Martins dos Guimarães Bilac e D. Delfina Belmira dos Guimarães Bilac. Após os estudos primários e secundários, matriculou-se na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, mas desistiu no 4.º ano. Tentou, a

recebido pelo Acadêmico Peregrino Júnior⁴⁶ em 24 de julho de 1970. Em seu discurso de posse, Odylo Costa Filho fala de seus antecessores, daquilo que os aproxima e do país:

A liberdade e a âncora... Foi a vida que me transformou de poeta bissexto em poeta contumaz. Ela me devolveu em verso as coroas de areia e as canoas no rio, meu carneiro no quintal, o cavalo pequeno galopando na chapada, meu Pai, severo, minha Mãe, paciente. E os olhos puros com que um dia vi adolescente aquela que é hoje minha Mulher. [...] A poesia me dá de novo uma existência inteira, até mesmo os filhos que perdi, e entrego a Deus, a quem rezo ainda hoje o Padre Nosso que aprendi pequeno, não só pelos que me restam como pelos outros, os outros meninos deste meu País [...].⁴⁷

seguir, o curso de Direito em São Paulo, mas não passou do primeiro ano. Dedicou-se desde cedo ao jornalismo e à literatura. Teve intensa participação na política e em campanhas cívicas, das quais a mais famosa foi em favor do serviço militar obrigatório. Fundou vários jornais, de vida mais ou menos efêmera, como *A Cigarra*, *O Meio*, *A Rua*. Na seção “A Semana” da *Gazeta de Notícias*, substituiu Machado de Assis, trabalhando ali durante anos. É o autor da letra do Hino à Bandeira. Fazendo jornalismo político nos começos da República, foi um dos perseguidos por Floriano Peixoto. Teve que se esconder em Minas Gerais, quando frequentou a casa de Afonso Arinos em Ouro Preto. No regresso ao Rio, foi preso. Em 1891, foi nomeado oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio. Em 1898, inspetor escolar do Distrito Federal, cargo em que se aposentou, pouco antes de falecer.

Sua obra poética enquadra-se no Parnasianismo, que teve na década de 1880 a sua fase mais fecunda. Embora não tenha sido o primeiro a caracterizar o movimento parnasiano, pois só em 1888 publicou *Poesias*, Olavo Bilac tornou-se o mais típico dos parnasianos brasileiros, ao lado de Alberto de Oliveira e Raimundo Correia. Bilac foi, no seu tempo, um dos poetas brasileiros mais populares e mais lidos do país, tendo sido eleito o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, no concurso que a revista *Fon-Fon* lançou em 1º de março de 1913. Alguns anos mais tarde, os poetas parnasianos seriam o principal alvo do Modernismo. Apesar da reação modernista contra a sua poesia, Olavo Bilac tem lugar de destaque na literatura brasileira, como dos mais típicos e perfeitos dentro do Parnasianismo brasileiro. Foi notável conferencista, numa época de moda das conferências no Rio de Janeiro, e produziu também contos e crônicas.”

Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/olavo-bilac/biografia> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

⁴⁶ “João Peregrino Júnior da Rocha Fagundes, jornalista, médico, contista e ensaísta, nasceu em Natal, RN, em 12 de março de 1898, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 23 de outubro de 1983. Era filho de João Peregrino da Rocha Fagundes, professor de Línguas e Matemática, e de Cornélia Seabra de Melo. Ainda estudante exerceu grande atividade jornalística. Ele próprio lançou *A Onda*, jornal em que escreveu um artigo contra o diretor da Escola Normal e professor do Ateneu, que provocou enorme celeuma e custou-lhe a saída do colégio. Ainda em Natal, funda mais dois jornais: *A Gazeta de Notícias* e *O Espectador*. Em *A Folha da Tarde* ocupou, gradativamente, as funções de suplente de revisor, repórter de polícia e redator. Trabalhou, ainda, em *A Tarde* e *A Rua*, além de secretariar *A Semana*. Fundou e dirigiu *A Guajarina*, antes de iniciar os estudos de Medicina. Aprimorou sua formação literária, mergulhado nos preceitos filosóficos e nas leituras de Nietzsche e Bergson, mas logo se concentra nos clássicos portugueses e nos românticos Herculano, Garrett e Castilho. Em 1920 fixou-se no Rio de Janeiro, mais precisamente na Glória, numa pensão de estudantes e candidatos a escritores. Trabalhou na imprensa, como escrevente na *Gazeta de Notícias*, e começou a produzir literatura. Trabalhou por um tempo na Central do Brasil, onde teve como companheiro de trabalho Pereira da Silva, a quem sucedeu na Academia. Em 1926, casou-se com a cunhada do poeta Ronald de Carvalho, D. Vanda Acioly. Formou-se em Medicina em 1929, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua inclinação para as letras e o jornalismo nunca o deixou. Além da *Gazeta de Notícias*, escreveu para *O Jornal*, *Rio Jornal*, *O Brasil*, *A Notícia*, *Careta*, ganhando grande nomeada, sobretudo como cronista e como colaborador de numerosas revistas literárias e científicas do Brasil e do estrangeiro. Sexto ocupante da cadeira 18, foi eleito em 4 de outubro de 1945, na sucessão de Pereira da Silva, e recebido pelo acadêmico Manuel Bandeira em 25 de julho de 1946. Recebeu o Acadêmico Odylo Costa, filho. Presidiu a Academia Brasileira de Letras em 1956 e 1957.”

Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/peregrino-junior/biografia> Acesso em: 04 de dezembro de 2018

⁴⁷ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/discurso-de-posse> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Em seu discurso Odylo desfilará não apenas os nomes das figuras importantes da literatura, jornalismo e da cultura brasileira, mas também nos dimensionará sua vasta rede de sociabilidade o que permite vislumbrar sua própria dimensão no cenário político e cultural do país. Ele segue o protocolo e faz uma homenagem aos seus antecessores e ao patrono da cadeira de número 15, cita poemas, viagens, aproximações da biografia e da obra entre os membros que a ocuparam. Também destaca aquilo que chamará de instituição do compadrio, tão característico das relações sociais no Brasil: “O compadre na história da Política Brasileira... Só se escolhia compadre por afinidades profundas...”:

Senhores acadêmicos,

Caminhamos entre sombras. Quanto o sei! Nesta noite e nesta sala, não posso esquecer meu amigo e meu mestre Félix Pacheco, a quem devo meu primeiro emprego, e cuja mão foi para mim fonte de bênçãos. [...] Quantas mãos amadas que se foram! [...] João Ribeiro, a cuja mesa, levado por seu filho Joaquim, tantas vezes me sentei rapaz, e de onde o vi, comprimido pelo desgarrado dos debates, ameaçar inutilmente levantar-se... [...] O que devo, não apenas como leitor, como ser humano, a Guimarães Rosa! [...] Assis Chateaubriand me deu a primeira viagem a Europa. De dois dos vossos mortos ouvi mais de uma vez esta palavra: “filho”: e mais não direi de Gilberto Amado e Manuel Bandeira e do amor que lhes tinha (e tenho) senão que se hoje aqui me vedes, vencendo uma timidez que tanto se disfarça, é na continuidade da promessa que lhes fiz, e a vós, Sr. Peregrino Júnior, e a vós, Sr. Afonso Arinos, numa tarde, na casa que na hora entre todas amarga meu querido amigo José de Magalhães Pinto nos emprestou em frente ao mar do Leblon, de candidatar-me enquanto fossem vivos para, se esta Casa me quisesse, terem ainda o gosto de me verem sentar-me a seu lado. Ribeiro Couto nunca me chamou de filho, mas de irmão mais moço. [...] Por vezes lembrava a condição de padrinho e compadre ou optava por esta última, para gáudio meu, que sou do compadresco. Ser compadre sempre foi, graças a Deus, coisa importante no Brasil, país de homens e mulheres cordiais, segundo a teoria do próprio Couto (e estendo expressamente a enumeração às mulheres para evitar as interpretações restritivas), homens e mulheres cordiais a quem a condição humana importa antes de tudo. Compadres eram os malungos, viajantes forçados dos mesmos navios da África, cuja solidariedade suavizava a escravidão. E quantas vezes o pedido do compadre impediu a punição do escravo! O Teatro, a Ficção, a Poesia do Romantismo, bem mais realistas por vezes que os de hoje, estão cheios, nas comédias de Martins Pena, nos romances e contos de Alencar e Macedo, na poesia rústica de um Joaquim Serra, da figura do compadre, cuja presença, no passado brasileiro, anda a desafiar um ensaísta que o reabilite. O compadre em Manuel Antônio de Almeida, em Machado de Assis, que tema! O compadre na história da Política Brasileira... Só se escolhia compadre por afinidades profundas... Ainda agora, proclamo, a afetividade influiu na nossa escolha. É que não sou senão a soma dos meus amigos, e foi ela, decerto, que vestes em mim. [...] Tinha nesta casa dois compadres, dois irmãos, cuja mão pousara sobre a cabeça de meus filhos em frente à hóstia do sacrifício, nos sacramentos de Deus. [...] Na voz do meu compadre Peregrino Júnior vou encontrar, bem sei, o eco de outras que nos foram caras, a de Ribeiro Couto, a de Manuel Bandeira, a de Gilberto Amado; nas mãos do meu compadre Afonso Arinos, um tremor refletirá as de Couto, Manuel, Gilberto, as dos nossos queridos Luís Camilo, Lúcia, Octavio, Rodrigo, mas sobretudo as finas, as nervosas mãos do príncipe curvado para a sorte do povo, mãos que falavam, do meu herói de romance, do brasileiro entre todos mais possuído do senso desatinado da liberdade e do amor inexaurível da justiça que

conheci, e sabeis que falo de Virgílio Alvim de Mello Franco. Se as balas assassinas não lhe tivessem rasgado as entranhas, não penaríamos de certo vendo entre nós tantos eclipses da Democracia, que ele sonhava estruturada em partidos orgânicos, com raízes mergulhadas no povo [...].

Mas acima das formas terrenas que nos cercam e que amo como Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Amadeu Amaral, Guilherme de Almeida, com os sentidos bem abertos, pois todos – a exemplo do poeta maior da língua comum – somos feitos de carne e de sentidos, há uma outra imperecível continuidade, tecida de silêncio e de meditação, a do ser humano em busca da imortalidade através da junção das palavras no mistério da escrita. Nessa unidade, o mais inexperiente repórter (e nunca fui nem sou senão um deles) está ligado indissolavelmente ao criador supremo, ao Poeta. Na procura dessa unidade, me abrigo sob as sombras luminosas desta Cadeira. E estar entre vós assegura que os caminhos se abrem no desdobramento infinito das veredas do planalto.⁴⁸

Em seu discurso Odylo vai se referir aquele que foi o responsável por sua entrada na política, tornando-o não apenas um jornalista político, mas um nome influente no meio: “as nervosas mãos do príncipe curvado para a sorte do povo, mãos que falavam, [...] do brasileiro entre todos mais possuído do senso desatinado da liberdade e do amor inexaurível da justiça que conheci, e sabeis que falo de Virgílio Alvim de Mello Franco”⁴⁹, fazendo alusão à morte em circunstâncias não suficientemente esclarecidas. Crimes políticos não são exatamente uma novidade na história do país. Virgílio era influente, mas também, nas palavras de (COSTA, 2000), um conspirador.

Não deixou de citar, ainda que discretamente, sua tragédia pessoal, aquela que, de certo modo, o levará de volta a intensa produção poética, ao afirmar: “A poesia me dá de novo uma existência inteira, até mesmo os filhos que perdi, e entrego a Deus, a quem rezo ainda hoje o Padre Nosso que aprendi pequeno, não só pelos que me restam como pelos outros, os outros meninos deste meu País”. E, evidentemente, citando sua bandeira de luta, os outros meninos, os menores do Brasil.

Ele vai mencionar também as mulheres, não por pura gentileza: “Ser compadre sempre foi, graças a Deus, coisa importante no Brasil, país de homens e mulheres cordiais, segundo a teoria do próprio Couto (e estendo expressamente a enumeração às mulheres para evitar as interpretações restritivas), homens e mulheres cordiais a quem a condição humana importa antes de tudo.” Na fotografia a seguir vemos os membros da ABL por ocasião da posse de Odylo trajando seus fardões de gala. Até aquele momento não há nenhuma mulher entre seus membros. Rachel de Queiroz será a primeira, eleita em 04 de novembro de 1977. Odylo foi um dos membros da ABL que era favorável à entrada das mulheres para a Academia. Ele

⁴⁸ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/discurso-de-posse> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/discurso-de-posse> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

também será um dos diretores de jornal que vai empregar jornalistas mulheres. Esse dado não é desprezível se levarmos em consideração que estamos falando das décadas de 1960 e 70.

Figura 4 - Foto oficial da posse de Odylo Costa, filho na ABL.



Odylo está na primeira fileira, sentado, é o terceiro da direita para a esquerda.
Fonte: COSTA, 2000, pg. 95

Torna-se relevante observar e registrar a rede de sociabilidade de Odylo Costa, filho, visto que ela é o pano de fundo de sua trajetória como jornalista, poeta e político. Não me refiro apenas àquela evidenciada pelos discursos proferidos durante sua posse na ABL, mas ao conjunto construído ao longo de sua carreira.

As redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que conferem estrutura ao campo intelectual e permitem refletir a respeito da formação, estruturação e dinâmica deste. [...] As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente. (DE LUCA, Tânia R., 2014, p.141)

As redações que frequentou, a própria ABL e todas as manifestações de apoio por ocasião da morte de seu filho, muitas inclusive publicadas, nos dão uma dimensão da relevância política da figura de Odylo Costa, filho. Tanto as publicações, os discursos na ABL e a efetiva participação nos jornais e revistas do período são fontes importantes para a compreensão do ambiente político e intelectual ao qual Odylo se inseria e atuava.

Os estudos de Chartier (1990) nos lembram que as representações sociais não são estruturas neutras, é possível pensar que elas sejam fruto de interesses específicos dos grupos sociais, disputando ora a hegemonia política, ora a discursiva, em relação à interpretação correta de uma dada situação social; dessas representações se originam estratégias e práticas sociais. Odylo era um homem influente não resta dúvida, parte de sua rede de sociabilidade que transparece no seu discurso de posse na ABL revela isso. Foi um dos jornalistas mais importantes do seu tempo, sua influência transcendia as redações dos jornais que, por si só, já representam, principalmente naquele momento, grande força. Não há neutralidade aqui. Ele pertence a um grupo social que participava ativamente da cena política brasileira, jornalistas e intelectuais cujas estratégias e práticas sociais influenciaram os destinos do país.

O jornalista com alma de reformador foi convidado por Assis Chateaubriand para reformar *O Cruzeiro*. Quando chegou lá no início dos anos 1960 o periódico que já fora importante está em decadência. Levou com ele a sua equipe, mas, apesar de já de início fazer mudanças importantes e bem-sucedidas, os jornalistas antigos entram em conflito com os recém-chegados. O mais feroz dentre esses foi David Nasser que escreveu o artigo “Esquadrão de Ouro”, referindo-se aos antigos e falando mal, ainda que nas entrelinhas, de Odylo e sua equipe. Foi um escândalo, mas o maranhense não vetou a publicação do texto. Apesar de toda sorte da rede de intrigas que envolvia o trabalho, a revista voltou a vender como água. Os motivos que levaram à saída de Odylo Costa, filho da chefia de *O Cruzeiro* tem um cunho mais pessoal e dramático. A doçura, a leveza e a fé que caracterizavam Odylo, segundo (COSTA, 2000), sofreram um forte e dramático abalo com a morte trágica de seu primogênito.

No discurso de recepção de Odylo Costa, filho, Peregrino Júnior, fez menção à tragédia vivida pelo novo membro da ABL:

A VISITA DO SOFRIMENTO

Homem feliz – amado dos amigos, respeitado e admirado de toda gente, querido de todos os seus –, pais, irmãos, mulher e filhos, Odylo Costa, filho vivia contente na sua casa de Santa Teresa – quando um dia, de repente, o sofrimento na sua expressão mais dilacerante lhe bateu à porta, com a morte de dois filhos. A sombra da tragédia baixou sobre o seu lar feliz, sem remédio e sem consolo.

Da morte de Maria Aurora, de cujos lindos olhos e de cujo constante sorriso guardo doce recordação, Odylo mesmo conta a história.

“Minha filha viveu doze anos e, deles, onze foram para os pais de desengano e aceitação.” Que doçura, que carinho, que terna atenção guardavam eles para aquele anjinho enfermo, cuja vida se concentrava apenas nos lindos olhos e no suave sorriso! Sua morte foi sombra que desceu melancólica sobre Nazareth e Odylo para a vida.

Mas a perda do “seu menino”, essa foi dramática e brutal, dor que ultrapassa a capacidade de resistir da força humana! Eu, que privara com Odylinho

vivo, discreto e amado, tendo viajado juntos e juntos passado dias cordiais de suave convívio, na paisagem maternal de minha terra, entre gente nossa – conheci antes de meus compadres queridos o terrível golpe que os feriu, e que comoveu o País. Odylo, sereno e forte, comenta ele próprio, a sua grande dor, diante do filho assassinado:

“Digo-lhes uma coisa. Eu levo a minha dor devagarinho, não me faço de tolo com ela, isso jamais. Para que ensaiar rebeldias inúteis? Trato-a de leve, bem de leve, de mais leve (para que ela me deixe viver e cuidar dos outros).” Mas, refletindo como homem do seu tempo e da sua gente, ele, em vez de ressentido e revoltado, tem um pensamento generoso:

Do fundo da minha dor humana, nestes dias que se abateram sobre um homem que sempre pensou mais nos outros do que em si, eu me julgo no direito de, como pai de Odylo Costa, neto, o menino que morreu como um homem em defesa da sua hombridade de homem, da sua humanidade de homem, dirigir um apelo aos milhares de filhos da mesma Pátria que pensaram com emoção no sacrifício de meu filho. Demos um sentido a esse sacrifício, fruto de bem humano e essa pobre semente de sangue humano. Olhemos para os outros meninos. Salvemos os outros meninos.

Manuel Bandeira – o grande poeta, o maior amigo – explica o singular fenômeno:

[...] aquele martírio da filhinha doente, anos e anos, e depois o assassinato do filho mais velho, assaltado na rua, em Odylo desabrochou uma série de poemas admiráveis. E o romancista foi também reconduzido ao romance pelo filho. O filho morto lera os originais inacabados de sua novela – gostou e pediu-lhe que terminasse o livro – e Odylo Costa, filho concluiu e publicou a sua obra-prima. Quer dizer, o seu menino fez o milagre e reconduziu-o à Literatura e à Glória.

Além disto, Odylo transformou o golpe trágico que o ferira num gesto generoso: a defesa da criança abandonada – e dessa campanha resultou a sensibilização do poder público e da opinião nacional com a criação imediata da Comissão de Bem-Estar do Menor. Embora, anos passados, tudo continue na mesma, como sói acontecer no Brasil.⁵⁰

Assim, chama atenção de Peregrino Júnior assim como a nossa, o fato da dor promover em Odylo uma profusão de poemas e obras literárias de qualidade. Talvez o motor criativo tenha sido na verdade fonte de resistência e sobrevivência. A resiliência do homem, do pai, do poeta. Contudo, sua maior obra parece ter sido a luta em defesa do menor abandonado.

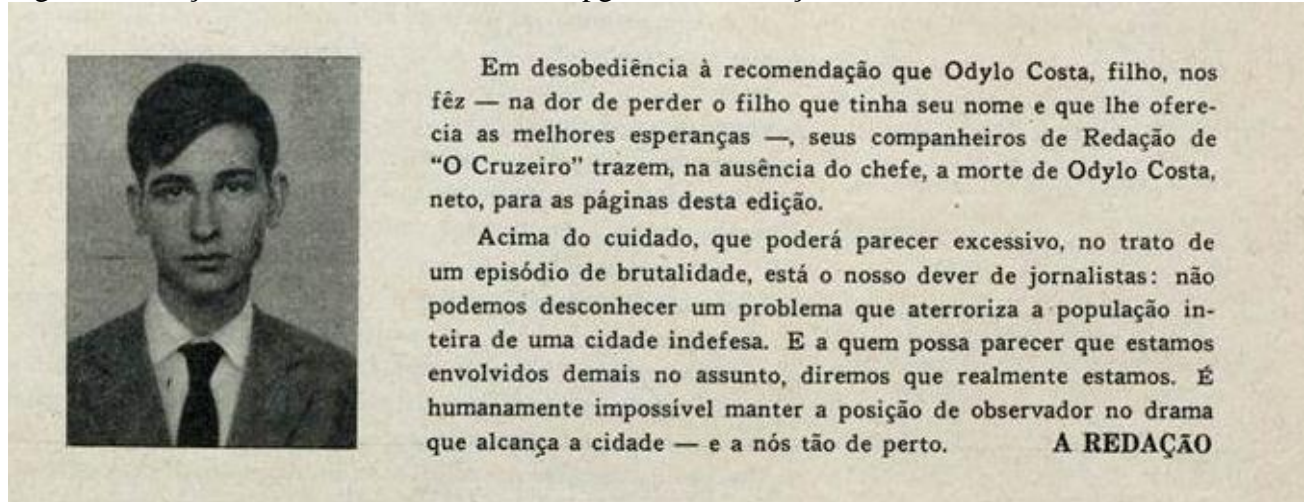
1.2 Um crime e suas repercussões na imprensa

A cobertura foi do tamanho do abalo que a notícia da morte de Odylinho causou na sociedade. A imprensa de modo geral repercutiu a tragédia com manchetes, capas, entrevistas, edições especiais e aquele que viria a ser o início de um grande debate sobre a situação do menor no país. Na revista *O Cruzeiro* há uma publicação especial sobre a tragédia que se abateu sobre a família de Odylo Costa, filho. Os atritos foram deixados de lado e a equipe do

⁵⁰ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/discurso-de-recepcao> Acesso em 04 de dezembro de 2018.

periódico trabalhou tanto na cobertura do crime, quanto na busca pelos responsáveis e, ainda, na homenagem ao rapaz. Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional encontrei a reportagem publicada pela revista no dia 30 de março de 1963, assinada, entre outros, por David Nasser⁵¹.

Figura 5 - Edição 25 da Revista *O Cruzeiro*, pg. 8, 30 de março de 1963



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A edição com a cobertura especial da revista não foi ideia de Odylo. Como podemos observar na imagem acima, sob a assinatura A REDAÇÃO, os jornalistas informam que estão desobedecendo à recomendação do próprio Odylo que não queria, segundo o texto, que a morte de seu filho estivesse nas páginas do periódico.

Cabe uma reflexão sobre a possibilidade de interesses políticos e ideológicos na postura adotada pelos companheiros de revista. A equipe antiga liderada por David Nasser e Odylo Costa, filho e seus “boys”, passavam por um momento bastante turbulento no que diz respeito às relações interpessoais. Claro que uma tragédia desse porte redimensiona algumas questões. Contudo, chama atenção à postura de Nasser em se colocar de modo tão contundente ao lado de Odylo. E mais importante, as duas formas absolutamente divergentes de leitura, procedimento e abordagem com relação ao fato e suas consequências.

Os seres humanos são constituídos pelas suas palavras, e no processo de apropriação do saber sobre as suas vidas, também silenciam, omitem, apagam, (re) constroem,

⁵¹ “Filho de Alexandre e Zakia Nasser, casal de imigrantes libaneses. Com alguns meses de idade, a família transferiu-se para o Mato Grosso, residindo até seus quatro anos em Campo Grande e Três Lagoas. Com uma passagem de dois anos pelo Rio de Janeiro, foram para Caxambu, onde residiram de 1925 a 1930. Aos 13 anos, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde, ainda estudante, ingressou no *O Jornal* pelas mãos de Vítor do Espírito Santo. Teve como colegas de reportagem Vítor Nunes Leal, Arnon de Melo, Jaime de Barros, Caio de Freitas, entre outros. Em 1935, publicou como colaborador duas reportagens em *O Cruzeiro*. Neste mesmo ano foi para *O Globo*, onde permaneceu até 1943. Em 1944, casou-se com Isabel Audi e não tiveram filhos. Considerado um dos mais polêmicos jornalistas do país, nunca, contudo, deixou de tomar partido a favor dos amigos.”

Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/david-nasser/biografia> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

ressignificam as suas escritas memorialísticas. De acordo com Maluf (1995, p.28), o trabalho de rememoração é “um ato de intervenção no caos das imagens guardadas; assim, o memorialista organiza o passado, e procura atribuir sentidos aos fragmentos rememorados numa tentativa de abraçar o passado”. Desse modo, Odylo fez questão de, após a vasta cobertura, dar ele próprio, o significado para a morte de seu filho. Vai construir sua narrativa, sua memória, se apropriando da história que era sua, dando a ela a tonalidade que escolheu com a tinta da sua caneta.

O antagonista de Odylo Costa, filho, o também jornalista David Nasser, faz um texto veemente e se posiciona ao lado do pai do jovem assassinado. Brada de forma contundente: “Vamos almoçá-los antes que eles jantem nossos meninos. A ordem é essa: um revólver na cintura e atirar para matar.” Claramente pedia a morte dos menores – “bala neles!” – e porte de arma para que os cidadãos de bem pudessem defender a si mesmos e suas famílias.

[...] Estas páginas se cobrem do sangue de um menino, do filho de um jornalista, do filho mais velho de um bom homem antes de ser um bom jornalista, o sangue de Odylo Costa, neto. Morreu com a dignidade de um veterano, caiu sob uma armadura medieval defendendo a sua dama contra bandidos. E eram talvez bandidos de sua idade.

Hoje – seu pai, que retorna o trabalho e vê paginar o drama que lhe sai das entranhas – sabe que tem comigo, com todos os homens decentes dessa submerdência (e é submerdência mesmo), uma responsabilidade maior: poupar a vida de nossos filhos, encurtando a dos assassinos.

Lacerda, dê a cada cidadão de seu município um porte de arma e uma autorização para se defender, para defender a sua família. Curador Newton Cruz, faça baixar em seu corpo o espírito férreo de Amaury Krueel – para quem um assaltante à mão armada era um esqueleto a curto prazo. Coronel Borges – bala neles. Aqui estaremos para lhes dar a cobertura de que precisam. Odylo, pagine a morte de seu filho na abertura da Revista. Ele agora não lhe pertence mais, menino que morreu como homem. (NASSER, David, *O Cruzeiro*, 30.03.1963)

Quando o governador do Estado na época, Carlos Lacerda, perguntou ao jornalista “o que ele queria que fizesse com os adolescentes assassinos, implorou que os poupasse”. (COSTA, 2000, p.150) Odylo Costa Filho causou o espanto de todos quando, no artigo intitulado *Os outros meninos*, publicado também na Revista *O Cruzeiro*, vai encaminhar a argumentação sobre a tragédia no sentido contrário. Há textos que, acredito, precisam ser transcritos praticamente na íntegra⁵² para que não percam o sentido, a força e a emoção que transmitem ao longo da sua sucessão de palavras escolhidas e colhidas pela alma de um pai que era mestre no manejo da escrita:

⁵² O texto segue na íntegra em Anexo C.

Deixem-me dizer-lhes. A todos. À Nação inteira. Tenho hoje uma condição moral que me permite falar. Sou pai do meu filho. Essa autoridade moral é maior do que qualquer prestígio intelectual que os pobres êxitos de uma vida inteira possam me ter dado. Pois um pequeno herói e mártir vale mais do que cem velhos jornalistas.

E eis o que quero dizer.

O que desonra uma Nação não é que um moço de dezoito anos já seja assassinado defendendo sua dignidade humana, seu bem humano, a vida que lhe estava próxima, a menina de quem estava enamorado.

Esse gesto heroico – resistir – tem um sentido e redime uma geração.

Não foi por acaso que um dos seus companheiros, um dos que ele admirava, José Guilherme Merquior, me disse esta palavra de consolo: “Odylinho, símbolo da minha geração.”

Já agora ninguém dirá que essa geração é dos playboys que se dissipam sem amor na inquietação bruta da roleta paulista.

Não. A geração de Odylo Costa, neto, não é a dos que mancham a pureza das virgens, mas dos que a defendem à custa da própria vida.

Essa geração sabe o que vale resistir. Vai resistir. E se a resistência se tornar coletiva e se organizar nos planaltos da vida brasileira, vai salvar a Nação. Vai salvá-la porque vai honrá-la.

Porque o que desonra uma Nação não é que o rapaz de dezoito anos tenha morrido. É que ele morreu nas mãos de um menino, que aos onze anos praticou o primeiro furto e aos quinze se tingiu com o sangue da primeira morte.

E, entre os onze e os quinze, vinte vezes entrou e saiu do SAM, e conheceu todas as delegacias e viu a cara de todos os policiais.

Para acabar com essa vergonha é preciso que essa Nação inteira se levante e se una em defesa da sua própria sobrevivência que é a sobrevivência da sua mocidade. (COSTA, *O Cruzeiro*, 06/04/1963)

Odylo tomou as rédeas do discurso a respeito da tragédia que se abatera sobre sua família. Deixou claro que quem tinha a condição moral para falar sobre o assunto e encaminhar filosoficamente seu traçado era ele próprio, o pai. Pontuou o heroísmo de seu filho, mas evidenciou que a desonra estava no fato de ter sido um menino a cometer o crime. Era uma questão maior, a da sobrevivência da mocidade brasileira.

Estamos brincando com fogo, pensando que a casa dividida pode durar indefinidamente.

Ah, minha gente, faz cento e cinquenta anos que José Bonifácio fundava essa Nação e escrevia: “No Brasil há um luxo grosseiro em contraste com a infinita privação de coisas necessárias.”

Pois, século e meio depois, não conseguimos resolver esse problema da nossa estrutura moral.

Nem mesmo conseguimos organizar a bondade, ou pelo menos organizá-la nas proporções que nos permitissem uma doçura de viver não construída sobre a escravidão do preto ou sobre o sofrimento do próximo.

No plano material, fizemos muito. Fizemos até demais. [...]

Mas em tudo isso esquecíamos o resto. A Nação continua dividida. Negamos o preconceito de cor como se negá-lo bastasse para acabá-lo. E deixamos que o contraste entre a vida da cidade e a vida do campo se agravasse tanto que, meses antes de morrer, Roquette me dizia que esse era o principal problema brasileiro.

Não soubemos unir moralmente a Nação.

E ainda vêm me dizer que é preciso ganhar a guerra contra as favelas (ou contra os bambambãs das favelas) quando o que é preciso é acabar com a guerra. Acabar com os bambambãs das favelas é necessário, é mesmo

indispensável, mas será inoperante enquanto não soubermos acabar com a miséria nas favelas. (COSTA, *O Cruzeiro*, 06/04/1963)

O jornalista chamou atenção para questões fundamentais da sociedade brasileira: a desigualdade social, que é estrutural e histórica, o racismo e seus desdobramentos, e, ainda, para a questão da miserabilidade das favelas, das comunidades. Odylo fez uma análise bastante relevante sobre a guerra contra as favelas, salientou que qualquer guerra contra os chefes das comunidades seria inoperante se as questões sociais não fossem resolvidas. Não haveria como resolver o problema sem acabar com a miséria e tudo o que ela envolve. A leitura sociológica de Odylo surpreende não apenas pelo momento pessoal que vivia, mas pela clareza de sua percepção.

A morte de Odylo Costa, neto, pôs, de repente, por efeito de seu heroísmo e da sua pureza, pela resistência do anjo, que é uma das facetas do homem, ao demônio, que é a outra face, uma das chagas dessa divisão.

Seu drama é um espelho de três faces.

A primeira pertence ao Eterno. É o mistério do Mal.

O Mal é uma coordenadora da liberdade do Homem. Existirá enquanto o Homem existir até o terrível dia do julgamento.

A segunda pertence ao efêmero. É o problema policial. Isto pode ser resolvido, deve ser resolvido, tem soluções fáceis, orçamentariamente possíveis e tecnicamente conhecidas.

A terceira está na contingência humana e a culpa é dos pais.

Dos pais que não podem ou não sabem olhar pelos seus filhos – e esquecem os alheios, centenas e centenas de milhares, desamparados que podem ser salvos, delinquentes que podem ser recuperados ou, quando irrecuperáveis, devem ser impedidos de fazer mal ao próximo e a si mesmos. E entre esses delinquentes, aí sim, cabe incluir os playboys; mas Deus que tenha piedade do homem que teve a liberdade nas mãos e, por muito rico, não hesitou em dar ao filho o automóvel com que ele rolou de olhos vendados pela rua e foi matar a moça que conversava na calçada. E a humildade não há de ser apenas desse que era rico e se fez monstro, mas do pobre que se cristalizou no ressentimento e no ódio e permitiu que o filho, em vez de se curvar ao destino, buscasse as soluções fáceis do vício e do crime, usando para o mal a liberdade que vem de Deus e recusando a pobreza que Deus partilhou.

Do fundo da minha dor humana, nestes dias que se abateram sobre um homem que sempre pensou mais nos outros do que em si, eu me julgo no direito de, como pai de Odylo Costa, neto, o menino que morreu como homem em defesa da sua hombridade de homem, da sua humanidade de homem, dirigir um apelo aos milhares de filhos da mesma Pátria que pensaram com emoção no sacrifício do meu filho. Demos um sentido a esse sacrifício, fruto de bem humano, a essa pobre semente de sangue humano. Olhemos para os outros meninos. Salvemos os outros meninos. (COSTA, *O Cruzeiro*, 06/04/1963)

A divisão filosófica da morte de seu filho proposta por Odylo é interessante, disse que seu drama era um espelho de três faces: eterno, efêmero e contingente. Na face do eterno estaria o Mal, mistério que coordenaria nossa liberdade e nos acompanharia até o dia do julgamento. O jornalista era profundamente religioso, cristão. A segunda face seria o efêmero, onde estaria contemplada a questão policial, que deveria ser resolvida com orçamento e

técnica. Na terceira e última face estaria a contingência humana e aí estariam os pais e sua (ir)responsabilidade. No momento em que os discursos e os dedos apontavam apenas para os menores pobres, o intelectual citou também os playboys entre os chamados delinquentes.

“Olhemos para os outros meninos. Salvemos os outros meninos.” É assim que Odylo Costa, filho; o pai de um jovem que morreu nas mãos de outros jovens, crianças na idade, mas com a face marcada pelas privações, sofrimentos e maturidade antecipada, termina seu texto. O primeiro de uma série de muitos carregados de dor e luta. Certeau (1982) nos inspira a refletir que os discursos são emitidos de um dado lugar, que deve ser interrogado pelo pesquisador: um lugar temporal, espacial, institucional; um lugar de fala ou de autoria; um lugar social. Odylo é um intelectual, um homem influente e aqui também é pai.

Desse modo, seu texto surpreende não na forma, visto que poeta e jornalista consagrado que era, dominava as letras; assombra no conteúdo. Ele pede a salvação da infância brasileira. Não faz como os colegas da revista, autoridades e população em geral, que pedia sangue, bala, arma e abate. Seu discurso traz não a lenha para incendiar ainda mais uma cidade que dava passos em direção à guerra, mas a água para acalmar os ânimos, os argumentos para suscitar a reflexão. Ninguém melhor do que o pai de Odylinho.

Nenhuma outra pessoa poderia fazer esse movimento. Parece responder à frase de Nasser que dizia: “Ele agora não lhe pertence mais, menino que morreu como homem.” Ele toma posse do filho, da dor e do significado de sua tragédia pessoal, ao iniciar seu artigo dessa forma: “Deixem-me dizer-lhes. A todos. À Nação inteira. Tenho hoje uma condição moral que me permite falar. Sou pai do meu filho. Essa autoridade moral é maior do que qualquer prestígio intelectual que os pobres êxitos de uma vida inteira possam me ter dado. Pois um pequeno herói e mártir vale mais do que cem velhos jornalistas.”

Na ocasião, seu amigo e frequentador assíduo da casa branca da Rua Áurea em Santa Teresa, Manuel Bandeira, também escreverá um texto sobre a tragédia. Publicado no dia 16 de abril de 1963 na Revista *O Cruzeiro*, tinha o título: “Por ser quem era e filho de quem era.”:

Senti a morte de Odylo Costa, neto tão profundamente como sentiria a de um neto muito querido. Não só por ele mesmo, que tinha fina inteligência e sensibilidade, e era, já aos dezoito anos, tão acabadamente homem, como provou no último ato de sua curta vida; por seus pais também, aos quais quero bem como quereria aos filhos que nunca tive. E um dos maiores desgostos que levarei desta vida terá sido não achar a palavra de consolo que lhes deveria ter dito na dura provação.

Mas essa palavra saiu afinal do próprio pai em trauma, quando escreveu: “Criei um homem de caráter, que morreu por isso. Sinto que prevaleceu nele a formação que lhe dei.”

Realmente. Quando o assaltante disse ao assaltado: “Se não tem dinheiro, vá-se embora e deixe a moça com a gente”, se o rapaz fosse um pulha, ter-se-ia salvo. Mas de Odylo e de Nazareth não poderia ter nascido um pulha; na casa de Odylo e de Nazareth não se pode formar um pulha. Há que vencer a dor enorme, pensando heroicamente e cristamente que mais vale perder um filho, porque foi bom e bravo, do que não perdê-lo e saber e sentir que ele é um pulha.

Na tarde de seu derradeiro dia, escreveu o estudante numa prova de psicologia, cujo tema era “passado, presente e futuro”, que seu principal objetivo na vida seria fazer o bem aos outros, e terminou-a com estas palavras: “Quero morrer feliz, nunca devagar.” Odylo, neto, não morreu devagar, morreu fazendo o bem à sua namorada, salvando-a, pelo seu sacrifício, das mãos dos bandidos. Se tivesse podido ter consciência disto, morreria feliz.

O resto agora é conosco – com todos aqueles de que é feita a consciência brasileira. Temos que dar um sentido à morte desse rapaz que, por ser quem era e filho de quem era, abalou tão brutalmente, tão dolorosamente a nossa sociedade. Grandes medidas policiais estão sendo tomadas para limpar a cidade de marginais assaltantes, de marginais armados. Por que não se fez isso há mais tempo. Era preciso que Odylo morresse – por ser quem era e por ser filho de quem era. Mas não nos devemos limitar a providências meramente policiais. A maioria desses facínoras que nos abotoam nas ruas desertas e declaram orgulhosamente, para começo de conversa: “Isto é um assalto”, como se estivessem fazendo cinema, são menores de 14, 15 e 16 anos. São meninos fugidos do SAM. São meninos que se tornaram delinquentes, depois de terem sido meninos desvalidos e transviados. Andavam ao deus-dará nas ruas, muitos vindos dos Estados vizinhos da Guanabara. Nas ruas a vida, a cada passo, lhes inculcava maus exemplos, mas também podia, de vez em quando, dar-lhes um que fosse bom. Nos órgãos do SAM só encontraram maus exemplos. Os simples desvalidos aprendiam dos já delinquentes a técnica do crime, o gosto do crime.

Urge reformar, reestruturar o nosso sistema de assistência aos menores desvalidos e transviados. Façamos coro com o pai do rapaz puro e bom, assaltado e assassinado por menores: “Eles devem ser salvos!” Eles, os meninos desvalidos e transviados, ainda não delinquentes. A morte de Odylo, neto, está clamando por isso. Se o fizermos, teremos dado um sentido a essa morte. Se no momento de morrer o estudante pudesse ter tido a certeza de que o seu sacrifício não seria inútil, ele, cujo objetivo no futuro era “fazer o bem aos outros”, teria morrido feliz. (Edição 27, pg. 7, 1963)

A cumplicidade entre Odylo e Manuel Bandeira é eternizada pelo clique instantâneo de uma máquina fotográfica. Cumplicidade essa que se manifesta também na escrita. Bandeira compreende o caminho argumentativo de Odylo e o segue. O mote do texto é transformar a dor em luta, dar significado à morte de Odylinho. O escritor também escreverá um poema, intitulado “Improviso para Odylo e Nazareth”:

Por ser quem era e filho de quem era,
Eu queria-lhe bem. Pouco eu sabia
Do que no coração ele trazia.
Era discreto. A sua primavera
Não gritava. Tranquilo em sua espera,
Não se apressava. O que é que pretendia?
Fazer o bem aos outros, e o fazia:
Pelos que amava tudo, e a vida, dera.
E a noite veio em que, quando contente
Findava ele o seu dia, a sorte fera

Lhe surgiu de improviso pela frente.
 E o que pelos que amava a vida dera,
 Pela que amava a deu valentemente,
 Por ser quem era e filho de quem era.⁵³

A questão dos menores ganha um novo tom tanto nos discursos de Odylo Costa, filho quanto de Manuel Bandeira, é por ela que o jovem rapaz morreu, é preciso fazer com que seu *sacrifício* não tenha sido em vão. Há aqui uma leitura profundamente marcada pela visão cristã que, tanto Odylo quanto seu filho, pareciam ser adeptos de modo profundo, filosófico. A partir de então o jornalista passa a se empenhar por políticas públicas em defesa do menor.

Figura 6 - Odylo e seu compadre Manuel Bandeira.



Fonte: COSTA, 2000, pg. 94

Ele lutará incansavelmente pelo fechamento do SAM e pela elaboração de um novo projeto que fosse de fato acolhedor e eficaz. Essa campanha pela criação de uma instituição para menores fez com que Odylo tivesse um sentido para a vida pessoal e pública, uma causa pela qual lutar e algo sobre o que escrever. Acabou tornando-se o “dono de um assunto só” e isso permitiu que ele não se abatesse por completo. Publicou diversos artigos nos jornais *O Cruzeiro* e *Jornal do Brasil* a respeito desse tema. A coletânea desses artigos vai compor o livro intitulado *Meus meninos, os outros meninos*, publicado pela Editora Record em 1981. Contudo, um ano depois, novo baque, morre Maria Aurora, sua filha especial, aos doze anos. Ele então lutará pelas duas causas: a do menor e a do atendimento mais eficaz às crianças portadoras de deficiência.

⁵³ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/discurso-de-recepcao> Acesso em 04 de dezembro de 2018.

1.3 O sofrimento vira luta: a FUNABEM como projeto

Odylo Costa, filho escreveu muitas vezes sobre a questão do menor, impulsionado pela dor, mas não paralisado por ela. Parecia ter clareza da conjuntura histórica e social que compunham o pano de fundo de sua tragédia pessoal. No destino desse assassino se refletiam as condenações que pesavam sobre o futuro de centenas de milhares de brasileiros: só no Estado da Guanabara calcula-se em trezentos mil o número dos que a lei enquadra na expressão persistente de “menores abandonados”.

A praça que anos mais tarde será inaugurada em Santa Teresa com o nome de Odylinho, será um pedido do próprio pai do rapaz ao então Governador Carlos Lacerda, a quem foi retribuir as visitas de amizade que recebera dele e de sua esposa por ocasião da tragédia. Eles foram companheiros na direção da *Tribuna da Imprensa*. Não, ele não pediu a homenagem, mas uma praça onde houvesse jardins, já que ali não havia e, para ele, estes eram necessários, bem como um centro comunitário que oferecesse aos jovens com serviço de recreação educativa, escola de artes e núcleo ocupacional.

Entretanto, é na conversa de agradecimento aos pêsames recebidos do seu antigo adversário e, naquele momento Presidente da República, o Sr. João Goulart⁵⁴, que Odylo

⁵⁴ “João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS), no dia 1º. de março de 1919, filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Desde criança recebeu o apelido de Jango, comum no sul do país. Formado em direito em 1939, não quis exercer a advocacia, regressando logo a São Borja para dedicar-se a atividades agropecuárias. Com o fim do Estado Novo em outubro de 1945, Getúlio Vargas, chefe do governo deposto, retornou a São Borja, sua cidade natal, e passou a viver em sua estância de Itu, onde fortaleceu os laços de amizade com Jango, seu assíduo visitante. Passadas as eleições, Getúlio começou a introduzir Jango na política, percebendo claramente seu potencial de liderança, expresso pela grande popularidade de que desfrutava no município e por sua facilidade de relacionamento com as pessoas humildes. Jango intensificou sua militância política em 1946, ao ser lançado por Getúlio candidato a deputado estadual para as eleições de janeiro do ano seguinte. [...] Em janeiro de 1956 foi empossada a chapa vencedora do pleito presidencial, cabendo a Jango, por força de dispositivo constitucional, além da vice-presidência da República, a presidência do Senado. [...] Em 25 de agosto chegaram a Cingapura, onde receberam um telegrama informando sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros na manhã daquele dia e solicitando a volta do vice-presidente ao Brasil. Entretanto, a perspectiva da volta de Goulart abriu uma profunda crise no país, pois os ministros militares formaram uma junta e, contando com o apoio de importante parcela das forças armadas e de um grupo de civis visceralmente antigetulistas, vetaram a posse do vice-presidente sob a alegação de que ela significaria grande ameaça à ordem e às instituições, colocando o país no rumo de uma guerra civil. No dia 29 de agosto o Congresso Nacional rejeitou o pedido de impedimento apresentado contra a posse do vice-presidente e começou a discutir uma solução conciliatória. Em 1º. de setembro Jango desembarcou em Porto Alegre, sendo recebido com enorme manifestação popular. No dia seguinte, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional que instalou o parlamentarismo, limitando os poderes presidenciais. [...] Finalmente, no dia 7 de setembro de 1961 foi empossado na presidência da República. [...] Cada vez mais temerosos das atitudes de Goulart, os militares, liderados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, implementaram no final do mês de janeiro, à revelia do presidente, um Acordo Militar com os Estados Unidos. Esse acordo, sob a forma de um ajuste pormenorizado, previa a necessidade de assistência ao Brasil para enfrentar ameaças, atos de agressão ou quaisquer outros perigos à paz e à segurança, conforme os compromissos assinalados na carta da Organização dos Estados Americanos (OEA). [...] Assim, na noite do dia 1º. de abril, Jango viajou para o Rio Grande do Sul com o objetivo de organizar a resistência e defender o poder legal. Contudo, em Porto Alegre, decidiu-se por deixar o país, ao reconhecer que lutar para manter o

decide fazer um apelo tomando para si a solução do problema do menor em âmbito federal. João Goulart foi, segundo o jornalista em artigo publicado no *JB* em 19.04.1964, atencioso e correto. Imediatamente se dispôs a mover a máquina do governo para dar início àquele que seria o projeto da FUNABEM.

O então Ministro da Justiça, João Mangabeira⁵⁵, montou uma comissão de técnicos e cidadãos experientes no tema, independente de seus posicionamentos políticos. Segundo o jornalista, em um artigo de sua autoria publicado em 19 de maio de 1964 pelo *Jornal do Brasil*, além dele próprio, também participaram da comissão responsável pela elaboração do texto: Dom Cândido Padim⁵⁶, Dona Helena Iraci Junqueira⁵⁷, Dona Lúcia Silva Araújo⁵⁸, Luis

governo significaria desencadear uma guerra civil. No dia 4 de março de 1964 desembarcou no Uruguai em busca de asilo político. Em dezembro de 1976, João Goulart faleceu em sua fazenda La Villa, no município argentino de Mercedes, sem ter conseguido regressar ao Brasil. Sua morte teve grande repercussão tanto no Uruguai como no Brasil. Foi sepultado em sua cidade natal, São Borja, na presença de 30.000 pessoas, entre as quais políticos opositores e antigos colaboradores de seu governo.” Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

⁵⁵ “João Mangabeira nasceu em Salvador no dia 26 de junho de 1880, filho de Francisco Cavalcanti Mangabeira e de Augusta Cavalcanti Mangabeira. Formado em direito em 1897, com 17 anos transferiu-se para Ilhéus (BA), onde começou a praticar a advocacia. Deputado estadual e prefeito de Ilhéus, foi deputado federal pela Bahia entre 1909 e 1911 e entre 1914 e 1929, e senador em 1930. Em 3 de outubro, foi deflagrada a Revolução de 1930, que conduziu à formação do Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas. Com o fechamento dos órgãos legislativos, Mangabeira perdeu seu mandato. [...] No pleito seguinte, realizado em outubro de 1934 e destinado a compor as Assembléias Constituintes estaduais e a Câmara Federal, Mangabeira elegeu-se deputado federal pela Bahia, assumindo o mandato em maio de 1935. [...] Mangabeira foi um dos 20 deputados que, junto com o senador Abel Chermont, fundaram o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares para combater a Lei de Segurança Nacional e defender os direitos constitucionais. Preso em 1936, acusado de envolvimento com os comunistas, em julho de 1937 retornou à Câmara de Deputados depois de mais de um ano de prisão. Com a implantação do Estado Novo (10/11/1937) e o fechamento de todos os órgãos legislativos do país, perdeu seu mandato pela segunda vez. Com o final do Estado Novo, integrou a Esquerda Democrática (ED), grupo que atuava no interior da União Democrática Nacional (UDN), partido criado em 1945. Nas eleições desse ano conseguiu apenas uma suplência de deputado constituinte. No ano seguinte, a ED tornou-se partido político. Em 1947, foi eleito deputado federal por seu estado, pela ED, que passou a chamar-se Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual tornou-se presidente. Nas eleições presidenciais de 1950, vencida por Getúlio Vargas encabeçou a chapa lançada pelo PSB, tendo recebido apenas 9.466 votos. Membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), em 1958 candidatou-se ao Senado pelo Distrito Federal, mas não se elegeu. A crise decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros (25/08/1961) resultou na adoção do parlamentarismo como condição para que os ministros militares permitissem a posse do seu substituto legal, o vice-presidente João Goulart. A instabilidade política foi a tônica da experiência parlamentarista. [...] Nesse período, Goulart defendia a antecipação do plebiscito destinado a escolher o sistema de governo. Em setembro, o Congresso marcou para 6 de janeiro de 1963 a data dessa consulta popular e autorizou o presidente a formar um novo gabinete, que teve Hermes Lima como primeiro-ministro e Mangabeira na pasta da Justiça. Realizado o plebiscito, o presidencialismo foi aprovado. Goulart deu início à formação do novo ministério, mas manteve João Mangabeira. Em maio, porém, ele se exonerou do cargo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1964, menos de um mês após o golpe militar que derrubou Goulart.” Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/joao_mangabeira Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

⁵⁶ Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro.

⁵⁷ Paulista que, segundo o próprio Odylo Costa Filho, era profunda conhecedora e militante na causa do menor.

⁵⁸ Técnica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Carlos Mancini⁵⁹, Pedro José Meireles Vieira⁶⁰, Dona Maria Celeste Flores da Cunha⁶¹. A comissão foi presidida pelo então diretor do SAM, Eduardo Bartlett James. O aconselhamento jurídico foi realizado pelo Senhor Prado Kelly⁶².

Na etapa final do trabalho da comissão Mangabeira foi substituído pelo Sr. Abelardo Jurema⁶³. Além disso, um dado triste, Bartlett James, “comprimido ao mesmo tempo pelos cortes radicais na execução orçamentária e pela realidade brutal dos internados (e internadas) do SAM ameaçados de fome ou despejo, [...] com amor pelos pequenos e honestidade na ação, acabou por não resistir às pressões e enfartou”. Odylo fala do antigo presidente do SAM com respeito e admiração. O que nos faz perceber que suas críticas à instituição não tinham relação à administração, mas sim, à escassez de verbas. Isso fica mais explícito quando ele “renegar” a FUNABEM, chamando-a de Fundação mendiga como veremos mais à frente.

O projeto foi entregue no dia 3 de setembro de 1963 ao então Ministro da Justiça Abelardo Jurema. Nada foi feito nos meses subsequentes, até que veio o 1º de abril de 1964. O processo que levou a elaboração do projeto que criaria a FUNABEM é anterior ao golpe

⁵⁹ Ex-secretário de Administração da Guanabara, veterano de serviços sociais e contratado pela OEA para trabalhar com a questão no fórum internacional.

⁶⁰ Presidente e relator do inquérito sobre o SAM, durante o governo de Jânio Quadros.

⁶¹ Vice-presidente da Ação Social Arquidiocesana.

⁶² Autor do projeto de criação do Instituto Nacional do Menor.

⁶³ “Abelardo de Araújo Jurema nasceu no dia 15 de fevereiro de 1914, em Itabaiana (PB), filho de Geminiano Jurema Filho e de Amália de Araújo Jurema. Matriculou-se em 1933 na Faculdade de Direito de Recife. Sua formatura coincidiu com o advento do Estado Novo (10/11/1937) e nessa nova conjuntura foi nomeado prefeito de Itabaiana, sua cidade natal, cargo no qual permaneceu até janeiro de 1938. Prefeito nomeado de João Pessoa em 1946 e 1947, em outubro de 1950 foi eleito, pela Paraíba, suplente do senador Rui Carneiro, vindo a exercer o mandato entre outubro de 1953 e março de 1954 e entre junho e setembro de 1957. Entre 1957 e 1958 foi secretário do Interior e Justiça da Paraíba. Eleito em outubro de 1958 deputado federal na legenda do Partido Social Democrático (PSD) assumiu a cadeira em fevereiro do ano seguinte. [...] Reeleito deputado federal pela Paraíba em outubro de 1962, Abelardo Jurema licenciou-se do mandato em junho de 1963 para assumir a pasta da Justiça do governo Goulart. Duas de suas iniciativas tiveram grande repercussão: a criação do Comissariado de Defesa da Economia Popular, órgão fiscalizador dos preços dos gêneros alimentícios, e o congelamento do preço dos aluguéis. Homem do diálogo do ministério, por diversas vezes Jurema foi incumbido pelo presidente de dialogar com as esquerdas e de tentar manter a aliança entre o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aliança que se tornava, a cada dia, mais difícil. A maioria pessedista tendia a se colocar ao lado da União Democrática Nacional, impedindo o apoio do Congresso às mudanças requeridas por Goulart para a implantação das reformas de base. O dia 13 de março de 1964 assinalou o clímax da radicalização do governo, com a realização do Comício das Reformas. [...] Jurema esteve presente, colocando-se no palanque ao lado do presidente. Na madrugada de 31 de março, tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho, sediadas em Juiz de Fora (MG), começaram a se deslocar para o Rio. Horas depois, Goulart estava deposto. Jurema reassumiu seu mandato de deputado federal, exercendo-o, porém, apenas por três dias, visto que em 10 de abril foi cassado e teve os direitos políticos suspensos com base no Ato Institucional nº 1. Em seguida, partiu para o exílio no Peru. Jurema voltou ao Brasil em 1974. Beneficiado pela aprovação da anistia em agosto de 1979, filiou-se, após a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação de apoio ao regime militar. Foi ainda diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, entre 1983 e 1985, e do Instituto do Açúcar e do Alcool, entre 1985 e 1988”. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/abelardo_jurema Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

civil-militar de 1964. Ele foi elaborado por homens e mulheres que estavam preocupados com a questão do menor. Movidos e arrematados por uma das figuras mais importantes envolvidas nesse processo, Odylo Costa, filho:

Não sei se nosso anteprojeto concretizava a melhor solução. Propúnhamos criar uma Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, mantida por uma porcentagem sobre a receita tributária da União e destinada a formular e implantar uma política nacional do menor. Ela estudaria o problema. Planejaria as soluções. Orientaria, coordenaria e fiscalizaria as entidades que executassem essa política, a seu cargo direto apenas onde já houvesse serviços do SAM, a ser absorvido e extinto. Seria organizada em moldes de fundação de direito privado e dirigida por um Conselho Nacional, de que a União participaria, mas onde estariam decisivamente representadas as instituições nacionais em que a bondade dos brasileiros se organizou para a ação social. (COSTA, *JB*, 19.4.1964)

Nesse mesmo artigo, Odylo vai se dirigir diretamente ao então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, ainda naquele que seria o primeiro domingo como presidente do país, um apelo que ele chamou de “desabafo de um brasileiro a quem tiraram uma das razões de viver”, fazendo referência direta à morte de seu filho.

– Presidente, mande desenterrar o anteprojeto que cria a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Peça ao eminente brasileiro Milton Campos, seu Ministro da Justiça, que o examine. Se parecer adequada a solução, encaminhe-a ao Congresso Nacional com caráter de urgência. Caso contrário, emende-a, ou nomeie nova comissão para, em prazo curto e certo, apresentar novo estudo. Mas creia Vossa Excelência: não há problema mais grave do que esse nesta Pátria. Porque este é o problema da sua sobrevivência, isto é, da sobrevivência do seu povo e da unidade moral das novas gerações de brasileiros. (COSTA, *JB*, 19.4.1964)

No mesmo jornal em 11.8.1964 Odylo seguirá clamando pela fundação. Ele informa que Milton Campos⁶⁴ ressuscitou o anteprojeto e fez com que o deputado Pedro Aleixo⁶⁵

⁶⁴ “Milton Soares Campos nasceu em Ponte Nova (MG), em 1900. Ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1918. Ainda em seus tempos de universitário, travou amizade com jovens literatos da capital mineira, na sua maioria influenciados pelo modernismo, entre os quais Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco e Gustavo Capanema. A partir de 1925, sem abandonar a advocacia, passou a dedicar-se profissionalmente ao jornalismo. Durante o Estado Novo (1937-1945), dedicou-se ao ensino superior e à advocacia, presidindo a seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Após o início da Segunda Guerra Mundial, ingressou na Sociedade Amigos da América, entidade que defendia o apoio aos Aliados e aos regimes democráticos. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento divulgado em outubro de 1943, representando a primeira iniciativa de envergadura dos setores liberais contra o Estado Novo. Foi, por isso, exonerado do cargo de advogado da Caixa Econômica Federal. Com o início do processo de redemocratização do país em 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), agremiação que reunia a oposição liberal ao Estado Novo. Participou ativamente das articulações que levaram ao golpe militar de 1964, que afastou Goulart da presidência. Em abril desse ano, logo após a instalação do novo regime, foi nomeado ministro da Justiça pelo presidente Castelo Branco. Deixou o cargo em outubro de 1965, retornando ao Senado. Filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido criado após a instalação do bipartidarismo e base de apoio ao regime militar, renovou seu mandato de senador em 1966. Morreu em Belo Horizonte, em 1972.” Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/milton_campos Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

examinasse e aprovasse. Contudo, o anteprojeto seguia parado a espera da conclusão dos estudos das autoridades fiscais sobre o tema. Enfim, ocorre a aprovação da criação da FUNABEM pelo Congresso Nacional. Contudo, o jornalista não se sentirá vitorioso, pois a verba acordada inicialmente de 3% para custear o projeto, será excluída do texto final. Ele comenta a época:

Essa Fundação mendiga não resolverá o problema. O problema de termos duas Nações, a dos que se educam e a dos que se perdem. [...] Pois sem dinheiro Cervantes pode escrever o *D. Quixote*. Sem dinheiro Van Gogh pode pintar a pontezinha de Arles. Mas sem dinheiro não se resolvem problemas sociais. [...] Não pensem que a criação da Funabem, uma fundação mendiga, será a solução para a questão dos menores no Brasil. Longe disso, nunca será uma panaceia que assegure o sono da sociedade. Pode-se fazer toda a reforma, sonhar o céu, que sem dinheiro não daremos um passo, não resgataremos o inferno daqui debaixo. (COSTA, *JB*, 17.11.1964)

Nesse mesmo artigo critica o Ministro Otávio Bulhões⁶⁶, o responsável pela exclusão à menção aos 3% da receita federal, que para o jornalista deixou à Fundação tão impotente

⁶⁵ “Pedro Aleixo nasceu em Mariana (MG), em 1901. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1922. Nesse mesmo ano, apoiou a candidatura presidencial de Nilo Peçanha, lançada pela Reação Republicana, sendo derrotada por Artur Bernardes. Em 1927, elegeu-se conselheiro municipal (cargo correspondente ao de vereador) em Belo Horizonte. Ainda em 1927, participou da fundação de *O Estado de Minas*, jornal do qual foi diretor nos anos seguintes. Em 1930, foi partidário da Aliança Liberal, que lançou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa à presidência da República. Em seguida, deu apoio ativo ao movimento armado que afastou Washington Luís da presidência e levou Vargas ao poder. Em 1933, elegeu-se deputado federal constituinte por Minas Gerais na legenda do Partido Progressista, agremiação que naquele momento buscava unificar as forças políticas favoráveis a Vargas no estado. Em outubro do ano seguinte, obteve novo mandato na Câmara Federal. A partir de maio de 1935, passou a exercer a função de líder da maioria governista na Câmara. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento no qual vários expoentes da elite de Minas Gerais exigia a volta do país ao regime democrático. Por conta disso, foi afastado, em represália, de seu cargo de diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Em 1945, foi um dos articuladores da candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, lançado pela recém-criada União Democrática Nacional (UDN), partido do qual Aleixo foi um dos fundadores e presidente de sua seção mineira. Em 1947, foi eleito deputado estadual em Minas Gerais. Logo em seguida, foi nomeado secretário estadual de Interior e Justiça, no governo de Milton Campos. Exerceu esse cargo até 1950. Em 1958, voltou à Câmara Federal, destacando-se na oposição ao governo de Juscelino Kubitschek. Reeleito em 1962, promoveu também acirrada campanha contra o governo de João Goulart. Teve destacada participação nas articulações que levaram ao golpe militar de 1964. Tornou-se então, importante líder governista no Congresso. Com a extinção dos antigos partidos, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar. Ministro da Educação entre janeiro e julho de 1966, foi eleito, pelo Congresso, vice-presidente da República na chapa do general Costa e Silva. Morreu em Belo Horizonte, 1975.”
Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pedro_aleixo Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

⁶⁶ “Otávio Gouveia de Bulhões nasceu no dia 7 de janeiro de 1906, no Rio de Janeiro, filho de Godofredo de Bulhões e de Otávia de Bulhões. Iniciou sua carreira na Diretoria Geral do Imposto de Renda do Ministério da Fazenda, em 1926. Em 1930, formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Mais tarde, doutorou-se pela mesma instituição e fez um curso de especialização em economia em Washington. Em 1939 foi nomeado chefe da seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. Economista de orientação liberal, entre 1943 e 1950 foi consultor técnico e participou de diversos congressos, simpósios e conferências representando o Brasil. Membro do Conselho Nacional de Economia (CNE) de 1950 a 1954, neste último ano, com a morte do presidente Getúlio Vargas (1951-1954) e a posse de João Café Filho (1954-1956), foi nomeado diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), permanecendo no cargo até 1955. De volta à Sumoc como superintendente, em 1961, no governo de Jânio Quadros, permaneceu no cargo

quanto o SAM. Odylo percebe os motivos que levaram ao fracasso dessa instituição: “Estávamos convencidos que o SAM falhara por muitas causas, mas, sobretudo por ser solução menor para um problema maior. Muitos dos seus dirigentes eram dos melhores brasileiros, capazes, honestos, devotados. Mas a desgraça das verbas!” Ele renega a Fundação logo após o seu nascimento, não participará de suas atividades. Pragmático ele percebe que a ausência de verba não permitiria que a Fundação desenvolvesse tudo aquilo que havia sido planejado para ela.

Apesar de ser amigo de Castello Branco e ter sido por esse convidado para ser seu assessor, ele se recusou a se juntar aos militares, preferindo ir trabalhar como adido cultural em Portugal. Não se furtava a fazer críticas aos rumos pouco democráticos que o país tomava. Fazia questão de acompanhar os jornalistas que trabalhavam com ele ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), todas as vezes que um deles era convocado.

Ele próprio terá problemas políticos em 1969, no dia 29 de setembro desse ano. Com seus filhos Virgílio e Teresa vai parar no Centro de Informações da Marinha (Cenimar)⁶⁷, levado por agentes secretos da Marinha após ter a casa invadida por militares. A pedido do filho ele escondera em sua casa um amigo do rapaz, Lino, que estava começando a entrar na clandestinidade. Apesar de toda a sua forma cordial no trato com as pessoas, ele acabou por se envolver num atrito com um dos oficiais. Ele foi protegido pelo filho de um amigo, o general Fiúza de Castro e apesar das ameaças que recebeu no Cenimar, nesse mesmo ano, é eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL).

até 1962, mesmo tendo discordância com as linhas básicas seguidas pelo governo de João Goulart (1961-1964). Em abril de 1964, após o golpe militar que afastou Goulart, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados assumiu interinamente a presidência e nomeou um ministério provisório, do qual Bulhões fez parte como titular da pasta da Fazenda. O general Humberto Castelo Branco, que assumiu o governo ainda em abril, manteve-o no ministério. Bulhões e Roberto Campos, ministro extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, foram os responsáveis pela elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), linha-mestra da política econômica do governo Castelo. Tendo como objetivo básico combater a inflação, o PAEG promoveu uma severa contenção do crédito e instituiu uma nova fórmula salarial, que, na prática, provocou uma acentuada deterioração do poder de compra dos salários. O combate à inflação obteve um sucesso relativo (as taxas de inflação permaneceram em patamares toleráveis, 34,5% em 1965 e 38,8% em 1966), mas em contrapartida a política de estabilização provocou uma virtual estagnação econômica, particularmente grave em São Paulo. [...] Em março de 1967, com a posse do general Artur da Costa e Silva na presidência, Bulhões deixou o Ministério da Fazenda. A partir de então, atuou como membro do CNE e do Conselho Monetário Nacional, e, na área acadêmica, tornou-se catedrático da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de presidente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Foi também presidente da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (1971-1973) e do Banco do Estado da Guanabara (1971-1974). Faleceu no dia 13 de outubro de 1990, no Rio de Janeiro.” Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/otavio_gouveia_de_bulhoes
Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

⁶⁷ Órgão de repressão do regime militar, criado em 1957 para coletar informações, depois de 1964, também para repressão como o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA).

Odylo foi trabalhar na Universidade da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a convite do reitor Caio Tácito⁶⁸, em 1976, como Diretor do Departamento Cultural, e essa será sua última função pública. Lá ele criou uma das primeiras editoras de universidade do país, através do núcleo editorial fundado por ele. Foi por essa contribuição, pelo fortalecimento da biblioteca e por sua biografia que o teatro da universidade, inaugurado por ele, foi batizado com seu nome após sua morte.

O jornalista morreu do coração em 19 de agosto de 1979 e, em sua última entrevista, deixa seu recado aos jovens:

Acreditar no trabalho e não na catástrofe. Lutar para criar uma opinião própria; recusar as pastilhas distribuídas de manhã com o café. Dizer a verdade ou o que parece ser sinceramente a verdade. Trabalhar, com disciplina. Saber esperar. Trabalhar muito. Dizer sempre a verdade, mas não a verdade dos outros: a verdade que se atingiu através da dúvida do exame. Olhar o sofrimento do povo: ser solidário com ele. Crer. Acreditar que pela união dentro da liberdade e pelo trabalho coletivo contínuo, paciente, deliberado, o Brasil estará em dez, vinte, trinta anos (não importa quando), todo ele desenvolvido, e será uma das grandes forças de paz do mundo, porque em caso contrário não vale a pena viver. Amar a liberdade. [...] era preciso viver com coragem, beber todo o copo da vida com sofreguidão, sem medo, mesmo que houvesse momentos em que viver se tornasse muito difícil. Viver intensamente, com emoção e com coragem, é que valia a pena. (COSTA, 2000, p.194-5)

Ainda que Odylo Costa Filho não tenha participado da rotina e da implementação do projeto, os valores que ele defendia estavam presentes na concepção ideológico-pedagógica da instituição. Certamente, a imagem de Odylo influencia nos anos iniciais da Fundação, atrelada que era à sua luta pela melhoria do trabalho junto aos menores brasileiros.

⁶⁸ “O Professor Caio Tácito Sá Viana Pereira de Vasconcelos, renomado e consagrado administrativista, Professor Catedrático de Direito Administrativo de nossa Faculdade, Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, durante décadas atuou na vida pública e na promoção do ensino do direito. Ocupou os cargos de Consultor Geral da República, Sub-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Juiz do Tribunal Regional do Estado da Guanabara, Conselheiro do Conselho Federal de Educação, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 1978 a 1992. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi Professor Catedrático de Direito Administrativo, Professor titular de Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil, organizador e primeiro Diretor do CEPED, Diretor da Faculdade de Direito, de 1967 a 1970, Diretor do Centro de Ciências Sociais, Sub-Reitor, Vice-Reitor e depois Reitor. Mas não se dedicou somente ao estudo e ensino do Direito no Brasil, pois foi também Professor visitante das Universidades de Bolonha (1993) e Lisboa (1996), ademais de ter sido nomeado Membro Honorário da Associazione Italiana fra gli Studiosi del Processo Civile (Associação Italiana dos Estudiosos do Processo Civil), desde 1993. Diretor da *Revista Forense*, desde 1993. Ao longo da sua vida pública, cultivou uma das melhores e mais completas Bibliotecas sobre Direito Constitucional e Administrativo do nosso país, da qual constam livros raros, alguns não encontrados nem nos melhores acervos especializados. O Prof. Caio Tácito doou esse inestimável acervo à Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com cerca de quatro mil volumes, onde forma a "Coleção Caio Tácito", referência primordial para a consulta especializada.”

Disponível em: http://www.direitouerj.org.br/2005/index.php?id_pagina=1010503 Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

A “herança”, deixada pelo SAM, transformou-se no Centro-Piloto, laboratório de experimentos na internação de *menores*. As *escolas* de Quintino e da Ilha do Governador foram recuperadas, melhorando-se sensivelmente as condições de vida dos meninos e meninas internados, que antes viviam em condições subumanas. (RIZZINI, 2004, p. 36)

Ao que parece o projeto de uma nova fundação que atendesse os menores de modo digno e humano, ainda que com a questão inicial da verba, foi, a princípio, bem sucedido. Agora, de que forma isso se deu, quanto tempo durou e quais foram os obstáculos encontrados é outra questão a ser investigada.

Até aqui busquei compreender o processo que levou à construção do projeto da FUNABEM. A Fundação que ficou com sua imagem vinculada ao regime militar, mas, ao longo da pesquisa, localizei no acervo do CEMEF e na imprensa pistas relevantes que me apresentaram à história trágica da morte do primogênito de Odylo Costa, filho. Foi através da repercussão do caso na imprensa que pude perceber como o jornalista e intelectual maranhense catalisou seu capital social para arregimentar as forças políticas necessárias que levaram ao desenvolvimento de outra instituição que atendesse aos menores. Odylo transformou sua dor em luta. O resultado prático de toda sua articulação é a criação da FUNABEM, e é dela que vou tratar no próximo capítulo.

2 OUTRA POLÍTICA DE COMBATE AO ABANDONO DE MENORES

Após uma visita ao *Campus Quintino*, já como FUNABEM, Rachel de Queiroz fez um retrato da instituição – tomado aqui como recorte instântaneo e editado de um momento – da instituição, em artigo intitulado “O bem-estar do menor”⁶⁹, publicizado na Revista *O Cruzeiro* em 1968.

[...] Se havia problema que envergonhasse a gente de ser brasileiros, tal o abismo de incompetência, desídia, desonestidade, ignorância, e puro e simples crime em que se afundava – esse problema era do nosso menor abandonado. Creio que só a história dos navios negreiros pode permitir comparação com a lenda sinistra dos estabelecimentos oficiais para recolhimento e corrigenda de menores, comandados outrora pelo famigerado SAM⁷⁰. [...]

Foi precisamente o escândalo público, o choque, o horror desencadeado pelo assassinato do Odylo Costa Neto, cometido por uma quadrilha de internos do SAM, empresada por homens lá de dentro, que afinal derrubou a infame cidadela. Criou-se nova lei para orientar a assistência ao menor, promoveu-se uma transformação total no que havia; e inventou-se essa “Fundação para o Bem-estar do Menor”, num movimento que tinha entre seus pioneiros Odylo Costa, filho – o pai de Odylinho – e Maria Celeste Flores da Cunha, grande mulher, dedicada aos temas assistenciais da infância. E nessa hora, Deus Nosso Senhor que sempre parecera meio indiferente à sorte dos nossos meninos abandonados inspirou ao Presidente da República à escolha de um homem para dirigir a nova Fundação do Menor. O nome desse homem, muito mais importante para o Brasil do que muito estadista ou guerreiro que anda nas placas das ruas, é *Mário Altenfelder*.

Sim, ele teve apoio do Governo, total apoio do Presidente Castelo Branco. Sim, conta com boa legislação para amparar a sua obra e, mormente, com o instituto de *fundação* que lhe garante recursos próprios fora das oscilações e incertezas dos orçamentos oficiais. [...]

O fato é que o dr. Mário Altenfelder pegou essa lei, esses recursos e, acima de tudo, essas crianças – as vítimas já aprisionadas pelo SAM e as outras abandonadas da cidade e fez o que ninguém fizera até hoje no setor de assistência ao menor, no nosso país. [...]

Tomou posse de maltratado patrimônio, arrancou as grades, reconstruiu, pintou, lavou, plantou, remodelou – e, no curso dessas operações, obrou um milagre.[...]

Ninguém me contou – eu vi. Fui lá, andei onde quis, falei com quem quis, vi o que quis. E, como eu, pode ir lá todo mundo, para examinar e pasmar. O Presídio de Menores, aquela aberração sanguinária, é hoje uma comunidade tranquila – colégios, oficinas, creches, hospital, um lar para a mãe menor; e ginásio, piscina, jardins, até um cine-teatro!

[...] Meninos e meninas tratando de sua vida, trabalhando, estudando, brincando, ou comendo, conforme a hora. O pavilhão das moças – aquele “Pavilhão Anchieta” de infame memória, tem hoje a aparência de um bom colégio de classe média. As alunas (antigas delinquentes, quase todas, apanhadas na rua) são meninas comuns, de boa saúde, bons dentes (ao chegar passam por um período intensivo de tratamento e recuperação físicos), bem humoradas. Estudam, cozinham, costuram, fazem flores, tem até um salão de beleza onde se cuidam, aprendendo as artes de manicura e cabeleireira. Dão

⁶⁹ O texto segue na íntegra em Anexo C.

⁷⁰ O SAM foi fundado em 5 de novembro de 1941 pelo Decreto-lei nº 3799, sendo subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

festinhas de Natal, tocam violão, cantam e dançam. [...] (1968, Edição 13, p. 42)

Ao longo de todo o texto – que parece uma ode à Fundação – a escritora exalta as maravilhas do projeto iniciado pela campanha do jornalista Odylo após a trágica morte de seu filho. Relatou um ambiente renovado não apenas esteticamente, mas também eticamente. A postura dos funcionários liderados pela figura emblemática de seu diretor, o senhor Mário Altenfelder⁷¹, teriam transformado aquele espaço, outrora de triste cenário e espetáculo desumanizador, em paraíso regenerador e acolhedor de uma infância desprovida dos requisitos mais básicos para a formação de seres humanos com valores, qualificação técnica e profissionalizante, além de um tempo dedicado às mais variadas formas de manifestação artística.

Em seu relato Rachel de Queiroz vai apresentando pistas do trabalho realizado em Quintino, descrevendo a existência de colégios, oficinas, creches, hospital, um lar para a mãe menor, ginásio, piscina, jardins e um cine-teatro; dos meninos e meninas trabalhando, estudando, brincando, ou comendo, conforme a hora do dia; do pavilhão das moças, nas palavras de Rachel: “aquele ‘Pavilhão Anchieta’ de infame memória, tem hoje a aparência de um bom colégio de classe média”; das alunas “(antigas delinquentes, quase todas, apanhadas na rua) são meninas comuns, de boa saúde, bons dentes (ao chegar passam por um período intensivo de tratamento e recuperação físicos), bem humoradas; estudam, cozinham, costuram, fazem flores, tem até um salão de beleza onde se cuidam, aprendendo as artes de manicura e cabeleireira”; das festinhas de Natal, “tocam violão, cantam e dançam”; das criancinhas “dantes abandonadas, espancadas, recolhidas até em lixeiras”; dos aprendizes que fabricavam calçados para a casa; dos tipógrafos, eletricitas, marceneiros, entalhadores, escultores-artesãos, elencando os cursos oferecidos aos internos.

A narrativa de Raquel de Queiroz sobre a sua visita à FUNABEM e o que lá encontrou, parece coincidir com as narrativas das meninas que viveram no abrigo Padre Anchieta (PA), como a de Maria Rita, uma das entrevistadas para esta tese, a respeito da FUNABEM, pelo Quintino: “Quando nos encontramos falamos que nós estudamos numa escola suíça, porque nós tínhamos tudo aqui! Era difícil colocar o menor aqui dentro”. Parece coincidir também com a narrativa de Valéria ao falar orgulhosa de seus dentes bem cuidados: “Hoje se tenho dentes maravilhosos, isso eu devo a eles, se tenho educação devo a eles, se eu

⁷¹ Mário Altenfelder formado pela Faculdade de Medicina da USP, foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Pediatra famoso trabalhou por quarenta anos cuidando de crianças e como Diretor do Serviço Social Menores no governo de Carvalho Pinto (1959 – 1963).

tenho uma saúde maravilhosa eu devo a eles”. Com Aldneia e sua fala sobre o carinho da freira que cuidava dos pequenos: “A Irmã Crescência era a responsável pelo berçário. Como entrei criança ela me acompanhava. Tinha ela como minha mãe! Foi minha professora de catequese...”. Com a lembrança de Rosângela sobre as atividades cívicas: “A gente também gostava de desfilar, era uma festa! Todo mundo se preparando para o desfile. Os meninos tocavam na banda, a gente marchando com a bandeira, a Rosalúci fazendo as balizas dela. Nós gostávamos dessas coisas”. Com a fala de Rozalia sobre as atividades de rotina na casa e das aulas de artesanato: “O PA era nossa casa, nós fazíamos a limpeza, tudo era dividido. Acordávamos às cinco da manhã, íamos para fila do banheiro, fila do café da manhã, era fila para tudo. No contra turno tínhamos atividades como artesanato, teatro, corte e costura. Nunca ficávamos à toa”.

As narrativas das ex internas parecem dar vida ao texto de Rachel de Queiroz. Entretanto, há questões nessas narrativas e no texto: estariam de fato referendando umas o discurso da outra? Seria mesmo a FUNABEM a comunidade tranquila descrita por Rachel de Queiroz? A escola suíça da fala de Maria Rita? Qual era a política de atendimento ao menor trabalhada pela FUNABEM? É o que busquei compreender.

2.1 Do SAM à FUNABEM: transformações no Complexo de Quintino

Antes de apresentarmos os relatos das internas é importante compreender um pouco mais sobre o histórico do Complexo de Quintino, sobre as instituições como também o período de transição de uma para a outra. A questão do trabalho educacional com infratores, desvalidos e órfãos no Campus Quintino tem mais de cem anos. A Escola XV de Novembro foi fundada em 3 de dezembro de 1889, por iniciativa particular do Sr. João Brasil Silvado, Chefe de Polícia do Distrito Federal, em um prédio situado em São Cristóvão. Em 1902, passa para a jurisdição da Polícia do Distrito Federal com o nome de Escola Correccional XV de Novembro. Nessa época a preocupação dos dirigentes era ministrar aos internos um ensino profissional intenso, visando o preparo dos menores para a vida prática, o que não tinha muito sucesso devido às exíguas instalações, ainda em São Cristóvão.

Transferida para o terreno da antiga Fazenda da Bica, depois de pequenas adaptações, passou a funcionar em Quintino a partir de 1907. Cabe ressaltar que estou descrevendo de um território que conta com o mesmo número de metros quadrados que o bairro de Copacabana –

um milhão e trezentos mil metros quadrados⁷². A instituição passará por uma série de alterações de seu nome. Em 1910, passou a denominar-se Escola Premunitória 15 de Novembro. Em 1923, passou a se chamar Escola 7 de Setembro. Em 1941, passa a ser parte do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e a escola passou a chamar-se Instituto Profissional XV de Novembro.

A proposta do SAM era tanto recuperar, quanto proteger os menores. No entanto, a rotina de funcionamento que foi sendo divulgada na imprensa ao longo de anos associou essa instituição a uma experiência de maus-tratos, como encontramos em Müller (2006). Mais tarde, a própria FUNABEM o seria também como veremos mais adiante.

Instituição intermediária o Centro Brasileiro de Infância e Adolescência (CBIA) funcionou entre a antiga FUNABEM e o Centro de Educação Integral (CEI), durante o governo do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Atendia aos internos da FUNABEM e da Fundação Estadual de Ensino para Menores (FEEM), além de também ter abrigado os meninos sobreviventes da chacina da Candelária⁷³. A administração era da responsabilidade de Lisâneas Maciel⁷⁴. O Complexo de Quintino nesse período dividia-se entre o abrigo e a escola que existia no prédio principal. O CBIA foi extinto pela medida provisória nº 813, de 1 de janeiro de 1995.

No final do ano de 1995 o novo governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar⁷⁵, instituiu o Centro de Educação Integral (CEI) através do Decreto de nº 21.752, de

⁷² Informação encontrada na *Veja Rio* de agosto/setembro de 1996.

⁷³ Ato de extermínio coletivo contra crianças e adolescentes, ocorrido nas mediações da Igreja da Candelária, no centro da cidade do Rio de Janeiro, na madrugada de sexta-feira, dia 23 de julho de 1993. Ver: BRASILIENSE, Danielle Ramos. As tessituras narrativas do jornal O Globo sobre o acontecimento “Chacina da Candelária”. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, 2006.

⁷⁴ Advogado e político Lysânêas Dias Maciel foi cassado pela ditadura civil-militar brasileira. Para saber mais ver GUIMARÃES, Hebe. Lysânêas Maciel. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Série: Perfis Parlamentares, 2008.

⁷⁵ “Marcelo Nunes de Alencar nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 23 de agosto de 1925, filho de Mário Alencar e de Zuleica Nunes de Alencar. Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que aglutinou a oposição institucional ao regime militar instaurado em abril de 1964. Formado em advocacia, atuou como intermediário entre os estudantes e o governo durante as manifestações de protesto ocorridas em 1967 e 1968. Entre seus outros clientes, à época, estiveram os jornalistas e ex-deputados Marcio Moreira Alves e Hermano Alves, o crítico de arte Mário Pedrosa e, ainda, ex-deputados como José Frejat, Ciro Kurtz, Fabiano Villanova e Lysânêas Maciel. A oposição ao regime lhe valeu a cassação, em 7 de fevereiro de 1969, dos direitos políticos com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado em 13 de dezembro do ano anterior. Após ser cassado, Marcelo perdeu o cargo na procuradoria-geral do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (hoje parte do INSS), que exercia por concurso desde 1953. Ao longo da década de 1970, dedicou-se a atividades particulares. Voltou-se então ao jornalismo, assumindo a direção do jornal *Correio da Manhã*. Recuperou os seus direitos políticos após a decretação da Lei da Anistia pelo presidente da República, general João Batista Figueiredo, em agosto de 1979. Filiou-se, nesta ocasião, ao recém-criado Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola. Em março de 1983, aceitando convite de Brizola, então governador do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar assumiu a presidência do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). Em novembro, Marcelo foi indicado por Brizola para substituir o médico Jamil Haddad no comando da Prefeitura do Rio de Janeiro. Permaneceu à frente da Prefeitura do Rio

08 de novembro de 1995.⁷⁶ Com o CEI o Estado redefiniu novamente o perfil, os objetivos e as metas da instituição que ocuparia então o Campus Quintino. Contudo, manteve o conjunto de escolas do ensino fundamental e técnico profissionalizante, acrescentando uma escola de segundo grau, designada hoje de Ensino Médio. Dessa forma, o Complexo de Quintino deixou de funcionar como um centro de assistência e recuperação de menores infratores, abandonados ou inadaptados em família e passou a ser concebido como um centro de formação educacional. Com a era do casal de governadores Anthony William Matheus de Oliveira⁷⁷ e Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira⁷⁸ o Campus passará por novas transformações. O espaço será ocupado pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

até 31 de dezembro de 1985, passando o cargo no dia seguinte para Roberto Saturnino Braga, também do PDT e primeiro prefeito eleito da cidade em várias décadas. Após as eleições, em 1987, visando manter o contato com os seus eleitores, Marcelo passou a trabalhar na Rádio Carioca, comandando o programa *O povo em primeiro lugar*, no qual organizava entrevistas e debates com personalidades geralmente ligadas ao PDT. O programa, que inicialmente tinha apenas 15 minutos de duração, passou para duas horas, garantindo uma audiência média de mais de 110 mil ouvintes. Em novembro de 1988, foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro, obtendo 998.008 votos, o que correspondeu a 31,65% do total do eleitorado. Após 13 anos de militância no partido, Marcelo deixou o PDT, em março de 1993, filiando-se ao PSDB. Levou consigo alguns vereadores e deputados, elevando a bancada municipal do PSDB de dois para seis vereadores e a bancada estadual de quatro para nove deputados. Em cerimônia realizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, à qual compareceram líderes tucanos de expressão nacional, entre os quais Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Ciro Gomes e Tasso Jereissati, foi lançada a candidatura de Marcelo Alencar para a sucessão de Brizola. Foi empossado governador em 1º de janeiro de 1995. Marcelo Alencar morreu na madrugada do dia 10 de junho de 2014, aos 88 anos, em sua casa, no bairro de São Conrado, na zona sul do Rio de Janeiro.” MONTEIRO, Maria Carmina/BARROS, Rogério Alves de/MARQUES, Bruno. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcelo-nunes-de-alencar> Acesso em: 07 de dezembro de 2018.

⁷⁶ A presidência passa a ser da educadora Nilda Teves, que toma posse em janeiro de 1996. O CEI atendia crianças de favelas próximas (morro do Fubá, Caixa d'água, entre outros) e algumas áreas mais distantes. Contava no final da década de 1990 com cerca de 25.000 alunos, fazendo do Complexo de Quintino um dos projetos educacionais mais cobiçados da cidade do Rio de Janeiro. Recebeu o CEI inúmeras visitas, desde o ator Roger Moore até o Presidente da República à época, Fernando Henrique Cardoso.

⁷⁷ “Anthony William Matheus de Oliveira nasceu em Campos dos Goytacazes (RJ) no dia 18 de abril de 1960, filho de Hélio Montezano de Oliveira e de Samira Matheus. Com o falecimento do pai, morou um período com o avô materno, Nahim Matheus Jacob, comerciante de ascendência libanesa. Estudou no Liceu de Humanidades de Campos e aí iniciou, em 1975, suas atividades políticas como líder estudantil influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Campos. Nessa época, iniciou também suas atividades como radialista. Apresentou programas musicais e foi locutor esportivo, passando a usar o apelido de *Garotinho*, com o qual se tornou conhecido e que incorporou ao nome em 1981. Também 1981, casou-se com Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, que se tornaria conhecida posteriormente pelo apelido de Rosinha Garotinho. [...] Em 1984 filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e em novembro de 1986 foi eleito deputado estadual nessa legenda, com mais de 20 mil votos. Em 1988 foi eleito prefeito de Campos. Foi governador do Rio de Janeiro de 1999-2002 e deputado federal de 2011-2014.” SILVA, Fabricio Pereira/HIPPOLITO, Regina. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anthony-william-matheus-de-oliveira> Acesso em: 07 de dezembro de 2018.

⁷⁸ “Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, conhecida como *Rosinha Garotinho*, nasceu em Itaperuna (RJ) no dia 6 de abril de 1963, filha de Gandur Assed e de Wilmar Barros Assed. Estudou no Colégio Batista Fluminense, de Campos dos Goytacazes (RJ). Professora primária e radialista, em 1981 casou-se com Anthony William Matheus de Oliveira, conhecido pelo apelido de Anthony “Garotinho”. Com o início do governo Garotinho em janeiro de 1999, foi nomeada secretária de Ação Social e Cidadania. À frente da secretaria, coordenou os programas sociais do governo estadual. Criou “restaurantes populares”, “hotéis populares” e “farmácias populares”, que cobravam por seus serviços a quantia simbólica de um real, e instituiu programas

Do SAM passando pela FUNABEM até o CEI, permaneceu o cuidado com a criança oriunda das camadas mais pobres e carentes da população. Segundo Müller (2006), o SAM atuava nacionalmente prestando assistência social aos menores desvalidos e infratores, tendo como principal objetivo a ordem social e não a assistência social, como na FUNABEM. Maria Rosilene Barbosa Alvim, em seu texto intitulado *A Infância Negada: “Meninos e Meninas de rua” no Brasil* descreve assim o SAM

Durante os anos de 1943 a 1964, o Código foi utilizado principalmente nos casos de delinquência. Trata-se do período do apogeu dos internatos, e, também, das primeiras críticas às internações. É o período do SAM. [...] Embora o SAM contasse com o apoio de juízes, médicos e políticos que acreditavam no Código, [...] a instituição passa a ser objeto de denúncias por parte da imprensa em função dos maus-tratos perpetrados contra os internos. O SAM passa, então, a ser visto como uma máquina de fazer criminosos, havendo na imprensa da época menção a vários bandidos famosos, egressos daquela Instituição. (ALVIM, 1993, p. 94)

A autora afirma ao longo do seu texto que havia um grupo descrente em relação a essa fórmula de internato para resolver a questão dos menores, mas como esse grupo era minoria, a maioria realizou apenas uma reforma. O SAM foi extinto devido à intensa campanha promovida pela imprensa, capitaneada pela trágica morte do primogênito de Odylo Costa, filho, que fora assassinado por um menor que passara pela instituição diversas vezes. A FUNABEM irá substituir o SAM como o resultado – ao menos no discurso – de um projeto crítico ao funcionamento da instituição precedente.

Assim, fundada em 1 de dezembro de 1964, a FUNABEM é regulamentada pela Lei nº 4.513. Por outro lado, surgiu como projeto diferente do SAM, mas manteve a filosofia dos internatos, utilizando os espaços físicos e arquitetura da instituição precedente. Desta forma, recebeu como herança todo o patrimônio do SAM, além do seu esquema de atendimento e respectivas atribuições. Em 1970, o Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, fez um discurso na Fundação por ocasião da abertura das comemorações da Semana da Criança na instituição, onde critica duramente o SAM.

como o Leite Saúde, para distribuir leite em pó a crianças em situação de desnutrição; o Sopa da Cidadania, para oferecer refeições a instituições sociais; o Cheque Cidadão, oferecido a famílias que mantivessem seus filhos matriculados na rede estadual de ensino, com suas carteiras de vacinação em dia; o Vida Nova e o Jovens Pela Paz, ambos oferecendo bolsas para jovens carentes. Em 2001, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em abril de 2002, deixou a Secretaria de Ação Social e Cidadania desincompatibilizando-se para disputar, em outubro, a sucessão do marido no governo do estado do Rio, enquanto este deixava o governo para se candidatar, no mesmo pleito, à presidência da República. Na ocasião surgiram pedidos de impugnação da sua candidatura. Foi Governadora do Rio de Janeiro de 2003-2007. De seu casamento com Anthony Garotinho, teve quatro filhos e adotou outros cinco. Uma delas, Clarissa Matheus, foi eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro em 2006.” SILVA, Fabricio Pereira. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosangela-barros-assed-matheus-de-oliveira> Acesso em: 07 de dezembro de 2018.

Cuido dar-lhe outro sentido e dimensão, vindo ver a criança, no local mesmo em que a nação inteira viveu o drama do SAM, e, fundamentalmente, para assinalar o compromisso da Revolução com uma política nacional do bem-estar do menor, sempre mais consequente. Nesta manhã, vejo todo um milagre. Vejo o milagre da transmutação da ‘sucursal do inferno’, da ‘*escola do crime*’ e da ‘fábrica de monstros morais’, em um centro educacional voltado para o desenvolvimento integral do menor. Eminentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, julgando o pedido de ‘habeas corpus’ de um jovem que fugira do SAM, disse, em junho de 1961, que a sua finalidade prática era ‘instruir para o vício, para a reação pelo crime, para todas as infâmias e misérias’ e que ‘deveria ser arrasado, desde o teto até os alicerces para que começasse tudo de novo e sob moldes inteiramente diversos’. Mas como não são o alicerce e o teto que fazem a casa, bastou, nesta hora de moralização de nossos costumes administrativos, que ela fosse habitada de uma nova alma, para que o milagre se fizesse. No lugar do SAM, a Fundação; o amor ao invés do crime. Esse milagre que, hoje e aqui, proclamamos a toda nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de março. E não tenho dúvidas ao afirmar que a contestação mais cega e mais surda, que tudo negasse a obra revolucionária, haveria, pelo menos, de bendizê-la por apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do malsinado SAM, para, neste mesmo lugar, erguer a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. (*Revista Brasil Jovem*, nº16, 1970, p.52-3)

Há semelhanças nos discursos de Médici e aqueles que ouvi no Campus de Quintino no período de transformação da FUNABEM para o CEI. Certeau (1982) me inspira a refletir quando afirma que os discursos são emitidos de um dado lugar, que deve ser interrogado pelo pesquisador: um lugar temporal, espacial, institucional; um lugar de fala ou de autoria; um lugar social. Deste modo, parece ser comum, e traço característico da cultura política brasileira, alardear o que se faz como inovador, definindo o projeto que nasce no intuito de parecer sempre melhor do que aquele que é suplantado, talvez assinalando a ideia que se tinha do SAM quando da inauguração da FUNABEM, ser muito similar a do surgimento do CEI, da própria Fundação.

2.2 Sujeitos da política do bem-estar do menor⁷⁹

No Brasil, segundo Lobato (2016), as políticas sociais estiveram dependentes de projetos de desenvolvimento econômico de diferentes regimes políticos. A cidadania esteve pautada pela necessidade de legitimar esses regimes, desse modo, os direitos sociais se desenvolveram de forma fragmentada e desigual. A pesquisadora salienta que essas políticas

⁷⁹ “Tendo origem na Grã-Bretanha e sendo usada em geral de maneira livre, esta expressão tornou-se amplamente difundida tanto nos círculos jornalísticos quanto acadêmicos após a Segunda Guerra Mundial. [...] As origens do estado do bem-estar podem remontar à criação de ‘serviços sociais’, fornecidos pelo estado, na esteira da industrialização do século XIX, sendo dada ênfase particular à Alemanha de Bismarck e à Grã-Bretanha do início do século XX. [...] O estado do bem-estar era a culminação de um longo processo que havia começado com a afirmação dos direitos civis, passando pela luta pelos direitos políticos e terminando com a identificação e o estabelecimento dos direitos sociais.” (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996, p. 260-261)

tinham o caráter antidemocrático, se desenvolveram em períodos autoritários, por isso, trazem características que devem ser destacadas: alta centralização, baixa interferência da população, pouca transparência e burocratização. Outro fato destacado pela autora é que a assistência social, no âmbito estatal, funcionava como elemento de troca e favor, a benemerência. Essas características aparecem como críticas à FUNABEM entre elas, por exemplo, a centralização da política pública de assistência ao menor no país. A Fundação funcionava em âmbito nacional como um instrumento para legitimar os valores do regime militar frente à população diante do problema dos menores, segundo (BECHER, 2011). Aliás,

Durante a Ditadura Militar, com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), em 1964, é introduzida a metodologia interdisciplinar redimensionando a periculosidade circunscrita aos aspectos médicos. A intenção principal ao se adotar a nova metodologia científica, fundamentada no conhecimento “biopsicossocial”, era a de romper com a prática repressiva anterior criando um sistema que considerasse as condições materiais de vida dos abandonados, carentes e infratores, seus traços de personalidade, o desempenho escolar, as deficiências potenciais e as de crescimento. Crianças e jovens eram caracterizados como “menores” provenientes das periferias das grandes cidades, filhos de famílias desestruturadas, de pais desempregados, na maioria migrantes, e sem noções elementares da vida em sociedade. A nova política de atendimento organizada para funcionar em âmbito nacional pretendia mudar comportamentos não pela reclusão do infrator, mas pela educação em reclusão – uma educação globalizadora na qual não estava em jogo dar prioridades à correção de desvios de comportamentos, mas formar um indivíduo para a vida em sociedade. Eles são menores de idade juridicamente, independente da procedência de classe social e são “menores” quando procedentes dos estratos mais baixos da hierarquia socioeconômica. (PASSETTI, 2015: 357)

Torna-se importante lembrar que o bem-estar do menor se colocava como responsável pelo cuidado com as crianças que fossem abandonadas, mas também por todas aquelas cujos pais que, por serem pobres, eram tidos como incapacitados para cuidarem dos próprios filhos. A categoria *menor* está vinculada à pobreza como nos diz Passetti (2015), e é a essa camada da população que será refém desse discurso cientificista e tecnocrata da eficácia. Como destaca Becher (2011), tratava-se de propaganda do regime militar, pautada na tríade ideológica: pátria, deus e família tão presentes no imaginário social quanto a ideia de “cidadão de bem”; tão presente quanto o uso da linguagem sacralizada no atendimento aos menores com os termos “sacrifício” e “dedicação”:

As representações negativas sobre as famílias cujos filhos formavam a clientela da assistência social nasceram junto com a construção da assistência à infância no Brasil. A ideia de proteção à infância era antes de tudo proteção contra a família. Foi, sobretudo, a partir da constituição de um aparato oficial de proteção e assistência à infância no Brasil, na década de 1920, que as famílias das classes populares se tornaram alvo de estudos e formulação de teorias a respeito da incapacidade de seus membros em educar e disciplinar os filhos. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 39)

Rizzini & Rizzini (2004) apresentam um levantamento histórico sobre as políticas públicas em relação ao menor, visando a discussão e a elaboração de políticas mais adequadas. Os pontos levantados trazem dados que confirmam elementos que encontrei nas narrativas das internas: a ideia de família incapacitada para a educação dos filhos que levam a uma presença contundente do Estado no processo de formação dos indivíduos.

Ao estudar as legislações específicas para menores, os Códigos de 1927 e 1979, localizei o Artigo 1º do Decreto de 1927. Nele encontro pistas importantes para a compreensão do tipo de política pública desenvolvida para o trabalho junto aos menores brasileiros:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.

Art. 9º A autoridade pública pode impedir de ser abrigada, e se já o estiver pode ordenar a apreensão e remoção, a criança nas condições deste capítulo:

a) em alguma casa cujo número de habitantes for excessivo, ou que for perigosa ou anti-higiênica;

b) por alguém que, por negligência, ignorância, embriaguez, imoralidade, mau procedimento ou outra causa semelhante, for incapaz de ser encarregado da criança;

c) por pessoa ou em alguma casa, que, por qualquer outro motivo, estiver em contravenção com as leis e regulamentos de assistência e proteção a menores.

O infrator incorrerá nas mesmas penas do artigo antecedente. (BRASIL, 1927)

Aldinéa – uma das ex internas entrevistadas – foi levada junto com os irmãos para a Fundação, após denúncia por parte dos vizinhos. Eles moravam na favela do Esqueleto, espaço onde foi construída a Universidade da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua mãe estava com tuberculose, internada: “Houve uma denúncia, pois ficávamos sozinhos em casa. Morávamos ali na favela do Esqueleto. Parou uma Kombi da Fundação e nos levou”.⁸⁰ A preocupação com a educação das camadas mais pobres da população remonta ao final do século XIX, aos “desvalidos”, como destaca a professora Sônia Câmara:

A partir de fins do século XIX, especialmente nas primeiras décadas da República, evidencia-se uma ênfase maior na educação direcionada aos filhos de operários e às crianças abandonadas. Esse movimento refletia a intenção de se afastar da criança os perigos de sua contaminação moral e física. Era preciso criar na criança o amor ao trabalho, a noção de bem e mal, ordem e desordem, instituindo uma moral pautada nos princípios fundamentais para a construção da civilidade e do progresso. (CÂMARA, 2013, p.249-250)

⁸⁰ Entrevista realizada em 27.04.2016.

Logo, era a ideia de nação que estava sendo construída, a ideia de república. É interessante observar esse aspecto visto que ele permanece, com força, em todo o discurso menorista no século subsequente, e até hoje. A profissionalização estava na linha de atuação desses primeiros projetos de assistência à infância. Não apenas formar e ocupar, mas preparar o indivíduo para o trabalho. Trata-se do século XIX, das revoluções industriais e da necessidade de mão-de-obra, os aspectos econômicos e ideológicos do que seria uma Nação e da formação de seu povo. A legislação definia a política pública para atendimento ao menor em condições de vulnerabilidade:

A legislação menorista confirmava e reforçava a concepção da incapacidade das famílias pobres em educar os filhos. O novo Código de Menores, instaurado em 1979, criou a categoria de “menor em situação irregular”, que, não muito diferente da concepção vigente no antigo Código de 1927, expunha situação irregular era caracterizada pelas condições de vida das camadas pauperizadas da população, como se pode ver pelo artigo 2º da lei n.6697/79. Os amplos poderes mantidos aos magistrados não demoraram a ser questionados e combatidos pelos movimentos sociais, com a transição democrática. (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p. 41)

No relato de Aldinéa percebi que estava ali a pobreza estigmatizada (GOFFMAN, 1975) como incapacitante de forma econômica e moral. Viés que foi mantido na legislação de 1979, que passa a ser combatida durante o período de redemocratização. As entrevistas com mulheres que foram meninas internas da FUNABEM na década de 1970 foram fundamentais para a ampliação da análise. Elas são vistas aqui como sujeitos a quem a política do bem-estar do menor atendeu diretamente, trago suas narrativas como memórias que nos possibilitam um debate sobre a educação feminina em instituições totais (GOFFMAN, 1996) como a Fundação, mas, principalmente, sobre a educação de menores pobres em nosso país. Para contribuir com essa reflexão realizo essa tessitura com suas emoções, olhares e percepções.

Thomson (1997) ratifica a necessidade de ficar atento às várias naturezas de memórias, que se acumulam ao longo do tempo, e à pluralidade de versões sobre o passado, fornecidas por diferentes locutores/suportes: fábulas, lendas, músicas, artefatos, escritas, imprensa, mídia, enfim. Torna-se possível pensar em tipologias diversas que mantêm vivas as histórias e os significados históricos, oferecendo, portanto, repertórios variados de fontes aos investigadores para o estudo dessas memórias, de geração em geração. Por isso, além dos impressos – revistas e jornais – penso que os depoimentos das ex-internas, são também, fonte relevante para a compreensão do passado da instituição estudada nessa pesquisa. Suas narrativas trazem mais uma versão sobre o atendimento oferecido pela FUNABEM em Quintino.

2.2.1 Memórias das antigas internas

As reflexões de Von Simson (2000) sinalizam que memória é a capacidade humana de transmitir às novas gerações através de diferentes suportes empíricos: voz, música, imagem, textos etc., o que se viveu. As entrevistadas que contaram o que viveram, desejaram fazê-lo. Queriam contar. Algumas se negaram a remexer nos seus baús de memória. Aqui apresento cinco entrevistadas: Maria Rita, Rozalia, Valéria, Rosângela e Aldnéia⁸¹. Foi doloroso escolher um recorte da entrevista, e utilizei como critério o trecho que funcionasse como uma autobiografia, uma apresentação da sua história ao leitor.

Cada uma das entrevistadas pode escolher o caminho que daria a sua narrativa, elegei os trechos que me pareceram mais adequados à proposta deste capítulo, mas ressalto que as entrevistas não estão transcritas aqui na sua íntegra. Fiz recortes, edições. Selecionei as passagens que julguei pertinentes para a apresentação de cada uma das mulheres que, gentilmente, participaram desse trabalho.

O estudo inicia por **Maria Rita de Cássia Gomes da Silva**, nascida em 25 de outubro de 1963, no sertão sergipano, foi deixada pela mãe, ao lado de seus irmãos, na FUNABEM ainda muito pequena. É uma das organizadoras do evento anual de encontro dos ex-internos da Fundação. Sua entrevista foi realizada em Quintino, no dia 09 de dezembro de 2015.

Vim para Quintino no final de 1970, início de 1971. Nós morávamos no nordeste e minha mãe veio para o Rio para tentar melhorar a vida dela. Deixou um filho com cada parente. Ela veio para cuidar de dois idosos e a pessoa que a trouxe a levou para uma comunidade, a Nova Brasília. Foi uma decepção... Chegou aqui ela virou escrava deles, não tinha salário, trabalhava para ter onde dormir e comer. Ela chorava com saudade dos filhos... Eles juntaram dinheiro para que ela fosse nos buscar. Nesse meio tempo havia um abusador... Como a esposa não tinha mais condições, ele abusou da minha mãe e ela já foi nos buscar grávida de outro filho. Ela trouxe a gente para cá, mas as coisas foram se complicando e ela, no desespero, teve o filho e acabou engravidando novamente. O que aconteceu? No desespero ela pediu a senhora que trabalhava na lavanderia do hospital, para colocar a gente aqui dentro. [...] Eu tinha sete anos, minha irmã ia fazer seis anos e meu irmão tinha dez e ia fazer onze anos. Nós éramos muito pequenos... Ele um pouquinho maior, mas também sofreu muito... [...] Quando nós passamos um tempo na triagem eu coloquei uma coisa na minha cabeça, não adiantava me revoltar, eu tinha que tirar algum proveito daquilo que estavam me dando, porque eu não tinha para onde ir nem o que fazer. [...] Eu sinto pena dela (sua mãe), lamento o fato dela não ter amadurecido com a idade, ela não melhorou em nada com a velhice, não aprendeu a envelhecer. A vida foi muito dura com ela, mas ela também foi muito dura com a vida. Tinha hora que ela deveria ter podado as coisas e ela não fez... Nos momentos que tinha que ter sido dura ela não foi... Tinha hora que ela preferia se dobrar a lutar. [...] Ela

⁸¹ Os nomes são os verdadeiros. A opção metodológica foi a do não silenciamento. As autorizações seguem no Anexo D.

fala até hoje que se ela pudesse parir ela continuava parindo, ela gosta. Claro que gosta, não cuidava dos filhos... Eu falei para ela, fui dura com ela... Parir todo mundo pode... E cuidar dos filhos? Isso é maldade! Você não consegue dar atenção a todos eles, você não vê o que você faz com os outros. Meu pai teve dezoito filhos de várias mulheres. As meninas mais velhas são muito duras, ele não as colocou para estudar. No interior tem que casar... Constituir família, ter filhos... Com a mais nova ele deu estudo, mandou para a faculdade, mas as mais velhas ele não quis que estudassem. Elas falam muito duro dele por causa disso. São os costumes... Eu o conheci quando era pequena. Estou lutando na justiça para ter o nome dele na minha certidão, é questão de honra isso para mim! A maioria dos alunos na FUNABEM tinha esse problema, ser filho de mãe solteira. A mãe ficava sozinha não tinha como cuidar, botava na FUNABEM. Depois de muitos anos eu procurei a minha família. Eles ficaram afastados lá, tinha esse problema de ele ter família e tudo... Eles me olham com certa restrição... Eu fui lá expliquei para eles e tudo, falei que não fui eu que escolhi, eu não tenho nada com isso, sou apenas uma consequência do ato deles. Eu considero vocês como meus irmãos, agora se vocês vão me considerar, aí vocês é que sabem... Hoje em dia está tudo bem, me correspondo com eles. A maioria mora em Sergipe, outra que mora em São Paulo. A nossa justiça é muito confusa, botei o endereço certinho de São Paulo e eles mandaram para Sergipe, por isso, o processo ainda não saiu, só falta o aval de uma irmã que está em SP, mas está para sair. Até isso eu tenho que corrigir, é uma lacuna que ficou no meu passado e eu tinha que corrigir. Não sei se tem importância para tanta gente, mas para mim tem, era uma lacuna que ficou aberta. [...] Mãe solteira, mais uma mãe solteira. Não pensei em botar meus filhos na FUNABEM até porque não existia mais... (risos), mas batalhei bastante, trabalhei duro. Não digo que eu abri mão, eu dei um tempo, você faz as coisas num tempo determinado, são as suas escolhas, podia ter terminado minha faculdade, estava fazendo Letras. O que aconteceu? Saia cedo para trabalhar, eu tinha o meu pequenininho, quando chegava de noite ele estava lá dormindo com minha camisola... Assim, eu já fui tão largada... Vou fazer faculdade agora... Aí também veio a parte financeira não deu para fazer... Agora, vou ver se eu consigo! Sou cabra da peste!

Maria Rita conta que durante muito tempo ficou com os gritos de seu irmão na cabeça. Gritos de dor ao ver a mãe ir embora e deixá-los na FUNABEM. O biscoito Piraquê que recebeu à época foi guardado pela menina que via nele o elo que garantia a ela o retorno da progenitora.

[...] num dia bonito de sol, ela falou que nós íamos passear com ela... Que ficaríamos um tempo sem vê-la, mas que ela iria sempre visitar a gente... [...] Tinha um irmão que era muito apegado a ela... Até hoje eu escuto os gritos dele quando ela nos deixou ali na frente. [...] Até hoje eu escuto os gritos dele... Não é uma coisa que hoje me faça mal, mas um dia já fez. Eu acabei ficando de acompanhante da pequenininha, ela acabou ficando doente por esse “meio” que abandono da mãe. No nordeste ela ficou na casa da madrinha que ela não conhecia, depois veio para cá achando que ia ficar perto da mãe e acabou ficando no colégio interno. Quem segurava essa raiva dela era eu. Ela acabou ficando doentinha... Ela acabou ficando rebelde... Parece que ela jogava a rebeldia dela em tudo o que ela fazia, então, ela acabou falecendo muito jovem... Foi muito duro! Nossa vida foi muito difícil... Hoje em dia eu estou cuidando da minha mãe, mas ela nunca cuidou da gente... Ela sempre afastou a gente. Não sei se porque ela tinha medo da gente sofrer perto dela ou se propositalmente.. [...] Foi muito sofrido! Não tem filho que quer ficar longe da mãe. (Maria Rita, 2015)

Hoje ela cuida da mãe, mas seu irmão não a visita, não consegue. Os traumas, as dores e todo o sofrimento causado na infância são narrados aparentemente como fonte de força para a superação. Na maior parte das narrativas encontrei a presença da gratidão às oportunidades que tiveram, percebi a valorização do acesso a cursos como os de música, coral e a possibilidade de se apresentarem, se expressarem.

A mãe de Maria Rita também enfrentara as dificuldades da exploração no trabalho como doméstica. Outra narrativa que permite uma reflexão sobre o discurso que buscaria justificar a intervenção do Estado no internamento de menores. As famílias pobres eram rotuladas como incapazes de cuidar de seus filhos, mas será que isso realmente explicaria a política da internação? O modo como as entrevistadas perceberam sua entrada na Fundação está marcada pelo olhar infantil daquelas que se sentiram abandonadas pela família, entretanto, a pergunta que faço é: o que levaria uma família a solicitar a internação de seus filhos?

Como apresentado pelas irmãs Irma e Irene Rizzini (2004, p.31), os dados sobre a internação dos desvalidos são exíguos, visto que o interesse das pesquisas esteve voltado para a questão da delinquência. Esse aspecto gerou distorções. Encontramos tanto nas narrativas quanto nos prontuários um quadro diferente do que aquele apontado pelo estigma do espaço. Grande parte da clientela atendida na Fundação era formada por crianças pobres e não por infratores. As famílias buscariam educação, alimentação e melhores condições de vida para seus filhos, o que fica claro na fala de Aldinéa (2016) sobre os companheiros de abrigo: “Todos nós fomos ali pelos mesmos problemas. [...] A maioria das alunas tinha pai e mãe. Muitos foram internados com os irmãos, era uma época de famílias grandes...”.

A instituição ocupava o papel da família? O encontro anual dos ex-alunos⁸² pode ser interpretado como defesa e afirmação da narrativa de família. Chamam-se de irmãos, fazem homenagens, se emocionam, lembram, rememoram, constroem narrativa comum e memória coletiva. Tocar nesse passado talvez as faça sofrer no momento da entrevista, mas talvez também funcione como permissão para que se celebre a façanha da sobrevivência, da reconstrução e que possam assim, exorcizar os sofrimentos, pautados agora na narrativa da força. A celebração anual, junto àqueles que compartilharam desse cotidiano, parece destacar os momentos felizes e a vitória sobre o passado, através da persistência de uma memória *feliz*: “Vejo que a FUNABEM me trouxe dignidade. Dignidade... Porque eu não era uma pessoa digna... Quando nós somos pobres, vamos sendo extraídos da sociedade, retirados mesmo. A

⁸² Organizado anualmente por uma comissão composta por ex-internos.

sociedade te exclui como exclui até hoje as pessoas pobres... Os negros, os nordestinos...”
(Maria Rita, 2015)

A segunda entrevistada é **Rozalia Avestruz**, entrou na Fundação ainda bebê, aos três meses de idade, sua mãe tinha problemas de saúde mental e, durante um surto, jogou sua filha no rio, acabou sendo presa e precisou ser internada. Rozalia passou os meses iniciais de sua vida no hospital da FUNABEM recuperando-se do *incidente*. Passou por tentativas frustradas de adoção. Viveu até a adolescência dentro da instituição e pesquisou sozinha sua origem.

Minha mãe me jogou dentro do rio, na Penha, mas fui socorrida pela polícia a tempo. Tinha três meses de idade quando cheguei à FUNABEM. Prenderam minha mãe, ela foi levada para um hospital psiquiátrico, tinha esquizofrenia, nunca mais a vi. Levaram-me para o hospital da Fundação, tinha muitos problemas de saúde, pois ela ficava circulando pelas ruas comigo. Aos cinco anos fui encaminhada para o abrigo Padre Anchieta (PA) onde permaneci até os quinze anos. Esse era o único espaço das meninas em todo o Complexo. [...] O PA acabou, mandaram a gente para Stella Maris, foi um sofrimento, cruel, pois separaram a gente de repente das pessoas que nos criavam com as quais tínhamos laços... Eram nossos pais de criação... tia Ceiça, tia Peralta, tia Jurema, tia Norminha... Depois sofri novamente, porque não tinha família, não tinha pra onde ir e, com dezessete para dezoito anos mandaram me virar, porque a FUNABEM ia fechar. As funcionárias diziam que só estavam indo trabalhar por minha causa. Acabei indo para a casa de uma funcionária, pois realmente não tinha para onde ir. [...] Ai ela me explicou e vi que realmente eu não tinha ninguém, eu tinha revolta, eu tinha ódio, falava que se visse minha mãe eu iria furar ela todinha. Eu não sabia a história da minha mãe, achava que ela havia me abandonado, ninguém me falou que ela tinha problemas psiquiátricos... Cresci revoltada, sem saber da minha história. Elas me perguntaram se eu queria ver um retrato da minha mãe, mas eu descobri tudo sozinha. Consegui saber do meu histórico, ver o boletim de ocorrência na delegacia, fazer uma cópia. Encontrei uma foto dela na Colônia Juliano Moreira, descobri que o nome dela não era Maria Avestruz, era de Maria Helena de Jesus, meu nome não é Avestruz como está na minha certidão, errado! (risos) Meu nome era para ser Rozalia de Jesus e não Rozalia Avestruz! Na hora de fazer o Boletim de Ocorrência, certamente ela falou entrecortado, e eles anotaram errado. O juiz ao invés de averiguar manteve o erro. Ela era atendida no hospital desde 1963, eu nasci em 1972, eles tinham todos os dados dela, mas o juizado não foi investigar... Havia falha no processo... Falhas graves! Caso alguém me procurasse não iria me encontrar. Nunca vi minha mãe... Ninguém da minha família... Ela era de Minas Gerais. Falharam muito comigo em relação a isso, eu tinha o direito de ter meu nome certo. Sofri muito bullying por causa do nome, mas de todo mal que já passei isso aí não é nada.

A narrativa de Rozalia traz elementos diversos, vamos da tragédia pessoal de uma mulher com problemas de saúde, sua mãe, até as deficiências do trabalho desenvolvido pelo Estado junto aos menores. A questão do seu sobrenome me permite perceber e avaliar a dimensão subjetiva e social da identidade de um indivíduo conferida pela nomeação:

[...] o nome é sempre uma questão identitária e memorial. [...] Todo dever de memória passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios. Apagar o nome de uma pessoa de sua memória é negar sua existência; reencontrar o nome de uma vítima é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer e

reconhecê-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade. (CANDAU, 2011, p.68)

Rozalia sofreu com as brincadeiras feitas com o sobrenome que tomo aqui como instrumento de controle social, registro de sua alteridade e a memória da sua trajetória de vida. A menina renascida ao ser resgatada no rio foi privada da criação dentro de um lar, de uma família, foi impedida também de ter seu próprio nome, em parte pelo transtorno mental de sua progenitora, e, por outro lado, pela inoperância do Estado materializada em um dos representantes do poder público que atendeu a mãe e parece ter se omitido da responsabilidade de averiguar a veracidade das informações fornecidas por uma mulher em surto psicótico. Fruto das circunstâncias Rozalia carrega o sobrenome Avestruz ao longo de sua formação identitária. Mesmo após descobrir a verdade sobre sua origem ela decide não alterar seu registro. O sobrenome adquirido acabou se tornando a testemunha, o *monumento* onde estão guardados aqueles arquivos que conferem a ela sua própria individualidade.

Aldinéa Bandeira de Andrade Nascimento é a terceira entrevistada, nascida em 27 de setembro de 1963, tem graduação e pós-graduação em enfermagem, trabalha na Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP – RJ) e na ACS Treinamentos, empresa do seu marido. É casada com Avelino, um ex interno que reencontrou numa dessas festas anuais de confraternização. Nasceu na antiga Favela do Esqueleto, hoje UERJ Campus Maracanã. Sua mãe foi internada com tuberculose e uma denúncia anônima a levou, ainda bebê, e aos seus irmãos à FUNABEM.

Fui para a FUNABEM com dois meses de idade, em 1963. Eu era a sétima. Minha mãe estava internada porque estava com tuberculose. [...] Quando ela saiu do hospital ela não encontrou ninguém. As vizinhas contaram e ela foi para Quintino, visitar um por um. Sua preocupação maior era comigo que era recém-nascida, mas quando ela chegou lá, viu que estávamos bem e a freira a orientou para que se cuidasse primeiro, que estávamos bem e que ela poderia visitar a hora que ela quisesse. As crianças ficavam ali por necessidade mesmo. Quando completavam dezoito anos eram desligados, como meus irmãos. Quando eu completei dezesseis anos, eles já estavam querendo terminar com a instituição, eu fiquei semi-interna. Todos os que tinham família estavam indo para as suas casas, fui para casa da minha mãe, mas não tinha vínculo, meus irmãos que haviam saído antes já trabalhavam. Fui para fazer a mesma coisa, trabalhar e estudar. Fiz enfermagem, entrei por concurso na SEAP, em 1994, e estou lá até hoje. Felizmente, todos os meus irmãos trabalham, têm suas famílias. Minha mãe achava que eu era revoltada porque estudei na Escola XV. Nada a ver. Sempre gostei. Sempre tive boas lembranças. Temos um grupo e de vez em quando a gente se encontra, tem até uma página no Facebook. Muitos não conhecem essa história da FUNABEM, pensavam que nós éramos marginalizados, nada a ver! O colégio era muito bom, é bem verdade que os meninos tiveram mais oportunidades do que a gente, as meninas tinham curso de manicure, datilografia, cabelereiro, culinária, artesanato e os meninos já saíam para as Forças Armadas. As pessoas tem que parar de pensar que todos nós éramos infratores. Primeiro eu fui para o Catetinho, que era como nós chamávamos o

Colégio Nossa Senhora do Amparo, que cuidava das meninas no primário. Era por idade. Depois eu fui para a Escola das Ginásianas era o Padre José Anchieta, o PA. Todas nós tínhamos tarefas, ninguém ficava à toa. A escala feita pela subdiretora rodava todo o mês. Eu sempre ficava com as difíceis: limpar a secretaria ou o banheiro do pátio que era uma coisa horrorosa, mas como dizem, as piores tarefas são dadas aos melhores soldados... Eu era muito caprichosa! O colégio ficava um brinco! Todo mundo ajudava, eram as alunas que cuidavam do colégio. Tínhamos roupas lavadas, passadas, alimentação, esportes, a maioria dos ex-alunos serve para a sociedade, são pais de família e têm a educação que têm, agradecemos a educação que tivemos lá. A hora de sair de lá foi muito difícil, me vi perdida, foi complicado, tinha medo, pois sempre ia e vinha com meus irmãos, quando comecei a ter que fazer sozinha, fiquei bem insegura. Quando eu comecei a frequentar a casa dos meus pais eu estava com oito anos, meu pai tinha problema de visão, era biscateiro. Ele faleceu eu tinha uns nove anos. Eu ficava mais tempo no hospital, só passei a frequentar mais a casa da minha mãe quando eu fui para o Catetinho e a diretora de lá achou que eu tinha que passar mais tempo com minha família do que ficar no hospital, mas para mim foi um parto, eu não tinha vínculo nenhum, me sentia um peixe fora d'água, não me sentia bem, não gostava. Eu era mal vista, me perguntavam por que eu gostava mais da freira do que da minha mãe, mas eu não tinha vínculo, não me sentia bem lá. Comecei a trabalhar e estudar e queria sair logo de lá, não gostava de ficar ali. Casei e sai de lá.

Aldinéa fala com muita emoção de Irmã Crescência, freira que cuidou dela assim que chegou ao hospital da instituição ainda bebê. Essa Irmã fazia questão de escolher padrinhos, promover o batizado das crianças e organizava também às festinhas de aniversário. Parece que havia um cuidado quase familiar, algo maior do que o desvelo institucional. Aldinéa se emocionou ao falar da Irmã Crescência, afeto de filha, gratidão e saudade. Em determinado trecho de sua fala ela conta que sentia mais sintonia e afinidade com a freira do que com a sua própria mãe. Aliás, tanto Maria Rita quanto Rosângela e Aldinéa, conheciam suas mães e me informaram da difícil relação entre elas. O fato de terem sido entregues à Fundação parece ter sido percebido por elas como abandono.

Evidencia-se nas narrativas, principalmente na de Aldinéa, a presença de freiras e, obviamente, de uma formação religiosa católica dentro da instituição. A Igreja de São Jorge ficava, e ainda fica, praticamente, ao lado da Fundação. Neste templo católico as meninas fizeram comunhão, catequese e assistiam às missas. Havia uma Capela dentro da Escola XV e uma pequena gruta na área verde, na lateral próxima ao teatro, onde ainda encontra-se uma imagem de Nossa Senhora. Havia crucifixos espalhados pelas unidades dentro do Complexo. No prédio onde funcionou o abrigo feminino Padre Anchieta (PA), hoje Anexo III da Escola Estadual de Ensino Fundamental República (E.E.E.F.R.) há uma espécie de “prateleira” de mármore onde, informada pelas meninas, soube que havia a imagem de uma santa. A presença do catolicismo com todos seus valores e crenças era aquilo que as internas recebiam ao longo de sua formação, visto que a religião é um instrumento de domar o corpo.

Fazia questão que tivéssemos aula de catequese, ela era ex-freira, fazia questão que tivéssemos aula religiosa. Íamos à missa todo domingo ali na Igreja de São Jorge, todas as meninas de mãos dadas, uma funcionária na frente, outra atrás. A rua já parava... As pessoas já sabiam que era a gente que estava chegando. Assistíamos à missa e íamos embora tranquilas. Tínhamos aula de catequese, só não lembro o nome da freira, nem se era uma ou duas vezes por semana. (Valéria, 2015)

A Irmã Crescência era a responsável pelo berçário. Como entrei criança ela me acompanhava. Tinha ela como minha mãe! Foi minha professora de catequese... Era na Igreja de São Jorge... Nossa primeira comunhão foi feita ali... Íamos à igreja aos domingos (Aldnéia, 2016)

[...] As próprias irmãs aqui passavam para gente esse padrão de família, o cuidado com a gente, com o corpo, até porque a nossa diretora foi madre superiora. Quando ela veio para cá ela já havia deixado o hábito, mas ela ainda tinha todo aquele jeito, aquele jeito manso... Ela falava que nós precisávamos ter cuidado com o nosso corpo. É um lugar santo. (Maria Rita, 2015)

A religiosidade católica vai marcar o olhar sobre o mundo, sua existência, a vida e seus significados. Novamente, encontramos a instituição exercendo o papel da família junto às meninas: O estilo de vida nos recolhimentos era totalmente conventual, expresso nas práticas religiosas, na simplicidade do vestir e no controle dos contatos com o mundo exterior. (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p. 26)

A religião exerce um papel de conforto diante da dor e acolhimento diante do mistério insondável da existência, mas, segundo Nietzsche (2000), pode também tirar do indivíduo sua força para lutar contra as circunstâncias, levando-o a uma aceitação às regras e a uma submissão aos desígnios divinos. O filósofo acreditava que o sofrimento é o instrumento que pode nos levar a superação e, conseqüentemente, ao crescimento. Ao revisitar as narrativas das internas, verifico que Nietzsche tem um pouco de razão. Obviamente, a religião trouxe conforto na dor, contudo, o sofrimento, encaminhou não a todos, mas nossas entrevistadas a busca da superação.

A quarta a ser apresentada é **Rosângela Nazareth Santana**, nascida em 23 de julho de 1963, enfrentou à vida na rua, a violência sexual, um tiro, a fome e todos os males das crianças em situação de risco. Foi expulsa de alguns internatos. Atualmente é uma das organizadoras do evento anual. Entrevistada em sua casa, no bairro de Fátima, Rio de Janeiro, em 18 de julho de 2016.

Entrei na FUNABEM na década de 70, não sei se foi em 72... Eu acho... Enfim, na década de 70. No Catetinho, que era o Nossa Senhora do Amparo, era escola de criança. Não me lembro muito, mas a gente estudava no colégio comum e brincava. [...] Nós ficamos de colégio interno em colégio interno, eu e meu irmão. Com uns oito anos mais ou menos eu fui para a FUNABEM. Cheguei lá, um mundo novo para mim... Apanhei muito, das alunas principalmente, até aprender a bater. Levei uma surra de uma inspetora

chamada Clara, porque ela me mandou lavar a louça do lanche da noite e, eu na minha santa inocência, falei para ela que eu não ia lavar a louça porque minha avó tinha me posto ali para estudar e não para trabalhar. Foi o que minha avó falou, vou te botar no colégio para você estudar, e não para trabalhar, porque minha avó tinha empregada. Falei isso para ela e levei uma surra muito grande! Ela tirou sangue do meu rosto... Feriu meu rosto com alguma coisa que tinha na mão... Fiquei de castigo. Foi aí que eu comecei a ficar revoltada... Nunca tinha apanhado em casa, nem da minha mãe, nem da minha avó. Minha avó era de criação, mas era quem ficava com a gente. Foi assim que eu comecei a ficar revoltada verdadeiramente. Você sai da sua casa para ir estudar e aí, de repente, leva uma surra que tiram sangue do teu rosto. [...] Minha mãe me levou para a casa da minha avó de criação, aquela ex-patroa dela. Minha mãe não tinha casa. No primeiro dia que eu respondi a Ruth, que era a filha da minha avó, ela me botou na rua. Aí eu fui viver na rua... Morar na rua. Bebendo água para matar a fome... Não tinha ninguém... Minha mãe não tinha casa. Eu não sabia fazer nada para trabalhar em casa de família, só sabia fazer arrumação, o pessoal queria que cozinhasse, mas eu não sabia cozinhar, não fui criada para fazer comida, sabia fazer bolo porque aprendi fazer no colégio, mas comida... Não aprendi a fazer comida... Então... Eu vaguei muito tempo pela rua. Aconteceu de tudo e mais alguma coisa... Fui estuprada, levei tiro, enfim... Tive uma vida um pouco sacrificada, mas eu consegui vencer. Graças a Deus não precisei roubar, não precisei matar, nunca bebi, nunca gostei de bebida. Deus botou pessoas muito boas na minha vida porque em tudo o que passei, por exemplo, quando estava na rua, tinha colegas todos viciados que diziam pra mim você não faz, então não faça, porque você já é doida, se você fizer um troço desses vai ser pior... Nego tinha um medo de eu usar droga, mas eu não usava porque eu não curtia. Só fumava cigarro, que eu comecei a fumar dentro da FUNABEM com nove anos. Eles tinham medo, até aconselhavam a não usar drogas, tinham medo que eu usasse, diziam que eu já era muito doida, então... Mas Deus sempre me ajudou, mesmo dentro desse meio tinha aqueles que me aconselhavam a não usar drogas. Aí ia eu trabalhar em casa de família, mas não podia gritar comigo porque se gritasse eu batia na patroa e saía. Meu problema é que não pode levantar a voz pra mim, entendeu?! Trauma. (pausa) Fui arrumando trabalho. Trabalhei muito em casa de família.

A narrativa de Rosângela traz aspectos importantes como, por exemplo, a violência no trato com os menores por parte de alguns funcionários, a experiência nas ruas da cidade, a presença das drogas no cotidiano dos menores e o acionamento do Estado para internação. A mãe de Rosângela era empregada doméstica e não tinha casa. Em seu relato a entrevistada elenca uma série de internatos por onde passou até chegar à FUNABEM. Parece se divertir com o fato de ser convidada a se retirar das instituições por que passou por mau comportamento. Entretanto, não se questiona sobre a motivação de sua postura diante das autoridades dessas instituições. Diferentemente de Rozalia que parece perceber com clareza a origem de sua rebeldia, Rosângela não deixa transparecer em sua narrativa a consciência da complexidade da situação que vivia na casa dos patrões de sua mãe.

Os dados citados em um artigo de Altenfelder indicam que o emprego doméstico era a ocupação dominante entre as mães, pelo qual recebiam menos de um salário mínimo (FNBEM,1968, p.114). A informação sugere que esta tradicional modalidade de trabalho feminino forçava, às vezes através das *indicações* dos patrões, a abertura de vagas no sistema de

internamento, pela precariedade das condições de trabalho das empregadas domésticas: baixos salários, jornada de trabalho longa e obrigação de dormir no emprego (ou falta de outra opção). (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p. 41, grifo da autora)

Muitas mulheres vivenciaram a realidade do emprego doméstico sem garantias de direitos trabalhistas mínimos. As próprias entrevistadas iniciaram suas *vidas profissionais* em casas de famílias. Aliás, esse foi o caminho encontrado por elas quando a Fundação fechou suas portas. Enfrentaram abusos diversos como exploração, em alguns casos até mesmo o trabalho em condições análogas à escravidão, visto que não havia salário, mas troca por alimentação e moradia, apesar de falsas promessas no início do *acordo*.

Valéria Letícia da Silva é a última entrevistada. Assim como com sua companheira de ala, Rozalia, não recebia visitas aos domingos. Foi trabalhar nas casas de “funcionárias” por ocasião do fim do abrigo e a chegada à maioridade, sendo explorada e roubada. Sua entrevista foi realizada na E.E.E.F.R. antigo P.A., no dia 03 de setembro de 2015.

Estive na FUNABEM dos nove aos treze anos, tenho muita saudade, as pessoas tinham preconceito, mas foi uma época maravilhosa, se o tempo voltasse, eu iria aproveitar mais, cada momento... Enfim, acho que só quem viveu naquela época... Tinha as coisas ruins, mas tinha muitas coisas boas, as pessoas não tem noção. [...] Lembro vagamente do dia que cheguei aqui pela primeira vez... Cheguei de Kombi, fui transferida para uma escola que era horrível, ruim, ruim... Depois fui transferida para essa escola que era maravilhosa, totalmente diferente. Na outra escola faltava comida. Na FUNABEM não faltava uma alimentação, você tinha café da manhã, bandeja de arroz e de feijão que você se servia à vontade, não tinha o que falar. Quem estava de fora jogava muita pedra pelo preconceito, mas quem viveu sabe da beleza e da história que foi... A formação que eles queriam dar, da educação, se algumas pessoas não seguiram foi opção delas, mas educação a gente tinha, educação e estudo. [...] Eis que surge uma pessoa que nunca havia visto na minha vida: meu pai! Acreditava que era órfã, mas um mês antes da escola fechar ele apareceu. Descobri que não estava no orfanato porque era órfã, mas porque havia sido abandonada... Queria que ele morresse! Não foi uma experiência boa. Ele era meu pai, não pai da minha irmã. A forma como ele foi apresentado não foi boa, ninguém me preparou antes. Tia Laurita um dia me disse que se aparecesse alguém da minha família eu deveria tratar bem, não dei importância, tinha dezesseis anos, mas era boba, não dei importância porque não tinha família. Um dia estava tendo futebol lá atrás da escola e me avisaram que a diretora queria falar comigo. Não gostava dela nem da assistente social de lá. Quando entrei na sala havia um homem sentado, ela me perguntou se eu o conhecia, disse que não. Ele falou que me conhecia mais do que eu imaginava, fiquei com medo. Quem é esse homem? Dezesseis anos, virgem, ingênua, certa religiosidade, pensei que fosse um estuprador. Perguntei de onde ele me conhecia e ouvi a resposta: “Sou seu pai.” Nossa eu chorei! Ninguém me preparou. O pior mesmo foi como eles conduziram a situação, nunca havia visto aquele homem e eles permitiram que eu fosse para a casa dele. Não podia dizer não, era obrigada, me arrumei e fui para a casa dele que ficava na Avenida Suburbana. Ele me contou a história dele, disse que era casado e tudo mais, enquanto ele falava comigo dentro da casa dele eu só olhava para a porta pensando esse homem vai me agarrar, mas ele não me agarrou, mas eu achava que iria, ele cheirava a bebida... Mesmo assim permitiram que eu

fosse para a casa desse homem. Isso fazia parte do projeto de fechar a Fundação, reintegrar às famílias, mas não sei como foi o processo, se ele apresentou documentos, elas simplesmente falaram ele é seu pai. [...] Não quis morar com ele porque ele não ficaria com minha irmã, também não queria seu sobrenome, pois não fui criada por ele, embora ele tenha feito reconhecimento de paternidade. Descobri que meu pai era alcoólatra, hoje em dia ele vive sozinho numa casinha lá em Itatiaia na solidão dele. Tinha vontade de contar para os meus colegas que fui criada em orfanato, que fui criada na FUNABEM, mas isso foi logo vetado, porque durante um jantar, o supervisor brincando com os colegas, disse que um menino ali foi criado na FUNABEM, é um ex trombadinha. Olhei para ele e falei para mim mesma, ele está sentado com uma ex-interna de lá e nem sabe... Então eu não podia falar, por causa do preconceito, não era vergonha. Tanto que quem soube foi a Amanda, ela não contou para ninguém, depois me apresentou para os pais dela, me convidou várias vezes para festas da filha dela. Ela não teve preconceito, muito pelo contrário, a gente se aproximou mais ainda, até por ela ser espírita, as pessoas espíritas tem essa coisa de aproximação, de caridade. Enfim, fui trabalhar com solda, consegui comprar minha casa que estou reformando até hoje, se alguém quiser me ajudar com a obra, até porque estou desempregada, a hotelaria anda muito mal. Minha casinha tá lá. Consegui construir com muito esforço...

Valéria sinaliza diferenças entre a FEEM e a FUNABEM que também são apontadas por Altoé (2008). O Campus Quintino da FUNABEM era um polo piloto, pensado para funcionar, era o modelo para as demais filiais da Fundação no estado e em todo país. As crianças tinham cinco refeições diárias, atividades extraescolares, organização, limpeza e, segundo o relato das entrevistadas, não faltava nada. Valéria deixa isso bem evidente em seu depoimento.

Tudo isso porque a visão aqui fora era a de que as crianças eram espancadas, maltratadas e não era, na FUNABEM não, na FEEM que eu passei antes sim, posso contar coisas horríveis, que ninguém acreditaria. A FUNABEM era federal e a FEEM era do estado. A FEEM tinha vários internatos espalhados pelo Rio de Janeiro. Sai da FEEM aos sete anos e fui para FUNABEM porque havia lá uma assistente social chamada Maria Luiza... Lembrei-me dela em outra escola onde estive aos três anos de idade... Ela ficou impressionada com a minha memória! Ela fez o estágio dela nessa escola. Então nessa fase ela acabou se apegando muito a mim. A diretora da escola se chamava Letícia e também gostava muito de mim. Uma vez me perguntaram se eu gostava de lá, respondi que não e expliquei, porque aqui acontece isso, acontece aquilo, aqui é uma funcionária senhora para cem alunas... Na verdade aquilo lá era a casa da dona Letícia que abriu as portas da casa dela para receber crianças. Não tinha estrutura, não tinha alimentação, não tinha saneamento, higiene, não tinha nada. Eu havia saído de um internato muito bom que era o maternal Melo Matos, que era ótimo também e fui para uma ruinzinha. Ela então me contou, por ter se apegado a mim, que o marido dela era diretor da FUNABEM e disse que ia tentar uma transferência, minha e da minha irmã. Ela conseguiu a transferência e foi assim que fui parar na FUNABEM. Caso não tivesse sido transferida não sei se seria hoje essa pessoa que eu sou, provavelmente não. (Valéria, 2015)

Em Quintino eram testadas novas técnicas, métodos e havia aporte de recursos, afinal, ali era a sede da Fundação, o modelo. Os relatos exprimem satisfação das internas com as aulas de teatro, artesanato, música e esporte. Atividades cuja ausência era sentida em outras

fundações. “O que perpassa todos os internatos indiferentemente é a disciplina, a mesmice, o determinismo, o massacre, o não reconhecimento, a vitória da morte psicológica.” (ALTOÉ, 2008, p. IX) Entretanto, em todas as narrativas, as meninas afirmam que no PA não havia ócio, pois que elas estariam em constante atividade.

O PA era nossa casa, nós fazíamos a limpeza, tudo era dividido. Acordávamos às cinco da manhã, íamos para fila do banheiro, fila do café da manhã, era fila para tudo. No contra turno tínhamos atividades como artesanato, teatro, corte e costura. Nunca ficávamos à toa. (Rozalia, 2015)

Acordávamos às cinco da manhã, tínhamos que limpar a escola toda porque era obrigatório. A escola era super limpa! Tínhamos que limpar antes do café, depois tomávamos o café. Quem estudava pela manhã ia para a escola, as que estudavam à tarde faziam o estudo dirigido, e vice-versa. Era muito difícil alguém ficar ociosa, ninguém ficava ociosa. Tinha aula de artesanato, aula de culinária. O que tinha para oferecer na época para meninas, não havia ociosidade. (Valéria, 2015)

A noção de que a instituição governamental era o que de melhor poderia acontecer para a criança também aparece nos relatos. O discurso das fundações do Estado é de que, mesmo com a questão da ausência do afeto, a instituição seria o melhor caminho para crianças cujos pais não seriam capazes de lhes oferecer alimentação, saúde e cuidados básicos. Altoé, (2008) trata também das questões da fila e da disciplina, além da higiene e controle do corpo. A disciplina funciona como uma espécie de anulação das individualidades, dificultando a construção da identidade do indivíduo, porque “não há lugar para as necessidades individuais, muito menos para as suas demandas. E existem poucas ocasiões para a troca de afeto, o que dificulta o desenvolvimento de seu sentimento de integridade e de identidade.” (ALTOÉ, 2008, p.289) Toda a dinâmica do internato tem uma rotina. Acordar cedo/horário e fila para todas as tarefas incluindo as refeições/escala de arrumação/um palmo de distância entre os corpos na dança/ficar mocinha e seus ritos/desfile nos jogos/idas à missa na igreja de São Jorge/tia Joinha e os “biscoitos”.

A entrevista de Valéria também suscita a relevância do humor na formação dos indivíduos, principalmente, quando falamos dos brasileiros e das brasileiras. Não importa a classe social, se você é ou não um *outsider*, as piadas foram e são um traço cultural relevante do nosso país, para o bem ou para o mal.

A revolta das bucetas aconteceu em um final de tarde. Os meninos da Bartlett James fugiram do seu prédio, vizinho ao nosso e foram para a entrada do PA. Alguns subiram em árvores. Todos começaram a gritar: “Queremos buceta! Queremos buceta!”. As meninas mais novas correram para dentro do dormitório e se esconderam, as mais velhas foram olhar o movimento pelo cobogó. Os seguranças foram chamados e os meninos levados de volta ao seu prédio. (Valéria, 2015)

Tenho tantas recordações boas! As brincadeiras de roda, que eram gigantes... [...] Muitas crianças... As brincadeiras... Os momentos de lazer... A tia Ceíça deu cor à minha infância! Tinha briga, mas é ser humano, era muito bom, divertido, muito gostoso. As festas juninas eram muito boas. (Rozalia, 2015)

[...] Ela me disse que quando ficasse assim, pois todo mês ia ser assim, eu devia chegar perto de uma inspetora e dizer: “eu quero uma cocada!” Minha mãe nunca me explicou isso... Todo mês teria isso... Teve uma vez que eu falei para a Dona Helena que eu queria uma cocada, uma menina ouviu e disse: “Ah, tia! Se der para ela eu vou querer também!” (risos). [...] A primeira aula de sexo que eu tive foi na sétima série com o professor de Ciências. O mais engraçado é que nesse dia, estavam tendo aquelas doenças sexualmente transmissíveis, eles começaram a falar sobre isso nas escolas... Todo mundo ria... A sala era mista! (Maria Rita, 2015)

O pedido de cocada e a revolta das bucetas foram, certamente, as narrativas que mais promoveram risadas durante as entrevistas. Ambos envolvem sexualidade, inocência e curiosidade. As meninas recebiam orientações das funcionárias da escola, naquele passado, como em tantos outros, onde as funcionárias, “tias” exerciam o papel da mãe que explica sobre as coisas mais íntimas da existência humana. A sexualidade estava cercada de inocência e curiosidade, como uma menina poderia compreender que o sangue que saía de seu corpo não era fruto de um machucado? O que era aquilo? Ao chamá-la num canto para explicar, se constrói uma aura de mistério e segredo, há um tabu, que não é institucional, mas social. A cocada torna-se incompreensível pelas mais novas, gerando um momento único e cômico.

Até meados do século XX, os asilos femininos manterão o regime claustral, que dificultava enormemente o contato das internas com o mundo exterior. O controle sobre a sexualidade feminina foi intensamente exercido nos asilos de meninas, inclusive no século XX, quando foram criados os órgãos nacionais de assistência, como o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), em 1941, e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), 1964. (RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma, 2004, p. 27)

A revolta das bucetas tem a comicidade já no nome. Imaginar um grupo de adolescentes na porta do abrigo feminino gritando “queremos buceta” é por si só hilário. As motivações e reações certamente não terão tanta graça assim, mas o fato é que tornasse muito difícil não sorrir diante da narrativa de Valéria. As questões do machismo, da objetificação da mulher e do isolamento que viviam auxiliam na compreensão desse tipo de *revolta*, entretanto, cabe destacar a diferenciação nas reações. As meninas mais novas se escondiam com medo, em parte, imagino pela não compreensão do que se queria, mas pela conjuntura dos rapazes nas árvores, seus gritos. Já as maiores corriam para observar, movidas pela curiosidade e pelo olhar divertido diante do significado simbólico daquele movimento.

Os seres humanos são constituídos pelas suas palavras, e no processo de apropriação do saber sobre as suas vidas, também silenciam, omitem, apagam, (re) constroem,

ressignificam as suas memórias. De acordo com Maluf (1995), o trabalho de rememoração é “um ato de intervenção no caos das imagens guardadas; assim, o memorialista organiza o passado, e procura atribuir sentidos aos fragmentos rememorados numa tentativa de abraçar o passado” (p.28). Já para Bosi (2000), lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir e reelaborar as experiências do passado e que nesse trabalho de recuperar a memória de uma vida, fica o que significa.

Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar o conteúdo das memórias. (BOSI, 2000, p. 59)

Torna-se possível observar que existe uma memória individual, ou seja, aquela guardada por um indivíduo, podendo se referir às suas próprias vivências na vida, mas que também contém aspectos da memória do grupo social onde ele se formou. Bosi (2003) também reflete que a toda hora, somos capazes de reavaliar os aspectos do nosso passado; é como se contássemos histórias a nós mesmos, chegando a registrá-las em forma de diários. Contudo, o relato primordial é o que pode ser feito a outras pessoas; através dele, o que vivemos e que é bem nosso, ganha uma dimensão social, obtém testemunhas, faz com que os outros ampliem sua experiência, através das nossas palavras; há troca e cumplicidade.

[...] quando a memória autobiográfica encontra-se num estado de reparação, ela não está congelada numa máquina, mas fluindo como um rio. [...] Portanto, deixemos que um rio seja nossa metáfora principal para a memória autobiográfica. Deixemos que a corrente flua com todas as suas distorções, todas as suas disposições de ânimo e todo o seu potencial de vida. (KOTRE, 1997, p.82-83)

Tomando por parâmetro esta afirmação, ouvi e transcrevi as narrativas trágicas das ex-internas, das meninas da FUNABEM. Sim são histórias trágicas! Sim, as viveram ainda na infância e na juventude. Contudo, há um fluir intermitente dessas águas que vai moldando suas margens, criando novos contornos ao longo da narrativa, formando o que Kotre (1997) chama de *sistema hierárquico*. Deste modo, sinalizo que os conteúdos da memória são organizados de acordo com seus significados, que representam simbolicamente hoje elementos constituintes da identidade daquela que narra sua história.

O significado das memórias das ex-internas tem um ponto em comum que norteia a narrativa de cada uma: o orgulho de si, a autoimagem de sobreviventes. Contudo, parece não ser uma ideia de que sobreviveram aos horrores de uma instituição onde presumivelmente

teriam vivido todo tipo de abuso e maus tratos, ao contrário, a Fundação aparece em suas memórias como espaço de redenção, ainda que as narrativas contem sobre abusos, equívocos e violência vividos fora daquele espaço. Elas sobreviveram à dureza e às dificuldades da vida com apoio e auxílio daquilo que receberam em Quintino. Dessa forma, para que pudesse compreender o papel da FUNABEM nas suas vidas, precisei lançar luz sobre o cotidiano vivenciado por elas na instituição.

Embora o olhar da sociedade para a FUNABEM como uma “sucursal do inferno”, como encontrei em reportagens de jornais e revistas (*Veja Rio* de 1996), as histórias que as meninas me narraram são carregadas de carinho. Certamente, esse tipo de narrativa parece incompatível com o ideário construído a respeito do que acontecia naquele espaço. Não que não tenham existido as experiências dolorosas, abusos e erros nos procedimentos adotados, contudo, essas vivências não são as únicas. Separei blocos de narrativas das meninas sobre os afetos, a personagem comum, que aparece em todas as narrativas chamava-se *tia Joinha*⁸³, sempre citada. Seu apelido é a demonstração da percepção que as crianças tinham dela. Trabalhava como inspetora da Escola XV de Novembro.

Tia Joinha era muito querida, dava conselhos para as meninas. No meu caso, tive o acompanhamento da freira. Ela estava mais ansiosa do que eu para o momento que eu ia ficar mocinha. As meninas disputavam quem ia ficar mocinha primeiro. (Aldnéia, 2016)

Nos bailes Tia Joinha media um palmo de distância para meninos e meninas poderem dançar juntos. A gente namorava, mas não podia ter intimidade, nem sabíamos o que era isso, mas acho que era para não saber mesmo que ela já colocava a distância. A gente até dava uns beijinhos, mas era só isso, não tinha mais nada não. [...] A melhor lembrança... Acho que é a amizade de hoje, dos irmãos, termos nos reencontrado. A impressão que dá é que a gente nunca se separou. O que tem de melhor é a nossa cumplicidade, é a nossa irmandade, o nosso amor um pelo outro. Isso é fato, a gente se ama mesmo! Nós nos tratamos e acho que todos, assim como eu, somos verdadeiramente irmãos, guerreiros! (Rosângela, 2016)

Tinha namoro? Como não! Quando tinha baile tia Joinha vinha e falava: “Dois palmos de distância! Dois palmos de distância!” que era para não dar choque, né?! Eu namorei um rapaz do teatro quando a gente montou o Alto da Compadecida. Muitos ali namoravam entre si. Naquela época namoro era bater papo, trocar cartinhas de amor, essas coisas assim. (Maria Rita, 2015)

Na Escola XV as aulas eram normais. Tinha uma inspetora de turma, a tia Joinha, ela que cuidava da gente e conseguia organizar. A gente gostava tanto dela, ela era tão joinha que ninguém desrespeitava! Uma senhorinha, ela já tinha seus sessenta anos, se algum aluno desrespeitasse ela sabia que ia arrumar confusão. Ela era muito amada. A gente interna não tem coisas que fora tem. O bolo Ana Maria era uma coisa de rico... Quando a gente se levantava para ir ao banheiro fazer xixi, ela perguntava se a gente queria e

⁸³ Ela faleceu recentemente, em setembro de 2017, e o fato foi notificado e lamentado na página que o grupo mantém em uma rede social.

dava mais escondido com a recomendação “não conta para ninguém que eu te dei”! Então isso fazia a gente amar mais ainda, ela dava para a gente o que a gente não tinha no dia-a-dia. (Valéria, 2015)

A relação que se estabeleceu entre as crianças no internato foi de afeto, de família. Apresentavam na sua rotina todos os conflitos que acontecem entre irmãos e, ao mesmo tempo, todo o carinho e cuidado que encontrados nessas relações fraternais. Passaram pelas mesmas dificuldades, enfrentaram os mesmos desafios, afinal, dividiram a mesma *casa*. Sim! Aquele espaço era a casa deles, apesar de todos os problemas todas as internas entrevistadas, falam sempre com carinho da Fundação.

Na festa que eles organizam há mais de dez anos, lembram passagens da vida em comum, quase sempre com muito humor, fazendo questão de enfatizar o fato de serem irmãos. No encontro anual de que participei, estavam presentes em torno de duzentas pessoas, entre ex-alunos, ex-internos e seus familiares. O que mais chamou minha atenção é o fato deste evento parecer muito àquelas festas de famílias numerosas, onde há exibição de fotos, depoimentos ao microfone, homenagens, notícias de pessoas que não puderam estar presentes, recordações da infância, dos apelidos, de fatos curiosos e cômicos.

Em suas narrativas as meninas destacam as atividades que envolviam arte, e narram o prazer das visitas, dos shows que assistiam e das figuras conhecidas que passavam pelo espaço. Havia a presença de atletas também, visto que o esporte era relevante para manter a disciplina e o espírito de coletividade. Além das atividades de música, as meninas recebiam também aulas de teatro e dança. Essas aulas eram mistas. O professor Marcos, já falecido, é lembrado com carinho por Rozalia e Valéria. Seu trabalho deixou marcas importantes na formação dessas meninas. Não se trata de mera atividade física. Dança era arte, era expressão! Todas as formas de expressão são necessárias ao ser humano, à sua formação porque trabalha tanto a questão da subjetividade/identidade, com seu caráter lúdico, quanto a parceria, a confiança e o trabalho em grupo. Por conta da Arte as meninas tinham a oportunidade de atravessar os muros da escola, se apresentar e, naquele momento, livres de rótulos e estigmas, não eram mais *outsiders*, eram bailarinas:

Nós tínhamos medo dos meninos e uma educação muito rigorosa. Um professor de Educação Física chamado Marco José, através de suas aulas de dança, é que promovia certa aproximação, era o único momento que eles ficavam numa sala dentro do PA, mas a entrada era por fora, além de ser muito importante pra gente, pois fazíamos apresentação fora da escola, praças, teatros. Dança afro, jazz, cantávamos. (Rozalia, 2015)

Aqui tinha aula de teatro, aprendíamos a conviver com as outras pessoas. Nós saíamos para ir ao teatro. Lembro a primeira peça que assisti foi o Alto da Compadecida com o Tony Ramos. Sempre fui uma pessoa muito tímida, aprendi a me desprender um pouco. (Maria Rita, 2015)

A Arte leva o *anima*⁸⁴ para respirar, amplifica nossa leitura de mundo e concede a existência um significado especial, mais poético (*poiesis*⁸⁵). Maria Rita fala da importância do teatro para ela, tão apaixonada que é pelas Artes. Volta no tempo e lembra-se com encanto de assistir ao ator Tony Ramos atuando no Alto da Compadecida, o que demonstra a importância da sua experiência de sair da instituição e ir ao teatro.

O professor Marcos ensinava dança afro em um período onde não existia, ainda, a Lei 10.639/03, ali não havia presença de um discurso sobre a diversidade. As danças que o professor apresentava às meninas e aos meninos, em um dos poucos momentos compartilhados, podem ser uma pista importante. Em uma instituição mantida sob a ditadura militar, onde a ordem e a disciplina tinham presença relevante, não porque a ordem e a disciplina tivessem relação apenas com a ditadura, mas com o controle do corpo, e da mente, sobre circunstâncias de internação/aprisionamento. A Fundação era usada como palco político como pude observar nos jornais do período e no próprio periódico publicado pela FUNABEM: *Revista Brasil Jovem*, que veremos adiante. Contudo, o professor parecia ter alguma autonomia, nem sempre seguindo rigorosamente as regras impostas.

Outro dado que chamou atenção nas entrevistas, principalmente na narrativa de Maria Rita, foi a abordagem subjetiva a respeito das fotografias. Nesta direção, o conceito de representação defendido por Chartier (1990) se torna útil nesta pesquisa, na medida em que a classificação e delimitação das realidades construídas pelos grupos sociais, para compreendermos as práticas identitárias como maneiras de ser e estar no mundo são guarnecidas de significados simbólicos. Rozalia e Valéria têm apenas uma foto que registra a infância de ambas. A relevância dessa foto para ambas é enorme. É uma foto em que estão em grupo, juntas, no pátio do abrigo Padre Anchieta.

⁸⁴ Alma

⁸⁵ Ação ou produção de algo de modo criativo.

Figura 7 – Rozalia e Valéria no pátio interno do Abrigo Padre Anchieta



Rozalia está de pé na segunda fileira da esquerda para a direita, com os braços ligeiramente cruzados. Valéria está agachada, também na segunda fileira, próxima a Rozalia, cabelos claros cacheados. Fonte: Acervo pessoal das entrevistadas Rozalia e Valéria.

A importância desse tipo de materialidade para a individualidade, para a identidade de alguém, parece ficar evidenciada no valor que dão às fotografias.

Entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro, em seguida à Primeira Guerra Mundial, é a construção de monumento aos mortos. [...] O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica. (LE GOFF, p. 426, 2014)

Deste modo, amparada na defesa de Chartier (1990), é possível entender que as fotografias auxiliam na compreensão da história de fatos que não se configuraram em depoimentos ou documentos escritos e permite revelar aspectos que não foram elucidados em outras formas de registro. E o meio digital que temos hoje é feito com uma gama considerável de recursos e infinitamente mais acessível que outrora. Maria Rita foi e é responsável pela coleta de quase todas as fotos que encontrei no CD comemorativo dos 10 anos de encontro dos ex-alunos, além das postagens e “campanha” para postagens de fotografias na página que o grupo mantém em uma rede social. Ao visualizar os álbuns compartilhados podemos

encontrar desde comentários jocosos, passando pelos saudosos e emocionados. Uma das façanhas de Maria Rita foi conseguir um álbum de um grupo de meninos que viviam em uma unidade da FUNABEM sediada em Viçosa, interior de Minas Gerais. Imaginei a emoção daqueles que não possuíam nenhum registro de sua infância! No livro de Boris Kossoy (2004) intitulado *Fotografia e História*, encontramos uma abordagem sobre isso.

Quando o homem vê a si mesmo através dos velhos retratos nos álbuns, ele se emociona, pois percebe que o tempo passou e a noção de passado se lhe torna de fato concreta. [...] Estamos envolvidos afetivamente com os conteúdos dessas imagens; elas nos dizem respeito e nos mostram como éramos, como eram nossos familiares e amigos. Essas imagens nos levam ao passado numa fração de segundo; nossa imaginação reconstrói a trama dos acontecimentos dos quais fomos personagens em sucessivas épocas e lugares. Através das fotografias reconstituímos nossas trajetórias ao longo da vida [...]. São esses fragmentos interrompidos da vida, que por vezes revemos, uma insuperável, por vezes constrangedora, fonte de recordação e emoção. São os documentos fotográficos também um insubstituível meio de informação. (p.115)

A fotografia é um importante meio de informação, mas também relevante na discussão sobre a memória. Ressalto a importância e o valor que as fotografias têm para um grupo que cresceu e viveu em um abrigo, oriundo de famílias com uma situação socioeconômica desfavorecida, cujos registros são raros. Acredito que isso explique o destaque que as fotos têm nos encontros e na página no *Facebook* do grupo.

Sabemos que imagens fotográficas de outras épocas, na medida em que identificadas e analisadas objetiva e sistematicamente a partir de metodologias adequadas, se constituirão em fontes insubstituíveis para a reconstituição histórica dos cenários, das memórias da vida (individuais e coletivas), de fatos do passado centenário como do mais recente (KOSSOY, 2002, p. 133).

As imagens fotográficas produzidas e acumuladas ao longo do tempo, frequentes em acervos de arquivos, museus e bibliotecas ou até mesmo nos álbuns de família, constituem-se em bens documentais.

2.2.2 Entre documentos escolares

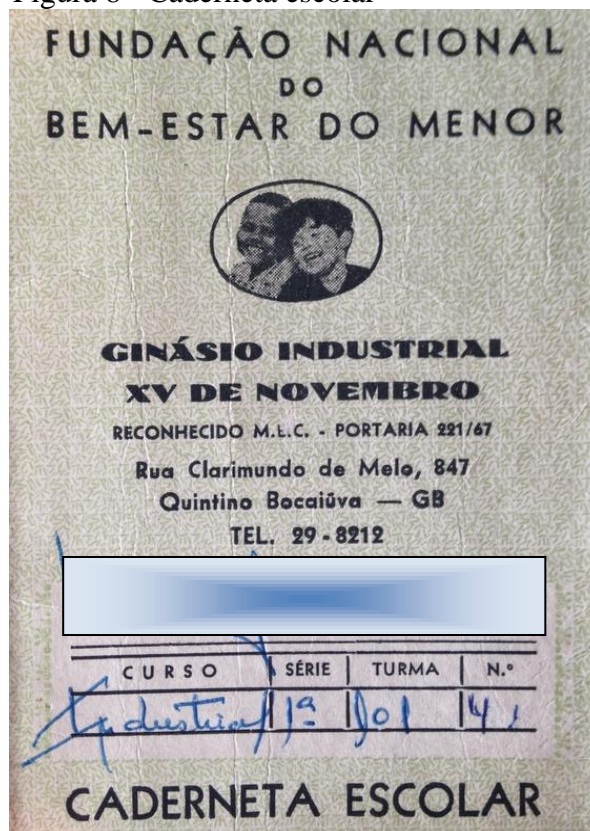
Além das entrevistas, ainda buscando compreender um pouco mais do trabalho realizado pela FUNABEM, principalmente, em relação às meninas; resolvi buscar a documentação existente no Centro de Memória da FAETEC (CEMEF). Localizei, com o auxílio de meus colegas⁸⁶ de trabalho, o acervo que continha os prontuários dos alunos que

⁸⁶ Trabalhei no CEMEF por aproximadamente dez anos. Sou funcionária da FAETEC desde 1996.

passaram pela Escola XV de Novembro. Eles se encontram sob a guarda da direção do ETE República. Estão armazenados numa saleta, abaixo da escada do prédio principal, onde funcionava a Escola XV. Após a autorização da direção da escola tive acesso a essa documentação. A princípio, fiz uma inspeção geral para avaliar o tipo de documento que ali estava arquivado. Encontrei certidões de nascimento, caderneta escolar, caderneta de vacinação, solicitação de matrícula, avisos do abrigo sobre faltas, declarações do juizado sobre desligamento de alunos, etc.

Portanto, são inúmeras as possibilidades de pesquisa que o material encontrado oferece. Na figura que segue, por exemplo, temos a imagem da parte frontal da caderneta escolar. Nela podemos encontrar a fotografia símbolo da instituição, o nome da escola, o número da portaria que reconhece seu funcionamento pelo MEC, o endereço e o nome do curso – Industrial.

Figura 8 - Caderneta escolar



Fonte: Acervo ETER.

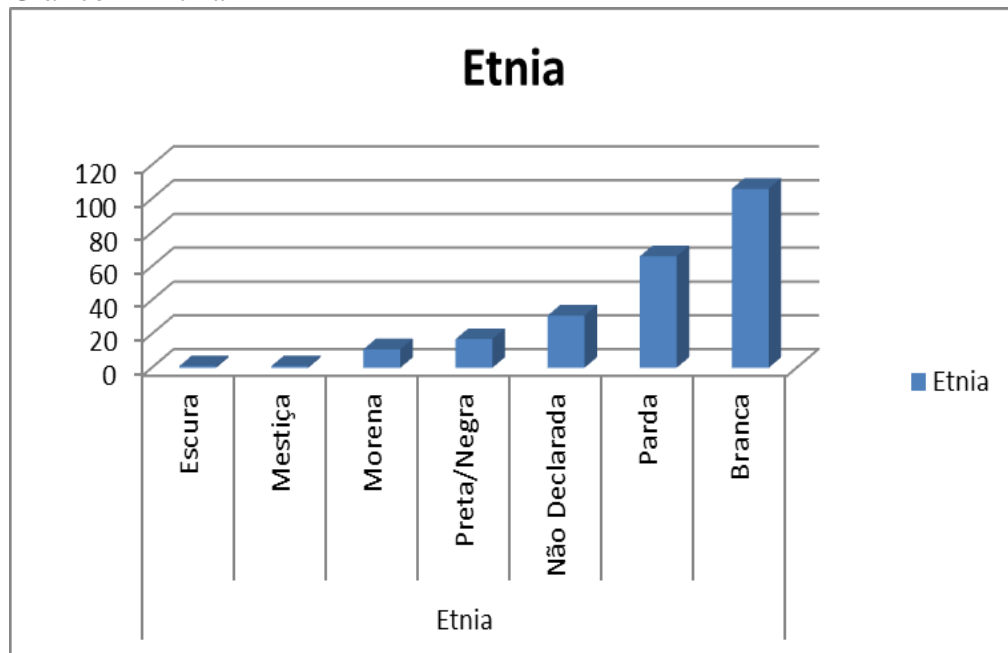
Nesse sentido, à guisa de recorte e organização do material, elaborei um quadro para levantar as seguintes informações: ano de entrada, data de nascimento, etnia (de acordo com o documento oficial – certidão de nascimento), a presença ou não do nome do pai no registro, naturalidade, se havia alguma reprovação no histórico e alguma documentação do juiz de

menor. Assim, anotei os números dos prontuários, caso precisasse retornar em busca de informações. O objetivo dessas anotações na pesquisa foi ter uma noção da quantidade de moças sem registro paterno, um panorama das etnias e da naturalidade das meninas que frequentaram a escola. Nos relatos das entrevistadas ouvi algumas vezes que havia muitas meninas nordestinas, que muitas eram de famílias pobres, mas não abandonadas. As informações das ex internas procediam ou eram apenas fruto das edições feitas pela memória?

Assim, pesquisei duzentos e quarenta e um prontuários de 1968 a 1979. Apenas pastas das meninas que, sem dúvida, são em menor quantidade. A ideia foi fazer o levantamento da documentação das meninas da escola durante todo o período da década de 1970. Desta forma, iniciei o levantamento nos anos anteriores, visto que fiz a análise usando o critério de selecionar a partir da data de entrada na instituição.

Ao longo da pesquisa, verifiquei, com o auxílio do CEMEF, que a partir dos anos 1980 não foram encontradas mais meninas nesses prontuários. Algumas outras observações pertinentes ao processo também foram relevantes: algumas das internas não tinham certidão de nascimento e, por esse motivo, não entraram na contabilidade da tabulação dos dados; nem todas as alunas da Escola XV de Novembro eram internas, algumas eram semi-internas. A partir dos dados coletados elaborei três tabelas: a primeira com informações sobre a etnia, a segunda, trazendo a distribuição pela naturalidade de origem e, por último, a presença do pai no registro da aluna.

Gráfico 1 - Etnia

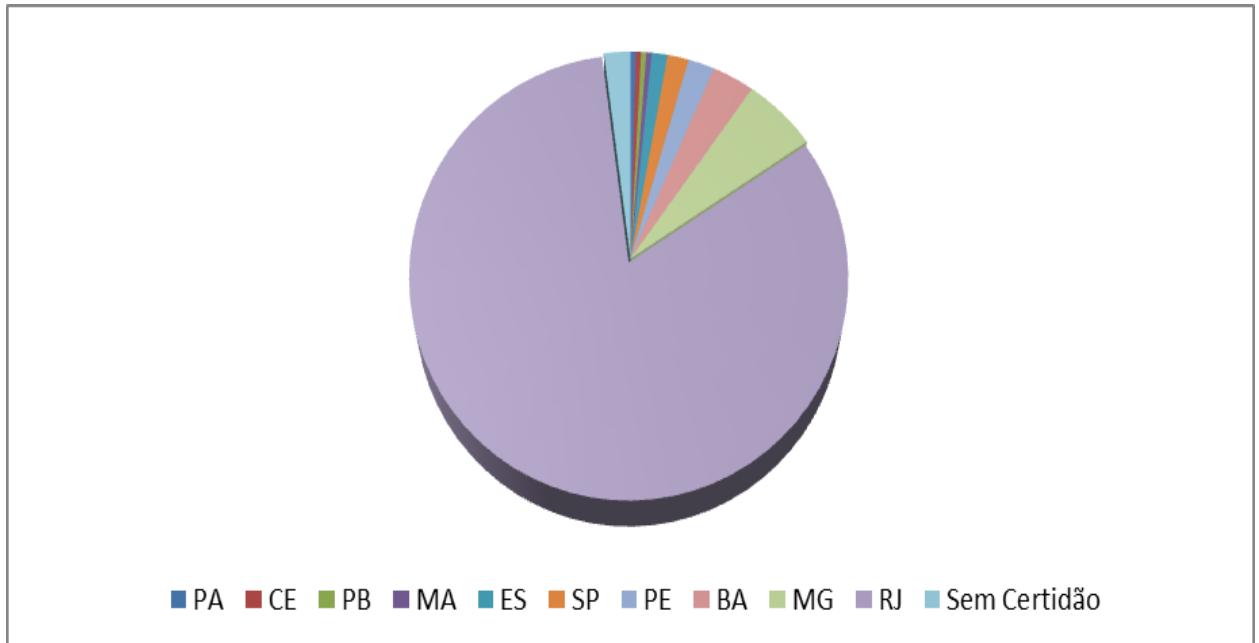


Obedecidas as designações étnicas constantes das certidões de nascimento Fonte: Prontuários da FUNABEM – ETER

O gráfico 1 traz a nomenclatura encontrada nas certidões de nascimento das meninas e seus respectivos quantitativos: escura (1) , mestiça (1), morena (11), preta-negra (17), parda (66) e branca (106). Em algumas certidões a classificação “cor” não era encontrada no corpo do texto do documento, tendo sido classificadas como não declaradas (31). Dentro do universo de 241 prontuários, em 8 não havia o documento.

Alguns fatores me chamaram atenção durante o manuseio da documentação, um deles é que nem sempre a etnia declarada coincidia com a imagem da fotografia 3x4 que estava dentro do prontuário. Aquele material era utilizado pelos funcionários da secretaria para expedição de Histórico Escolar quando havia solicitação de ex-alunos da Escola XV de Novembro. Talvez tenha havido algum equívoco ou acidente na recolocação das pastas nos arquivos que estão muito cheios, são bem pesados e de difícil manuseio. Torna-se possível, também, haver questões do campo do debate étnico-racial na dinâmica da nomenclatura. Para criar um critério de classificação focado nessa pesquisa, decidi obedecer ao que está registrado na documentação/ certidão de nascimento da aluna. O resultado fornece algumas pistas sobre as meninas. Caso façamos a soma do quantitativo de escura, mestiça, morena, preta, negra e parda, teremos 127 meninas. O que nos colocaria diante de uma maioria de moças negras ou afrodescendentes, para utilizarmos a nomenclatura atual.

Gráfico 2 - Naturalidade



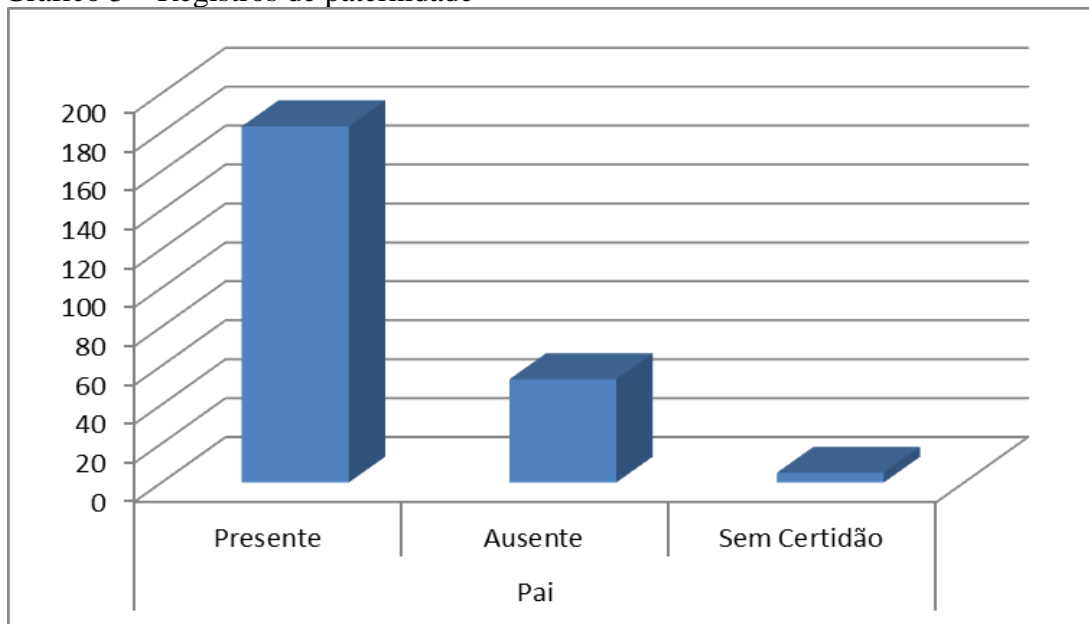
Fonte: Prontuários da FUNABEM – ETER

No gráfico 2 temos a divisão por naturalidade. Utilizei o mesmo critério do uso da documentação oficial, ou seja, a certidão de nascimento da interna. Temos internas com origens de diversas parte do país: Pará (1), Ceará (1), Paraíba (1), Maranhão (1), Espírito

Santo (3), São Paulo (4), Pernambuco (5), Bahia (8), Minas Gerais (14) e, a maioria, do Rio de Janeiro (195).

Sim, havia meninas nordestinas, mas estas não eram a maioria. Na verdade, se somar Ceará, Paraíba, Maranhão, Pernambuco e Bahia, teremos 16 alunas. Em contrapartida, somando São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, teremos 21 meninas. Sem levar em consideração o Rio de Janeiro, membro da região sudeste, que representa a naturalidade da maioria das alunas da Escola XV de Novembro, com 195 discentes.

Gráfico 3 – Registros de paternidade



Fonte: Prontuários da FUNABEM - ETER

No gráfico 3 uma tabela simples, mas que traz uma informação importante. A maioria das meninas matriculadas na Escola XV de Novembro (180), internas ou não, tinham a paternidade registrada na FUNABEM e na sua certidão de nascimento – o que não é o mesmo que pai presente! Não que o quantitativo de meninas com ausência do pai em sua certidão seja irrelevante, são 50 meninas. A questão é que no imaginário social os dados são transmitidos bem diferentes daqueles coletados durante a pesquisa.

Com base nos prontuários localizados na ETE República, há um perfil das meninas que frequentaram a Escola XV de Novembro durante a década de 1970: 75% eram registradas por pai e mãe, 21% apenas pela mãe; 81% eram do Rio de Janeiro, 7% eram nordestinas; 52% eram consideradas negras e 44% eram consideradas brancas.⁸⁷ Esses dados compõem o mapeamento de quem eram as meninas atendidas a partir dos prontuários encontrados.

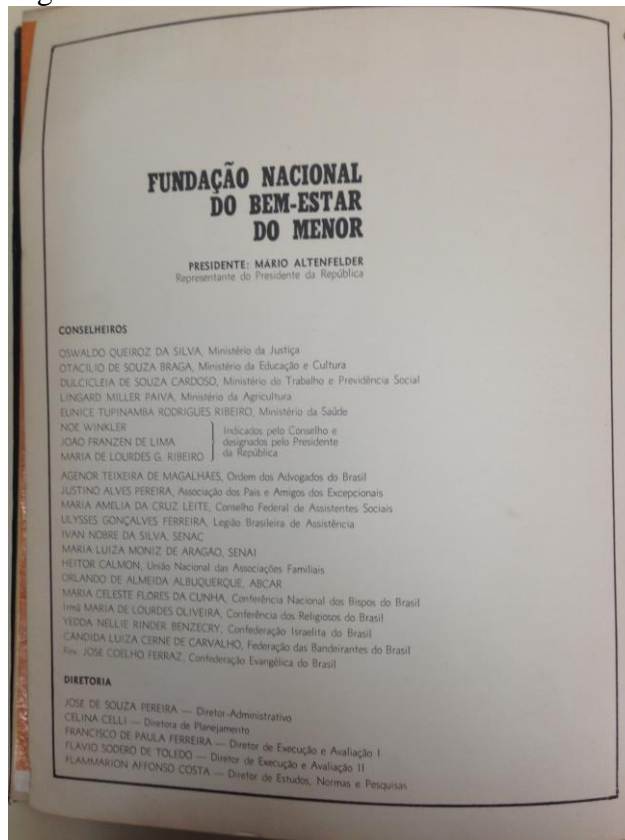
⁸⁷ Lembrando que havia 8 prontuários sem certidão de nascimento, o que configura algo em torno de 4% do total dos dados.

2.3 Representações dos sujeitos e da política na *Revista Brasil Jovem*

Já havia entrado em contato com a *Revista Brasil Jovem* quando trabalhava em minha dissertação de mestrado, no final da década de 1990, mas acabei não utilizando as informações à época. Só fui recordar desse periódico novamente quando, *tio Valdir*⁸⁸, na entrevista que concedeu ao CEMEF, falou das meninas. Ao buscar pelas imagens delas voltei a manusear os exemplares da revista que se encontram no Centro de Memória da FAETEC e elas estavam lá! Há, naqueles arquivos, quatro edições encadernadas da *Revista Brasil Jovem*, que abrangem temporalmente o último trimestre de 1970 até os três volumes de 1971.

A *Revista Brasil Jovem* certamente foi também um instrumento e objeto de poder como afirma Le Goff (2014, p.435): “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva [...]. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder”. Quando comecei a folhear suas primeiras páginas internas isso ficou evidenciado, pois encontrei os nomes dos responsáveis pela Fundação, elencados hierarquicamente, ocupando uma folha inteira do periódico. Presidente, Conselheiros e Diretoria.

Figura 9 - Folha interna A

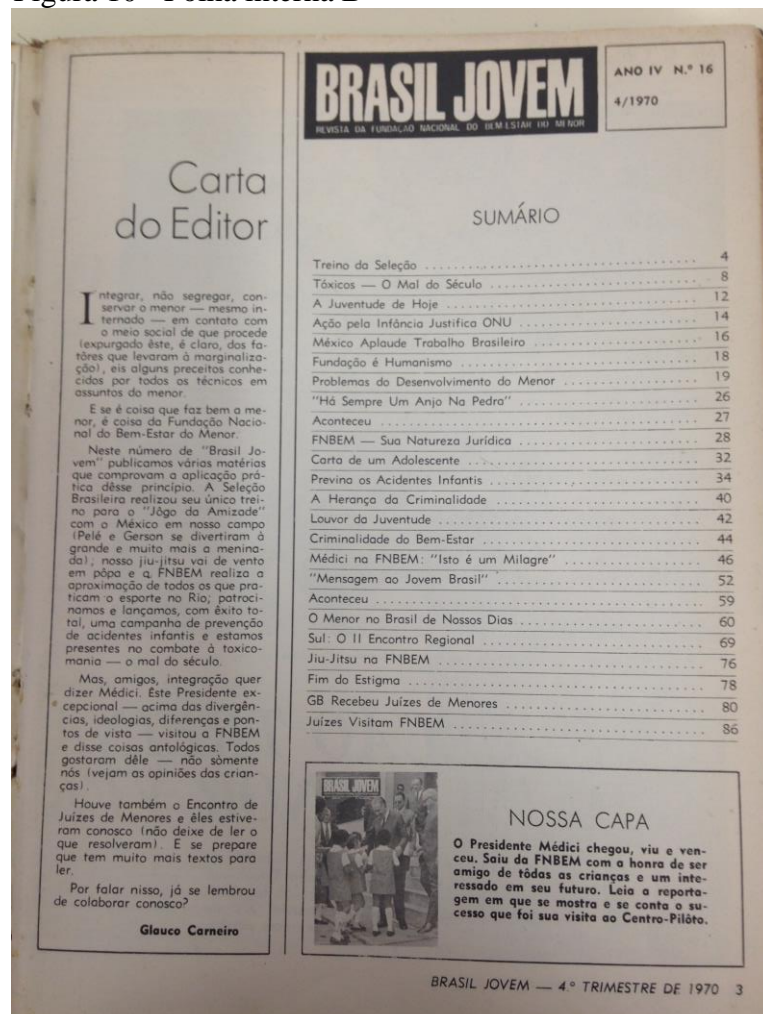


Fonte: Acervo do CEMEF

⁸⁸ Valdir Rodrigues dos Santos, inspetor da FUNABEM, da EEEFR, ex-aluno do SAM e pai de uma das professoras da escola.

O Presidente era Mário Altenfelder que aparece, em destaque na folha interna 1, como Representante do Presidente da República. Os conselheiros são membros do Ministério da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), do Conselho Federal de Assistentes Sociais, da União Nacional das Associações Familiares, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Conferência dos Religiosos do Brasil, da Confederação Israelita do Brasil, da Federação das Bandeirantes do Brasil, da Confederação Evangélica do Brasil e Indicados pelo Conselho e designados pelo Presidente da República. Há também cinco membros na Diretoria: José de Souza Pereira, Celina Celli, Francisco de Paula Ferreira, Flávio Sodero de Toledo e Flammarion Affonso Costa. Essa página aparece em todas as edições pesquisadas.

Figura 10 - Folha interna B



Fonte: Acervo do CEMEF

Deste modo, partindo para a observação da folha interna 2, página 3, da revista encontrei a seção chamada “Carta do Editor”, assinada pelo Sr. Glauco Carneiro e o sumário com as matérias encontradas na edição da revista. Separei a parte interna da Revista que foi publicada após a visita de Médici. Dessa imagem gostaria de destacar o Sumário e os títulos dos artigos que nos apresentam à temática, a tônica da revista: pesquisas, artigos e informativos para profissionais da Assistência Social e da Educação que trabalhavam diretamente com os menores, técnicos, pedagogos, juristas, além é claro de seu papel de divulgação. Através da seção “Carta dos leitores” percebi, também, a circulação do impresso: a revista era enviada para instituições que também trabalhavam com menores, bem como institutos e órgãos internacionais, isso, pois há cartas de agradecimento pelo envio do periódico:

Direção Geral dos Serviços Tutelares de Portugal – agradeço a revista BRASIL JOVEM e todas as outras publicações que teve a gentileza de me enviar. Tenho o prazer de comunicar que a revista INFÂNCIA E JUVENTUDE ser-lhe-á remetida, a título de oferta, a partir de 1970. (*Brasil Jovem* – 4º trimestre de 1970, p.90)

Segundo Fawler de Melo, autor do Prefácio de *O “menor – problema social” no Brasil e a ação da Funabem* de 1978, a Revista *Brasil Jovem* foi editada e distribuída por todo país, regularmente, desde 1966. Foram trinta e cinco números que trouxeram estudos específicos, com base em pesquisas teóricas ou de campo que podem testificar os esforços da Fundação para “sistematizar a partir de fundamentos cientificamente estabelecidos⁸⁹, conhecimentos capazes de conduzir o tratamento do menor desassistido em termos adequados e viáveis”. Em um dos editoriais seu responsável evidencia a intenção da publicação, a questão dos recursos e sua aplicabilidade:

Notam os leitores que, progressivamente, à medida que “Brasil Jovem” avança no tempo e ganha maturidade, aumentaram as inserções de material técnico e visão panorâmica do problema do menor em todo país. Isso corresponde a um desejo da Presidência da FUNABEM que, não podendo manter, paralelamente, uma publicação técnica e outra de divulgação, dá-nos instrução para mesclar teses com notícias, de forma a atender aos dois objetivos. Evidentemente que essa mesclagem exige uma editoria hábil que não desagrade – **pelo menos todo o tempo** – técnicos e leitores comuns. A soma de manifestações positivas que recebemos, comprova que não estamos errando muito. Mas por favor não confundam: muito embora “Brasil Jovem” apresente um padrão razoável de qualidade, em confronto com demais revistas da área pública ou privada, não quer dizer que seja objeto de luxo. Seu pessoal redacional é pouquíssimo (e causa espanto aos jornalistas que se consiga fazê-la assim) e os recursos são escassos, cobrindo só o custo sem sobras. Não desejaríamos, aliás, gastar nada: precisamos de anúncios e estes, infelizmente, não chegaram. Cada leitor de “Brasil Jovem”, que receber esta

⁸⁹ Grifo nosso.

revista, esta moralmente obrigado por frase de Mário Altenfelder: “Cada tostão que pouparmos na Fundação será um tostão que disporemos a mais para promover o menor”. Por favor, meçam os sacrifícios para que “Brasil Jovem” chegue às suas mãos. E deem a esta publicação a destinação prática que puderem. (CARNEIRO, Glauco. *Brasil Jovem* – 1º trimestre de 1971, p. 3)

Não havia publicidade, os recursos eram escassos e, algo bem interessante, segundo o editor, o presidente solicitou a mescla entre divulgação e publicação técnica. O que de fato é perceptível ao observar a revista. Contudo, para além dos dados do periódico em si, a revista trouxe outro interesse. Nas publicações da FUNABEM estavam as internas, nos jogos escolares, nas festas, na visita do Médici, nos berços... os exemplares da Revista promoveram um interesse especial pelo modo como são representadas através de fotos e artigos publicados. Assim, como representação⁹⁰, a fotografia não pode ser separada do ato que a fundamenta, já que se fundamenta numa prática cultural. Na dimensão de indício e de resquício a fotografia é sempre uma presença.

Ao trabalhar com a revista meu olhar acabou sendo conduzido pelas entrevistas à observação das imagens, não apenas na busca por elas, como narradoras especificamente, mas por todas aquelas internas que não tiveram suas imagens registradas e que hoje, na era da reprodução massiva de imagens e autoimagens, se ressentem da ausência dessa memória iconográfica.

Ao iniciar minha pesquisa, com os números disponíveis da revista no CEMEF, trabalhei com as capas e contracapas. Segundo Souza (2001), fazer a leitura de imagens requer uma “alfabetização do olhar”, isto é compreender e interpretar de uma forma crítica, que leve em consideração a interação entre o momento de produção da imagem e do conteúdo que encontraremos nela.

A leitura de Bloch (2002) me fez perceber que em tudo que li e pesquisei não as enxergara, pois não as procurava. Um ótimo exemplo é a capa da Edição do 4º trimestre do ano IV, que traz com grande destaque a visita do Presidente Médici a Quintino. Ao observá-la em 1998 só focalizei o general, não vi que ele estava cercado de meninas, das internas da FUNABEM. Comecei então meu trabalho com a revista da Fundação pela análise das capas e contracapas.

⁹⁰ No sentido de Moscovici (1978) de “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos, (...) um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação” (p. 26-28). MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Figura 11 - Revista *Brasil Jovem* Ano IV 1º Trimestre

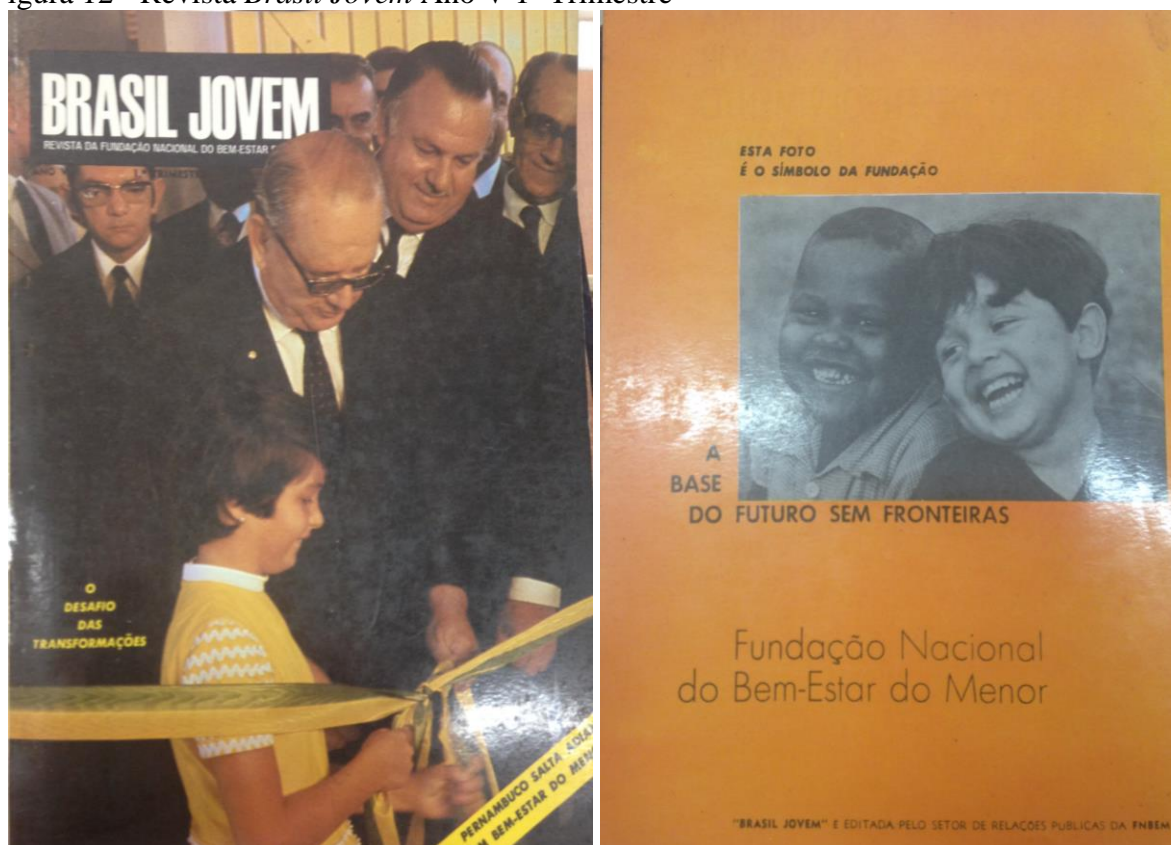


Fonte: Acervo do CEMEF

O papel social da mulher parece saltar aos olhos ao observarmos os registros iconográficos presentes nas capas dessas edições da revista. Na primeira delas se nota Médici, alto, esguio, ainda maior por estar a um degrau acima da escada de uma das meninas – a mais alta – que vão ao seu encontro. Além de ser fotografado ligeiramente de baixo para cima, o que dá à sua imagem uma dose a mais de poder, ele não está rodeado por adolescentes ou meninas altas, mas das pequenas, cuidadosamente uniformizadas que, ao cercá-lo, ajudam a dar à imagem do general certa amorosidade, mesmo que o poder continue sendo o imaginário mais forte. O curioso é que elas parecem trazer um colorido à estética da imagem, visto que o Médici, os demais homens ao seu redor e a própria arquitetura local, estão numa escala de cinza e ocre. As internas entram na metade da fotografia com uniformes de um branco e um rosa avermelhado. Menores, pequenas e a colorir o universo masculino do poder.

Na segunda capa observo um efeito similar, a menina que vai cortar a faixa traz a cor, o amarelo. Seu vestido combina com o detalhe do fundo e com a faixa verde e amarela. Cercada de homens de ternos negros ela é a luz da fotografia que provoca discretos sorrisos nos senhores que a observam.

Figura 12 - Revista *Brasil Jovem* Ano V 1º Trimestre



Fonte: Acervo do CEMEF

As contracapas também chamam a atenção. Ao me aproximar das revistas, sabia que os discursos pertencem a uma dada ordem discursiva que deve ser analisada; nesse sentido, as escritas seguem disposições culturais e historicamente construídas de um lugar institucional, um lugar de fala ou de autoria, um lugar social (CERTEAU, 2008). Tanto na primeira revista quanto na segunda, temos a fotografia ícone da FUNABEM que está presente desde a caderneta escolar até em uma escultura preservada, hoje à entrada do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual República. Nela aparecem dois meninos, um branco e um negro, com a seguinte frase: “A base do futuro sem fronteiras”. Sem fronteiras sociais, econômicas e raciais, como uma mensagem implícita da instituição FUNABEM. Na própria imagem também encontro “Essa foto é o símbolo da Fundação.” Nela não há nenhuma menina! E me questiono se o desaparecimento do gênero atendido pela Fundação foi intencional:

A análise iconográfica é aqui entendida pela descrição da realidade exterior do documento, daquilo que a imagem preservou de aparência das coisas e pessoas, determinando sua autoria, os elementos de composição do registro visual, o suporte da documentação e sua intenção. (MÜLLER, Tânia., 2006, p. 87)

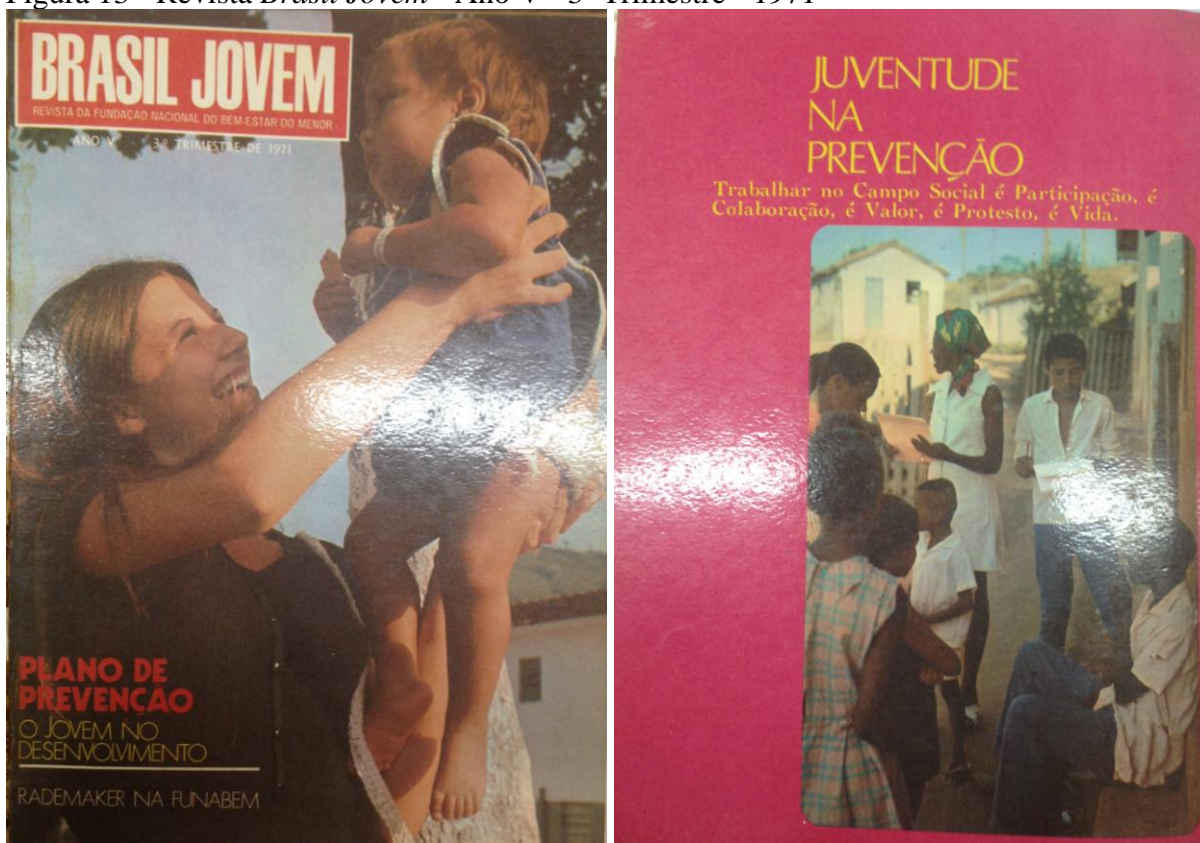
Aqui está um dos pontos mais interessantes para discussão, a intenção. As meninas existiam, mas não são visibilizadas como sujeitos daquele espaço. Como observei nos

prontuários eram em menor quantidade. Disso decorrem duas possíveis conclusões: ou as meninas não eram abandonadas com a mesma frequência dos meninos, ou a instituição priorizava o atendimento deles.

Na tese citada de Tânia Mara Pedroso Müller intitulada *A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa: imagens da imprensa e do Estado do cotidiano de crianças e adolescentes do serviço de atendimento ao menor – SAM (1959 – 1961)*, defendida em 2006, a autora também vai falar das meninas. Elas já estavam em Quintino desde os tempos do SAM. Naquele período também aprendiam trabalhos manuais e domésticos. Segundo Müller, uma reportagem de 15 de março de 1959, da jornalista Silvia Donato, elucidava que as meninas eram levadas ainda pequenas para o SAM, por isso, teriam um futuro garantido e seguro, visto que frequentavam a escola-modelo – Escola Feminina de Artes e Ofícios – dirigida pelas irmãs Carmelitas. (MÜLLER, 2006) As meninas estavam no mesmo espaço há tanto tempo quanto os meninos. A questão é quantitativa ou de silenciamento/ apagamento?

A terceira capa traz a imagem clássica do papel feminino na sociedade do período: a mãe. Jovem, branca, loira e sorridente a moça retratada ergue seu filho no alto como um troféu, o símbolo da consagração do seu papel social.

Figura 13 - Revista *Brasil Jovem* - Ano V - 3º Trimestre - 1971



Fonte: Acervo do CEMEF

A terceira contracapa foi impressa com o título: “Juventude na prevenção: Trabalhar no Campo Social é Participação, é Colaboração, é Valor, é Protesto, é Vida.” Em seguida a imagem de crianças e jovens negros num cenário que parecem ser de uma comunidade, à época denominada favela. A princípio a imagem parece não ter uma relação direta com o título, visto que não vemos a imagem de funcionários da FUNABEM ou assistentes sociais e o título nos remete a esse campo. Em uma segunda leitura da imagem posso supor que a escolha corresponde à ideia de mostrar o público alvo desse trabalho assistencial. Na verdade, quando se entra em contato com a reportagem dentro da revista, toma-se conhecimento que os dois mais velhos na imagem são voluntários, membros da própria comunidade, que estão trabalhando para tentar evitar que os menores entrem para a criminalidade. Há uma carga ideológica explícita considerável nesta edição e na seleção do material utilizado pela equipe da Revista.

Na quarta e última revista temos três senhoras, elegantemente vestidas, descendo as escadarias da Escola XV de Novembro à frente dos homens. Elas exibem algum colorido em seus trajes, duas em tons de azul discretos, que contrastam delicadamente com o vestuário deles em escala de cinza. A imagem mostra-as discretas, com seus cabelos curtos e pouca maquiagem.

Figura 14 - Revista *Brasil Jovem* - Ano V - 4º Trimestre - 1971



Fonte: Acervo do CEMEF

Na quarta contracapa o título: “Ao Brasil pouco informado. Encontro de Secretários.”
 Embaixo da imagem: “Ministro Buzaid⁹¹ hasteou bandeira e disse: política do menor é una e indivisível.” O principal retratado está cercado de outras autoridades à frente do prédio principal em Quintino, onde funcionava a Escola XV de Novembro. O interessante dessa contracapa, para além do texto que acompanha a fotografia, é o fato de ter um formato bem próximo a de uma capa. Contudo, a imagem escolhida para ser a capa dessa edição é aquela com as três senhoras descendo as escadas da Escola XV, à frente de Buzaid e demais autoridades. Kossoy (2014), ao abordar o documento fotográfico, permite analisar as informações que recolho:

A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica. Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada: um aspecto determinado. Não é demais enfatizar que esse conteúdo é o resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto da realidade primeira, cuja decisão cabe exclusivamente ao fotógrafo, quer esteja ele registrando o mundo para si mesmo, quer a serviço de seu contratante. Reside nesta seleção uma primeira manipulação/interpretação da realidade, seja ela consciente ou inconsciente, premeditada ou ingênua, esteja ela a serviço de uma ou outra ideologia política. (p.121)

⁹¹ “Alfredo Buzaid nasceu em Jaboticabal (SP) no dia 20 de julho de 1914, filho de Felício Buzaid e de Rosa Buzaid. Concluindo o secundário em 1930, ingressou no ano seguinte da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Paralelamente, prosseguiu sua atividade de jornalista, escrevendo para dois jornais de Jaboticabal, *O Combate* e *A Gazeta Comercial*, da qual foi diretor. Durante o ano de 1932 participou do agitado ambiente político que dominava São Paulo, integrando o corpo de voluntários da Revolução Constitucionalista de 1932, que opôs São Paulo ao governo federal. Ainda acadêmico de direito, participou ao lado de Miguel Reale, Mário Graciotti, João Carlos Fairbanks, José Loureiro Júnior, Roland Corbisier, Gofredo e Inácio da Silva Teles, da equipe de jovens que auxiliou Plínio Salgado na estruturação doutrinária do integralismo. A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada em outubro de 1932 e pouco depois se transformou em partido político de inspiração fascista. Adotando o lema “Deus, Pátria e Família”. Tendo concluído o curso de extensão universitária de direito processual civil na USP em 1935, retornou a Jaboticabal, dedicando-se à advocacia. Em 1959, Buzaid foi nomeado seu secretário-geral, participando também da direção da entidade. O instituto foi incorporado como anexo à cadeira de direito judiciário civil da Faculdade de Direito da USP. Em 1960 fundou a Revista de Direito Processual Civil, sendo diretor-responsável da publicação. Em agosto de 1966, passou a ocupar o cargo de diretor da Faculdade de Direito da USP. Interrompeu esta função por duas vezes para assumir a reitoria da universidade, em cujo exercício permaneceu cerca de um ano. Em 1967, durante o governo do general Artur da Costa e Silva, foi nomeado pelo ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva — seu compadre e colega de turma —, coordenador da revisão de códigos. Sua principal atribuição era controlar a elaboração de diversos projetos, entre eles os do Código Civil, Código Penal, Código Penal Militar, Código de Processo Penal, Código de Processo Penal Militar, Código de Contravenções Penais, Código de Execuções Penais, Lei de Introdução ao Código Civil, além de outros diplomas legislativos a cargo do Ministério da Justiça. Em 1968 foi eleito presidente da Academia Nacional de Direito, que reúne 40 juristas brasileiros. Em maio do ano seguinte foi nomeado vice-reitor da USP. Com a eleição indireta do general Emílio Garrastazu Médici à presidência da República em 25 de outubro de 1969, Alfredo Buzaid foi convidado a ocupar a pasta da Justiça, tomando posse cinco dias depois, juntamente com o novo presidente e os demais ministros. Faleceu em São Paulo no dia 9 de julho de 1991.”
 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/buzaid-alfredo> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

Aqui me deparo também com a questão das seleções, das edições. Há um querer dizer, uma ideia que está na seleção da imagem, na sua composição e no seu uso. Meu primeiro interesse nas publicações da FUNABEM era perceber de que maneira as meninas foram retratadas na Revista *Brasil Jovem*, o olhar e o tratamento que foi dado às imagens destas meninas pela instituição. Creio que as fotos trazem o enfoque institucional a respeito da educação que se oferecia às meninas internas, a percepção do papel do Estado e a ideia do lugar do feminino nesse período: “as atividades que nela predominavam estavam centradas na missão social da mulher, o que reforçou a representação da imagem feminina como sendo fundamentalmente doméstica”. (CÂMARA, 2013, p.280)

Penso que esses dados demonstram que a *Revista Brasil Jovem* era parte da estratégia de divulgação da FUNABEM enquanto política pública, valores e ideologia, mas, também, como ressalta Boeira (2014), para “humanizar” um regime em que já recebia denúncias de violação dos direitos humanos. A sede institucional da FUNABEM em Quintino era um centro piloto, que oferecia, como vimos, atividades planejadas, que eram testadas para que pudessem ser replicadas em outros espaços. Esse era o discurso oficial, institucional, para o público interno e externo. Toda a rotina está elencada no programa de atividades diárias da Fundação. Essa também é uma pista importante para compreender porque o olhar das narradoras sobre a FUNABEM parece coincidir com o discurso oficial e com a fala de Rachel de Queiroz. Contudo, são também muitas as denúncias de abusos e maus tratos em outras unidades da FUNABEM como também em Quintino. Elas se multiplicaram na imprensa brasileira ao longo da década de 1970 como veremos no capítulo a seguir.

3 IMPRENSA, PRÁTICAS EM DISCUSSÃO

Na década de 1970 reconhecia-se a importância dos impressos e não era nova a preocupação de escrever a história *da* imprensa⁹², mas relutava-se em escrever história *por meio da* imprensa, conforme nos alerta Tânia de Luca (2014). Aliás, foi um longo percurso até que a potencialidade da imprensa como fonte histórica fosse considerada. A imprensa não é meramente um veículo de informação, é formadora de opinião. Não há isenção em suas linhas, aliás, esse era um dos pontos que fez perdurar por um bom tempo a resistência ao seu uso, além da crítica que se fazia sobre a possibilidade de sua utilização como “meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador.” (LUCA, 2014, p. 116)

Nesta investigação a imprensa é tratada como fonte relevante para a pesquisa, sejam os artigos publicados por Odylo Costa, filho, ou pela cobertura do assassinato de seu primogênito, seja o noticiário de assaltos cometidos por “pivetes” ou, ainda, pelas matérias discutindo a situação dos menores no Brasil. O exame de determinadas manifestações da escrita pode permitir o entendimento da representatividade, dos interesses sociais, ou seja, como assinala Le Goff (2003) que as particularidades dos discursos têm um sentido historicamente construído. Muitos dos nomes de intelectuais e políticos elencados ao longo dos capítulos anteriores foram jornalistas, publicaram artigos em jornais ou têm em sua rede de sociabilidade personalidades vinculadas à imprensa. Seus interesses socioeconômicos, projetos de poder, ideologias e até mesmo planos estritamente pessoais, transparecem nas suas articulações sociais da mesma forma que em suas escrituras, no editorial e na seleção das discussões sobre as quais se debruçam.

Desse modo, com facilidade, verifico que a imprensa tem um papel relevante quando se trabalha com a questão das políticas públicas para menores abandonados no Brasil. Desde a questão do processo que levou à criação da FUNABEM, passando pelo debate sobre a situação dos menores no Brasil promovido pelos periódicos jornalísticos até a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como veremos mais adiante, tudo é encontrado nas páginas dos jornais nacionais, como na revista *O Cruzeiro* e no *Jornal do Brasil*.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito

⁹² Nelson Werneck Sodré vai escrever *História da imprensa no Brasil*.

diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. [...] os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. (LUCA, 2014, p. 140)

A intenção e os objetivos dados a cada publicação feita e a cada *campanha* deflagrada já abarca, por si só, como nos alerta a autora, um grande número de questões, mas, os detalhes, como a localização da publicação, a presença ou não de ilustração, os procedimentos tipográficos, vão trazer pistas, por exemplo, sobre o grau de importância da notícia e o público que se pretendia atingir com a matéria publicizada.

Pesquisando sobre a educação de menores em situação de risco nas décadas de 1960 e 1970, me concentrei no material encontrado no *Jornal do Brasil*. Minha escolha levou em conta a relação de Odylo Costa, filho, com esse jornal. Odylo trabalhou em diversos outros veículos da imprensa nacional, mas o *JB* reúne em seu histórico algumas características que o tornam, aqui, uma opção de recorte. Inaugurado em 09 de abril de 1891 o jornal carioca tinha como propósito, ser oposição ao recém-instaurado governo republicano de Deodoro da Fonseca, se definindo, na ocasião, como “católico, liberal, conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada” (MULLER, 2006, p.63). No início o jornal foi comandado por antigos monarquistas até ser vendido, em abril de 1893, a um grupo ligado a Rui Barbosa⁹³, instado a redator-chefe da publicação, que passa a defender ideais republicanos. Essa nova administração não demorou muito, pois as críticas políticas de Rui Barbosa levaram à suspensão da liberdade de imprensa e a uma ordem de prisão contra ele que não pode ser cumprida, pois Rui conseguiu fugir para a Inglaterra. O jornal foi reaberto em 15 de

⁹³ “Rui Barbosa de Oliveira, advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador, nasceu em Salvador, BA, em 5 de novembro de 1849, e faleceu em Petrópolis, RJ, em 10 de março de 1923. Seu pai, João Barbosa de Oliveira, foi um homem voltado para os problemas da educação e da cultura. Em 1870, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou a carreira na tribuna e na imprensa, abraçando como causa inicial a abolição da escravatura. Deputado provincial, e depois geral, preconizou, juntamente com Joaquim Nabuco, a defesa do sistema federativo. Proclamada a República, Rui foi escolhido para Ministro da Fazenda do Governo Provisório, e respondeu, durante algum tempo, pela pasta da Justiça. Eleito senador pela Bahia à Assembleia Constituinte, seus conselhos prevaleceram nas reformas principais e a sua cultura modelou as linhas fundamentais da Carta de 24 de fevereiro de 1891. Discordando do golpe que levou Floriano Peixoto ao governo, requereu *habeas-corpus* em favor dos cidadãos presos pelo governo ditatorial de Floriano. Como redator-chefe do *Jornal do Brasil*, abriu campanha contra a situação florianista. Em 1893, foi obrigado a se exilar. Escreveu, então, as famosas *Cartas da Inglaterra* para o *Jornal do Comércio*. Quando, em 1907, o Czar da Rússia convocou a 2ª. Conferência da Paz, em Haia, o trabalho de Rui Barbosa, investido de uma categoria diplomática não desfrutada até então por nenhum país da América Latina, foi de grande importância. Bateu-se, sobretudo, pelo princípio da igualdade jurídica das nações soberanas, enfrentando irreduzíveis preconceitos das chamadas grandes potências. Além de nomeado Presidente de Honra da Primeira Comissão, teve seu nome colocado entre os ‘Sete Sábios de Haia’.” Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>

novembro de 1894 sob a direção de Mendes & Cia, à época, apoiando os poderes públicos e defendendo pobres e oprimidos. As questões abordadas pelo impresso deixam, então, de priorizar o viés político para tratar do interesse popular e do cotidiano.

Entre 1900 e 1904, o *JB* foi o primeiro jornal a fazer duas edições diárias, com a tiragem de 50.000 exemplares por dia (MULLER, 2006). O investimento em equipamentos que modernizaram significativamente a impressão do *JB* acabou levando à insolvência da empresa jornalística que, mais uma vez, precisou se reinventar, tornando-se uma sociedade anônima. Em 1919 o jornal foi comprado pelo Conde Pereira Carneiro⁹⁴ e passa a uma linha moderada na narrativa dos fatos políticos o que não impede a empresa jornalística de sofrer, crises políticas e ter problemas financeiros. Pereira Carneiro traz para a equipe do jornal o engenheiro José Pires do Rio⁹⁵ que, para sanear as dívidas da empresa, transformou o *JB* no

⁹⁴ “Ernesto Pereira Carneiro nasceu no município de Jaboatão (PE) em 14 de abril de 1877, filho de Adolfo Pereira Carneiro, de nacionalidade argentina, e de Cândida Machado Carneiro, descendente de tradicional família nordestina. Iniciou suas atividades profissionais em Recife no ano de 1895 na firma comercial Pereira Carneiro e Cia., de propriedade de sua família. Considerado bom comerciante, foi eleito vice-presidente da Associação Comercial de Pernambuco em 1897 e, pouco depois, começou a diversificar suas atividades, adquirindo uma fábrica de malhas em Várzea (PE) e várias salinas no Rio Grande do Norte e no Ceará. Além de modernizar a produção salineira e o estaleiro naval, Pereira Carneiro fundou em Niterói (RJ) uma fábrica de juta para produzir sacos e realizou sua antiga aspiração de ligar-se à imprensa, concedendo um empréstimo à firma Mendes e Companhia, proprietária do *Jornal do Brasil*, que atravessava grave crise econômica. Começou então a assinar uma coluna nesse matutino carioca, intitulada “Notícias de Pernambuco”. Em 1918 os irmãos Mendes de Almeida não conseguiram resgatar a hipoteca do jornal, que passou para a propriedade de Pereira Carneiro. A partir daí, o *Jornal do Brasil* sofreu várias reformas e entrou numa fase de recuperação financeira. Sua colaboração com as obras sociais da Igreja e a doação de cem contos de réis para auxiliar no combate à epidemia da “gripe espanhola” que assolou o Rio de Janeiro em 1918 fizeram com que o papa Bento XV lhe outorgasse no ano seguinte o título de conde do Vaticano. Em 1920, o conde Pereira Carneiro, como passou a ser conhecido, lançou o vespertino *A Hora*, de duração efêmera, ao mesmo tempo que prosseguia na reformulação do *Jornal do Brasil*. Nos anos seguintes, atuou intensamente na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), participando em várias ocasiões de sua diretoria. Em 1935, os negócios de Pereira Carneiro sofreram sérios reveses, que o levaram a se desfazer de suas principais empresas e concentrar seus recursos na implantação da Rádio Jornal do Brasil e na recuperação do jornal que, apesar da reorganização interna e das relações estáveis com o governo, não havia superado totalmente os problemas surgidos no início da década. Sob a direção financeira de José Pires do Rio, o jornal conseguiu vencer a crise, graças à nova orientação adotada, que concebia o periódico como um boletim de anúncios. Sua primeira esposa faleceu em 1940, e dois anos depois ele contraiu segundas núpcias com a viúva Maurina Dunshee de Abranches Marchesine, filha do escritor, jornalista e político João Dunshee de Abranches Moura, deputado federal de 1906 a 1917. Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 1954, sem deixar filhos.”

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernesto-pereira-carneiro>

⁹⁵ “José Pires do Rio nasceu em Guaratinguetá (SP) no dia 26 de novembro de 1880. Iniciou sua carreira profissional como engenheiro nas obras do porto do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sendo encarregado, entre 1906 e 1910, de diversas missões no exterior. Depois de lecionar hidráulica na Escola Politécnica da Bahia entre 1912 e 1914, trabalhou na construção do porto do Rio Grande (RS), sendo nomeado a seguir para o cargo de diretor de um dos distritos da Inspeção de Obras contra as Secas. Trabalhou como inspetor federal nas estradas de ferro Madeira-Mamoré e Belém-Bragança, até 1919, quando, apesar de praticamente desconhecido no plano nacional, foi escolhido para ocupar o Ministério da Viação e Obras Públicas do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). Durante a gestão de Pires do Rio no ministério, foram contratadas firmas estrangeiras de engenharia para a realização de obras de grande porte voltadas principalmente para o combate às secas do Nordeste, como o reservatório de Orós (CE), com capacidade de represar quatro bilhões de metros cúbicos de água. Visando assegurar a continuidade do apoio financeiro para esses projetos, foi criado um fundo especial para financiamento de obras de irrigação de terras cultiváveis no Nordeste, composto de 2% da receita

jornal que publicava em muitas de suas páginas anúncios classificados. O impresso, face à tal diretriz, perdeu a qualidade política, mas recuperou suas contas.

O Conde faleceu em 1953 e sua viúva, a Condessa Maurina Pereira Carneiro, assumiu o jornal. É no momento em que a Condessa Maurina decide renovar o *JB*, que ela vai convidar o jornalista Odylo Costa, filho, para liderar esse movimento de transformação, como vimos no primeiro capítulo. O *Jornal do Brasil* é um bom exemplo das mudanças pelas quais passou a imprensa brasileira, além de ter em sua história a presença de Odylo, filho.

Ao pesquisar as notícias sobre menores e a FUNABEM no *Jornal do Brasil* ao longo da década de 1970, localizei nada menos do que novecentas e treze ocorrências. Havia repetição de imagem nos muitos textos publicizados, mas, ainda sim, o quantitativo foi expressivo. Além das notícias e dos artigos encontrados, levantei também na seção *Cartas dos Leitores*⁹⁶, publicações que tratassem do tema. O quantitativo de cartas é pequeno face às muitas matérias que foram publicadas pelo jornal sobre as temáticas, mas trazendo informações relevantes para o presente estudo, e é por essa discussão que se inicia este terceiro capítulo.

3.1 Sob o olhar da população: vítimas ou algozes?

Crianças

Tenho observado que continuam livremente em ação, no centro da cidade, por volta das 19 horas, principalmente na Av. Presidente Vargas, os grupos de marginais, formado de pivetes, assaltando transeuntes, principalmente arrebatando as bolsas de senhoras, que aguardam descontraidamente lugares nos pontos de ônibus. Os menores andam em passos rápidos, quase correndo, em malta organizada, e usam, na prática dos assaltos, o sistema militar que eles próprios denominam arrastão.

Ante a passividade e inoperância da Autoridade e do Juizado de Menores, que parece-me que não tem muito bom “juízo”, talvez fosse objetivo e oportuno que alguém, esse grande Jornal, não sei bem atinar quem, em

anual da União e dos estados da região. Entretanto, esses trabalhos foram interrompidos no governo de Artur Bernardes, só recuperando o seu dinamismo após a Revolução de 1930. Foi eleito deputado federal por São Paulo em 1924, em 1925 foi eleito prefeito de São Paulo. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1930, onde foi diretor da Companhia Comércio e Navegação, dedicada à construção naval, e diretor-tesoureiro do *Jornal do Brasil* que, na época, atravessava difícil situação financeira. Pires do Rio ocupou esse cargo até o fim de sua vida, definindo uma orientação comercial que prevaleceu até 1950, fazendo com que o jornal se concentrasse nos anúncios, abdicando de maior envolvimento nas questões políticas e culturais do país. Sua política de contenção de despesas provocou inúmeras divergências e atritos com o corpo de funcionários. Faleceu em Calcutá, na Índia, durante excursão turística, no dia 23 de julho de 1950. Era celibatário.”

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-pires-do-rio>

⁹⁶ O responsável pela introdução da seção no Brasil foi o *Jornal do Brasil*, ao ser fundado em 1891, copiando uma ideia do *The Times*, de Londres. Quando foi criado pelo *JB*, o jornal tinha o nome de “Queixas do Povo” e era constituído de cartas ditadas por seus autores aos jornalistas, uma vez que grande parte da população não sabia ler ou escrever. Com o passar do tempo e o aumento do número de pessoas alfabetizadas, as correspondências começaram a chegar já escritas às redações. (VAZ, 1998, p.11)

proteção da coletividade, mandasse pregar placas enormes em letras berrantes, na citada Avenida, advertindo: **Cuidado: Crianças.** Terrível sinal dos tempos e da incúria da nossa “administração pública”. (Paulo Amaral – Rio, *Jornal do Brasil*, 11.06.1973)

O que motiva um cidadão a escrever uma carta ao jornal? Indignação? Perplexidade? Revolta? Talvez seja um pouco de cada um desses sentimentos depois de ter assistido por várias vezes a mesma cena nas ruas da cidade! Será que o missivista escreveu sua carta à mão? Ou será que ele utilizou uma máquina de escrever para expor sua opinião? O que ele esperava ao enviar sua carta? Que tipo de carta foi escrita: denúncia, sugestão, crítica ou agradecimento? São muitas as perguntas que podemos nos fazer ao observarmos a seção de *Cartas dos Leitores* de qualquer periódico. O fato é que as cartas dos leitores são a voz da opinião pública, daquela parcela da sociedade que tem acesso aos jornais. A carta do leitor Paulo Amaral, transcrita acima, é um exemplo daquelas que encontrei ao longo da investigação.

Dentro do período selecionado, o *Jornal do Brasil*, encontrei vinte e quatro cartas onde o tema abordado é o menor. Usei por critérios de busca os termos: “menores” com as variáveis *de rua* e *abandonados*, “pivetes” e FUNABEM. A partir dos dados coletados, elaborei um quadro⁹⁷ com as cartas de leitores organizando-as de acordo com a data da publicação, o assunto, o trecho principal do seu texto narrativo, o autor e sua possível – nem todos deixam claro – profissão.

Temos ainda publicações referentes ao SAM, uma delas do seu conhecido diretor Eduardo Bartlett James, e outra de um dos professores da instituição, João Florêncio Sobrinho. Ambas, cada qual a partir da posição institucional do autor, defendem o trabalho da instituição que, assim como a sua sucessora FUNABEM, receberá críticas através da imprensa. Pertinente notar que sete meses distanciam as publicações, o que não remete à apressada conclusão, que o tema não estivesse sendo debatido no período.

Na pesquisa, destaco a presença de cartas de leitores de autoridades como os Presidentes da FEBEM e da FUNABEM, Fernando Abelheira e Mário Altenfelder, respectivamente, além da carta enviada por Alyrio Cavallieri⁹⁸, juiz de menores. Tratam-se de

⁹⁷ Ver em Anexo F.

⁹⁸ “Alyrio Cavallieri foi Juiz de Menores no Rio de Janeiro (1965 a 1975) e inaugurou a sede definitiva do Juizado de Menores em 27 de outubro de 1972, no Centro do Rio. Defensor ferrenho da causa da infância e da juventude, Cavallieri foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Juízes de Menores (atual Abraminj), em 12 de outubro de 1968, quando foi empossado como membro da primeira diretoria da entidade. Ele foi eleito presidente da Abraminj para a gestão de 1970 a 1972. Nos últimos tempos, estava atuando como conselheiro da associação. Cavallieri projetou a nível internacional a defesa dos direitos infanto-juvenis ao se filiar à Associação Internacional de Magistrados da Juventude e da Família, com sede da Suíça, onde atuou como vice-presidente e conselheiro. Alyrio integrou a comissão da associação que examinou o substituto ao

cartas de agradecimento, reclamação e solicitação de retificação e seus autores cumpriam seus papéis sociais e políticos.

Na análise, observo que a maioria das cartas publicadas em 1972 são, a princípio, encaminhadas à redação por cidadãos comuns, mas há mais uma carta do juiz de menores Alyrio Cavallieri, outra do Diretor presidente da CAPEMI e uma de um leitor titulado “General”. Estejam estes cidadãos prestando solidariedade ao *JB*, por ocasião da apreensão do número com a foto dos menores, ou apenas reverberando a questão da violência cometida nas ruas da cidade por crianças classificadas por sua condição de vida como “pivetes”, é o período onde verifiquei um maior número de cartas publicadas tratando do assunto.

Em 1973, o número de cartas publicadas volta a reduzir-se, mas mantém o padrão de solicitação de retificações. Destaco a presença de uma segunda carta de Paulo Amaro sobre o tema, insistindo nas convicções esboçadas na primeira, que foi publicada em 1972.

Em termos gerais de análise quantitativa no item profissão dos missivistas, verifico: diretor/presidente (5), juiz (3) (o mesmo), professor (2), general (1), funcionário de escritório (1), sem cargo definido (12). Observo que parte das cartas identificadas foi escrita por autoridades, representantes e profissionais da área de educação de menores, totalizando 11 cartas. As 13 missivas restantes foram, aparentemente, escritas por cidadãos comuns que não se identificaram profissionalmente. Esse dado me fez recordar Antonio Viñao (1996):

La escritura aparece, desde su invención, ligada al poder. Crea poder y lo acrecienta. Su difusión y empleo van unidos, además, al aumento de la complejidad organizativa de ese poder, a su expansión y necesidades de información y control. (p. 51)

Deste modo, parece mesmo haver uma relação direta entre as cartas publicadas a que tive acesso e as questões levantadas por Viñao Frago. As estratégias de difusão das escritas preliminarmente podem revelar os seus pertencimentos às redes de sociabilidade, produtoras de padrões culturais e sociais. Há uma “coincidência” entre o público alvo da publicação da *Revista Brasil Jovem*, publicada na FUNABEM, e os autores de parte das cartas encontradas. Em ambas há, nomeados, profissionais e autoridades que atuavam junto aos menores deixando explícito, em cada escritura à redação do impresso, o projeto que defendem relacionando-o à visão de mundo que eles pretendem construir. O *Jornal do Brasil* também foi, ele próprio, ator de uma “campanha” sobre a temática dos menores, como se pode ver na carta:

projeto do Código de Menores, de 1979. Foi Cavallieri quem propôs a substituição de termos pejorativos que designavam a criança, tais como exposto, abandonado, delinquente, transviado, vadio, libertino, etc.”
Disponível em: <http://abraminj.org.br/noticia.php?id=278>

Boa Campanha

Jornalista aposentado que sou, fiz do *Jornal do Brasil* o meu jornal. Por isto, vibro de satisfação e orgulho diante da campanha meritória e sem trégua que o jornal vem empenhando para por fim aos pivetes que infestam o Rio, com tendência de aumentar cada vez mais com a aproximação do Natal e das férias.

As ruas vivem repletas. Em Copacabana o trânsito está difícil não só por causa do povo nas ruas, a passeio ou em compras, como pelos carros estacionados nas calçadas. É preciso que o *JB*, não esmoreça na sua campanha, pois os pivetes envergonham a Cidade Maravilhosa com seus assaltos a senhoras, crianças e pessoas idosas em pleno dia.

(Emanuel Mendes Pereira – Rio, *Jornal do Brasil*, 07.12.1972)

O *Jornal do Brasil* teve uma de suas publicações apreendidas por estampar em uma matéria fotografia com menores de idade. A reportagem tinha por título: “Pivete aperfeiçoa técnica de assalto, amplia campo de ação e continua impune”, que foi publicada no dia 05 de outubro de 1972, no 1º Caderno, à página 40. A questão que levou à apreensão não era o conteúdo da publicação em si, mas a imagem dos menores, com um deles em imagem frontal. Alguns leitores escreveram cartas de apoio ao jornal, a maioria delas publicadas ao longo do mês de dezembro do mesmo ano, como é possível verificar no quadro 3. A carta do leitor Emanuel Mendes Pereira, transcrita acima, é uma delas. A ideia de que o *JB* estava fazendo uma campanha sobre a questão dos menores, fica evidente no texto do referido leitor e em outras cartas que foram, também, publicadas. Da mesma forma que todas as seções do impresso passam por edições, a seção de cartas também é filtrada e tem seus interditos:

Entre o gesto da escrita até a publicação da carta, portanto, a opinião do leitor passa por filtros como a própria autocensura que indica o que e como dizer e a triagem do editor que seleciona, retoca e reformula o texto original de modo a que a escrita possa se adequar às normas e interesses do periódico. As cartas publicadas não representam a totalidade das cartas escritas, pois escrever, enviar e publicar cartas em jornais e revistas envolve censura e interdição tanto de quem escreve quanto de quem seleciona, corrige e corta para dar a conhecer. (MIGNOT, 2018, p.11)

Não há como saber se outros leitores se posicionaram contra o periódico e sua publicação, pois como nos alerta Mignot (2018), há uma interdição, uma autocensura. Todas as cartas que foram publicadas parecem trazer o menor como algoz, realçando que o seu papel de vítima, quando aparece, é questionado e relativizado, exceto naquelas com origem em autoridades e profissionais responsáveis pela atuação junto a esse grupo de crianças. Certamente, tomando a sociedade como unidade padrão apenas diretores, presidentes e juízes, por força do cargo ocupado, não sejam os únicos leitores do jornal a terem uma visão mais ampliada da questão do menor encaminhando sua opinião ao jornal. Dessa forma, a hipótese da interdição quanto às publicações da correspondência recebida dos leitores parece possível para avaliar, a princípio, o olhar da população.

A dissertação de mestrado de Élide Mattos Vaz (1998) trouxe, também, pistas importantes para a análise das cartas levantadas nesta pesquisa. A autora faz algumas observações sobre a relação entre a imprensa e as cartas dos leitores:

Na história do jornalismo impresso no mundo, as cartas estão diretamente relacionadas ao surgimento dos primeiros folhetins. Era através delas que intelectuais, representantes do poder público ou simples cidadãos manifestavam suas opiniões, relatavam seus projetos, defendiam ideais e interesses e tornavam públicos seus problemas, dramas e ideias. (VAZ, 1998, p.12)

As cartas dos leitores selecionadas pelos periódicos para serem publicadas funcionam e atuam como meio de defesa de ideais, políticas públicas e projetos, ou ainda, como instrumentos de participação cidadã. As correspondências que encontrei representam exatamente a descrição de Vaz (1998), visto que são autoridades e pessoas comuns que, além de manifestarem suas opiniões, defendiam os projetos nos quais estavam envolvidos e suas ideias sobre o tema. O diretor do SAM, Eduardo Bartlett James, fez, em 20 de março de 1962, uma crítica ao então governador Lacerda. João Florêncio Sobrinho, professor do SAM, publicizou a produção artística feita por seus alunos, contrapondo a informação de notícias sobre menores que pertenciam ao SAM que seriam “especialistas em assaltos à mão armada”. Fernando Abelheira rebate críticas à FEBEM do Rio de Janeiro e se posiciona sobre a questão do internamento do menor, e também agradece ao editorial, publicado em quatorze de agosto de 1970, favorável à sua instituição. O juiz de menores Alyrio Cavallieri corrige as informações, segundo ele equivocadas, que foram publicadas no *JB*, e rebate críticas à atuação do juizado. Jaime Rolemberg, diretor presidente da CAPEMI, reclama de que um pronunciamento dele sobre a FUNABEM foi publicado com um texto “truncado” e isto poderia gerar um mal entendido.

Observamos que as autoridades e os profissionais envolvidos com o trabalho junto aos menores além de manifestarem suas opiniões, abordarem seus projetos e defendem suas ideias e atuações, mas também defendem seus interesses e as políticas públicas com as quais estavam envolvidos, tomando, como os demais missivistas, este espaço jornalístico como uma publicização de seus pensamentos e exercício de cidadania:

O que se percebe, na análise das cartas, segmentando-as entre os jornais em que são publicadas, são diferenças de critérios adotados por cada veículo e a identificação dos autores com o propósito de cada espaço. Mas de forma mais genérica é possível observar que, recorrendo aos jornais para manifestar seus dramas e dificuldades e estabelecer o debate em torno dos temas que consideram mais importantes, os leitores demonstram considerar a imprensa como instrumento de defesa da cidadania e espaço acessível ao homem

comum para que possa se manifestar. É a mediação do debate, dentro da concepção formulada por Habermas. (VAZ, 1998, p.44)

Vaz (1998), do seu lugar de jornalista, irá fazer uma longa análise dos critérios utilizados pela imprensa para selecionar as cartas que serão publicadas e a relação que se estabelecia entre elas e as notícias publicadas. Discute, também, a escolha de quais veículos eram os mais procurados pelos leitores para suas cartas e por quais públicos veriam ser lidas as cartas, enfim, a jornalista investiga as relações entre a imprensa e seus leitores mostrando, a *encenação* presente nas cartas dos leitores que materializam essa correspondência:

A encenação deve ser entendida como ato de levar à cena, de colocar em evidência a discussão sobre educação, uma vez que os jornais dão, antes de tudo, visibilidade e dimensão pública aos temas que abordam. Também se deve entender a encenação como uma interpretação do real, uma representação, uma vez que as pessoas, ao se utilizarem do espaço reservado às cartas dos leitores, desempenham papéis e também expõem as suas interpretações sobre os acontecimentos que as cercam. (VAZ, 1998, p.46)

O movimento dos leitores e dos jornais não resulta em mudança efetiva da dinâmica social, por isso, a abordagem da autora como encenação. São recados sendo dados, ideias, representações ou ainda, a necessidade de se sentir participante. A mudança desses enfoques não depende do envio e da publicação dessas cartas, entretanto, o fato de escreverem passa aos missivistas, e aos leitores, a ideia de exercício da cidadania, de participação social efetiva, passando a ser, como ressalta Élide Vaz (1998) uma encenação do real. Como é possível verificar nos quadros, há pedidos de esclarecimento e reclamações a respeito do modo como os menores, e o sistema que deles cuidava, são abordados pela imprensa à época, e há ainda um quantitativo maior de reclamações quanto à inoperância da administração pública para resolver a questão da criminalidade nas ruas da cidade carioca cometida por menores. Muitos dos textos estão carregados de indignação e perplexidade, mas também de conteúdos ideológicos e discriminatórios.

Pobres crianças

A voragem imobiliária que assola o Rio de Janeiro acabou com as residências e os quintais que as crianças se expandiam. Os edifícios tomaram conta de tudo e se poderia dizer que “jogaram as crianças para o alto”. Mas, ainda resistindo, restam as praças públicas que, bem ou mal tratadas, oferecem algum espaço para os futuros grandes homens do Brasil darem vazão às suas energias acumuladas nos atuais colégios de “porta e janela”, sem pátios suficientes para abrigar centenas de alunos nos minutos de recreação que lhes são concedidos. Pois bem, este último reduto disponível para brincadeiras e diversões, já é palco de assaltos, por falta de fiscalização e proteção às crianças que lá se encontram. Não é nenhum segredo que os pivetes invadem as ruas e logradouros do Rio na ânsia de assaltar pessoas adultas; agora, porém, as quadrilhas de menores assaltam as crianças nas praças para roubar bicicletas, relógios, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor. Identifico logo o lugar onde se observa tal fato: a Praça Nossa Senhora da Paz em

Ipanema. (Dalton Lopes de Oliveira – Rio, *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1973)

O missivista, Dalton Lopes de Oliveira, aborda o problema da ocupação urbana desordenada, a arquitetura urbana que, privilegiando espaços de residência pequenos, suprimem quintais. O que chama atenção em sua carta, intitulada *Pobres crianças*, é justamente a nomenclatura utilizada na narrativa sobre quem estava roubando quem. A infância cercada de recursos socioeconômicos é denominada pela categoria “crianças”, já aquela desprovida desses mesmos recursos é designada pelos termos “pivetes” e “menores”. Assim, a frase mais emblemática do texto reside na perspectiva de quem e contra quem deveria ser atendido pela sociedade: “as quadrilhas de menores assaltam as crianças”.

A questão da terminologia utilizada para categorizar o menor – meninos abandonados, carentes e/ou infratores – suscitada pelas cartas, evidencia uma infância partida no país, classificada por critérios econômicos que são, a um só tempo, excludentes e discriminadores. O debate sobre as designações, que vão mudando ao longo do tempo – lembrando que essa variação atende muito mais às demandas políticas do que linguísticas – acabam por se tornar periférico, ainda que, sem perder a importância, porque os atuantes do processo de enunciação movam-se, dando vida aos conteúdos discursivos; através das escritas, é possível construir, desconstruir, reconstruir e buscar novos sentidos (Bakhtin, 2000). Ao conferir a uma criança o estigma de “menor” se estabelece para ela um roteiro social a ser percorrido, ainda que ela não o faça, que busque meios de transgredir, a marca estará lá, exposta ou não, como já visto:

Verifica-se que não existem, no país, estatísticas que dimensionem o número de crianças e adolescentes institucionalizados. No entanto, sabemos que várias gerações de crianças passaram sua infância e adolescência em instituições fechadas. Estas eram, até o final da década de 1980, denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos” e funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em quase sua totalidade, tivessem famílias. Isto ocorreu a despeito do fato de que, desde os idos de 1900, a internação de crianças aparece principalmente na literatura jurídica como o “último recurso” a ser adotado. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 14)

Os projetos mudam e a adjetivação do menor precisa marcar a passagem, num eterno devir de *um novo tempo* no atendimento e assistência que trará dignidade e cidadania. A carta que se destaca no quadro 2 é a de Mário Altenfelder, primeiro presidente da FUNABEM. Ele foi convidado pessoalmente pelo presidente Castelo Branco⁹⁹ para implementar o projeto de

⁹⁹ Humberto de Alencar Castelo Branco foi o primeiro presidente após o golpe civil-militar de 1964. Seu período de gestão durou três anos (1964-1967).

atendimento e assistência ao menor. Seu texto na carta apresenta uma defesa clara do trabalho realizado na Fundação que dirigia junto aos menores. Essa carta é um reflexo das demais epístolas, onde se verifica a defesa dos projetos para os meninos, em rechaço às críticas que, segundo ele, eram feitas de modo leviano, pautadas na ignorância no que de fato acontecia:

FUNABEM

Por mais que se esforce em proporcionar ao *JORNAL DO BRASIL* dados e portões abertos, para ter avaliada com justeza a complexidade do problema do menor e o muito que tem sido feito pelo Governo Federal de 1964 para cá, volta e meia temos o desprazer de ler afirmações nesse órgão que denotam permanência de enfoque quase preconceituoso na abordagem de assuntos relacionados com a FUNABEM. Tem-se a impressão que alguém pretende sistematicamente prejudicar e talvez destruir uma obra da Revolução de 31 de março, aquela que mereceu do Presidente Médici, a 5 de outubro de 1970, a seguinte citação:

“Esse milagre que, hoje aqui, pronunciamos a toda nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de 31 de março... A contestação mais cega e mais surda, que tudo negasse à obra revolucionária, haveria, pelo menos, de bendizê-la por apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do malsinado SAM, para, neste mesmo lugar, erguer a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.”

O editorial publicado a 27-7-71, sob o título **Líderes de Rua**, comprova o que dizemos. Não bastaram depoimentos de inúmeras reportagens do próprio JB, que tem atestado a extensão da recuperação feita no acervo e nos métodos do antigo Serviço de Menores, para levar o editorialista à equanimidade de julgamento e à separação ética do joio do trigo.

Afirmar que a FUNABEM espanca crianças é absurdo. Qualquer um sabe, principalmente nossos funcionários, que levantar a mão para um menor já implica em demissão, pois isto atenta contra tudo o que pregamos. No entanto, dá-se crédito automático aos pretensos “líderes de rua”, aos que tem sua visão e seus propósitos distorcidos pela marginalização (contra a qual atua, no plano prático e no da prevenção, esta entidade) e não se dá oportunidade prévia alguma à Fundação Nacional de provar a inverdade contida nas declarações dessas infelizes crianças, que não sabem que são “líderes” e que muito precisam da ajuda de todos.

Constitui triste lembrança aquelas crianças que foram estigmatizadas pela alcunha da marginalização e, muito mais, a tentativa de criação de novos “líderes”, de falsas lideranças, como se ainda vivêssemos em época de a sociedade se vingar sobre menores que praticam atos anti-sociais. A tarefa que hoje realizamos e teorizamos é a da reeducação e atendimento às necessidades básicas do menor: saúde, educação, recreação, amor e compreensão e segurança social, sobretudo aos que incidiram em erro.

Várias vezes colocamos à disposição do JB as nossas instalações, dentro do espírito público de informação. Em algumas ocasiões recebemos a presença categorizada de representantes desse matutino. E, sempre que isso acontece, quando gente séria se depara com nossa política, nossa gente e nossa vontade de corrigir erros e de acertar, o resultado se traduz em reportagens magistras, como a publicada domingo último, pelo próprio *JORNAL DO BRASIL*, divulgando, paradoxalmente, “a intenção da Funabem de realizar em breve uma campanha para que os pais não maltratem as crianças.” Pois bem: 48 horas depois, o mesmo jornal acredita que nós fazemos o que condenamos.

(Mário Altenfelder, presidente da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM – Rio, *Jornal do Brasil*, 28.07.1971)

Mário Altenfelder faz, nessa missiva, uma defesa do projeto que, segundo ele, era sistematicamente atacado pela imprensa. Na visão de Altenfelder a FUNABEM era uma obra

do que ele designa como “Revolução de 31 de março de 1964”. O objeto específico da carta foi o editorial publicado pelo *Jornal do Brasil* em 28 de julho de 1971 onde, entre outras coisas, informava que na Fundação havia o espancamento de crianças. Importante destacar alguns aspectos desta carta. Em primeiro lugar, a afirmação de que a FUNABEM é um projeto da “Revolução” de março de 1964 não procede integralmente, isso porque o processo que levou à elaboração do projeto que criaria a FUNABEM é, como já explicado, anterior ao golpe civil-militar de 1964. O projeto foi elaborado por homens e mulheres que estavam preocupados com a questão do menor.

O segundo aspecto relevante é o fato de o próprio Presidente da Fundação escrever uma carta para a sessão específica do *JB* e a carta ter sido publicada na íntegra. Aqui, percebo que há uma disputa de narrativa com um posicionamento político claramente em sintonia com o governo. Chartier (2003) instiga a pensar que é útil tratar da pluralidade, das diferenças e da multiplicidade de sentidos, para que aquele que pesquisa possa refletir que não há um sentido fixo, congelado e estabelecido na escritura. Diante de um mesmo fato é possível haver narrativas absolutamente diferentes, de acordo com o lugar de quem dele toma conhecimento. Ou ainda, como nos chama atenção Vaz (1998), do papel dos jornais que encenam o papel da mediação do debate público. Aliás, em uma edição anterior, havia uma matéria questionando o trabalho realizado pela Fundação, que fazia referência à Funabem, inclusive, a maus tratos. Ao publicar a carta de Altenfelder, o *JB*, encenaria o papel de mediador, aberto ao “democrático” debate de ideias.

Observei que havia uma postura que evidenciava o público que o *JB* buscava atingir, bem como o “estilo” de jornalismo pretendido. O termo ‘encenação’, parafraseando Vaz (1998) põe em questão se, de fato, esse debate acontecia ou, ainda, se era ainda era eficaz. Altenfelder ainda aparecerá defendendo a instituição em outras oportunidades e, até mesmo criticando-a, quando não mais for presidente da mesma. Os personagens, políticos ou não, envolvidos na “encenação”, cumprem seus papéis de acordo com a marcação da cena, seguindo uma espécie de roteiro estabelecido por suas ocupações sociais no grande teatro da existência.

Entretanto, para além das questões suscitadas pela carta de Mário Altenfelder, existe a riqueza das próprias cartas de leitores como fonte de informação histórica e memória, além das notícias sobre a Fundação. As escrituras podem ocupar, pois, uma posição de mediadora entre os sujeitos e a vida, convidando os leitores à interlocução, intensificando no tempo a circulação de ideias e informações e redimensionando a relação espaço-temporal do ser humano com a sociedade, tornando um cidadão do mundo. Além disso, estes documentos

jornalísticos funcionam como veículos através dos quais são manifestas impressões e expressões (Pinto, 1998) sobre a sociedade.

3.2 A imprensa modelando o olhar

Em busca da percepção que a sociedade construiu da Fundação pesquisei na imprensa reportagens que abordassem o problema do menor no Brasil, tomando por objeto acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O *Jornal do Brasil*, no período de 1970 a 1979, quando pesquisado utilizando para a busca os termos: “menores” e suas variações *de rua* e *abandonados*, *pivetes* e FUNABEM, permitiu encontrar ao todo 913 ocorrências, pequena parte destas eram representadas por imagens repetidas. A fim de facilitar a análise foi possível elaborar sete quadros mapeando notícias sobre os menores e a Fundação. O quadro 1 traz o quantitativo de ocorrências das notícias que tangenciam a temática da criminalidade e violência. O quadro 2 as notícias que abordam a questão da adoção, abandono e mendicância. No terceiro quadro estão agrupadas as reportagens sobre saúde e esporte. O quarto quadro traz as notícias sobre verbas, vagas e capacitação profissional oferecida pela instituição. No quadro 5 estão publicações que abordam a profissionalização, emprego e a atuação da assistência social. O sexto quadro traz a temática das visitas e todo o protocolo que envolvia os eventos como a realização de missas. E, por último, mas não menos relevantes, estão elencadas no quadro 7 as reportagens sobre o problema da infância abandonada e os menores de rua, atendimentos, campanhas, o código do menor, debates, encontros, simpósios e a CPI do menor.

Quadro 1 – Publicações envolvendo violência

ASSUNTO	OCORRÊNCIAS
Recolhimento de menores	22
Apreensão de menores	10
Menores assassinados	5
Exploração de menores	8
Agressões aos menores (maus tratos)	24
Menores cometendo crime	39
Liberados por judiciário por não ter local para encaminhar os menores infratores	3
Fuga – medo da Funabem	5
Textos sobre a morte de Odylo Costa Neto	3
TOTAL:	119

Elaborado pela autora. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional – *Jornal do Brasil/RJ* – 1970-1979

No quadro 1 estão reunidas as 119 publicações sobre menores que envolvem a temática da violência. Na diagramação do periódico as notícias estavam sempre veiculadas na sessão criminal, ou próximas aos obituários. Excetuando as matérias sobre o assassinato de Odylo Costa, neto e algumas que tratam de crimes cometidos pelos menores, nenhuma delas ocupa um espaço considerável na diagramação do periódico. Num universo de aproximadamente 13% das ocorrências encontradas, algumas chamaram mais atenção: aquelas notícias que narram agressões aos menores, pelo fato, de muitas vezes, que ocorreram dentro das instituições de abrigo, violência cometida na própria família e/ou nas ruas da cidade pelos cidadãos sequiosos por justiça. Uma publicação sobre fuga também se destaca, pois um menor travesti teria cortado os próprios pulsos para evitar a internação na FUNABEM, alegando medo de ser levado para a instituição.

[...] Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade também é um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado, utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 1987, p.28)

Quando falamos de violência contra os menores, sejam os maus tratos, assassinatos, a exploração ou ainda os crimes cometidos por eles próprios contra si mesmos ou contra outros, estamos, de certo modo, no campo do estudo sobre o controle dos corpos. Corpo aqui entendido dentro de sua dimensão política. O que é o corpo do menor? Quais são os significados que estão nele investidos? A travesti preferia morrer a ir para a FUNABEM. Comenta o impresso que o menor supliciou, mutilou seu próprio corpo já travestido não apenas no gênero, mas em todo o restante de estigma social que também como pobre carregava, marca física e evidente em sua constituição. As relações de poder como alerta Foucault (1987), o alcançavam de modo imediato, e cortar os pulsos foi transgredir usando o próprio corpo, a resistir ao destino que a sociedade lhe imputava.

A profissionalização, que tanto aparece nos discursos técnicos e políticos, e que acaba ecoando no senso comum, como solução social para o problema do menor, é uma forma de tornar esse corpo produtivo, tornando-o, primeiramente, um corpo submisso, disciplinado. O menor precisa estar internado e ali, no local de internamento, receber a formação para o trabalho. A formação vai transformar o menor pobre em alguém útil para a sociedade, discurso presente em muitas das cartas publicadas no *JB*.

Quadro 2 – Publicações envolvendo adoção, abandono e pobreza

ASSUNTO	OCORRÊNCIAS
Adoção irregular	6
Adoção	13
Menores abandonados	7
Pais sem condições socioeconômicas e responsabilizados	9
Mendicância	2
TOTAL:	37

Elaborado pela autora. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional – *Jornal do Brasil/RJ*– 1970-1979

No quadro 2 estão elencadas as publicações que envolvem a temática da adoção, do abandono e da pobreza. Juntas perfazem um total de 37 ocorrências, representando apenas 4% das matérias. As publicações que abordavam a questão da adoção irregular receberam mais destaque na diagramação do jornal. Talvez porque envolvessem casais de outras nacionalidades, funcionários das instituições responsáveis pelo cuidado dos menores e policiais.

Quadro 3 – Publicações envolvendo esporte, festividades e saúde

ASSUNTO	OCORRÊNCIAS
Treinos de atletas olímpicos, clubes e seleção brasileira	51
Festas, apresentações artísticas e esportivas para e dos internos	37
Colônia de férias	8
Final de campeonato esportivo na sede Quintino	2
Sobre a saúde dos internos – tratamentos e pesquisas	8
TOTAL:	106

Elaborado pela autora. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional – *Jornal do Brasil/RJ*– 1970-1979

O quadro 3 aborda cerca de 12% das ocorrências, e noticiam esporte, festividades e a questão da saúde relacionadas ao menor. As notícias publicadas sobre a vocação esportiva do espaço do Campus Quintino chamaram bastante atenção pois o campo de futebol instalado em Quintino, com as dimensões oficiais, parece ter sido um excelente atrativo para os clubes cariocas como Fluminense e Vasco da Gama. A seleção brasileira também treinou muitas vezes ali, fazendo a alegria das crianças da Fundação, principalmente, em 1970 e 1972. A fala de Rosângela traz um pouco do que foi o uso desta quadra esportiva para as internas da FUNABEM em termos do significavam essas atividades e visitas para aquelas crianças e jovens que viviam no Complexo de Quintino, e que eram convidadas a assistirem os treinos e jogos comemorativos.

Os artistas foram jogar bola contra os nossos meninos. Óbvio que perderam. Nossos meninos jogavam muito melhor! Foi o Francisco Cuoco e outros lá, mas eu me lembro muito do Francisco Cuoco porque ele era famoso na época. Teve outro lá que eu não lembro o nome, mas os nossos meninos ganharam. Sempre torcemos pelos nossos meninos. (Rosângela, 2016)

Na narrativa de Rosângela fica evidente a alegria que as crianças sentiam com a presença tanto dos atletas profissionais quanto com a dos artistas que circulavam pelas instalações da Fundação. Instalações essas que parecem ter sido muito adequadas visto que, até mesmo atletas olímpicos, frequentaram o Campus em Quinino. Ali também foram realizados, segundo o que veiculam os jornais, campeonatos de outras modalidades esportivas.

O esporte é utilizado até hoje como instrumento de ressocialização e transformação nas comunidades mais carentes do país. Tal qual a arte sua vocação para a formação dos indivíduos, o esporte remonta aos tempos antigos e as civilizações clássicas. Todavia, não parece ser essa a única explicação para a presença tão contundente do esporte em Quintino, visto que não se restringia à realização das práticas esportivas junto às crianças que lá viviam. Havia toda uma publicidade e divulgação de ações no campus, envolvendo personalidades da esfera esportiva, artística e, obviamente, política. O esporte agia um instrumento ideológico:

[...] o futebol aparecia como metáfora mais completa e bem acabada do Brasil que ia pra frente, grande e vencedor que se apresentava ao mundo como tal. O Brasil era a pátria de craques como Mané Garrincha; era brasileiro o rei do futebol – Pelé; e era do Brasil, para sempre, a taça Jules Rimet. [...] Em nenhum outro aspecto da vida nacional a potência e a capacidade de realização do país se mostravam com tamanha força, grandeza e com uma linguagem tão tipicamente nacional como o futebol. (CORDEIRO, 2015, p.151)

Pelé e outros craques da seleção brasileira de futebol foram à Quintino, principalmente, após o campeonato mundial de 1970. Médici soube usar o esporte como ninguém: “No final da Copa da Independência, o *Jornal do Brasil* anunciava sua presença no estádio. Não a do Presidente Médici, mas a de *Milito*, ‘ex-ponta direita do Bagé’, do Rio Grande Do Sul.” (CORDEIRO, 2015, p.151) Médici podia de fato ser torcedor e um apaixonado pelo futebol, e utilizou isso para criar uma identidade com a *torcida nacional*.

Quadro 4 – Publicações envolvendo FEBEM e FUNABEM

ASSUNTO	OCORRÊNCIAS
Pagamento de internatos – FEBEM e FUNABEM	14
Funabem oferecendo curso e especialização para profissionais da área do direito	7
Aviso do uso irregular do nome da Fundação para angariar doações (25 de maio de 1972)	1
Vagas para a Funabem	2
Verbas e recursos da e para a Fundação	12
Edição especial sobre a Funabem	1
TOTAL:	37

Elaborado pela autora. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional – *Jornal do Brasil/RJ*– 1970-1979

No quadro 4 estão elencadas as publicações sobre a FUNABEM e a FEBEM que têm uma temática mais administrativa. Excetuando a edição especial sobre a FUNABEM e o aviso do uso irregular do nome da instituição para arrecadação de doações, as demais publicações têm caráter mais burocrático. São ao todo 37 matérias, que representam aproximadamente 4% das ocorrências.

Quadro 5 – Publicações envolvendo profissionalização e assistência

ASSUNTO	OCORRÊNCIAS
Profissionalização	2
Menor recuperado e bem sucedido – relato de experiência	1
Ingresso nas Forças Armadas	1
Juizado empregando menores	6
Assistência social	6
TOTAL:	16

Elaborado pela autora. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional – *Jornal do Brasil/RJ*– 1970-1979

No quadro 5 estão as publicações que envolvem profissionalização e assistência ao menor. Estes são temas com menor quantidade de ocorrências: apenas 16 publicações, o que representa menos de 2% do total. O que não significa ausência de relevância. Num universo de 913 ocorrências, ao longo de uma década, há apenas um relato sobre um menor recuperado e bem sucedido em termos de profissionalização. Essa informação – pelo menos em seu quantitativo – destoa completamente das narrativas das pessoas entrevistadas para compor as matérias. Novamente aqui fui levada a refletir sobre os interditos, os silenciamentos e as edições promovidas nos discursos da imprensa.

[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2014, p. 139)

Há, portanto, uma seleção do que deve ser publicado, seja por viés ideológico ou até mesmo espaço/interesse jornalístico. A questão é que a informação que o quadro 5 clarifica mais um indício de que o *Jornal do Brasil*, de fato, fazia uma campanha. A conjuntura política do país também contribui com mais um viés interpretativo: havia censura, não se podia criticar abertamente o regime, mas criticar a política pública oferecida pelo Estado ao menor pode ter sido uma estratégia para uma crítica aparentemente inofensiva. Teria sido uma forma de resistência?

Quadro 6 – Publicações envolvendo visitas oficiais

ASSUNTO	OCORRÊNCIAS
Missa	1
Edição especial sobre a visita do Médici (06 de outubro de 1970)	1
Visita de juiz(a) às instalações da Fundação	2
Visitas de autoridades (Médici, Geisel, Figueiredo, Rademaker, D. Eugênio Sales, jornalistas)	13
TOTAL:	17

Elaborado pela autora. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional – *Jornal do Brasil/RJ*– 1970-1979

No quadro 6 encontram-se as publicações envolvendo as visitas oficiais. Assim como no quadro 5 o quantitativo é bastante inexpressivo. São 17 reportagens perfazendo, aproximadamente, 2% do total de ocorrências. Novamente, há notícias que poderiam ser consideradas, de certa forma, favoráveis ao Governo, em um número bem reduzido. O que parece reforçar mais uma vez um possível posicionamento político do jornal.

Quadro 7 – Publicações envolvendo política de internação e atendimento

ASSUNTO	OCORRÊNCIAS
Problema da infância abandonada e os menores de rua	68
Código do menor	10
Política de internação e atendimento	32
Debates, Encontros e Simpósios sobre a questão do menor	12
CPI do menor	3
Campanhas contra a violência e o abandono de menores	3
Parceria FUNABEM FUNAI FUNRURAL	3
O trabalho da FUNABEM como notícia	43
TOTAL:	174

Elaborado pela autora. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional – *Jornal do Brasil/RJ*– 1970-1979

No último quadro há um quantitativo expressivo de publicações, 174, o que equivale a, aproximadamente, 19% do total de ocorrências. As matérias envolvem a política de internação e atendimento aos menores. Os três temas mais recorrentes de modo geral são: problema da infância abandonada e os menores de rua com 68 ocorrências; o trabalho da FUNABEM como notícia, com 43 ocorrências, e a política de internação e atendimento, com 32 ocorrências.

Pela análise dos quadros identifiquei que a discussão em torno do menor e do que fazer para resolver as questões suscitadas por essa questão social estão presentes ao longo de toda a década de 1970 na cobertura jornalística do *JB*. São entrevistas, reportagens, artigos, matérias e todo o tipo de registro colocando em debate esse que parece ter sido um dos temas da década. Seja por sua relevância, seja, como já foi sinalizado, por ser um caminho possível de crítica em momento de ditadura civil-militar.

Contudo, não foi só a imprensa que tratou da questão do menor. A FUNABEM sempre buscou ter uma abordagem acadêmica tecnicista, realizando debates, pesquisas e estudos

sobre o tema, o que era, inclusive, enfatizado nos artigos publicados na *Revista Brasil Jovem*. A abordagem e preocupação mais teórica do atendimento ao menor aparecem também no *Jornal do Brasil*, como registra o quadro 7 (no item: Debates, Encontros e Simpósios) sobre a questão do menor, com 12 publicações. Foucault (1987) ajudou-me a entender a relação entre poder e saber:

[...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. [...] não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 1987, p.30)

De acordo com Foucault (1987), a produção do saber está diretamente vinculada ao poder por isso, no período toda uma construção de um saber sobre a questão do menor. Quanto maior o número de notícias sobre crimes e problemas envolvendo menores, mais trabalho e demanda no campo técnico para tentar compreender e sanar as possíveis causas daquela mazela social. Ao mesmo tempo, quanto maior o número de estudos e trabalhos científicos, mais embasados ficam os discursos e mais produtiva se torna a retórica para controlar e determinar os limites e as ações sociais a este segmento populacional.

Talvez isso possa ser mais uma pista para explicar o porquê de tantas notícias publicadas ao longo da década abordando o debate sobre a questão do menor e a política de atendimento dessa camada da população. Há nas matérias e artigos publicados uma preocupação que pode caracterizar a construção do pensamento que caracteriza um período da História brasileira. Naquele momento ocupam espaço de discussões: o debate sobre a brasilidade isenta de ideologias estranhas à pátria, a questão do nacionalismo (“ame-o ou deixe-o”) e que *tipo* de povo queria formar pós-revolução, como denominavam o golpe, do mesmo modo que antes, no final do século XIX, bem como a ideia de salvar a infância.

Ao mudar o regime político, o Brasil já possuía uma vasta experiência na assistência à infância desvalida, intimamente relacionada à educação e à instrução populares. Se a grande questão do Império brasileiro repousou na ilustração do povo, sob a perspectiva da formação da força de trabalho, da colonização do país e da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de “salvar” a infância brasileira no século XX. Os debates tomaram conta do cenário da assistência à infância no Brasil, escorados na meta da construção da nação republicana, e subsidiados pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica à já consolidada categoria de *menores*. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 28-29)

Rizzini e Rizzini (2004) ao analisarem o período de passagem do Império para República e os primeiros anos do período republicano, deixam margem para a comparação

com a década de 1970. Ter notícias sobre debates realizados discutindo a internação, a questão do menor, a política de atendimento e o código dos menores não causaria, então, por isso, espanto. A ideia central, como alertam as autoras, é a política pública para *salvar* a infância. A categoria *menor* já está consolidada e toda a discussão girava em torno das questões destacadas: assistência social, médico-higienista e jurídica. A FUNABEM vai, inclusive, oferecer cursos para especialização de profissionais que atuavam na área de atendimento à infância e juventude internada, como é possível verificar no quadro 8 (há sete publicações sobre a temática). A ideia dos debates era capacitar os juristas para a trabalharem com a questão específica do menor:

No entanto, para explicar essa história, o historiador não pode bancar o ingênuo. Há que se tomar a imagem do acontecimento como objeto da história, como documento-monumento, como verdade e mentira. Indo de encontro à memória construída sobre os eventos, porque a história desmonta, a desnaturaliza apontando todo o caráter de construção, comprometimento e subjetividade. (MAUAD, Ana M., 2004, p.4)

E é em busca dessa desnaturalização que direciono meu foco para a cobertura da imprensa ao trabalho da FUNABEM especificamente. A antiga eficiência da instituição, defendida em seu início por técnicos, políticos e intelectuais, não estará mais tão presente nas falas e entrevistas da década de 1970. A narrativa da eficácia muito acentuada na segunda metade da década de 1960, começa a perder terreno para as muitas denúncias de maus tratos e violência contra o menor internado.

3.3 Entre denúncias e críticas, uma instituição em xeque

Figura 15 - Charge de Henfil, publicada no *JB* de 14 e 15.03.71



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (*JB*, 14 e 15/3/1971, 1º Cad.)

O desenho feito por Henrique Souza Filho¹⁰⁰, o Henfil, fazia referência a um caso de agressão noticiado pelos jornais e, evidentemente, pelo *JB*, que ganhou grande repercussão à época. Um menor fora agredido pelo diretor de uma das escolas vinculadas à FUNABEM, em 1971. O caso rendeu algumas reportagens, um inquérito e essa imagem. Vou começar pensando sobre o que é o desenho jornalístico? Qual o seu papel? De que modo a representação pictórica leva o discurso que se pretende veicular? Embora cartum, charge e caricatura possam ser tratados como sinônimos, na medida que denominam peças de humor gráfico que tem caráter crítico, há diferenças sutis entre eles:

Etimologicamente falando, os termos charge e caricatura têm origem distintas, mas podem ser considerados sinônimos: charge é originária do verbo francês *charger*, que significa carregar, exagerar; caricatura vem do substantivo italiano *caricatura*, associado ao verbo *caricare*, que também se refere à ação de carregar, acentuar. Cartum é uma forma aportuguesada do termo inglês *cartoon* (cartão) que tem sua origem no termo italiano *cartone*. (QUADROS, 2008, p. 53)

Para além das origens etimológicas dos termos encontrei diferentes conceituações sobre o que seria cada um deles. Como o objetivo aqui não é refinar o entendimento sobre esse debate, visto que não é esse o tema, denominarei a obra de Henfil, por um critério metodológico, de desenho jornalístico, trabalho, imagem, obra, ou simplesmente desenho.

A inspiração para os desenhos vinculados pelos jornais está nas notícias publicadas pela imprensa. Desse modo, o leitor eficiente de um desenho jornalístico é aquele que é capaz de compreendê-lo, pois conhece o fato a respeito do qual trata a obra, já leu a notícia sobre o tema a que se refere à imagem e é capaz de, nessa intertextualidade, perceber o sentido construído pelo autor do trabalho. Como salienta Quadros (2008) a charge trabalha com um

¹⁰⁰ “Henrique de Sousa Filho (1944-1988), mais conhecido como Henfil, foi desenhista, jornalista e escritor. Ficou célebre por desenhos com forte teor político-social. Foi embalador de queijos, *boy* de agência de publicidade e jornalista, até se especializar, no início da década de 1960, em ilustração e produção de histórias em quadrinhos. O início de sua carreira de cartunista e quadrinista foi na *Revista Alterosa*, de Belo Horizonte, onde nasceram seus personagens mais famosos, “Os Fradinhos”. Em 1965, começou a fazer caricatura política para o *Diário de Minas*. Foi um dos grandes representantes da resistência à ditadura e colaborou com o semanário *O Pasquim*, um dos ícones do combate ao regime militar por meio da sátira e do humor. Em 1970, lançou a revista *Os Fradinhos*, com sua marca registrada: um desenho humorístico, crítico e satírico, com personagens tipicamente brasileiros e que retratavam as situações da época. Entre seus personagens mais famosos estão os fradinhos Cumprido e Baixim, a Graúna (que criticava a forma como os políticos tratavam a questão da seca no Nordeste), e Ubaldo, o paranoico (que temia a volta da ditadura, mesmo depois de seu fim). Ao criar personagens típicos brasileiros, foi responsável pela renovação do desenho humorístico nacional, assumindo o projeto de “descolonização”, num momento em que as HQs nacionais tinham seu desenvolvimento sufocado pela distribuição dos quadrinhos norte-americanos pelo mundo inteiro. Henfil teve uma atuação marcante nos movimentos políticos e sociais do país, lutando contra a ditadura, pela democratização do país, pela anistia aos presos políticos, e pelas Diretas Já. Era irmão do sociólogo Herbert de Sousa (1935-1997), o Betinho, e do compositor e violonista Francisco Mário (1948-1988). Os três irmãos eram hemofílicos e morreram após contraírem o vírus da aids em transfusões de sangue.” Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/henfil/index.html> Acesso em: 02 de janeiro de 2019.

gênero de discurso que não está isento de influências sócio históricas. Seu humor irreverente e crítico desvela a sociedade sob um prisma que as palavras escritas não alcançam, sendo, por isso, potencialmente decisiva no processo de construção e incorporação de ideologias a qualquer um que possa vislumbrá-la.

Que tipo de olhar, de opinião a imprensa vai formar a respeito de algo ou alguém por meio de suas peças de humor gráfico? Não basta só olhar a cena que o traço do chargista apresenta, mas sim considerar todo o processo do desenho e seu significado. É preciso, pois, a desconstrução da cena, tomada como texto complementar não escrito, isto é, “enquanto receptor da imagem, o leitor, não pode desconsiderar os mecanismos implicados em sua recepção” (Souza, 2001, p. 78).

A obra de Henfil está anunciada pela frase: “Diretor de colégio esmurra menor da FUNABEM”. A escritura que titula a cena apresenta-a para quem pode lê-la. O traço chargístico de Henfil mostra a imagem de um homem adulto, em uma sala reservada com porta, agredindo fisicamente um menino. No corredor, visto da sala pela porta aberta, passa outra pessoa, também adulta, porém, bem menos corpulenta, “tocando” um sino que, onomatopeicamente, é representado pelo seu bimbalar “DLIM, DLIM, DLIM!”. A outra parte textual do desenho é representada na cena pela fala da criança que está sendo agredida: “Recreio!”. Não há cores, apenas traços que compõem toscas figuras, simulacros de estrelas e poucas palavras. Trata-se de uma forma gráfica de fazer humor. “Sua estrutura básica é composta de imagem e texto, [...] tendo limitações temporais, [...] seu objetivo no jornalismo é o de expor uma opinião acerca de um fato importante no período em que foi publicada, sendo, por isso, considerada uma espécie de “editorial gráfico” do jornal”. (GOBBI; PARNAIBA, 2014, p. 2) É exatamente isso que o trabalho de Henfil promove em quem o observa, uma opinião acerca da denúncia de um ato de violência contra um interno cometido pelo diretor de uma instituição que tinha como objetivo o cuidado com menores e estava ligada à FUNABEM. Relevante lembrar que a charge é, também, segundo Santos (2017) um resqúcio de memória social que sobrevive quando a escritura é insuficiente para narrar um fato.

A primeira publicação textual sobre agressão a menores internalizados na FUNABEM aconteceu em março de 1971, no 1º Caderno, com o título: “Inspetor agride menor internado pela FUNABEM”. Há uma foto do rosto do menino agredido, dando ênfase ao hematoma em seu olho esquerdo, com legenda.

Dois inspetores de alunos da Escola Nossa Senhora da Glória, subvencionada pela FUNABEM, esmurraram ontem o menor Valter, de 13 anos e 30 quilos

de peso, produzindo-lhe um derrame no olho esquerdo. Internos da escola dizem que fatos como esse são habituais e se afina com o tratamento recebido: a comida é péssima, os internos não tomam banho há 32 dias, e são obrigados a fazer todos os trabalhos sem receber qualquer remuneração. [...] Segundo informou o dono da Escola Nossa Senhora da Glória, a fiscalização da FUNABEM sempre achou modelar o estabelecimento. As irregularidades encontradas não passariam de fatos superáveis, e que a agressão ao menor Valter é descrita como “um caso isolado de aplicação desastrada de disciplina.” Dezenas de internos, entretanto, procuraram o repórter para pedir sua transferência para outras escolas. (JB, 10.03.1971, p. 12)

A segunda publicação sobre agressão a menores da FUNABEM ocorreu em março de 1971, com a seguinte manchete: “Menino acusa diretor de ser um dos seus agressores”. Foi uma reportagem de meia página sem qualquer imagem. Selecionei alguns trechos do longo texto.

O menino Valter, de 13 anos, confirmou ontem para o juiz de menores a agressão que sofreu no Colégio Nossa senhora da Glória, e revelou que um dos seus agressores foi o diretor da escola o Sr. José Vieira de Castro. O juiz Alyrio Cavallieri declarou depois que considerava a ocorrência um fato isolado, em vista do crédito que a FUNABEM – que internou o menor naquela escola – sempre mereceu. Entretanto, o curador de menores admitiu que há um ano vem notando e alertando quanto à crescente deteriorização da rede particular da FUNABEM. Um pouco assustado pela súbita notoriedade, Valter entrou de cabeça baixa no gabinete do juiz de menores, que o colocou à vontade [...], Valter afirmou em seguida que não conheceu os pais e não sabe de nenhum parente. Está internado no Colégio Nossa Senhora da Glória desde 1964. Confirmou que foi arrastado até a sala do diretor pelo inspetor Geusi, que o acusava de estar fumando. Continuando na descrição do que aconteceu na manhã da última segunda-feira, Valter disse ter sido então esmurrado “na barriga e na cabeça” pelo diretor da escola. [...] “socos e pescoções” são castigos habituais. (JB, 12.03.1971, p. 18)

Nessa mesma reportagem o Presidente da FUNABEM, o senhor Mário Altenfelder, se manifestou contra a generalização, alegando que não é justa, visto que havia estabelecimentos da rede particular que ofereciam atendimento de excelente qualidade, citando, como exemplo, o Abrigo Cristo Redentor e a Obra do Berço. No dia seguinte, 13 de março de 1971, sábado, mais uma publicação, dessa vez o título era: “FUNABEM decide fechar o Colégio Nossa Senhora da Glória após retirar os menores”. Segundo a reportagem, o Colégio situado na Estrada do Rio Grande, nº 2034, em Jacarepaguá, era muito bom, de acordo com Paulo Henrique da Cruz, chefe da fiscalização de Obras Assistenciais do Juizado de Menores. Entretanto, desavenças familiares entre o diretor José Vieira de Castro e sua esposa Flora Castro, deram início a uma série de desentendimentos entre os funcionários. Os 150 internos foram transferidos e o colégio fechado pelo Juizado de Menores. Nessa mesma publicação, transcrevem os depoimentos do diretor e do inspetor, Geusi Alves de Oliveira, no Juizado. Depois de uma sequência de três reportagens praticamente seguidas publicadas respectivamente na quarta-feira, sexta-feira e sábado, o desenho de Henfil aparece no

domingo como uma espécie de “culminância” da cobertura feita sobre o fato da agressão ao menor que ocorrera na segunda-feira 08 de março de 1971.

Selecionei essa notícia, pois ela possui vários elementos interessantes como a própria sequência descrita acima e a obra do Henfil em si. Essa foi apenas uma das denúncias que foram publicadas ao longo da década de 1970, além das inúmeras críticas à política de atendimento aos menores. A elogiada Fundação, que teve até um texto de Rachel de Queiroz, a seu respeito vivia um momento bem diferente, quanto à qualidade e a eficácia do seu trabalho que estavam sendo questionadas.

Havia, naquele momento, a permanência do pensamento da Educação como “salvação” para a sociedade. Ainda mais, a Educação tomada como instrumento de formação do povo brasileiro e, conseqüentemente, da nação. Há todo um trabalho de reflexão em torno dessa ideia de projeto de construção de uma nação idealizada. E essa perspectiva não é nova, ela parece ser algo cíclico no pensamento político brasileiro.

A ênfase direcionada à instrução das crianças associava-se ao caráter essencial da educação para o aprimoramento da raça e para o engrandecimento da pátria. Em uma clara alusão, destacaram o papel preponderante que essa assumia no processo de “redenção nacional” que se esperava incrementar com a educação física e moral da criança. Inculcar os valores morais e cívicos, as noções de ordem, civilidade, desenraizando os hábitos pertinentes às camadas populares dos fazeres e pensares das crianças constituiu-se a tônica dos discursos e ações enfeixadas em torno da prerrogativa curativa da infância pobre. [...] Por meio da instrução primária e do ensino profissional procuraram promover a ordem instituída pelo poder público na superação do atraso como expressão da desordem, do feio e do doente. (CÂMARA, Sônia, 2010, p.127)

Por outro, a ideia positivista presente no lema da bandeira “Ordem e Progresso” permeia o ideário de políticas públicas na área da Educação, especialmente, no campo do trabalho com menores abandonados, de rua. E não se trata apenas dos anos 1920, como indica Sônia Câmara, ou mesmo essa tese, na década de 1970, mas algo que está no imaginário social, ainda nos dias de hoje.

Propostas estéticas, culturais e científicas não se dissociam de batalhas e perspectivas sociopolíticas, como atestaram não apenas os trabalhos já citados, mas também o de Lilia Schwarcz [...]. Sua análise torna patente o lugar central ocupado pela questão racial nos debates e embates travados em torno da construção da nacionalidade e os estreitos limites adquiridos pela noção de cidadania. De forma análoga, publicações classificadas como de cunho estreitamente cultural foram espaço privilegiado da articulação e difusão de leituras sobre o país e os caminhos que deveria tomar. (LUCA, 2014, p. 126)

O tipo de publicação que a *Revista Brasil Jovem* representa, de modo direto, ocupa o que Luca (2014) vai chamar de espaço privilegiado de articulação e difusão de leituras sobre o

país e os caminhos que se deveria tomar. Contudo, a abordagem realizada pelo *Jornal do Brasil*, tanto em seu Caderno 1, quanto nas seções de Crimes e Obituários, repercutida na seção Cartas dos Leitores, é também, ainda que de modo indireto, um espaço de reflexão relevante sobre a questão do menor no país e os possíveis caminhos a seguir.

As definições hoje correntes, que reservam o termo *jornal* para publicação diária, em folhas separadas, e *revista* para as de periodicidade mais espaçada, enfileiradas por uma capa e com maior diversidade temática, tampouco esgotam a questão, pois sempre se pode citar os jornais semanais e seu afã de também tudo abarcar, ou as revistas extremamente especializadas. As classificações abstratas e generalizantes, por muito útil que sejam, não prescindem de caracterização específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, das funções auto atribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere. Em outras palavras, as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos por periódicos no momento de sua circulação. (LUCA, 2014, p. 131-132)

As diferenças físicas e de estruturação entre uma revista e um jornal, não se esgotam aí. Há a questão do sentido assumido pelo periódico no momento de sua circulação, ou seja, quais são as funções que ele se atribui junto à sociedade e quais as relações que estabelece com ela (LUCA, 2014). No caso da *Revista Brasil Jovem* há um objetivo claro de divulgação e circulação no meio daqueles que operam com a temática do menor e não com o público em geral. O *Jornal do Brasil*, ao contrário, tem como público a sociedade de modo geral, quer dizer, ainda que *JB* tivesse naquele momento um perfil não tão popular, se pretendendo mais denso e com mais conteúdo, mas ainda assim, mantendo público mais abrangente do que o da Revista da Fundação.

Os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou *escreventes* (BAKTHIN, 2011). No *JB*, como nos demais jornais cariocas, a produção textual e a produção gráfica se associam, jornalisticamente, trabalhando juntas para alcançar um número grande e diversificado de leitores, pertencendo todos os gêneros ao mesmo projeto dos escreventes. A primeira reação do leitor pode ser passiva, mas ela será, em seguida, reativa. O público formará sua opinião a partir do recorte do real que está sendo a ele apresentado.

Apesar da diversidade da imprensa, pode-se afirmar que os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reação a acontecimentos ou a ideias, a normas legais ou a situações políticas. A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir

dos diversos atores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, etc. (NÓVOA, 1997, p. 13)

A imprensa periódica é relacionada à História da Educação, mas a ideia da lógica de reação aos acontecimentos é a mesma, independente da temática. O mesmo público que apoia a “campanha” do jornal para eliminar os menores das ruas da cidade, criticando a política de combate à violência cometida por menores – transformando-os em algozes – é o mesmo público que fica indignado diante da agressão sofrida por Valter no Colégio Nossa Senhora da Glória – imputando ao menor o papel de vítima. É também o mesmo público, importante lembrar, que lera na imprensa carioca sobre o assassinato de Odylinho se comovendo pelo moço e injuriando os menores que o mataram! Ao procurar desvelar o tema, busco na memória do passado respostas para algumas das inquietações do tempo presente. Bebo, então, nas águas da imprensa, fonte rica que me forneceu informações relevantes sobre as práticas institucionais da FUNABEM e das instituições a ela vinculadas.

Após uma série de denúncias de maus tratos, espancamentos e condições desumanas nos mais diversos abrigos e internatos muitos deles ligados à FUNABEM espalhados pelo país, a instituição foi colocada em xeque. É instaurada na Câmara dos Deputados, em Brasília, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que ficou conhecida como a *CPI do Menor Abandonado* ou, simplesmente, *CPI do Menor*, que passa a investigar como eram tratados os menores no Brasil. A CPI durou de 1975 a 1976. O próximo capítulo vai apresentar esta CPI e suas consequências para o debate sobre o abandono do menor no país.

4 INSTITUIÇÕES sob investigação

Muitas foram as reportagens sobre os crimes cometidos por menores de idade em todo país, principalmente, em grandes capitais como o Rio de Janeiro. Houve também denúncias de maus tratos e toda sorte de violências cometidas contra menores publicadas na imprensa brasileira. Muitas vezes algozes e em alguns momentos vítimas, os menores viraram notícia e tema de debate na sociedade. A discussão que saiu das páginas dos jornais e das ruas ganhou os corredores do Congresso Nacional em meados da década de 1970, quando foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a situação dos menores no país.

Políticos, jornalistas, especialistas, empresários, técnicos, juízes e todos que de certo modo trabalhavam com os menores naquele período foram convocados a participar de um debate sobre a questão que envolvia muito mais do altruísmo e benevolência. A questão tangenciava a segurança nacional, a imagem do país que estava sendo denunciado por violação dos direitos humanos – era o período da ditadura militar – e a própria ideia de nação que nos acompanha enquanto sociedade desde que começamos a pensar em identidade nacional.

A CPI do Menor foi também, ela própria, tema de matérias publicadas e cartas de leitores como a que foi enviada pelo próprio relator da comissão:

A CPI do menor

Nenhum parlamentar poderia ignorar – ao contrário do que foi divulgado - a transcendental importância do Ministério da Agricultura na contribuição que dele se espera para a solução dos problemas da criança e do menor carente no Brasil. Para uma exata compreensão desse dramático assunto, convém esclarecer que, tecnicamente, os conceitos diferem: a) **menores abandonados** são aqueles que não têm pais ou responsáveis para o atendimento de suas necessidades básicas e por isso perambulam pelas ruas, famintos, maltrapilhos, sem lar, sem afeto, sem escola, integralmente marginalizados, vivendo na fronteira da delinquência; **carentes** são aqueles menores cujos pais ou responsáveis não possuem condições para atender às suas necessidades básicas, vítimas que são de um doloroso processo de marginalização social, que se traduz na mendicância, no desemprego, no subemprego, caso em que ficam emparedados nos mais baixos níveis de renda, geralmente inferiores a um salário mínimo. Essas necessidades básicas podem ser assumidas em poucas palavras: habitação, alimentação, saúde, educação, trabalho e segurança social. Vinte e cinco milhões encontram-se nesta situação – é um contingente humano equivalente à população de um grande país como a Argentina, por exemplo. Foi diante desse panorama de calamidade pública, que é a marginalização social do menor, que o Ministro Alysson Paulinelli¹⁰¹, da Agricultura fez questão de comparecer à CPI do

¹⁰¹ “Alysson Paulinelli nasceu em Bambuí (MG) em 10 de julho de 1936, filho de Antônio Paulinelli de Carvalho e de Adalgisa Luchesi Paulinelli. Seu pai, engenheiro agrônomo, foi prefeito de Bambuí. Coursou o científico no Instituto Gammon, em Lavras (MG), onde se formou, em 1959, engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura, da qual foi presidente do centro acadêmico entre 1956 e 1958. Em 1959 tornou-se professor de hidráulica, irrigação e drenagem da instituição, por cuja cadeira seria responsável até 1990. De 1968 a 1969

Menor. E durante três horas dialogou com os deputados sobre a situação dos órgãos e do Ministério vinculados à problemática do Menor. Como ignorar que dos 43,7% que trabalham na agricultura são jovens situados na faixa etária de 10 a 17 anos. Esses dados demonstram a importância que tem para o Brasil a sua juventude rural. Como seria possível minimizar a decisiva contribuição que o Ministério da Agricultura tem forçosamente de proporcionar à solução do problema, no que tange a erradicação de vários fatos responsáveis pelo esvaziamento de nossos campos – a trágica fatalidade do êxodo rural. Ninguém desconhece – e as estatísticas estão aí para comprová-lo – que os menores abandonados são originários numa proporção superior a 40% das zonas rurais. (Deputado Manoel de Almeida¹⁰², relator da

presidiu a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior. Foi conselheiro da Fundação João Pinheiro e do Centro de Tecnologia de Minas Gerais, além de presidente da junta administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural. Em 1969, a convite do governo dos Estados Unidos, visitou universidades e centros de pesquisa e produção. Participou de congressos, conferências e reuniões em Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai. Entre 1971 e 1974, durante o governo de Rondon Pacheco, foi secretário de Agricultura. Pregou a renovação de métodos para a conquista de melhores safras, conseguindo fazer do estado o maior plantador de café. Promoveu e participou de concentrações e reuniões com produtores rurais em 429 dos 722 municípios. Em 1973, a convite do governo da Inglaterra, participou do Agricultural Royal Show. Foi representante do Brasil na comissão de assessores de educação agrícola superior do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, da Organização dos Estados Americanos (OEA). Como assessor do Conselho de Extensão Rural, passou a freqüentar regularmente, a partir do segundo semestre de 1973, o Ministério da Agricultura. Em 15 de março do ano seguinte – quando se iniciou o governo de Ernesto Geisel -, foi nomeado para a pasta. Deixou o ministério no fim do governo Geisel, em 15 de março de 1979. Foi presidente do Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) de 1979 a 1983, da Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (Asbace) de 1980 a 1982, da Fiat Allis Latino-Americana de 1982 a 1986 e da Sociedade Mineira de Agricultura de 1983 a 1986. Foi deputado federal constituinte na legenda do Partido da Frente Liberal (PFL), titular da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, da Comissão da Ordem Econômica, e suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Votou a favor da pena de morte, da unicidade sindical, do mandato de cinco anos para o presidente da República e da legalização do aborto e foi contrário à limitação do direito de propriedade privada, à jornada semanal de 40 horas, à instituição do voto facultativo aos 16 anos, à estatização do sistema financeiro e à desapropriação da propriedade produtiva. Na discussão sobre sistema de governo, manifestou-se pelo presidencialismo.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulinelli-alysson> Acesso em: 04 de janeiro de 2019

¹⁰² “*Manuel José de Almeida* nasceu em Januária (MG) no dia 23 de outubro de 1912, filho do militar José Antônio de Almeida e de Rita Dias de Almeida. Ingressou na Força Pública Mineira em Diamantina (MG) no ano de 1929. Por ocasião da Revolução de 1930, ainda recruta, participou de combates ao lado dos revoltosos na tomada de Carinhanha (BA), seguindo com sua tropa pelo vale do São Francisco até Juazeiro (BA). Em 1932, participou da repressão à Revolução Constitucionalista de São Paulo e penetrou naquele estado até Ribeirão Preto. Nos anos seguintes, concluiu, em 1934, o curso da Escola de Sargentos de Infantaria do Exército, localizada no Rio de Janeiro, e, dois anos mais tarde, o de formação de oficiais da Força Pública, em Minas Gerais, tornando-se instrutor da Força Pública em Belo Horizonte. No ano de 1939, foi nomeado delegado especial no sul de Minas Gerais, com jurisdição sobre as cidades de Alfenas, Machado e Boa Esperança, entre outras. Em 1941, deu prosseguimento à sua formação, fazendo o curso de educação física na fortaleza de São João, no Rio, e especializando-se em psicologia educacional e pedagogia. De volta a Minas, foi convocado para servir no gabinete do chefe de polícia, o major Ernesto Dorneles, e publicou uma série de trabalhos sobre psicologia e pedagogia aplicadas à formação de policiais. No comando da Polícia Militar de Minas Gerais (1949-1951), interessou-se pela fundação de uma rede de escolas para assistência ao menor abandonado, especialmente no campo. De seu esforço, resultou a criação das escolas Caio Martins, num total de sete estabelecimentos, iniciativa que mereceria atenção dos governos estaduais de Juscelino Kubitschek (1951-1955), Clóvis Salgado (1955-1956) e José Francisco Bias Fortes (1956-1961). O plano de criação das escolas foi publicado em 1951. Essa atividade pública acabou atraindo Manuel de Almeida à vida política. Elegeu-se deputado estadual pela legenda do Partido Social Democrático (PSD) em outubro de 1954, cumprindo o mandato de fevereiro de 1955 a janeiro de 1959. Foi presidente e membro das comissões de Educação e Cultura e de Ordem Social da Assembléia Legislativa mineira. Em outubro de 1958, elegeu-se deputado federal pela legenda do PSD, sendo empossado no cargo em fevereiro seguinte. Durante a legislatura, participou do chamado Bloco Mudancista, formado pelos partidários da mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília. Reelegeu-se em outubro de 1962 pelo mesmo partido e em 1966, 1970 e 1974 pela

CPI do Menor, Brasília-DF, Publicado no *JB* em *Carta dos Leitores* – 08 de janeiro de 1976.)

A missiva do deputado federal Manoel de Almeida era uma resposta a discursos que insinuavam que parlamentares teriam minimizado e até mesmo desprestigiado, a participação do Ministro da Agricultura na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Menor. Gostaria de destacar, contudo, alguns outros elementos nesta carta. Primeiramente, o fato de sua resposta estar na seção *Carta dos Leitores*; segundo, pela diferenciação conceitual que o deputado sinaliza em seu texto, a distinção entre “menores abandonados” e “carentes” e, por último, mas não menos relevante, os dados que ele apresenta e que caracterizaria, em suas palavras, um panorama de calamidade pública.

Como analisado no capítulo anterior, a seção *Carta dos Leitores*, configurava, entre outras coisas, em um espaço para que as autoridades pudessem defender suas ideias e projetos. E é exatamente isso que parece fazer o deputado Manoel de Almeida, parlamentar que além da formação militar, também havia se especializado em Pedagogia e Psicologia. Seu expertise em Pedagogia e Psicologia pode, provavelmente, explicar sua condução à relatoria da CPI e sua longa carta à redação do *JB*.

Ao tratar na epístola ao jornal como calamidade pública as consequências de abandono do menor carente, estava ele apontando na direção, não apenas da justificativa para a importância e presença do Ministro da Agricultura, de uma das motivações da própria instauração da CPI. Será promovido, com a instauração da CPI, um debate e uma série de pesquisas e estudos sobre o tema do menor no país. E o que motivou essa discussão que levou à instauração da CPI, parece ter sido a sequência de reportagens sobre a questão do menor no Brasil, ao longo de toda a primeira metade da década de 1970.

Enquanto realizava o levantamento de reportagens sobre a morte de Odylinho e a FUNABEM, foi possível observar que a temática ficou mais acentuada após a tragédia, mas, ainda mais intensa na década de 1970. O tom das matérias variavam entre a indignação diante dos crimes cometidos pelos ditos “pivetes”, e o descontentamento perante as denúncias de maus-tratos. O debate na sociedade sobre a violência era tão intenso que, em 1975, o Congresso Nacional, na tentativa de dar uma resposta à sociedade, acabou por instaurar uma CPI para fazer um levantamento do problema no país. Os deputados tiveram o apoio de uma equipe técnica do Legislativo que realizou o mapeamento da situação da infância e juventude

legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Faleceu em Belo Horizonte no dia 9 de maio de 1988.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-jose-de-almeida> Acesso em: 04 de janeiro de 2019

brasileiras através de questionários aplicados em todos os municípios brasileiros existentes naquele momento.

O objetivo desse capítulo é compreender as motivações para a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, analisar o mapeamento elaborado pela equipe da Câmara dos Deputados e discutir a participação e posicionamento da FUNABEM nesse cenário. A instituição, que nascera como uma proposta de mudança à política realizada anteriormente pelo extinto SAM, passou a ser, também ela cenário de tudo aquilo que se rechaçava no projeto antecessor. Teria a FUNABEM condições de resolver uma questão social com causas tão profundas?

4.1 A Comissão Parlamentar de Inquérito

A Comissão Parlamentar de Inquérito nasceu na Inglaterra em 1689, mas no Brasil, apareceu em uma Carta Magna, apenas em 1934. A Constituição de 1937, outorgada no período do Estado Novo, nada falava sobre as CPIs, mas a de 1946 reimplantava as comissões. A Constituição de 1969, de acordo com Nery (2013), tinha uma emenda constitucional que modificava consideravelmente o texto aprovado em 1967, aperfeiçoando as CPIs. Essa constituição interessa diretamente, pois seu texto é o que estava vigente durante a realização da CPI do Menor, estabelecia a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que poderia ser criada em conjunto pela Câmara e pelo Senado, além de fixar um prazo para o encerramento das atividades da comissão. As características segundo o autor da CPI são:

Poderes de investigação próprios de autoridades judiciais; possibilidade de serem realizadas em conjunto ou, separadamente, no âmbito interno da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; necessidade de haver requerimento de pelo menos um terço dos membros da casa investigadora; destinadas à apuração de fato determinado; limitação temporal, pela exigência de prazo certo e a possibilidade do encaminhamento das suas conclusões. (NERY, Lucas., 2013, p. 7)

Apesar da possibilidade de uma comissão mista, a CPI do Menor, como ficou conhecida, foi instaurada em 29 de abril de 1975, publicada no Diário do Congresso Nacional em 21 de maio deste mesmo ano, na página número 2999, 2ª coluna, como uma comissão da Câmara dos Deputados. Logo, destinava-se a investigar um fato determinado: o problema da criança e do menor carentes no Brasil. Ela parece ter sido motivada por toda discussão que foi encetada pelas notícias de crimes cometidos por menores pelas ruas das grandes cidades brasileiras e denúncias de maus tratos aos menores internos sob a proteção do Estado divulgadas pela imprensa.

Para tentar entender os motivos que levaram a instauração da CPI do Menor, princípio pela cronologia da comissão, ou na linguagem do Legislativo, a tramitação¹⁰³ dentro do Congresso Nacional. Ao analisar a sucessão de encontros, discursos e depoimentos que aconteceram durante as reuniões da CPI, parece haver uma busca pela compreensão dos motivos que levaram a permanência da questão do menor no Brasil como uma mazela social, apesar de tantas fundações, instituições e órgãos dedicados aos cuidados em relação a esse grupo de membros da sociedade:

Ao Estado competia a tarefa e o “dever” de afastá-las dos caminhos que conduzissem à criminalidade, à vadiagem e às “escolas do crime”. O perigo vislumbrado referia-se ao fato de que as crianças, criadas no vício, fossem reprodutoras da desordem e da corrupção degenerativa da sociedade. Intervir nesse segmento da sociedade significava uma questão de ordem pública, sendo premente separar “o joio do trigo”, salvando aqueles que tinham potencial e imobilizando os que se mostravam renitentes. (CÂMARA, 2010, p.144)

As ideias que permeavam a preocupação das lideranças políticas e sociais nas décadas iniciais do século XX, apresentadas por Câmara (2010), como, por exemplo, a de que ao Estado cabia o dever de afastar os menores do crime e da vadiagem, permaneciam atuais na década de 1970 e até hoje. Parece que o entendimento do problema do menor como uma questão de ordem pública, justificaria a instauração de uma CPI para tentar compreender quais seriam os motivos que estariam levando à ineficiência das políticas públicas para esse segmento da população.

Logo, fazia-se necessário oferecer uma resposta à sociedade diante da magnitude que as discussões a respeito da criminalidade cometida por menores haviam assumido, a partir do noticiário contínuo e ininterrupto da imprensa de maus tratos e violência contra menores internados. Havia também, de acordo com Boeira (2014), uma pressão social oriunda de insatisfações econômicas e políticas que começavam a ganhar corpo no país, visto que o “milagre econômico” dava sinais de esgotamento. O problema do menor surge como uma redenção, a possibilidade de salvar a nação de suas mazelas.

O discurso do Deputado Manoel de Almeida, intitulado *A Realidade Brasileira do Menor*, pronunciado na sessão de 08 de abril de 1976, traz uma listagem de todos os depoentes e suas funções, além dos membros da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o problema da criança e do menor carente do Brasil e os membros da comissão de assessoramento,¹⁰⁴ permite concluir que foi ela constituída por profissionais da área da

¹⁰³ Tramitação em anexo G. Fonte: <http://www.camara.gov.br> Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

¹⁰⁴ Ver a lista completa em Anexo H.

Educação, do Judiciário, Políticos, Diretores e Presidentes de Fundações e Instituições que trabalhavam com a assistência ao menor naquele período. Ao ler os resumos de seus depoimentos, evidencia-se que os depoentes não eram cidadãos acusados de maus tratos. O que reforça a ideia de que o que se buscava responder com a CPI, seriam os motivos da permanência dos problemas relativos à questão do menor, ainda que houvesse tantos trabalhos no campo das políticas públicas para esse segmento.

Foi, de fato, uma CPI diferente, que se recusou a enveredar pelos fáceis caminhos da demolição, ou da exclusiva apuração das responsabilidades institucionais dos órgãos e entidades – quer governamentais, quer do setor privado – os quais, em sua totalidade, fracassaram integralmente no concernente à solução dos mencionados problemas, ou pelo respectivo subdimensionamento, ou ainda pela entropia característica das instituições malogradas ou ainda pela insuficiência e inadequação dos recursos materiais disponíveis, financeiros e humanos. (Fonte: <http://manoeljosedealmeida.blogspot.com/2012/01/1976-discurso-realidade-brasileira-do.html?m=1>) Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

Em 1968, Costa e Silva fechou o Congresso Nacional e decretou o Ato Institucional número 5 (AI-5). Partidos foram extintos, políticos tiveram seus direitos cassados e instituiu-se o bipartidarismo com ARENA e MDB. No MDB estariam os políticos de “oposição” e na ARENA, os da “situação”. Na Comissão Parlamentar de Inquérito há a participação de deputados dos dois partidos políticos, com predominância, ainda que pequena dos deputados governistas como se pode ver no quadro abaixo:

Quadro 8 – Atuação do parlamentar na CPI e partido de filiação

PARLAMENTAR	ATUAÇÃO NA CPI	PARTIDO
CARLOS SANTOS	PRESIDENTE	MDB
RUY CÔDO	VICE-PRESIDENTE	MDB
MANOEL DE ALMEIDA	RELATOR	ARENA
LYGIA LESSA BASTOS	RELATOR – SUBSTITUTO	ARENA
ALCIDES FRANCISCATO	TITULAR	ARENA
CLEVERSON TEIXEIRA	TITULAR	ARENA
INOCÊNCIO DE OLIVEIRA	TITULAR	ARENA
NELSON MARCHEZAN	TITULAR	ARENA
JG DE ARAÚJO JORGE	TITULAR	MDB
ANTÔNIO MORAES	TITULAR	MDB
BENTO GONÇALVES	SUPLENTE	ARENA
BRAGA RAMOS	SUPLENTE	ARENA
DASO COIMBRA	SUPLENTE	ARENA
NEREU GUIDI	SUPLENTE	ARENA
GENERVINO FONSECA	SUPLENTE	MDB
JUAREZ BATISTA	SUPLENTE	MDB
NABOR JÚNIOR	SUPLENTE	MDB
VINÍCIUS CANSANÇÃO	SUPLENTE	MDB

Manoel de Almeida era líder da ARENA, deputado federal por Minas Gerais. Penso que o contexto político também auxilia na compreensão do significado dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Não havia, desde o início, nenhuma pretensão de responsabilização de cidadãos, muito menos políticos ou técnicos sobre o tema do menor. Havia, na verdade, um debate acontecendo na sociedade que gerou uma demanda pela ampliação da discussão sobre o tema. A CPI tinha mais um papel de satisfação pública do governo às inúmeras e sucessivas denúncias de maus tratos e notícias de crimes cometidos por menores. A sociedade estava interessada na redução do índice de assaltos e arrastões. O método de reclusão de crianças e jovens em internatos foi empregado durante um bom tempo e parecia (ou parece ainda hoje) ser a saída para a questão:

O recolhimento de crianças às instituições de reclusão foi o principal instrumento de assistência à infância no país. Após a segunda metade do século XX, o modelo internato cai em desuso para os filhos dos ricos, a ponto de praticamente ser inexistente no Brasil há vários anos. Essa modalidade de educação, na qual o indivíduo é gerido no tempo e no espaço pelas normas institucionais, sob relações de poder totalmente desiguais, é mantida para os pobres até a atualidade. A reclusão, na sua modalidade mais perversa e autoritária, continua vigente até hoje para as categorias consideradas ameaçadoras à sociedade, como autores de infrações penais. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 22)

O método aplicado no cuidado com o menor pobre seguiu sendo o internamento, fosse ele infrator ou não. A categoria menor, aliás, como ressalta Boeira (2014), englobava indivíduos das camadas populares, filhos de trabalhadores de baixa renda, o que amplificaria o estigma e a marginalização.

A discussão em torno da situação do menor pode estar coberta, a princípio, por um discurso salvacionista, humanista e civilizador, contudo, a demanda de parte da sociedade, é por certa “limpeza” das ruas, pela segurança pública. Internar o menor pobre é retirar, nas palavras de Odylo (1963), a dívida social das ruas. A grande questão que se coloca: a internação é eficaz? Se for eficaz por que não resolveu o problema? A FUNABEM de Quintino onde viveram as mulheres que entrevistei, era o centro-piloto, tudo parecia funcionar bem, mas e nas demais unidades, qual era seu funcionamento?

No discurso pronunciado na sessão de 08 de abril de 1976, por Manoel de Almeida, há a exposição do pensamento político brasileiro sobre a questão do menor. Falava o líder da ARENA na CPI, expunha a ideologia do período, juntamente com o aparte seu colega O Sr. JG de Araújo Jorge.

[...] Funcionou, preponderantemente, como laboratório de pesquisa, buscando soluções realistas para o complexo espectro dos problemas abrangidos pela

política de ampara às crianças e aos menos dramaticamente atingidos pelo processo marginalizante cujo agravamento adquire proporções de tragédia nacional. [...] A CPI do Menor resistiu às sugestões formuladas nesse sentido, cônica de que as dimensões da marginalização, notadamente nas regiões metropolitanas congestionadas, já estão traumatizando a consciência do povo brasileiro, como vergonha nacional que nos angustia, choca e humilha. Este é, precisamente, o caso dos 13.542.508 de menores carentes no Brasil, além dos 1.909.570 de crianças e jovens caracterizados como “abandonados”, a prevalecerem os dados oriundos dos resultados preliminares de um inquérito que abrangeu 3.953 Municípios. [...] Convém esclarecer que, para a CPI do Menor, as expressões “carenciado”, “abandonado”, “desassistido”, “marginalizado” são usadas para identificar as crianças ou adolescentes vítimas de disfunção social, que por não disporem de renda suficiente, tem insatisfatória participação no consumo de bens materiais e culturais e não usufruem os serviços de saúde, habitação, alimentação, educação, profissionalização e recreação precariamente existentes. Por se tratar de um processo de deteriorização da qualidade de vida, a marginalização apresenta variados estágios da evolução ou graus diversos de intensidade. Inicia-se com o menor quase sempre oriundo de famílias subnutridas, analfabetas ou irresponsáveis, situadas na faixa salarial de até 3 salários mínimos, e culmina com o menor delinquente, agressivo ou infrator, considerando-se a criminalidade como grau máximo da marginalização social.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE¹⁰⁵ – Complementando o aparte, queria dizer que o grande mérito da CPI do Menor Abandonado foi justamente ter

¹⁰⁵ “José Guilherme de Araújo Jorge nasceu em Tarauacá (AC) no dia 20 de maio de 1916, filho de Salvador Augusto de Araújo Jorge e de Zilda Tinoco de Araújo Jorge. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Como jornalista, foi redator dos jornais *A Manhã* e *Resistência* e da revista *PN*, além de colaborador, durante muitos anos, do *Correio da Manhã*, todos do Rio de Janeiro, onde foi ainda redator e locutor das rádios Nacional e Cruzeiro do Sul. Como publicitário, foi chefe de redação da McCann Erickson Publicidade, tendo atuado também como chefe de vendas da empresa Listas Telefônicas Brasileiras (LTB). No pleito de outubro de 1954 candidatou-se a uma cadeira na Câmara Municipal do Distrito Federal na legenda da União Democrática Nacional (UDN), obtendo a segunda suplência. Em outubro de 1958 disputou um mandato de deputado federal pelo Distrito Federal na legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, mais uma vez, conquistou apenas uma suplência. Após o movimento político-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart (1961-1964) e com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a consequente implantação do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar, legenda na qual se elegeu em novembro de 1970 deputado federal pelo estado da Guanabara. Empossado em fevereiro do ano seguinte, foi eleito vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, condição à qual seria reconduzido em 1972 e em 1973. Logo no início da legislatura, apresentou, em abril de 1971, um projeto estabelecendo que os cidadãos atingidos pelos atos institucionais — decretados após a deposição do presidente João Goulart — fossem autorizados a solicitar dos poderes públicos a instauração de processos regulares ou a revisão dos processos a que estavam submetidos. Considerado inconstitucional, o projeto foi arquivado. Designado em 1971 vice-presidente da Comissão Especial do Menor Abandonado, no ano seguinte apresentou novo projeto, dessa vez propondo a criação de uma comissão que procedesse à revisão da cassação de mandatos parlamentares e direitos políticos até ali executados. A proposição foi, contudo, arquivada antes mesmo de apreciada. Identificado com o “grupo autêntico” do MDB, entrou em conflito com o governador carioca e líder regional emedebista Antônio Chagas Freitas durante a campanha eleitoral de 1974. Virtualmente impedido com Lisânias Maciel e Edson Khair de usar o horário do partido na televisão, precisou recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que garantiu seu acesso ao programa. Reeito em novembro de 1978, com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nessa legislatura voltou a integrar a Comissão de Comunicações, passando também a suplente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Reelegeu-se em novembro de 1982 na legenda do PDT, assumindo sua cadeira em fevereiro seguinte. Na sessão da Câmara de 25 de abril de 1984, votou a favor da emenda Dante de Oliveira que, se confirmada pelo plenário, restabeleceria as eleições diretas para presidente da República em novembro do mesmo ano. Como a emenda não obteve a votação necessária para ser enviada ao Senado, decidiu apoiar, no Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, a candidatura presidencial do ex-governador de Minas Gerais Tancredo Neves, eleito pela coligação oposicionista Aliança

chegado a uma conclusão, apresentando – como V. Exa. terá oportunidade de anunciar – o Projeto Dom Bosco – com todo um organograma para o seu funcionamento, indicando ao Governo os recursos e o modo de como esse problema do menor abandonado não foi feito separadamente, mas houve um equacionamento global, de caráter nacional, com conclusões. [...] Poder-se dizer, neste momento, que o problema do menor está equacionado.

(Fonte: <http://manoeljosedalmeida.blogspot.com/2012/01/1976-discurso-realidade-brasileira-do.html?m=1>) Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

Há na documentação trabalhada nessa CPI uma sucessão de números, tabelas e discursos tanto dos políticos envolvidos, quanto dos depoentes. Na afirmação de Araújo Jorge o problema do menor estaria equacionado! A CPI teria investigado, analisado e oferecido à sociedade uma solução. Uma das soluções elaboradas foi o chamado Projeto Dom Bosco. O que era este projeto?

Projeto Dom Bosco

1. Denomina-se projeto Dom Bosco o conjunto de ações globais e multi-setoriais visando, através da mobilização nacional de recursos financeiros, materiais e humanos, a erradicar e controlar os efeitos da marginalização do menor carente ou abandonado, e das respectivas famílias.

2. A ofensiva do projeto Dom Bosco em benefício da infância e da juventude desassistidas e das famílias de baixa renda socialmente marginalizadas far-se-á por intermédio de um mecanismo federal de coordenação técnico-administrativo dos serviços, empreendimentos e atividades destinados ao eficiente desempenho do projeto.

3. A fim de que possa atingir, a curto prazo, os seus objetivos gerais e metas prioritárias, o Projeto Dom Bosco desenvolverá as suas atividades, através do mecanismo executivo [...]

(Fonte: <http://manoeljosedalmeida.blogspot.com/2012/01/1976-discurso-realidade-brasileira-do.html?m=1>) Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

O projeto Dom Bosco seria o produto final da CPI, e foi apresentado em plenário pelo deputado Manoel de Almeida, também constando no livro que foi publicado a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito e entregue ao Presidente do Brasil naquele momento, o General Ernesto Geisel¹⁰⁶, juntamente com um texto¹⁰⁷ endereçado ao Presidente:

Democrática, formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pela dissidência do Partido Democrático Social (PDS) reunida na Frente Liberal. Em 1986, J. G. de Araújo Jorge rompeu com o PDT e retornou ao PMDB, não conseguindo sua reeleição no pleito de novembro deste mesmo ano. Deixou a Câmara Federal em janeiro do ano seguinte, ao fim de seu mandato. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 27 de janeiro de 1987.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-jg-de-araujo> Acesso em 09 de janeiro de 2019.

¹⁰⁶ “*Ernesto Geisel* nasceu em Bento Gonçalves (RS) no dia 3 de agosto de 1907, apesar de nos seus assentamentos militares constar o ano de 1908, alteração necessária para que atingisse a idade limite máxima para admissão no Colégio Militar. A verdadeira data de nascimento só foi esclarecida por ocasião das comemorações de seus 80 anos em 1987. Filho de Augusto Guilherme Geisel e Lídia Beckmann Geisel, seu pai, de nacionalidade alemã, veio da Baviera para o Brasil em 1890 e fixou residência em Novo Paraíso, no município de Estrela (RS), onde trabalhou em fundição, lecionou na escola da igreja luterana e desempenhou as funções de juiz de paz. Seu irmão Orlando Geisel seguiu a carreira militar, alcançando o generalato e sendo ministro do Exército entre 1969 e 1974, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Com a evolução da crise e o agravamento dos problemas econômicos do país, políticos oposicionistas, empresários e militares começaram a organizar um movimento para depor Goulart. Geisel e os outros oficiais de alta patente ligados à ESG, conhecidos como integrantes do “grupo da Sorbonne” — em alusão ao alto nível daquela

Em face do exposto, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os problemas da Criança e do Menor Carentes no Brasil, tem a honra de submeter à alta deliberação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a *Recomendação-Síntese* que engloba, em seus delineamentos gerais, o complexo das providências imprescindíveis ao advento do Sistema do Menor, na órbita do Conselho do Desenvolvimento Social.

Ao dar cumprimento à alta e nobre missão que lhe foi atribuída nos parâmetros do requerimento nº22, de 29 de abril de 1975, a *CPI do Menor* sente-se sumamente honrada em poder colaborar com o Poder Executivo da União no concernente ao equacionamento e solução de um dos mais sérios e difíceis problemas nacionais. . (Câmara dos Deputados, 1976, p.160)

A CPI do Menor tem o tom da política que era realizada no período. Segundo Bourdieu (2014), em seus estudos sobre o Estado, “é preciso que a comissão apareça como uma comissão de sábios, isto é, acima das contingências, dos interesses, dos conflitos, fora do espaço social enfim, pois, desde que estamos no espaço social, somos um ponto, portanto um ponto de vista que é relativizável.” (p.61)

O conjunto de documentos sobre a CPI do Menor, não explicita conflitos, parece uma coreografia com passos marcados. Não há divergências, apenas contribuições. Depoimentos civilizados e preocupados. Todos com o mesmo objetivo de resolver essa chaga que maculava a infância e a Nação.

unidade militar —, desempenharam importante papel na conspiração, na tomada do poder e na formulação do projeto de reorganização política, econômica e administrativa do país. Castelo Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso em 11 de abril, assumindo o cargo quatro dias depois e nomeando Geisel chefe do seu Gabinete Militar. Em 18 de junho de 1973, Geisel foi oficialmente lançado pelo general Médici como candidato à sucessão presidencial. Geisel e o general Adalberto Pereira dos Santos foram eleitos pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1974. Em discurso pronunciado no dia 29 de agosto e considerado pela imprensa na época como o mais importante desde o início de seu governo, Geisel definiu de forma mais clara seu projeto político como de “distensão lenta, gradual e segura”. A queda na taxa de crescimento econômico do país, o impacto da crise do petróleo, o significativo aumento da dívida externa e o desequilíbrio do balanço de pagamentos compunham nessa época um quadro de dificuldades crescentes e, a curto prazo, insolúveis na economia brasileira. No dia 31 de dezembro de 1977, Geisel comunicou formalmente ao general Figueiredo que o indicaria como seu sucessor. Ao lado das contradições internas ao próprio regime, o governo enfrentava também o crescimento da luta pela anistia, apoiada por importantes setores da sociedade, e os primeiros sinais de reanimação do movimento operário depois de uma paralisia de muitos anos. Em maio, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) realizaram com êxito a primeira greve dessa categoria desde 1964, projetando o presidente do seu sindicato, Luís Inácio da Silva, o Lula, como uma nova liderança no cenário nacional. A última medida política de grande impacto do seu governo foi a extinção do AI-5, decretada em 31 de dezembro de 1978, confirmando a disposição de Geisel, declarada em entrevista à *Folha de S. Paulo* ao se completarem os dez anos do início de seu mandato, em revogar todos os atos institucionais até o final de seu mandato. Em 15 de março de 1979, o general Figueiredo assumiu a presidência, dando continuidade à política de “distensão lenta, gradual e segura” inaugurada por seu antecessor. Ernesto Geisel faleceu no Rio de Janeiro no dia 12 de setembro de 1996. O arquivo de Ernesto Geisel encontra-se depositado no CPDOC.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto> Acesso em: 04 de janeiro de 2019.

¹⁰⁷ Texto na íntegra em Anexo I.

4.2 Mapeamento da situação do menor abandonado no Brasil

Na apresentação do livro, Célio Borja, Presidente da Câmara dos Deputados, escreveu a apresentação do livro *A realidade brasileira do menor* (1976), caracterizando-o como um trabalho complexo e difícil. Segundo o deputado, apesar de todo esforço empregado pelo país no sentido de oferecer educação às crianças e jovens, isso não bastava para resgatar esse público da carência afetiva e material. O objetivo da publicação do trabalho pela Câmara era

oferecer subsídios às autoridades públicas e, principalmente, ao Poder Executivo, para a adoção de medidas eficazes que visem a solucionar as urgentíssimas questões em exame. Espera também contribuir para que se crie no país a consciência da importância do problema, que é de responsabilidade governamental, sem dúvida, mas, igualmente, das instituições sociais e de todos os que integram a comunhão nacional. (p.17)

Algo muito similar disse o deputado Manoel de Almeida, relator da CPI, em seu relatório que tem o mesmo título do livro publicado pela Câmara.

O que importa assinalar, finalmente, não é a orientação inovadora, arrojada e realista da CPI do Menor, mas, fundamentalmente, a responsabilidade do Poder Executivo da União em atender, agora e já, às exigências prioritárias de sobrevivência da infância e da juventude desassistidas no Brasil. (Sala das Reuniões, em 1º de abril de 1976, p.19)

O relator informa que a iniciativa para instituir a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Problema da Criança e do Menor Carentes no Brasil, foi liderada pelo deputado Nelson Marchezan. Em seguida afirma que a CPI “funcionou menos como órgão [...] interessado em apurar responsabilidades [...], do que como um autêntico laboratório de pesquisas e busca de soluções realistas para um doloroso amontoado de problemas que chocam e deprimem a consciência nacional.” (p.17) E vai terminar assinalando que o importante no trabalho desenvolvido pela CPI “não é a orientação inovadora, arrojada e realista [...], mas, fundamentalmente, a responsabilidade do Poder Executivo da União em atender, agora e já, às exigências prioritárias de sobrevivência da infância e da juventude desassistidas do Brasil.” (1976, p.19)

O livro se inicia então com uma sucessão de dados e gráficos que foram elaborados a partir das informações coletadas através de um questionário aplicado em 3.953 municípios, com o objetivo de obter um mapeamento da situação dos menores abandonados e carentes em todo o território nacional. Cópias do questionário foram enviadas a todos os Prefeitos dos municípios brasileiros e, com o auxílio da Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PRODASEN), e a partir dele foi feito o processamento dos dados.

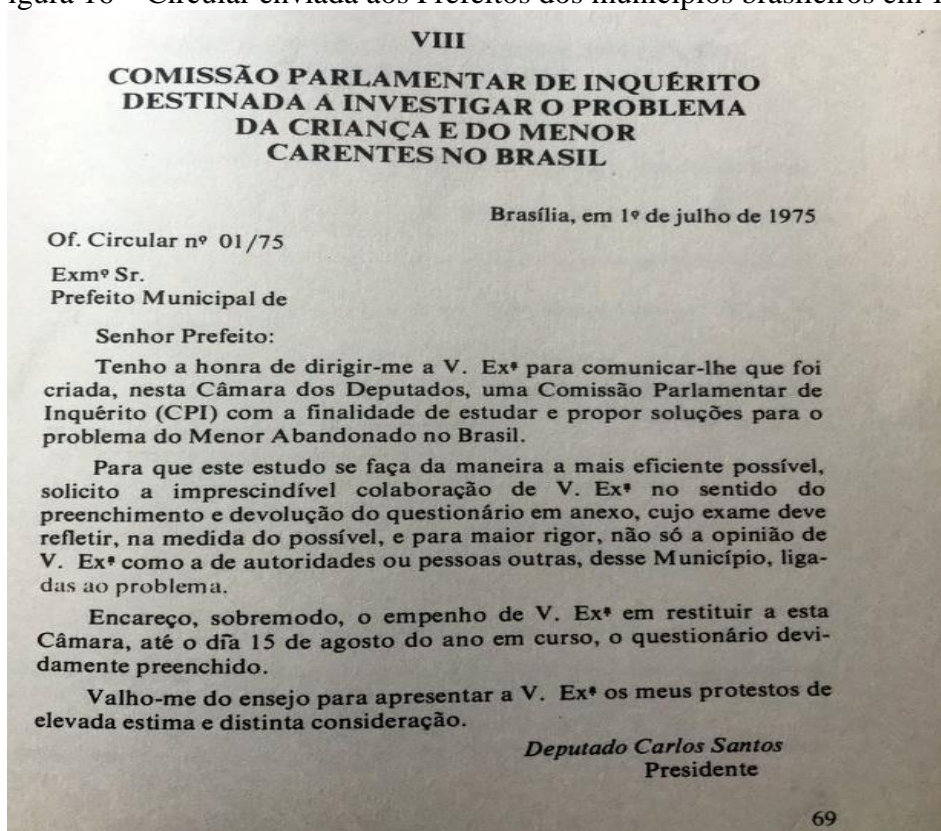
O capítulo V do livro publicado pela Câmara titula-se “Diagnóstico da Situação”, e está dividido em oito itens: Introdução; A marginalização do menor; Quantificação do problema; Causas da marginalização do menor; Educação; Profissionalização; Ação governamental e Atualização do Código de Menores. Em cada um desses itens o relator faz uma análise, partindo dos dados coletados através dos questionários, da situação dos menores. Um estudo que se pretendia abrangente e capaz de aprofundar a compreensão da realidade brasileira.

Junto à carta que foi enviada a cada Prefeito dos municípios do país, estavam com as instruções de preenchimento e os questionários em si, explica o relator. Segundo, ele as perguntas foram elaboradas para evitar ao máximo qualquer possibilidade de subjetividade nas respostas. Contudo, ao comentar sobre a metodologia aplicada, reconhece que, de certa forma, ela poderia manifestar-se através da figura do Prefeito:

A base de todo o trabalho aqui exposto é o conjunto de informações dos prefeitos, e não sabemos até que ponto as respostas dessas autoridades retratam fielmente os problemas abordados. Podemos lançar suposições, e, de início, é razoável esperar que os prefeitos, em média, tenham quantificado o problema apenas na área urbana de seu município, mas não podemos garantir que tal fato tenha ocorrido em todos os questionários. Uma parcela marginal na quantificação de cada fenômeno carente de registro documental é, no entanto, absolutamente razoável de se esperar, tendo em vista a área rural. Não se documenta, por exemplo, o número de menores carentes do Município X, e o seu prefeito é induzido a dar sua opinião pessoal e empírica sobre o assunto. A dispersão das habitações na área rural não possibilita ao prefeito – podemos assim esperar – uma visão mesmo empírica ou aproximada da problemática. Ele é levado, assim, a opinar com base em um universo mais imediato, ou seja, a população urbana. (1976, p.67)

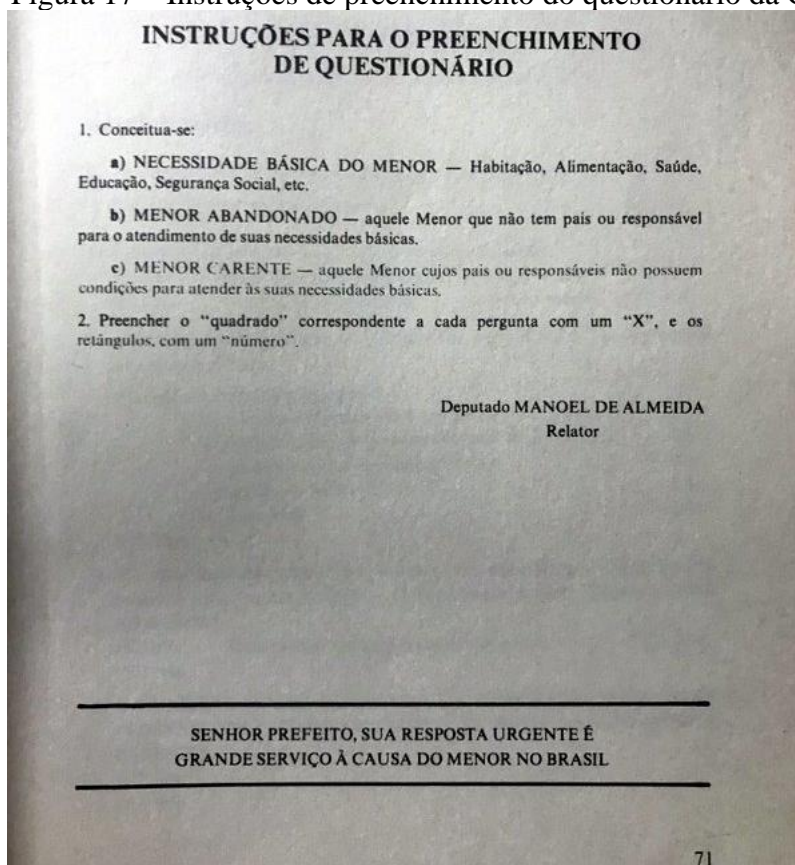
Deste modo, enviada e assinada pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Carlos Santos, a circular estava destinada a investigar o problema da criança e do menor carentes no Brasil. O prazo era de um mês e meio para preenchimento e devolução. Por outro lado, chama atenção a finalidade, ou seja, o objetivo da CPI descrito na circular: “a finalidade de *estudar* e propor *soluções* para o problema do Menor Abandonado no Brasil”. Novamente, destaco que não havia nenhuma investigação que buscasse responsabilidades, mas sim um debate, um levantamento do problema. O questionário acompanhava a circular juntamente com as instruções de preenchimento.

Figura 16 – Circular enviada aos Prefeitos dos municípios brasileiros em 1975



Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

Figura 17 – Instruções de preenchimento do questionário da CPI



Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

Novamente, no formulário, a distinção entre as categorias menor abandonado e menor carente. Quem assina não é mais o Presidente da Comissão, mas seu relator, o Deputado Manoel de Almeida. Na sequência apresento as três folhas do questionário que foi aplicado.

Figura 18 – Folha 1 do questionário da CPI

QUESTIONÁRIO

(Complete apenas com um "X" ou com o número solicitado)

EM SEU MUNICÍPIO,

A) QUANTOS MENORES (FAIXA DE 0 A 18 ANOS) EXISTEM?
 Resposta: Existem aproximadamente 1

B) EXISTEM MENORES ABANDONADOS OU CARENTES?
 2 Sim Quantos Menores abandonados? Aproximadamente ... 3
 5 Não Quantos Menores carentes? Aproximadamente ... 4

C) HÁ PESQUISAS QUANTO À RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE MENORES ABANDONADOS?
 6 Sim A razão mais importante é
 — falecimento do responsável pelo Menor 7
 — rejeição ou descaso do responsável pelo Menor 8
 — pobreza excessiva da família do Menor 9
 — rebeldia do Menor 10
 — outra razão 11
 12 Não

D) NA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 1975, DENTRO DA VERBA DESTINADA À EDUCAÇÃO, EXISTE ALGUMA PARCELA PARA ATENDIMENTO AO MENOR?
 13 Sim Qual a percentagem sobre a Receita prevista? 14
 15 Não

E) O MUNICÍPIO RECEBE ALGUMA AJUDA DE ÓRGÃOS ESTADUAIS OU FEDERAIS COM VISTAS AO PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO OU CARENTE?
 16 Sim
 17 Não

73

Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

Figura 19 – Folha 2 do questionário da CPI

F) EXISTEM ÓRGÃOS CUIDANDO DO PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO NO MUNICÍPIO?

18 Sim Quantos? 19

Qual é a natureza deste(s) Órgão (s)?

— internato 20

— semi-internato 21

— de encaminhamento ao Mercado de Trabalho 22

— de outra Natureza 23

24 Não

G) EXISTEM ÓRGÃOS CUIDANDO DO PROBLEMA DO MENOR CARENTE NO MUNICÍPIO?

25 Sim Quantos? 26

Qual é a Natureza deste(s) Órgãos(s)?

— de complementação alimentar 27

— semi-internato 28

— de encaminhamento ao Mercado de Trabalho 29

— de outra Natureza 30

31 Não

H) HOUVE OCORRÊNCIA, EM 1974, DE ATOS ANTI-SOCIAIS (DELITOS) PRATICADOS POR MENORES?

32 Sim Quantas? (em 1974) 33

Quais as Naturezas destas ocorrências?

— furto 34

— homicídio ou tentativa de homicídio 35

— delitos sexuais 36

— outras ocorrências 37

38 Não

I) EXISTEM MÉDICOS EM SEU MUNICÍPIO?

39 Sim Em Caráter Permanente?

— Sim 40

— Não 41

Existe Serviço de Atendimento Médico ao Menor Abandonado ou Carente?

— Sim 42

— Não 43

44 Não

74

Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

Figura 20 – Folha 3 do questionário da CPI

J) EXISTEM GRUPOS ESCOLARES NO MUNICÍPIO?

45 Sim Quantos? 46
Qual é o número de Alunos? 47

48 Não

K) EXISTEM GINÁSIOS NO MUNICÍPIO?

49 Sim Quantos? 50
Qual é o número de Alunos? 51

52 Não

L) EXISTEM ESCOLAS DE 2º GRAU (ANTIGO CIENTÍFICO, NORMAL, CLÁSSICO, ESCOLA PROFISSIONALIZANTE E OUTRAS)?

53 Sim Quantas? 54
Qual é o número de Alunos? 55

56 Não

M) QUANTOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS HÁ NO MUNICÍPIO?

Resposta: 57

Estes Estabelecimentos oferecem ocupação a Menores?

— Sim 58
— Não 59
— Alguns oferecem. Quantos Estabelecimentos? 60

N) QUANTAS OFICINAS ARTESANAIS (SAPARIA, ALFAIATARIA, CARPINTARIA, OU TODA OFICINA QUE FUNCIONA, NORMALMENTE, NA PRÓPRIA CASA DO ARTESÃO) EXISTEM EM SEU MUNICÍPIO?

Resposta: Aproximadamente 61

Estas Oficinas oferecem oportunidade de aprendizagem para os Menores?

— Sim 62
— Não 63
— Algumas oferecem 64

Quantas Oficinas? 65

O) EXISTEM, EM SEU MUNICÍPIO, MENORES EXERCENDO ATIVIDADES LUCRATIVAS NÃO PROFISSIONAIS, TAIS COMO ENGRAXAR SAPATOS, LAVAR CARROS, VENDA AMBULANTE, ETC?

66 Sim Quantos? Aproximadamente 67

68 Não

75

Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

O questionário encaminhado aos municípios foi composto por quinze perguntas. Apenas na letra (E) é possível responder com um SIM ou NÃO direto, sem complemento. Em onze dos questionamentos, se a resposta for afirmativa, o prefeito deveria incluir o

quantitativo. A estrutura do questionário tinha sido construída para evitar subjetividades, mas, certamente, ela não garante informações fidedignas. Se a prefeitura não dispusesse de um cadastro anterior, ela não seria capaz de responder algumas das perguntas elaboradas no prazo estipulado de um mês e meio. Como responder a questão (O), em uma cidade como São Paulo? Por outro lado, como responder a questão (C) nos municípios onde há uma área rural afastada de uma região mais urbana?

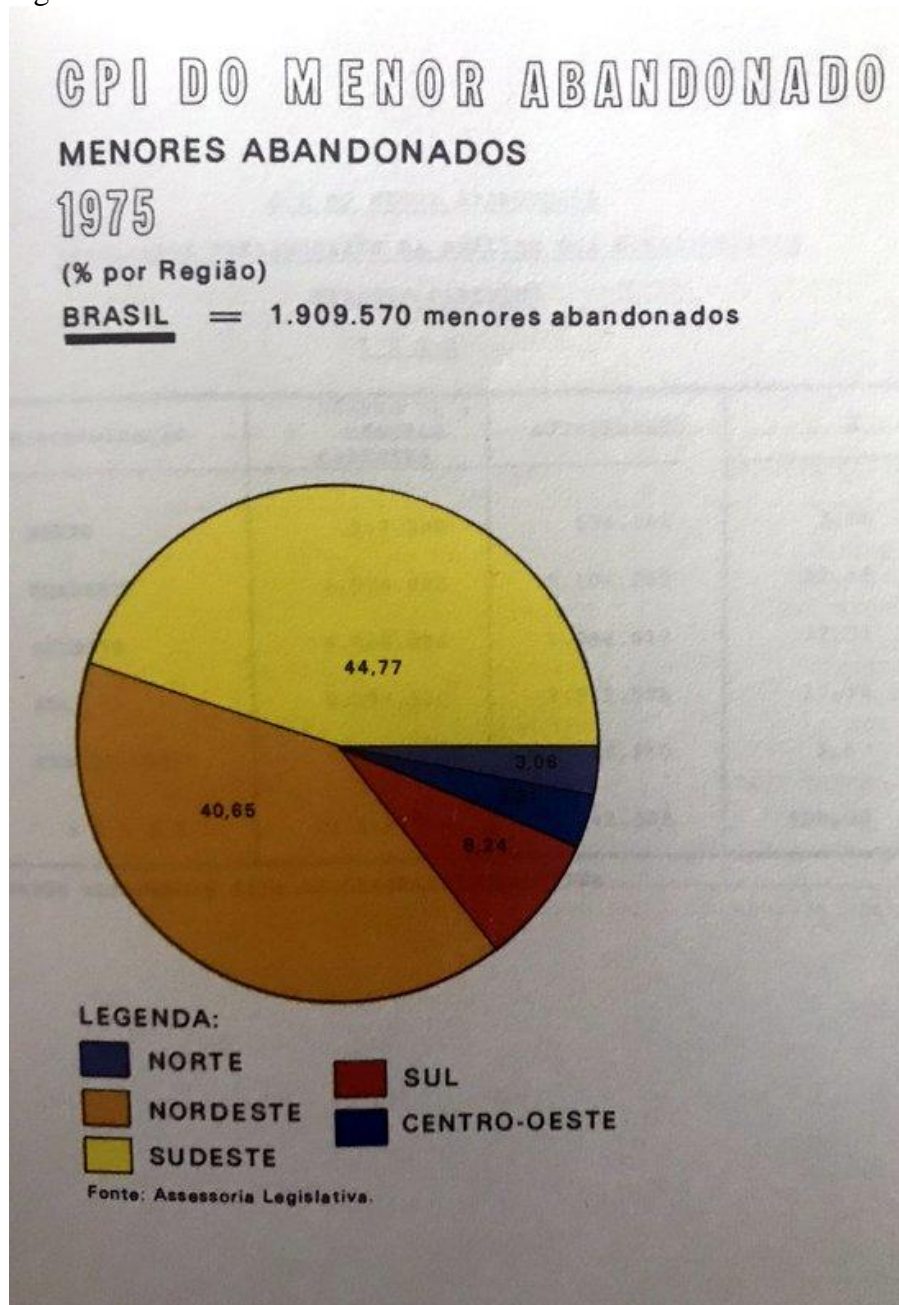
Os dados que os formulários pretendiam coletar parecem ser: o quantitativo de menores em todo país; o número de menores abandonados e menores carentes dentro do universo do quantitativo geral; se alguém ou alguma instituição já estudava o problema do menor; a previsão orçamentária do município para este tipo de demanda; sobre a existência de órgãos municipais tratando do problema; índice de delitos; existência de médicos no município; a cobertura educacional do município; existência de oficinas artesanais na cidade e se havia menores exercendo “atividades lucrativas não profissionais”. Com esse conjunto de dados os deputados da CPI pretendiam mapear a situação dos menores brasileiros e encontrar, a partir de seus resultados, soluções para a questão no âmbito nacional. Naquele momento, no mínimo, a meta era bastante ambiciosa!

No relatório, que se transformou em livro, há uma sucessão de gráficos e tabelas. Separei cinco gráficos para análise. Eles abordam os seguintes temas: número de menores abandonados no Brasil em 1975; número de menores carentes no Brasil em 1975; natureza de ocorrências antissociais praticadas por menores em 1974; número de órgãos cuidando do problema do menor abandonado no Brasil em 1975 e menores na faixa de 0 a 18 anos em 1975.

Na figura 27 há o total de 1.909.570 menores abandonados no Brasil em 1975. Um quantitativo bastante inferior se comparado ao número de menores carentes nesse mesmo ano, 13.542.508, que é possível observar na figura 28. O que apontaria para uma questão socioeconômica mais contundente do que a que se caracterizaria pelo abandono. Em ambas as figuras, há uma divisão por região do país. Na figura 27 os dados são: há 44,77% menores abandonados no Sudeste; 40,65% no Nordeste; 8,24% no Sul; 3,31% no Centro-Oeste e 3,06% no Norte. Na figura 28 os dados no mostram que havia: 37,68% de menores carentes no Nordeste; 37,31% no Sudeste; 17,38% no Sul; 3,96% no Norte e 3,87% no Centro-Oeste. Ainda comparando os dados dos dois gráficos é possível afirmar que as regiões mais afetadas pelo problema do menor eram o Sudeste e o Nordeste. As menores taxas de incidência estariam no Norte e no Centro-Oeste. Esses dados podem informar que as regiões mais afetadas eram o Sudeste e o Nordeste, talvez por serem as mais populosas e que no Norte e no

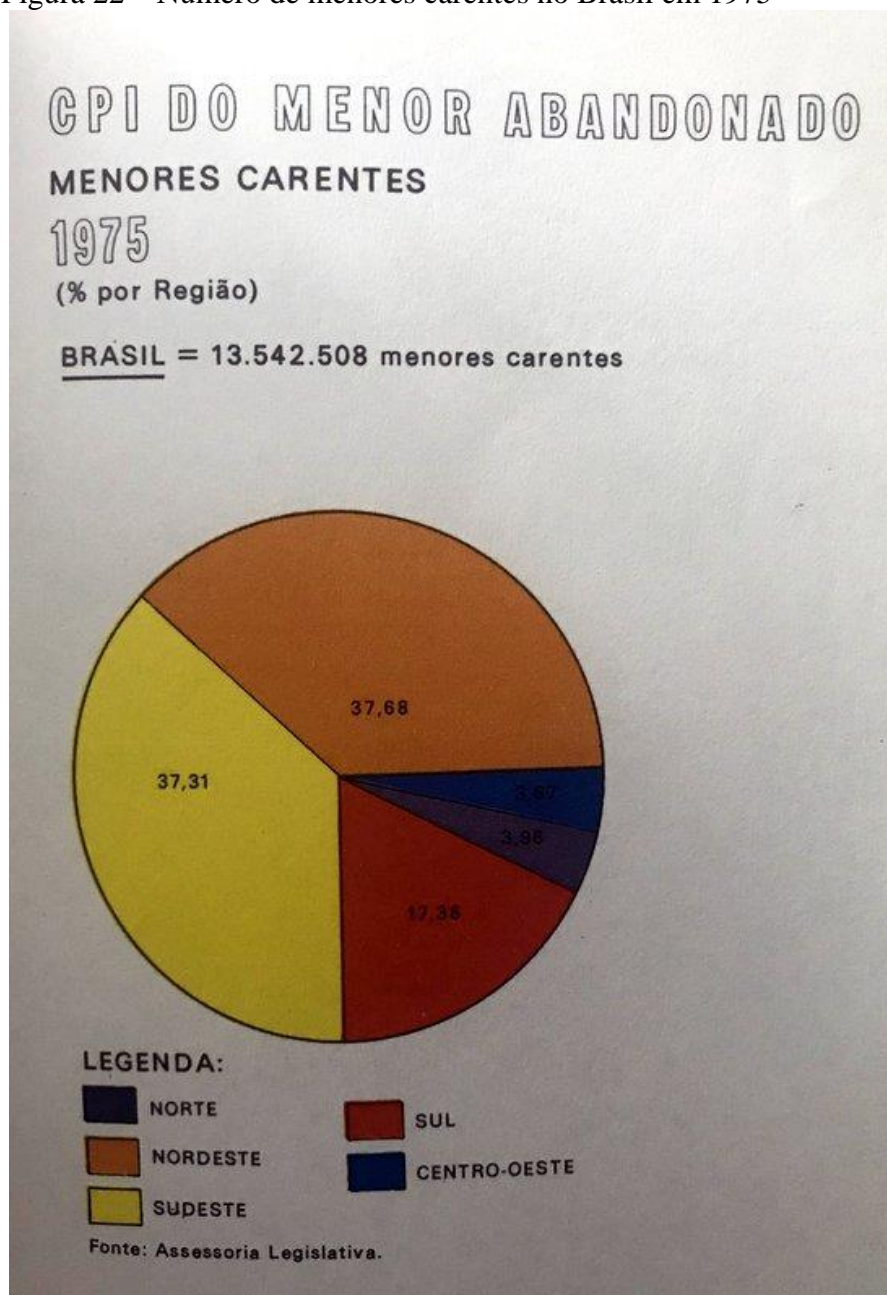
Centro-Oeste os índices são muito baixos porque as regiões eram mais rurais e menos populosas ou, nessas regiões, provavelmente os dados não foram coletados adequadamente. Há outra possibilidade também, que, na verdade, seja um pouco de tudo.

Figura 21 – Número de menores abandonados no Brasil em 1975



Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

Figura 22 – Número de menores carentes no Brasil em 1975



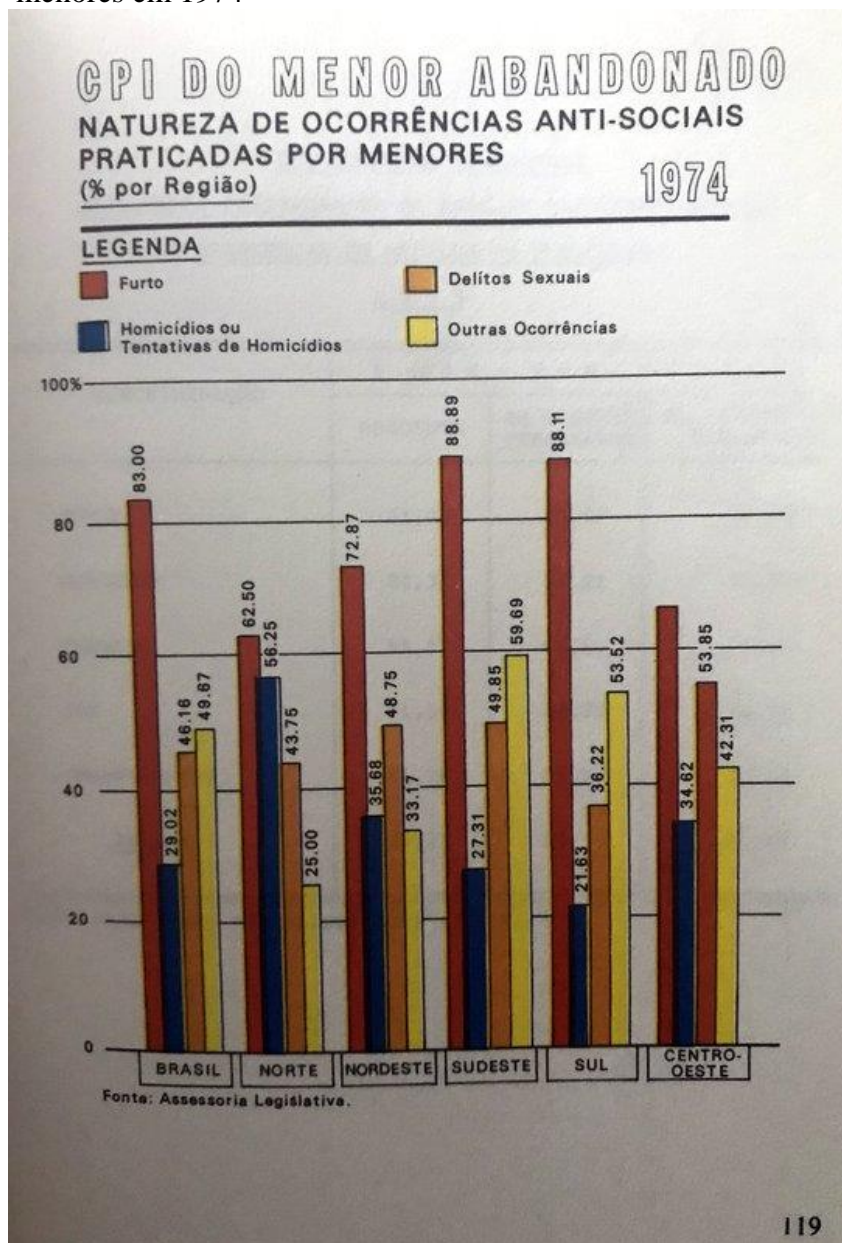
Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

No que diz respeito à ocorrência de delitos ou, como foi intitulada no gráfico “Natureza das ocorrências antissociais praticadas por menores” em 1974, temos como opções de tais atividades antissociais: furto; homicídio ou tentativa de homicídio, delitos sexuais e outras ocorrências. O gráfico também está dividido por regiões, mas apresenta o item Brasil, que traz o panorama geral.

O gráfico apresenta o furto como o delito mais cometido em todas as regiões do país em 1974! A única unanimidade. As demais ocorrências variavam muito de uma região para outra. Os delitos sexuais eram frequentes no Centro-Oeste, quase igual ao índice de furtos da

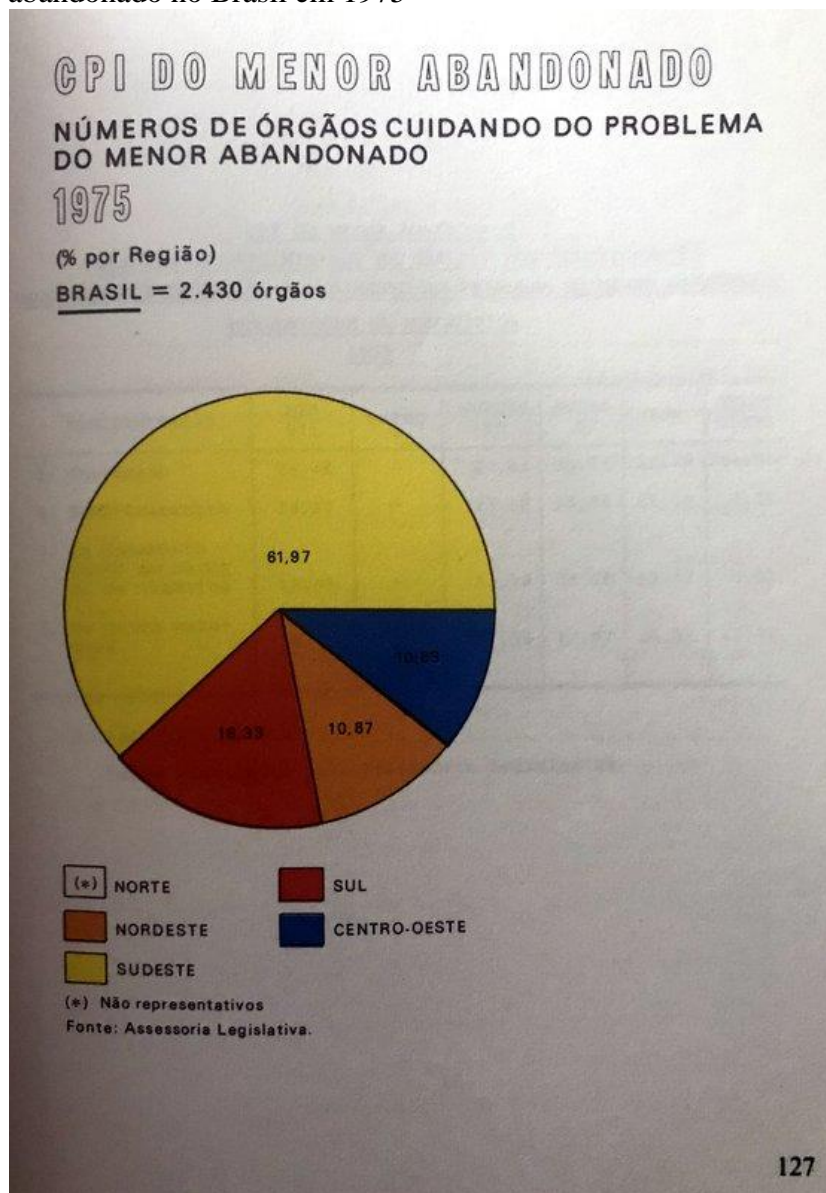
região. O mesmo delito tem taxas similares no Nordeste e no Sudeste. O menor índice dessa natureza estava no Sul. A taxa mais elevada de homicídios, ou tentativa de homicídios, era da Região Norte. Nesse item, Nordeste e Centro-Oeste eram equivalentes. Chama a atenção que o Sudeste tenha a segunda menor taxa do país, ficando na frente apenas da região Sul.

Figura 23 – Natureza de ocorrências antissociais praticadas por menores em 1974



Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

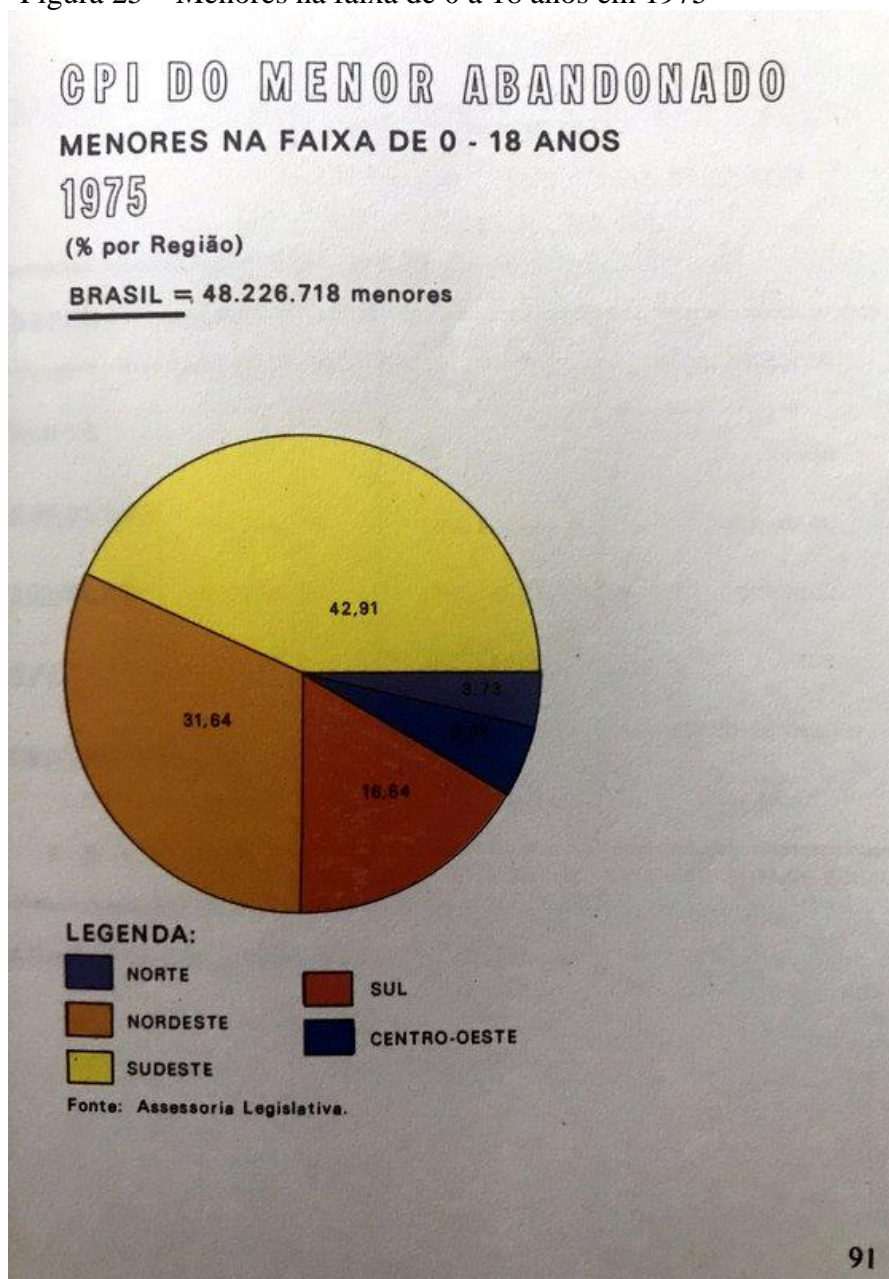
Figura 24 – Número de órgãos cuidando do problema do menor abandonado no Brasil em 1975



Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

Na figura 24 o gráfico registra o número de órgãos que cuidavam do problema do menor abandonado em 1975. Ele também está dividido por região. Os dados da Região Norte não eram representativos, ou seja, não havia nenhuma cobertura oficial. Esta informação permite especular que, talvez esteja relacionado ao baixo índice da região de duas formas: ausência de cadastro ou, de fato, a não existência, ou o baixo índice de menores abandonados. Em contrapartida, a região Sudeste com 61,97%, é a maior cobertura do país, seguida da Sul com 16,33%, Nordeste com 10,87% e Centro-Oeste com 10,83%. Interessante observar que as regiões com o maior índice de menores abandonados do país, praticamente equivalentes, não possuem o mesmo grau de cobertura de órgãos cuidando do problema. O Sul tem um índice bastante inferior ao Nordeste e sua cobertura é maior do que a dessa região.

Figura 25 – Menores na faixa de 0 a 18 anos em 1975



Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

Por fim, analiso um dos primeiros gráficos, aquele que trata do total de menores de 0 a 18 anos no Brasil de 1975. Eram 48.226.718 menores. Este gráfico também está dividido por região, e apresenta os seguintes dados: 42,91% da população do Sudeste era composta por menores; 31,64% no Nordeste; 16,64% no Sul; 5,08% no Centro-Oeste e 3,73% no Norte. Os índices de menores por região parecem corroborar com os demais índices, entretanto, não me parece supor conclusão sobre os dados tão plausíveis porque o número de menores no país não pode ser igual ao de abandonados ou carentes. Ou seja, ainda os gráficos demonstram equívocos voluntários, ou involuntários, no preenchimento do questionário e, até mesmo, provavelmente, no seu processamento. Contudo, o objetivo era apenas apresentar o

mapeamento que foi realizado pela CPI do Menor do modo como os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito receberam.

A CPI acabou por concluir que o problema do menor no Brasil não seria resolvido apenas pela FUNABEM. As causas seriam estruturais, sociais e econômicas. Haveria a necessidade de uma frente de trabalho mais profunda em todo o país. A Comissão sugeriu a criação de um Sistema do Menor, criando o Fundo Nacional de Proteção ao Menor; propôs a reformulação conceitual, técnica e operativa da FUNABEM; abriu um crédito especial na Caixa Econômica Federal como antecipação de receita. Além da criação do chamado Projeto Dom Bosco.

4.3 A resposta da FUNABEM

Fawler de Melo, presidente da FUNABEM, escreveu o prefácio do livro *O “menor – problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*, publicado em 1976 pela própria instituição e pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Tratava-se, no seu entendimento, de um estudo, uma produção “técnico-científica”, elaborada pela equipe da Fundação por ocasião da convocação da instituição para prestar seu depoimento na CPI instaurada pela Câmara Federal:

Este é o trabalho que ora divulgamos. Sua veiculação para todos os setores, direta ou indiretamente responsáveis ou interessados pelo problema, conforma-se a diretriz talvez mais essencial da política nacional do bem-estar do menor, e que incumbe à FUNABEM promover: “mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda comunidade na solução do problema do menor.” (FUNABEM, 1976, p.3-4)

Fawler evidenciou em seu texto que a responsabilidade não era apenas da FUNABEM, nem tampouco apenas dos setores que seriam direta ou indiretamente responsáveis, mas de toda a comunidade. Na introdução do que pode ser visto como livro-resposta os técnicos da FUNABEM reverberaram esse discurso e parecem compreender a dimensão do papel da instituição de um modo macrossociológico:

Está superada a visão arcaica que isolava a questão do menor como algo que em nada se relacionasse com os demais problemas nacionais. O enunciado ‘política nacional do bem-estar do menor’ quer dizer que há o reconhecimento de existência de uma questão – a do menor – vinculada às demais variáveis atuantes na Política Nacional, e que a elaboração e implantação dessa política em favor do menor deve articular-se com todos os componentes do sistema político nacional. Em consequência, a política do bem-estar do menor integra-se sistemicamente à Política Nacional. (FUNABEM, 1976, p. 5)

As vozes audíveis na CPI do Menor foram, como vimos, a dos especialistas e das autoridades. Sobre a FUNABEM, em seu discurso, Manoel de Almeida citará a fala do então Presidente da República, Ernesto Geisel, que, segundo o deputado, reconhecia que “a FUNABEM não tinha condições, nem meios, nem perspectivas para erradicar, ou controlar, os fatores da marginalização de milhões de menores carenciados. O que logrou realizar é uma gota d’água num oceano de carência”:

A FUNABEM aplicou, em 1975, cerca de Cr\$ 70 milhões na efetivação de 11 convênios (enquanto que, entre 1966 e 1974, em 114 convênios, foram investidos Cr\$ 63 milhões). A problemática do menor desassistido envolve parcela considerável da população brasileira, já que 52% desta são constituídos de indivíduos até 19 anos de idade. A fim de carrear recursos comunitários para projetos de desaceleração do processo de marginalização de menores, a FUNABEM montou um programa que, após mais de 30 experiências-piloto em vários municípios brasileiros permitirá, a partir de 1976, com base em um protocolo de cooperação assinado com o Banco Nacional da Habitação, implantar um Centro Integrado de Atendimento à Família, em cada conjunto habitacional construído com financiamento dos agentes do sistema de habitação. A par de sua atuação nacional, a FUNABEM manteve, com lotação máxima (5.500 menores), seus estabelecimentos e escolas especializadas, bem como extenso programa de pagamento per capita a quase 300 instituições particulares para menores em todas as unidades da Federação (Presidente Ernesto Geisel, Mensagem Presidencial Anual, *Diário do Congresso Nacional*, 4—76, pag. 42. Suplemento Especial dedicado à Mensagem Presidencial, 1ª. Sessão Conjunta. 1º de março de 1976.)

Torna-se possível encontrar neste livro um mapeamento de caráter científico sobre a questão do menor e os esforços da Fundação no desenvolvimento de políticas públicas para atender à demanda social. Os técnicos da instituição seguiram defendendo o trabalho, mapeando detalhadamente as dificuldades enfrentadas. Em que pese eles negarem os maus tratos, os profissionais da instituição responsáveis pelo livro-resposta, conseguiram fazer um deslocamento do individual para o particular, transformando aquilo que era visto, de certo modo, pela sociedade como responsabilidade exclusiva da família e do menor em si, para uma questão pública, política e social.

O sumário impressiona pelo volume de informações que sugere.¹⁰⁸ São cinco capítulos, sendo que os quatro primeiros estão subdivididos em pelo menos seis subitens. O Capítulo 1 chama-se a “Marginalização do menor no Brasil”, o segundo capítulo “Tipologia do menor desassistido, no Brasil”, o terceiro capítulo tem como título “A política nacional do bem-estar do menor”. O Capítulo 4 intitula-se “A ação da FUNABEM” e o quinto capítulo trata das Conclusões. Nos Anexos do livro-resposta encontramos uma sucessão de tabelas e quadros. Entretanto, pretendo ressaltar alguns aspectos. Em todo o texto não há nenhuma

¹⁰⁸ O sumário segue na íntegra em Anexo J.

referência a Odylo Costa, filho e à comissão da qual ele fez parte e que construiu o anteprojeto da Fundação, exceto no Apêndice, no item chamado “Criação da FUNABEM: Exposição de motivos do anteprojeto de lei”, que está nos anexos do livro (FUNABEM, 1976, p.128).

Ao tempo do Ministro João Mangabeira, foi criada, pela portaria nº 98-B, de 10 de maio de 1963, com incumbência de elaborar um anteprojeto de lei tendente a solucionar a importante questão, uma comissão composta dos cidadãos Eduardo Bartlet James, Dom Cândido Padin, O.S.B., Helena Iracy Junqueira, Lúcia silva Araújo, Luiz Carlos Mancini, Maria Celeste Flores da Cunha, Odylo Costa Filho e Pedro José Meireles Vieira. É esse anteprojeto, com ligeiras modificações, que ora submeto à consideração de Vossa Excelência, por entender que o problema vem nele bem equacionado, adotando a possibilidade de novos e salutareos rumos para a política de proteção e auxílio do Estado à infância e à adolescência. (Trecho da carta enviada por Milton Soares Campos, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao Presidente da República, em 20 de outubro de 1963)

Nenhuma referência à tragédia vivida por Odylo Costa, filho, nem a comoção causada pelo assassinato de seu filho! O nome de Odylo é mencionado da mesma forma que os demais membros da comissão! A memória é construída no âmbito social como vimos anteriormente. Os silenciamentos também falam muito, às vezes, gritam! O fato de Odylo ter usado sua pena para criticar os abusos do regime que inicialmente apoiara, como nos lembra Costa (2000), pode explicar, ainda que parcialmente, a ausência de ênfase na participação daquele que tão presente esteve na elaboração da FUNABEM enquanto projeto político social.

Cabe destaque também o final do Capítulo 3 onde se explicita o objetivo da política pública direcionada ao menor:

A política nacional do bem-estar do menor mostra que todos e cada um temos uma parcela inestimável e intransferível de participação, visando a um único propósito: a plena integração do homem, antes menino marginalizado, na forma produtiva e ajustada da sociedade brasileira. (FUNABEM, 1976, p.34)

A escritura apresenta o que se desejava era a integração na sociedade. Que tipo de sociedade? Que tipo de integração? A sociedade era aquela, daquele momento, da ordem e do progresso, militarizada, que se pensava disciplinada e produtiva. A integração se daria por meio do trabalho. No livro resposta da FUNABEM o programa de atividades diárias explicita que o objetivo era preencher o dia de modo que o menor tivesse uma rotina de vida considerada normal:

Quadro 9 – Programa de atividades diárias no centro-piloto da FUNABEM

PROGRAMA DE ATIVIDADES DIÁRIAS
a) De classe, na dimensão de escolarização regular e supletiva;
b) Ocupacionais, que aprimoram o estado psico-motor do menor e buscam despertá-lo para a aprendizagem de ofício útil;
c) Desportivas, planejadas de modo a atender às suas necessidades psico-somáticas;
d) Sócio-culturais, visando à formação humana;
e) Religiosas, que não tomam aspecto confessional específico, mas que buscam despertá-lo para os problemas básicos do destino humano;
f) De aprendizagem profissional, complementares do ensino normal e supletivo;
g) De trabalho, que o levam a integrar-se na comunidade educacional, uma vez que o faz participante das tarefas comuns.

Fonte: O ‘menor – problema social’ no Brasil e a ação da FUNABEM, 1976

Nos três itens (b), (f) e (g) encontra-se aquele que transparece como objetivo maior de todo o trabalho que envolve o menor desassistido: a profissionalização. Toda a formação de instituições como a FUNABEM passava pela profissionalização e empregabilidade.

Ao Estado competia a tarefa e o ‘dever’ de afastá-las dos caminhos que conduzissem à criminalidade, à vadiagem e às ‘escolas do crime’. O perigo vislumbrado referia-se ao fato de que as crianças, criadas no vício, fossem reprodutoras da desordem e da corrupção degenerativa da sociedade. Intervir nesse segmento da sociedade significava uma questão de ordem pública, sendo premente separar ‘o joio do trigo’, salvando aqueles que tinham potencial e imobilizando os que se mostravam renitentes. (CÂMARA, 2010, p.144)

Muitos meninos foram encaminhados pela FUNABEM para o serviço militar, o que ficou explícito nas entrevistas que realizei e no contato que tive com os meninos-homens da instituição. Muitos se tornaram militares. A disciplinarização era uma questão de ordem pública. E as meninas? Que tipo de preparação elas recebiam?

Desde a criação do Asilo de Meninos Desvalidos do Distrito Federal, em 24 de janeiro de 1874, e, posteriormente, com a criação do Instituto Profissional para o Sexo Feminino em 1898, o ensino profissional tinha por fim ministrar o conhecimento de artes e ofícios, estabelecendo as devidas distinções entre os cursos masculino e feminino. Os currículos eram diferenciados para meninas e meninos, não se permitindo a coeducação entre os sexos, o que deu lugar a uma flagrante diferença de ensino. (CÂMARA, 2013, p.239)

No caso da profissionalização das meninas a história da formação nesse tipo de instituição segue, de certo modo, um padrão desde meados do século XIX. Não havia na FUNABEM, por exemplo, salas de aulas distintas por gênero para a formação regular. A distinção acontecia nos cursos realizados no contra turno. Aos meninos cabia mecânica,

marcenaria, sapataria, entre outros. Já às meninas tinham aula de corte e costura, artesanato, culinária, cuidados pessoais (manicure, cabeleireiro), etc. Na verdade, elas eram preparadas para realizar bem as atividades domésticas. Muitas foram trabalhar em casas de família ao saírem da Fundação:

As escolas profissionais femininas foram organizadas a partir de uma finalidade única; as atividades que nela predominavam estavam centradas na missão social da mulher, o que reforçou a representação da imagem feminina como sendo fundamentalmente doméstica. (CÂMARA, 2013, p.280)

Outro item das atividades diárias que chama a atenção é a letra (e), onde a religião deveria fazer parte da rotina, como em toda família estruturada. Em seu aspecto formal a religião parece ser pensada pela instituição como um instrumento para a formação das crianças e jovens, capaz de “despertá-lo para os problemas básicos do destino humano”. Entretanto, embora a escritura afirme que o ensino religioso não tomaria um aspecto confessional específico, fica evidente nas entrevistas que há uma forte presença do catolicismo na instituição: as meninas faziam catequese, assistiam missas na Igreja de São Jorge, havia capela e oratórios dentro da FUNABEM, sem falar na atuação das freiras.

Além da profissionalização e da religião, o esporte e a cultura também aparecem contemplados no programa de atividades diárias. Esporte e arte são vistos como meios de socialização e ressocialização de crianças e jovens. Havia um único propósito na Fundação a partir da ideia de ser parte da política nacional do bem-estar do menor: “a plena integração do homem, antes menino marginalizado, na forma produtiva e ajustada da sociedade brasileira”. (FUNABEM, 1976, p.34)

Há uma tipologia dos menores assistidos (FUNABEM, 1976, p.18-19), elaborada nesse livro-resposta que fornece dados relevantes para a compreensão sobre os menores que eram atendidos pela Fundação.

Quadro 10 – Tipologia dos menores assistidos

TIPOLOGIA DOS MENORES ASSISTIDOS	
No âmbito de cada aspecto, as cinco situações de maior incidência, de acordo com o registro de dez anos (1964-1974) das unidades de triagem e de permanência no Centro-piloto da FUNABEM (região metropolitana do Rio de Janeiro) são, respectivamente:	
A) Aspecto social	<ul style="list-style-type: none"> • Menor filho de pais subempregados (95%) • Menor filho de mãe empregada doméstica (90%) • Menor cujo pai abandonou a família (90%) • Menor filho de pais separados, vivendo com o pai ou com a mãe (90%) • Menor cujos pais não assumem seu papel (80%)
B) Aspecto pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> • Menor apresentando pobreza na linguagem (90%) • Menor sem interesse pelo estudo (90%) • Menor sem habilidade no trato social (90%)

Quadro 10 – Tipologia dos menores assistidos

TIPOLOGIA DOS MENORES ASSISTIDOS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Menor analfabeto em idade de até 14 anos (85%) • Menor com escolaridade interrompida (80%)
C) Aspecto psicológico	<ul style="list-style-type: none"> • Menor manifestando agressividade (95%) • Menor com carência afetiva (90%) • Menor com percepção distorcida da realidade imediata (90%) • Menor com insegurança (90%) • Menor com aspiração elevada (85%)
D) Aspecto jurídico	<ul style="list-style-type: none"> • Menor sem documento (80%) • Menor que praticou crimes contra o patrimônio (70%) • Menor explorado em atividades anti-sociais e liderado por adultos (40%) • Menor itinerante (sem domicílio) (40%) • Menor abandonado (15%)
E) Aspecto de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Verminose (98%) • Desnutrição (85%) • Dermatose (80%) • Cárie dentária (80%) • Anemia (70%)

FONTE: O 'menor – problema social' no Brasil e a ação da FUNABEM, 1976

Essa tipologia chamou atenção pelos dados que apresenta. Os aspectos elencados foram: social, pedagógico, psicológico, jurídico e saúde. São aqueles de maior incidência, quando a maior parte dos tipos enumerados tem acima de 80%. O subemprego dos pais e a atividade materna como doméstica aparecem na estatística do aspecto social elaborada pela Fundação.

Os aspectos psicológicos como agressividade, carência e insegurança também apresentam uma porcentagem bem elevada, coincidindo também com as falas das ex-internas. No âmbito pedagógico nada além dos dados que já aparecem em outras pesquisas e análises. Destaque para a estatística do menor abandonado, que representa apenas 15% dos casos, o que parece confirmar os dados coletados nos prontuários da Fundação a que tive acesso.

Contudo, foi justamente o aspecto jurídico que acendeu ainda mais a dúvida pré-existente: a maioria dos atendidos em Quintino seria de infratores? Menor sem documento (80%) não pode ser caracterizado como delinquente; mas, menor que praticou crimes contra o patrimônio (70%) e menor explorado em atividades antissociais e liderado por adultos (40%), pode ser enquadrado como delinquente? Os indícios de que as tragédias pessoais seriam um reflexo de uma tragédia social me pareceram ficar evidentes.

No livro resposta tem dados sobre a população brasileira, com uma estimativa para 1975, elaborada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e pelo Centro Brasileiro de Estudos Demográficos (CBED) em 1972. O Brasil teria naquele levantamento estatístico 108.524.900 de habitantes, sendo que 65.311.700, ou seja, 60,18% desse total, residiriam em áreas urbanas. Em relação à questão etária, o Censo de 1970

indicava uma faixa de 28.330.200 habitantes com idades de 0 a 9 anos, 30,37% do total de 93.292.100 habitantes. E 21.048.000 habitantes com idades entre 10 a 19 anos, perfazendo 22,56% do total. Dessa forma, o país possuía no período mais da metade da população compreendia a faixa etária dos 0 aos 19 anos:

Relevando-se eventuais imprecisões que tais dados, resultantes de fontes diversas de pesquisa, possam apresentar, constata-se, ainda assim, que há nítida e acentuada tendência para demonstrar a precariedade da participação de grande parte de nossa população nos bens disponíveis na comunidade nacional. Por conseguinte, a primeira observação que se impõe sublinhar, ao cotejarmos todos esses indicadores, a partir de uma macro visão sociológica da realidade nacional, é a de que, em um país onde a terça parte das famílias recebe menos de mil cruzeiros por mês, e onde quase dois terços dos habitantes economicamente ativos recebem menos de 200 cruzeiros por mês, o processo de marginalização que atinge crianças e adolescentes deixa de ser exceção, como acontece nos países desenvolvidos, para ser regra geral, entendendo-se esse processo de marginalização como tendo início em carências de toda sorte que uma renda mensal de 200 cruzeiros é incapaz de suprir, mormente em face da crescente metropolitanização de nossa população. (FUNABEM, 1976, p. 13)

A conclusão do texto permite verificar que a situação não impele à exceção, ela fazia parte da conjuntura socioeconômica do país, do processo de urbanização, da profunda desigualdade social e, parafraseando a escritura da FUNABEM, de uma “indigência de força política” (1976, p.15), ou seja, o problema do menor foi apresentado pela Fundação como uma questão estrutural do país. O menor seria a manifestação final do problema social, marginalizado e estigmatizado, “resíduo final de um complexo processo” (1976, p.16), sofrendo o que os técnicos da instituição chamaram de desintegração individual.

O livro apresenta uma distinção de categorias diferentes da que foi apresentada pelo trabalho realizado pela CPI do Menor. Eles elegeram a expressão “menor desassistido” para denominar todo menor atingido pelo processo de marginalização, e a expressão pode ser caracterizada em duas categorias: “menor carentiado” e “menor de conduta antissocial”.

Menor carentiado – aquele que, em virtude do não atendimento de suas necessidades básicas e da ausência ou incapacidade dos pais ou responsáveis, se encontra em situação de abandono total ou de fato, ou está sendo vítima de exploração;

Menor de conduta anti-social – aquele que infringe as normas éticas e jurídicas da sociedade. (FUNABEM, 1976, p.21)

A denominação elaborada pelo corpo técnico da FUNABEM, parece ser mais abrangente do que a que foi desenvolvida pelos membros da CPI, “menores carentes” e “menores abandonados”, que, aqui, aparece definido na mesma categoria: “menor carentiado”. A FUNABEM acrescenta o “menor de conduta anti-social” que não está

contemplado na distinção da CPI; além de chamar a todos de “menor desassistido”, o que parece garantir uma clareza maior na análise e compreensão da temática.

Ao produzir esse texto a Fundação já contava com dez anos de atuação na área da política nacional do bem-estar do menor, segundo relato dos próprios técnicos: “a FUNABEM pode, efetivamente, definir técnicas, estabelecer princípios e desenvolver um sistema de conhecimentos específicos para o atendimento a menores carentes e de conduta anti-social.” (1976, p.35) Se destaca no texto produzido como sua resposta, a definição de seu objetivo, respaldado na própria lei¹⁰⁹ que determinou sua competência:

O objetivo da FUNABEM não é o atendimento direto aos menores, ou seja, a execução direta dos serviços de assistência. O objetivo com o qual a FUNABEM foi criada e para o qual ela existe é o de pesquisar métodos, testar soluções, estudar técnicas que conduzam à elaboração científica dos princípios que devem presidir toda ação que vise à reintegração desses menores na sociedade. A função da FUNABEM é, pois, nesse primeiro plano, elaboradora e normativa. Somente por essa razão é que deve manter estabelecimentos próprios em um centro-piloto. (FUNABEM, 1976, p.36)

A instituição não tinha o objetivo de atendimento direto dos menores desassistidos, e Quintino, onde funcionava seu centro-piloto, deveria ser um laboratório para testar estratégias de atendimento e assistência. Isso explica todos os recursos encontrados em sua sede e a diferença de condições estruturais, inclusive, entre o campus Quintino e as demais filiais da FUNABEM. A proposta era de pesquisar e desenvolver métodos para a atuação na área, ou para usar o termo que encontramos ao longo do texto do livro-resposta, desenvolver o “Know-how”!

Com esse argumento, ainda que a função da CPI do Menor fosse, de fato, investigativa e que buscasse responsabilidades sobre os motivos que levaram a não solução do “problema do menor”, mesmo com todos os gastos e investimentos no setor da política nacional do bem-estar do menor, a FUNABEM estaria respaldada por essa linha de argumentação baseada na lei 4513, que a instituiu em 1º de dezembro de 1964.

As motivações para a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito foram muito mais políticas do que de fato investigativas. A FUNABEM não se propunha a resolver a questão do menor, mesmo porque as causas eram – e ainda são – muito mais profundas e estruturais. A Fundação tinha como objetivo, como vimos, pesquisar, desenvolver metodologia e replicar seu trabalho. Não era ela que estava em julgamento, na verdade, o que se buscava analisar eram as políticas públicas para os menores no país.

¹⁰⁹ A lei que criou a FUNABEM está em Anexo G.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

De onde vens, criança?
 Que mensagem trazes de futuro?
 Por que tão cedo esse batismo impuro
 que mudou teu nome?
 Em que galpão, casebre, invasão, favela,
 ficou esquecida tua mãe?...
 E teu pai, em que selva escura
 se perdeu, perdendo o caminho
 do barraco humilde?...
 Criança periférica rejeitada...
 Teu mundo é um submundo.
 Mão nenhuma te valeu na derrapada.
 Ao acaso das ruas – nosso encontro.
 És tão pequeno... e eu tenho medo.
 Medo de você crescer, ser homem.
 Medo da espada de teus olhos...
 Medo da tua rebeldia antecipada.
 Nego a esmola que me pedes.
 Culpa-me tua indignância inconsciente.
 Revolta-me tua infância desvalida.
 Quisera escrever versos de fogo, e sou mesquinha.
 Pudesse eu te ajudar, criança-estigma.
 Defender tua causa, cortar tua raiz chagada...
 És o lema sombrio de uma bandeira que levanto,
 pedindo para ti – Menor Abandonado,
 Escolas de Artesanato – Mater et Magistra
 que possam te salvar, deter a tua queda...
 Ninguém comigo na floresta escura...
 E o meu grito impotente se perde na
 acústica indiferente das cidades [...]

*Cora Coralina, Versos amargos para o Ano Internacional da
 Criança, 1979*

Ao longo da tese, percorri a história da FUNABEM a partir da tragédia de Odylo Costa, filho, ao perder o seu menino. Tragédia que impactou a sociedade carioca e teve, por força de quem foi atingido, grande repercussão na imprensa carioca. Ao optar pela FUNABEM sabia que entrava em um campo onde muitas tentativas de atendimento ao menor haviam sido feitas desde o século XIX. Não ia escrever sobre um tema novo! A temática saindo da imprensa chega, através de Jorge Amado, à Literatura, mas, ainda, no século XXI, hoje, está presente no cotidiano carioca. Hoje, não causa mais tanta comoção, como a que acometeu os cariocas a morte de Odylinho. Habituo-nos! Tristemente nos habituamos! Minhas considerações finais, por isso, consideram e finalizam um período. O tempo da ditadura militar em que os menores “abandonados”, “carentes”, “desassistidos” “infratores”, “pobres”, ou que nome escolhamos para designá-los, foram objeto da criação de uma instituição de atendimento que pudesse ser modelo e experimentação de práticas de assistência, a FUNABEM, que substituiria outra, o SAM; dos comentários da imprensa diária que insistia em representar estes menores da pior forma possível; da instauração, em 1976, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e de sucessivas ações de “atendimento”, em sucessivas ações que se repetiram em 1991, com outra CPI, e cuja solução parece não existir, enquanto política pública.

Há tantas coisas que aprendi ao longo desse percurso!... Primeiro me encantei ao confirmar que havia meninas em Quintino. Elas existiram de fato! Estavam ali, na narrativa de *tio* Valdir, desnudadas da existência opaca que as invisibilizavam! Por que não as enxergara? Talvez as meninas fossem apenas coadjuvantes nas narrativas feitas até então. A questão do menor sempre apresentou como protagonista a imagem dos meninos que, parecem, de fato, terem ali estado em maior número, de acordo com o quantitativo de prontuários encontrados. Eram também os meninos os protagonistas nos noticiários como os autores de infrações. A presença das meninas era praticamente inefável, visto que o foco do debate estava centrado nos rapazes, no que essa parcela da sociedade significava e nos “perigos” que ela representava. A figura da mulher era secundária tanto no que diz respeito à sua função social, como nos riscos que traziam ao tecido social, afinal a ela cabia outro papel... As narrativas das entrevistadas me inspiraram na ampliação da percepção da FUNABEM. assim, vislumbrei a instituição por dentro a partir da experiência daquelas que, cotidianamente transitavam internas, no espaço. As histórias das meninas internas trouxeram, e trazem, a cada vez que as releio, as emoções de quem deixou no espaço geográfico de Quintino, quando ali viviam na FUNABEM, um passado individual. Essa perspectiva de tonalidade microsociológica foi, para mim, interessante, porque discutia política pública, discutia, em

última palavra, política de Estado. Desse modo, apresentar o particular foi enriquecedor para ampliar a compreensão da temática. Trazer para a cena as vozes daquelas que experimentaram a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM) vivenciada de dentro do centro-piloto de um projeto que surgiu a partir da mobilização da sociedade civil, após assassinato de um jovem. Essas meninas da FUNABEM ressignificam o estigma e reafirmam a própria identidade constituída em suas narrativas, seja naquilo que narram, ou naquilo que calam. E foi importante aprender que os esquecimentos e silenciamentos na História clarificam a manipulação da memória.

A princípio estudaria as meninas da FUNABEM, hoje mulheres, que tomo como vozes de crianças emudecidas pelo tempo, e silenciadas pelas circunstâncias. A educação feminina me interessa diretamente, pois cresci no seio de uma família de mulheres fortes, batalhadoras, trabalhadeiras¹¹⁰, valentes, com a vida bastante sofrida, onde a leitura e a escrita eram consideradas importantes, mas não foram possíveis em suas vidas.

Para além dos aspectos subjetivos, desejava entender como e por qual motivo as meninas não apareciam como protagonistas nos estudos e pesquisas sobre a FUNABEM. Por outro lado, buscava também compreender como o Estado pensava a educação de meninas órfãs e desvalidas durante o regime militar brasileiro e de que modo elas estavam representadas no periódico oficial. Contudo, um dado novo alterou o percurso...

Antes da alteração da rota da pesquisa, realizei entrevistas com cinco ex internas da FUNABEM, com aquelas que se dispuseram! Naquele momento, recebi algumas negativas no período de buscas por personagens que viveram no Complexo de Quintino. Apesar da mudança no meu foco de estudo, as entrevistas permaneceram como fonte para o trabalho. Ao ouvir a narrativa dessas mulheres fui capaz de mergulhar um pouco mais na história da instituição escolar por outro ponto de vista, a das internas. Tais vozes me ajudaram a compor o cenário organizacional da Fundação, sua dinâmica, seu cotidiano, suas práticas, pois afinal, acredito que são os sujeitos que promovem as ações, numa relação dialética de um fazer que os constituam como pessoa nas suas múltiplas faces, seja como aluno ou como profissional. Aqui a identidade não é só a da interna/menina, mas também da própria Fundação. Ao ouvir cada uma delas descubro facetas identitárias da instituição que não julgava existentes. Assim, apresentada muitas vezes como “sucursal do inferno” pela imprensa, nas vozes das

¹¹⁰ Toda mulher que trabalha muito e com prazer é “trabalhadeira”. Portanto, uma mulher empenhada e satisfeita com o trabalho é trabalhadora e também trabalhadeira. Mas uma mulher insatisfeita com o trabalho é apenas trabalhadora. Convém registrar que essa distinção não vale para os homens.

entrevistadas a instituição aparece como lar, refúgio e espaço de afeto. Logo, tomei aqueles depoimentos como outras vozes a me contar do espaço de Quintino.

Minha primeira preocupação naquele momento era onde e como encontrá-las? Nos documentos oficiais que localizei em Quintino havia apenas endereços antigos. Na ocasião, lembrei-me então de uma companheira de trabalho, cujos irmãos foram internos, suas irmãs também ali estudaram. Assim, marquei meu encontro com Orquiméa Botelho, primeira entrevistada que me forneceu informações preciosas. Contudo, *Kida*, como é carinhosamente chamada, não foi interna da Fundação, ao contrário do que eu imaginara anteriormente, nem todas as alunas da Escola XV de Novembro e demais cursos da FUNABEM eram internas. A partir dessa descoberta precisei redefinir a busca e minha curiosidade ficou voltada para as meninas que viveram dentro daquele espaço geográfico temporal. Quem seriam essas meninas? Como estariam atualmente? O que teria significado aquele espaço da FUNABEM em Quintino para elas? Quais seriam os sentimentos delas em relação àquele período de suas vidas? Tais questionamentos, à época, me inspiraram no meu percurso.

As demais entrevistadas então vieram do inusitado encontro do grupo de ex alunos da FUNABEM na página de uma rede social. Lá estavam elas e eles, emocionados com a criação do grupo, se reencontrando, postando fotos de ontem e de hoje. Tantas faces, tantos depoimentos, tantos sentimentos estavam ali! Eles realizam o encontro anualmente há mais de uma década, sempre no dia 15 de novembro, ou finais de semana mais próximos à data. Estas festas celebram o reencontro dos ex alunos criando um ritual¹¹¹. As marcas deixadas pela Escola XV de Novembro eram visíveis nos comentários que li e nas conversas trocadas, posteriormente, entre nós. Nem todos querem lembrar e, percebo que há um estigma de que todos os jovens que passavam pela FUNABEM eram infratores, o que talvez explique a recusa de algumas em conceder-me entrevista. Todos eram infratores?

Deste modo, tive a oportunidade de conhecer algumas mulheres que, gentilmente, aceitaram participar da pesquisa. Rozalia foi a ex interna com quem iniciei a coleta das entrevistas. Ela generosamente se dispôs a ir ao Complexo de Quintino em três ocasiões distintas. Primeiro para a realização da sua própria entrevista. Em um segundo momento, para acompanhar uma amiga a quem me apresentou para ser entrevistada, a Valéria. A terceira ida foi à escola em que trabalho, a Escola Estadual de Ensino Fundamental República (EEEFR),

¹¹¹ “Os rituais, como formas plenas de significado, possibilitam que os atores sociais marquem, negociem e articulem sua existência fenomenológica como seres sociais.” (MARTINS, 2002) MARTINS, José Clerton de Oliveira. Festa e ritual, conceitos esquecidos nas organizações. *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. 2002, vol.2, n.1p.118-128. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482002000100009&lng=pt&nrm=iso Acesso 12/07/2018.

para participar de um encontro com alunos de turmas de 9º ano. Rozalia fez uma narrativa de sua experiência como interna naquele espaço físico onde, hoje, funciona o primeiro segmento da instituição, onde meus alunos estudam. Através do contato com Rozalia e Valéria conversei com Rosângela, uma das organizadoras do evento anual que realizam e pude, então, participar do mesmo. Ali encontrei ex internos e reencontrei Maria Rita, com quem havia feito um primeiro contato durante palestra do Instituto Pró Menor¹¹², no Teatro da FAETEC e tive um rápido encontro com Aldinéa e seu marido, Avelino, também ex interno da Fundação. Estas foram as cinco ex internas contatadas e entrevistadas que, prontamente, aceitaram participar da pesquisa.

Ao me contarem suas histórias de vida, as ex internas revivem, assim me pareceu, um turbilhão de emoções, rememoram o passado através da narrativa, tal qual explicou o poeta Adonias Filho (2010). A ideia de estarem deixando para a posteridade a infância me pareceu ser a possibilidade de fugir do esquecimento e, de certa forma, como descreve Le Goff (2013), tornarem-se imortais, como uma possibilidade de reconhecimento público de sua dor, seu sofrimento e, conseqüentemente, de sua vitória! Sua sobrevivência! As meninas ex internas da FUNABEM, que Norbert Elias (2000) chamaria de *outsiders*, são pessoas cujas vidas representam a manifestação da anomia no sentido elaborado por Durkheim. Elias (2000) afirma que a anomia por ser habitualmente censurada, leva os *outsiders* a serem considerados “como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros.” (2000, p. 27) Em todas as narrativas de modo mais ou menos intenso, encontrei falas que demonstraram a preocupação em mostrar que são confiáveis, disciplinadas e ordeiras. Muitos dos meninas e meninas que saíram da FUNABEM, são hoje pais e mães de família que “venceram na vida”. O estigma (GOFFMAN, 1975) de infrator, no entanto, atinge todos, os que viveram atrás dos muros da instituição, infratores ou não. Minha pesquisa assinala que os jovens das classes populares marcados pela pobreza e todas as dificuldades da sua situação socioeconômica são excluídos e marcados pela estigmatização experimentada pelos *outsiders* face à representação que deles tem a sociedade.

Ao contrário do que imaginava a princípio, a maior parte da clientela atendida na FUNABEM, em Quintino, era composta por jovens de famílias humildes que não tinham condições de criar seus filhos e acreditavam que a Fundação daria para eles oportunidades que eles próprios não seriam capazes de proporcionar e não, como se imaginava assim foi

¹¹² Palestra proferida por Carlos Roberto dos Santos que criou, na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, o Grupo Pró Menor do Rio de Janeiro, um núcleo de atendimento para menores em situação de risco social, promovendo sua inclusão social e estimulando seu ingresso no mercado de trabalho. Ele é conhecido como Carlinhos do Pró menor, foi interno na Fundação. (<http://www.institutopromenor.org>)

representado, e o rótulo instituiu, por infratores. Claro que a Fundação contava com um bom número de outros espaços para o atendimento de infratores também, mas acontece que a sede em Quintino carregou, sempre, a marca de “escola para bandidos”.

Também pude perceber também como a questão de gênero se manifestava nesse tipo de instituição, desde as questões a respeito da profissionalização até a abordagem quanto ao controle dos corpos. Muitos foram os relatos sobre a exploração que elas viveram nas “casas de família” por onde passaram. Até mesmo das funcionárias da FUNABEM que ofereceram “abrigo” em troca do trabalho. Como nos alerta Lia Faria (2014) haviam oprimidas que oprimiam, mas haviam Marias com histórias tristes de exploração e abandono que infingiam dores ante abusos...

Por outro lado, espero que este estudo possa ter fornecido alguns dados no que diz respeito ao período recortado e à instituição. Contudo, penso que pude contribuir no encontro desse homem, Odylo Costa, filho, e de sua história que, de certo modo, está interligada à história da FUNABEM. Odylo, filho, um jornalista que foi capaz de dar à sua tragédia pessoal uma dimensão social e, em última instância, humana. Ele foi um agente histórico e social que utilizou todo o seu capital simbólico para produzir um movimento que levou à implementação de novo projeto no campo das políticas públicas para os menores no Brasil. Sua reação diante da morte de Odylinho, manifestada em seus textos publicados pela imprensa, tal qual os textos de seus afetos e, até mesmo de seus desafetos, propiciaram a percepção da relevância dos impressos jornalísticos para a atuação da articulação política.

A imprensa, constato ao término desta investigação, por ser um instrumento de difusão de informações promoveu ideias e alicerçou ações de modo poderoso, e não me refiro apenas ao meio pelo qual Odylo catalisou sua energia de pai mortalmente ferido, imbuído pelo espírito de sacrifício pertinente à tragédia, assinalo, também, do meio pelo qual imagens e reputações são construídas ou arruinadas, projetos são alavancados ou simplesmente esquecidos, onde a crítica pode atuar, politicamente inclusive, em tempos obscuros. Ao longo do período estudado a imprensa, e aqui me refiro, principalmente, ao *Jornal do Brasil* – periódico pesquisado – atuou como catalizador e impulsionador de modo contínuo na promoção do debate sobre a questão do menor no Brasil.

Durante o regime de exceção instaurado no país a partir de 1964, a censura tornou-se um problema constante e ameaçador para jornalistas, artistas, intelectuais e todo aquele que discordasse do que estava acontecendo no cenário político brasileiro e, uma das formas de se criticar o regime foi direcionar os ataques para temas mais tergiversadores. Discutir sobre a política nacional do bem-estar do menor, ou seja, sobre as políticas públicas voltadas para os

menores carenciados ou menores desassistidos era, também, uma estratégia de crítica ao regime autoritário vigente naquele momento. O chamado milagre econômico estava em colapso, o país enfrentava uma crise e as desigualdades sociais tinham se agravado, isso somado ao aumento da população nos grandes centros urbanos, acabou por tornar a violência uma consequência desse cenário. A questão era estrutural. Ainda é!

Entretanto, esse debate não é exclusivo das décadas de 1960 e 1970. Ele é anterior e perdura até os nossos dias. Recentemente a filha de Jorge Amado, Paloma Amado Costa, publicou uma crônica intitulada *Princesas, príncipes e as crianças sem cor do Brasil*, onde ela escreve, entre outras coisas, sobre os oitenta e três anos da publicação de *Capitães de Areia*, um dos mais vendidos livros de seu pai ainda hoje. Paloma destaca que Pedro Bala e sua turma são um grupo bem pequeno diante da realidade que assistimos hoje em dia nas periferias do país. Com tudo o que investiguei, e pelos tristes relatos que ouvi, tenho certeza que ela tem toda razão...

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. *A infância negada: “meninos e meninas de rua” no Brasil*. Rio de Janeiro: IFCS UFRJ, 1993.
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes, coordenadoras. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ALTOÉ, Sônia. *Infâncias Perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão*. Copyright da edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e Estética - A Teoria do Romance*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERTHOLD, Margot. *História Mundial do Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOEIRA, Daniel Alves. *Menoridade em pauta em tempos de ditadura: a CPI do Menor (Brasil, 1975-1976)*. USP – Ano V, n.8, pp. 179-198, 2014.
- BORIE, Monique; ROUGEMONT, Martine de.; SCHERER, Jacques. *Estética Teatral – textos de Platão a Brecht*. Lisboa: Edição da FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1996.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade, lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma Teoria da Prática*, in:____.Ortiz,Renato(org.), Ed.Ática,1983.
- BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, Willian. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- BLANCO, Leila de Macedo Varela. *Convocando outras vozes: a trajetória de Maria Therezinha Machado na História da Educação Especial do Município do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Proped/ UERJ, 2014.

CÂMARA, Sônia. *Sob a guarda da República – Infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CÂMARA, Sônia. *Reinventando a escola: o ensino profissional feminino na reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930*. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*, Ed. Brasiliense, Col. Tudo é História, nº 127.

CIAVATTA F., M. 1990. A. *O trabalho como princípio educativo - Uma investigação teórico-metodológica (1930-1960)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ.

CÂMARA, Sônia. *Sob a Guarda da República: A infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CÂMARA, Sônia. *Reinventando a escola: o ensino profissional feminino na reforma de Fernando de Azevedo (1927 a 1930)*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

COSTA, Cecília. *Odylo Costa, filho*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COSTA, Odylo. *Meus meninos, os outros meninos*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DRAIBE, Sônia. *Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea*. 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006. Disponível em: www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt19-22/3416-sdraibe-estado/file Acesso em: 23 de dezembro de 2018.

DELORY-MOMBERGER, Christine. *As histórias de vida: da invenção de si ao projeto de formação*. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. SP: Edições Melhoramentos, 1980.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. , Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____ *O Processo Civilizador*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1975.

- FARIA, Lia. *A face feminina da escola: memórias e canções dos nos anos 1960*. In: *Histórias de Vida, Gênero e Educação*. Curitiba, PR: Editora CRV, 2014
- FICO, Carlos. *O golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FILHO, Adonias. *O forte*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREINET, Célestin. 1974. *O Jornal Escolar*. Lisboa, Editorial Estampa.
- FUNABEM. *O “Menor-problema social” no Brasil e a ação da Funabem*. Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS, 1978.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Unesco, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GOBBI, Maria Cristina; PARNAIBA, Cristiane dos Santos. CHARGE JORNALÍSTICA: DEFINIÇÃO, HISTÓRICO E FUNÇÕES. PUCP. Disponível em: <file:///C:/Users/Paty/Documents/DOUTORADO/TESE/vGT17-Cristiane-Parnaiba-Maria-Cristina-Gobbi.pdf> Acesso em: 02 de janeiro de 2019.
- GOFFMAN, Erwin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GOFFMAN, Erwin. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Editora Perspectiva, 5ª edição, 1996.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia greco-romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- KOSSOY, B. *Realidades e ficção na trama fotográfica*. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2014.
- LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. SP: Editora Unicamp, 2013.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. *Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro*. Revista Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 40, N. Especial, p. 87-97, dezembro 2016
- LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: *Fontes Históricas*. Organizadora Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2014.
- MALLOY, James. *Política de bem-estar social no Brasil: histórico, conceitos, problemas*. Revista Administração Pública. Rio de Janeiro, 10 (2):5-29, abril/junho 1976.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MCLAREN, Peter. *Rituais na escola: em direção a uma economia de símbolos e gestos na educação*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. *A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa: imagens da imprensa e do Estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor – SAM (1959-1961)*. Tese de doutorado. Proped/UERJ. Rio de Janeiro, 2006.

NERY, Lucas. *Comissões Parlamentares de Inquérito: evolução histórica e disciplina constitucional*. Revistas UNIFACS, 2013.

NÓVOA, Antônio. *A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português*. In: *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. Organizadoras Denise Bárbara Catani, Maria Helena Câmara Bastos. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: *História das crianças no Brasil*. Organizadora Mary Del Priori. São Paulo: Contexto, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 132p.

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* / Irene Rizzini, Irma Rizzini. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SALES, Willian Santos de; SILVA, Anderson Menezes de. *GÊNERO CHARGE: DO PAPEL AOS BYTES*. Departamento de Letras – UFRN. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/shXVIII/artigos/GT22%GENERO%%CHARGE%20DO%20PAPEL%20AOS%20BYTES.pdf. Acesso em: 02 de janeiro de 2019.

SANTOS, Heloisa Helena M. dos. “O caso da Escola Normal”: no rastro das charges da revista o malho (1914-1915). *Revista Dia-logos*, v. 11, n. 01, jan.-jun. 2017, p. 82-99.

SARLO, Beatriz. *O tempo passado: cultura de memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima. *Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária*. Educar, Curitiba: Editora da EFPR, n. 18, 2001, p. 75-101.

SINDER, Valter. *Configurações da narrativa: Verdade, Literatura e Etnografia*. Tese de doutorado. Departamento de Letras, PUC Rio, 1992.

SILVA, Hélio & MILITO, Cláudia. *Vozes do meio-fio*, Ed. Relume Dumará, 1997.

SIQUEIRA, Patricia Amaral. 1999. *Do inferno à cobiça*. (Dissertação de mestrado). UERJ, Rio de Janeiro.

SOARES, Kátia Maria. *Pelos narradores da solidão: marcas do integralismo nas memórias sobre a educadora Aurélia de Souza Braga (Belford Roxo, 1930-1945)*. Tese de doutorado. Proped/UERJ, 2016.

TATAGIBA, Ana Paula. *Concepções de Educação da Infância na Revista Brasil Jovem (1966-1978)*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.30, p.10-26, junho 2008.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias”. *Revista Projeto História – Ética e História Oral*. Programa de Estudos Pós-graduados em História. São Paulo: EDUC, 1997, pp. 51-84.

TORO, Pablo. *Formar el cuerpo sano y controlar el mal espíritu. Disciplinas del cuerpo y de las emociones juveniles en la educación pública chilena (c. 1813 – c. 1900)*

VAZ, Élide Mattos. *A encenação da educação nas cartas dos leitores*. PUC – RIO . Dissertação de Mestrado, 1998.

VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moares. “Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da Unicamp”. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores associados, 2000, pp. 63-74.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Ed. Livraria Pioneira, 1992.

WERNECK, Hamilton. *Se a boa escola é a que reprova, o bom hospital é o que mata*. DP&A Editora, 1996.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao Paraíso*. São Paulo: Escuta, 1994.

ACERVOS, FONTES E DOCUMENTOS MANUSCRITOS E IMPRESSOS

Acervo do Centro de Memória da FAETEC (CEMEF)

Revista Brasil Jovem

Fotografias e entrevistas

Acervo da E.T.E.República

Prontuários FUNABEM

Acervo do Centro de Memória do Fundamental (CMFR)

Fotografias e entrevistas

Biblioteca Nacional – Hemeroteca

Jornal do Brasil

ANEXO A – Reportagem do Jornal *Última Hora* (16 de março de 1963)

— "O rapaz era valente, mesmo, e não o matel como os jornais disseram, com um simples tiro. Ele espancou o "Fuinha", botou jarras para correr e quando me viu com a arma na mão continuou avançando para mim, dizendo que ia me bater também. Atracou-se comigo. O primeiro disparo que fiz não o atingiu. Mas o segundo, quando já estávamos brigando, feriu-o no peito. Vi que ele ia cair e fugi".

Estas declarações foram feitas ontem pelo menor criminoso Waldir Menezes Matos, o "Manguito", de apenas 15 anos, que abateu o jovem estudante Odílio Costa, neto, em Santa Teresa. "Manguito" foi localizado, na madrugada de ontem, em um ponto qualquer da cidade, pelos repórteres José Carlos Régio e Luiz Pinto, após 72 horas de exaustivas buscas. A equipe de Uli, na manhã do mesmo dia, apresentava e Justiça o jovem assassino. Encaminhado ao Distrito Policial de Santa Teresa e acompanhado com seu companheiro de assalto, "Fuinha", o pivete "Manguito" confirmou inteiramente a história narrada aos repórteres deste jornal.

Na tarde de ontem, o Governador Carlos Lacerda compareceu ao 7.º DP (Santa Teresa) para ver o menino-monstro. Ali, soube que "Manguito" fora encontrado pelos repórteres de Uli. Dirigindo-se ao repórter José Carlos Régio, o chefe do Executivo não pôde evitar o cumprimento ao homem que evitou maiores trabalhos às autoridades, focalizando o criminoso de Odílio, e lhe disse: "Obrigado, muito!"

APRESENTAÇÃO — Após terem descoberto o paradeiro de "Manguito", os repórteres de Uli, há algum de ontem foram apresentados ao juiz Roberto Talavera Bruce, presidente do I Tribunal do Juri. A apresentação deu-se na casa do magistrado. Confirme desejo do menor criminoso, não foi logo entre-

que as autoridades policiais por terem espantadamente. Depois do contato com o Sr. Talavera Bruce, entrevistado, o menor foi encaminhado ao 7.º DP, onde repeliu sua história.

DIA DO CRIME — Perante inúmeros policiais, "Manguito" conta: — "Amanheci com o "chaval" na Kirla quer dizer totalmente sem dinheiro. Tomei um ônibus na Favela do Pinto e saí para Flamengo, em frente à Rua Cordeira Dutra. Ali encontrei o motorista "Luizinho" e lhe disse não ter um níquel. Mas o motorista me respondeu que era difícil "elaborar um ganho", pois estava com o carro só de dia, ficando com o veículo à noite, seu companheiro Raimundo Naldo. Combinamos que esperaríamos por Raimundo e, de fato, ele não demorou a aparecer. Tomei o carro e mandei rumar para a Taberna da Glória. No caminho fui me entendendo com Raimundo e vi logo que ele também era dos bambas. Quando o taxi parou avistei o "Fuinha" e o convidei para uma "ronda". Ele aceitou e lá fomos. Subimos pela Rua Cândido Mendes. Paramos num bar e tomamos "umas e outras". Em Santa Teresa perseguiu-nos um casal de namorados, que fugiu. Vi que estavam muito felizes e deixei. Mas logo aí parou um bonde e saltaram várias pessoas. Me concentrei no casal, cuja moça tinha perna enlaçada. A jovem se distanciou um pouco e foi o bastante para que me desse tempo de dizer ao rapaz: "Eh, meu chapa, isto é um assalto. Vai botando a mão na cabeça se não quiser abalar. Respondeu que não tinha nada para dar, mas vi logo o cordão de ouro e o relógio e mandei que o "Fuinha" começasse a depenar a vitima. Esqueci de dizer no começo que na Taberna da Glória havia encontrado um outro amigo, o Jarras, que me foi muito útil no caso do rapaz, pois, quando o "Fuinha" se ajoelou para meter as mãos

nos bolsos do moço, este o recebeu com uma série de bofetões.

VALENTE — Gritei que o "Fuinha" não temesse o homem, mas foi mesmo que nada. Jarras, mais parado, tentou enfrentá-lo e levou mão na cara também. Ai o rapaz partiu para minha banda, embora tivesse lhe dito de novo que, se me atacasse, ia cair duro. Mas ele não se incomodou, embora a esta altura a moça começasse a fazer barulho. Mandou-me o braço e eu etiquei o primeiro tiro. A bala revalou na pedra e atingiu a bota da moça. Me atraquei com o rapaz e acionei o gatilho de novo. Ele foi perdendo as forças e caiu. Ai tratei de jogar".

APELIDO — O apelido de "Manguito" o menor criminoso disse ter ganho "numa escola de samba, onde era considerado bamba do passo". Depois, a uma pergunta sobre sua passagem pelo SAM, informou que sempre quando pretendia sair dali, para assaltos, contava com a colaboração dos fiscais Irineu e Santoro, aos quais dava de mil a quatro mil cruzeiros. Ao tomar conhecimento do fato, o atual diretor do SAM, Sr. Bartel James iniciou inquérito para apurar a responsabilidade do fato.

MISSA DE 7.º DIA — Com o Mosteiro de São Bento totalmente tomado por populares, jornalistas e altas autoridades dos governos estaduais e federal, entra as quais anotamos os nomes dos Srs. Sete Câmara, Frederico Schmidt, Adolfo Bloch, Pedro Calmon, Gustavo Caparerna, David Nasser, alunos da Faculdade de Filosofia e, uma comissão de escritores do Grupo de Santa Teresa, Dom Timoteo celebrou, manhã de ontem, a missa de 7.º dia, pela alma do jovem estudante **Odílio Costa**, neto, assassinado sábado último. A jovem Irene Lowenstein, namorada de Odílio, estava no primeiro banco da igreja, ao lado dos pais e irmãos.

ANEXO B – Cronologia de Odylo Costa Filho que encontrei na página da ABL

1914 - A 14 de dezembro nasceu Odylo Costa, filho, em São Luís do Maranhão, filho do casal Odylo de Moura Costa e Maria Aurora Alves Costa.
Fez os estudos primários no Colégio do Sagrado Coração de Jesus, em Teresina, Piauí, e o ginásial no Liceu Piauiense na mesma cidade, o que lhe conferiu em toda sua vida dupla afetividade de província, fraternalmente desdobrada entre as duas cidades, a de seu nascimento e a de sua formação.
1929 - Desde cedo , aos quinze anos, revelou-se em Odylo Costa, filho a vocação de jornalista, encontrando seu primeiro abrigo no semanário Cidade Verde, fundado em Teresina.
1930 - Em março, aos dezesseis anos, Maranhão e Piauí ficavam para trás e Odylo Costa ,filho, em companhia dos pais, fixou-se no Rio de Janeiro e ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.
1931 - Em janeiro, pelas mãos de Félix Pacheco, entrou para a redação do Jornal do Commercio, onde permaneceu até 1943. A partir de então, dedicou-se intensamente ao jornalismo, sem, todavia, abandonar a vida literária.
1932 - Publicou Seleta Cristã, coletânea de poemas alheios, pela Livraria Católica.
1933 - Bacharelou-se em Direito. Com o livro inédito Graça Aranha e outros ensaios, publicado no ano seguinte pela Editora Selma, obteve o Prêmio Ramos Paz da Academia Brasileira de Letras.
1934 - Trabalhou como procurador no Conselho Nacional do Trabalho.
1935 - Começou a trabalhar no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários como procurador, ali permanecendo até aposentar-se em 1970.
1936 - Publicou, em colaboração com Henrique Carstens, o Livro de Poemas de 1935 em edição dos autores.
1942 - Casou-se com Maria de Nazareth Pereira da Silva Costa, nascida em Campo Maior, Piauí. Foram padrinhos Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Carlos Drummond de Andrade. Nasceram-lhes nove filhos.
1943 - Deixou o Jornal do Commercio, passando a colaborar durante algum tempo para jornais e revistas, entre eles o Diário de Notícias e a Folha Carioca, com artigos sobre arte e literatura , crônicas e notas políticas.
1945 - Participou da criação da União Democrática Nacional, colaborando desde então estreitamente com Virgílio de Melo Franco.
1947 - Publicou o livro Distrito da Confusão, pela editora da Casa do Estudante do Brasil, coletânea de alguns de seus artigos de jornal escritos durante a ditadura, em que fazia nas entrelinhas - única forma então possível - a crítica do regime vigente.
1948 - Foi fundador e diretor do semanário Políticas e Letras, de Virgílio de Melo Franco.
1949 - Escreveu e teve representada a peça infantil O balão que caiu no mar, inspirada em poema de Manuel Bandeira.
1950 - Foi redator do Diário de Notícias até 1955, tendo dirigido sua seção política.
1952 - Neste ano e no ano seguinte, fez crítica literária no Diário de Notícias e manteve crônicas assinadas diariamente na Tribuna da Imprensa, colaborando também para a Folha de São Paulo.
1954 - Criou e manteve - com Eneida e Heráclio Sales - a seção "Encontro Matinal" no Diário de Notícias. Só deixou essa atividade para, a convite do Presidente Café Filho, ser

sucessivamente - até novembro de 1955 - Secretário de Imprensa da Presidência, Diretor da Rádio Nacional e de A Noite e Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.
1956 - Foi - até 1958 - chefe de redação do Jornal do Brasil, de cujo renascimento participou de forma decisiva, revelando o espírito de renovação e modernidade que sempre marcou sua atuação como jornalista.
1959 - Foi diretor da Tribuna da Imprensa.
1960 - Dirigiu a revista Senhor. Nesse ano foi levado por seus amigos J. J. Marques Filho e Antônio Galotti para trabalhar na COBAST (empresa holding da Light), ali permanecendo até 1965.
1962 - Foi - até 1963 - secretário de O Cruzeiro Internacional e diretor de redação de O Cruzeiro.
1963 - A partir deste ano circunstâncias dolorosas - a perda do filho primogênito, também Odylo, morto por menores abandonados ao defender a namorada - trouxeram-no de volta à prática constante da poesia, que nunca abandonara de todo.
Manuel Bandeira, ao preparar a 2ª edição da sua Antologia dos poetas brasileiros bissextos contemporâneos, leu alguns dos seus poemas, sobretudo os inspirados pela morte do filho ainda adolescente, e colocou-os "...entre os mais belos da poesia de língua portuguesa".
1964 - Dedicou-se à campanha pela revisão do sistema de assistência à criança abandonada, dela em grande parte resultando a extinção do antigo SAM e a criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.
Manteve - até abril de 1965 - um artigo semanal no Jornal do Brasil.
Morreu sua filha Maria Aurora, após 11 anos de deficiência mental profunda.
1965- Estreou na ficção publicando, pela Livraria José Olympio Editora, a novela A Faca e o Rio(depois traduzida para o inglês pelo professor Lawrence Keates e para o alemão por Curt Meyer-Clason).
Viajou para Lisboa como adido cultural à Embaixada Brasileira, função que desempenhou até 1967, além de colaborar em jornais e revistas de Portugal.
1966 - Publicou em Lisboa a edição portuguesa de A Faca e O Rio, acrescida do conto A Invenção da Ilha da Madeira, pela Editora Livros do Brasil.
Animado por Manuel Bandeira, Rachel de Queiroz, e outros amigos, juntou, ainda em Portugal, seus versos sob o título de Tempo de Lisboa e Outros Poemas, publicado pela Livraria Moraes Editora.
1967 - Ao tomar posse na Academia Internacional de Cultura Portuguesa, proferiu discurso de posse de cujo final a Editora Verbo fez edição limitada, sob o título de Retrato Desordenado e Declaração de Amor a Portugal.
Regressando ao Brasil, foi dirigir, em São Paulo, a revista Realidade.
1968 - Assumiu a direção de redação, no Rio de Janeiro, da Editora Abril, de cujo Conselho Editorial participou até sua extinção em 1974.
1969 - Em 20 novembro, foi eleito para a cadeira nº15, da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é Gonçalves Dias e cujo fundador é Olavo Bilac, sucedendo a Guilherme de Almeida.
Manteve colaboração dominical para o Jornal do Comércio, até 1970.
1970 - A 24 de julho, foi recebido na Academia por Peregrino Júnior. A Estúdios Cor publicou, fora do comércio, seu conto História de Seu Tomé meu Pai e minha Mãe Maria. Escreveu o poema do Oratório de Djanira para gravuras da pintora, editados por Júlio Pacello e pela Editora César.

1971 - Publicou, em edição da Livraria José Olympio Editora, o livro de poesia Cantiga Incompleta. Escreveu a introdução do álbum de desenhos da pintora Renée Lefèvre sobre São Luís e Alcântara, publicado pela Cia. Editora Nacional com o título de Maranhão: São Luís e Alcântara. Retornou ao "Encontro Matinal", do Diário de Notícias, escrevendo crônicas dominicais até 1972.
Baseado em seu romance, o cineasta holandês George Sluizer filmou, no Brasil, com atores brasileiros, o filme A Faca e o Rio.
Convidado por José Sarney para seu suplente no Senado Federal, foram eleitos para a legislatura de 1971 a 79.
1972 - Seu livro Cantiga Incompleta foi distinguido com três prêmios nacionais de poesia: o do Pen-Clube do Brasil, o Prêmio Casimiro de Abreu do Estado do Rio de Janeiro e o Prêmio Nacional de Poesia, de Brasília. Sua dedicação à luta pela integração do excepcional fez com que as Sociedades Pestalozzi o escolhessem para presidente de sua Federação Nacional.
Publicou, com ilustrações de sua mulher Nazareth, o livro de poemas para crianças Os Bichos no Céu, pela Editora Artenova.
1973 - Publicou duas novas edições de A Faca e o Rio: a primeira, na Livraria José Olympio Editora, na coleção Sagarana, acrescida de "História de seu Tomé meu Pai e minha Mãe Maria"; a segunda, em adaptação do autor, pelo Mobral, em convênio com a Livraria José Olympio e o Instituto Nacional do Livro, com grande tiragem, para distribuição como primeiro livro de leitura entre seus alunos.
Proferiu numerosas conferências sobre Gonçalves Dias - seu patrono na Academia Brasileira de Letras - por ocasião do sesquicentenário de seu nascimento.
Escreveu uma crônica semanal até 1976 para a Última Hora.
Voltou a trabalhar como assessor da presidência da Light.
1974 - Foi reeleito para o cargo de presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi. Esteve em Lisboa a convite do Instituto de Alta Cultura e da Fundação Calouste Gulbenkian, para palestras. Por ocasião de seu 60º aniversário, a Editora Artenova reuniu, em pequeno volume fora do comércio, suas poesias mais recentes, sob o título de Notícias de Amor.
1976 - Convidado por seu amigo Caio Tácito, então reitor, dirigiu o Departamento Cultural da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
Publicou Notícias de Amor, em edição aumentada, com desenhos de Nazareth Costa, pela Editora Artenova. Eleito uma vez mais presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, não aceitou a reeleição, sendo então escolhido Presidente de Honra.
Durante esses anos, escreveu artigos e crônicas em jornais e revistas, inclusive uma série de entrevistas para a Revista Vogue.
1977 - Voltou a colaborar com crônicas semanais na Última Hora.
Publicou A Vida de Nossa Senhora, poemas nascidos das ilustrações de Nazareth Costa, pela Editora Agir.
1978 - A Vida de Nossa Senhora ganhou o prêmio da Associação dos Críticos de Arte de São Paulo. Trabalhou intensamente em seus projetos literários, de poesia nos livros Anjos em Terra e Boca da Noite, e de contos no livro Histórias da Beira do Rio. Escreveu o livro Maranhão Velho, sobre São Luís e outras cidades, para a Embratur, preparou artigo sobre Rui

Barbosa para a Fundação Casa de Rui Barbosa e começou a organizar seus artigos de jornal, dispersos em quase meio século de vida jornalística, para publicação em coletâneas.
1979 - Viajou para Lima, Santiago do Chile e Buenos Aires fazendo conferências. Em Lima assistiu ao lançamento da edição em espanhol de Los Bichos en el Cielo, traduzido por Abelardo Sánchez León, organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil.
Foi também a São Luís do Maranhão, onde fez conferência para alunos de jornalismo da Universidade Federal, e a Brasília, onde falou em homenagem ao Dia de Camões na Embaixada de Portugal.
Na sessão de 16 de agosto da Academia Brasileira de Letras, o acadêmico Afonso Arinos apresentou à casa, em sua presença, os livros Anjos em Terra e Boca da Noite, cujos originais já entregara aos editores. A 19 de agosto faleceu com 64 anos, de insuficiência cardíaca, no Rio de Janeiro, onde foi enterrado, no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju.
Em outubro o Centro de Estudos Brasileiros, da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, editou a antologia bilingue Un Solo Amor, com poemas por ele selecionados dos livros Cantiga Incompleta e Notícias de Amor.
Em dezembro a Editora Salamandra publicou seu livro póstumo de poesia Boca da Noite.
1980 - Em outubro, Monteiro Soares Editores e Livreiros lançou seu livro de poemas Anjos em Terra, com ilustrações de Nazareth Costa.
1981 - A Editora Record publicou em dezembro Meus meninos, os outros meninos, coletânea de artigos de sobre o menor abandonado e o deficiente, único volume por ele selecionado da série planejada de artigos de jornais.
1983 - Histórias da Beira do Rio, livro de contos que deixara inédito, foi publicado pela Editora Record.
1994 - O Museu da República, em comemoração aos 80 anos de seu nascimento, realizou mesa redonda com a participação de Rachel de Queiroz, Zuenir Ventura, Ziraldo Alves Pinto, Alvaro Pacheco e Marcos Sá Correa e promoveu a exibição do filme João, baseado em seu romance “A faca e o rio”.
1995 – Massao Ohno Editor publicou a segunda edição de Boca da Noite, também em homenagem aos 80 anos de seu nascimento.
2010 – Sua Poesia Completa, com organização e nota introdutória de Virgílio Costa, foi publicada pela Aeroplano Editora e teve em seu lançamento debate com Marcos Vilaça, Alberto da Costa e Silva e Marcio Tavares d’Amaral.

ANEXO C - Texto de Odylo Costa, filho intitulado *Os outros meninos*, publicado na Revista *O Cruzeiro* em 06/04/1963.

Deixem-me dizer-lhes. A todos. À Nação inteira. Tenho hoje uma condição moral que me permite falar. Sou pai do meu filho. Essa autoridade moral é maior do que qualquer prestígio intelectual que os pobres êxitos de uma vida inteira possam me ter dado. Pois um pequeno herói e mártir vale mais do que cem velhos jornalistas.

E eis o que quero dizer.

O que desonra uma Nação não é que um moço de dezoito anos já seja assassinado defendendo sua dignidade humana, seu bem humano, a vida que lhe estava próxima, a menina de quem estava enamorado.

Esse gesto heroico – resistir – tem um sentido e redime uma geração.

Não foi por acaso que um dos seus companheiros, um dos que ele admirava, José Guilherme Merquior, me disse esta palavra de consolo: “Odylinho, símbolo da minha geração.”

Já agora ninguém dirá que essa geração é dos playboys que se dissipam sem amor na inquietação bruta da roleta paulista.

Não. A geração de Odylo Costa, neto, não é a dos que mancham a pureza das virgens, mas dos que a defendem à custa da própria vida.

Essa geração sabe o que vale resistir. Vai resistir. E se a resistência se tornar coletiva e se organizar nos planaltos da vida brasileira, vai salvar a Nação. Vai salvá-la porque vai honrá-la.

Porque o que desonra uma Nação não é que o rapaz de dezoito anos tenha morrido. É que ele morreu nas mãos de um menino, que aos onze anos praticou o primeiro furto e aos quinze se tingiu com o sangue da primeira morte.

E, entre os onze e os quinze, vinte vezes entrou e saiu do SAM, e conheceu todas as delegacias e viu a cara de todos os policiais.

Para acabar com essa vergonha é preciso que essa Nação inteira se levante e se una em defesa da sua própria sobrevivência que é a sobrevivência da sua mocidade.

Estamos brincando com fogo, pensando que a casa dividida pode durar indefinidamente.

Ah, minha gente, faz cento e cinquenta anos que José Bonifácio fundava essa Nação e escrevia: “No Brasil há um luxo grosseiro em contraste com a infinita privação de coisas necessárias.”

Pois, século e meio depois, não conseguimos resolver esse problema da nossa estrutura moral.

Nem mesmo conseguimos organizar a bondade, ou pelo menos organizá-la nas proporções que nos permitissem uma doçura de viver não construída sobre a escravidão do preto ou sobre o sofrimento do próximo.

No plano material, fizemos muito. Fizemos até demais. (...)

Mas em tudo isso esquecíamos o resto. A Nação continua dividida. Negamos o preconceito de cor como se negá-lo bastasse para acabá-lo. E deixamos que o contraste entre a vida da cidade e a vida do campo se agravasse tanto que, meses antes de morrer, Roquette me dizia que esse era o principal problema brasileiro.

Não soubemos unir moralmente a Nação.

E ainda vêm me dizer que é preciso ganhar a guerra contra as favelas (ou contra os bambambãs das favelas) quando o que é preciso é acabar com a guerra. Acabar com os bambambãs das favelas é necessário, é mesmo indispensável, mas será inoperante enquanto não soubermos acabar com a miséria nas favelas.

A morte de Odylo Costa, neto, pôs, de repente, por efeito de seu heroísmo e da sua pureza, pela resistência do anjo, que é uma das facetas do homem, ao demônio, que é a outra face, uma das chagas dessa divisão.

Seu drama é um espelho de três faces.

A primeira pertence ao Eterno. É o mistério do Mal.

O Mal é uma coordenadora da liberdade do Homem. Existirá enquanto o Homem existir até o terrível dia do julgamento.

A segunda pertence ao efêmero. É o problema policial. Isto pode ser resolvido, deve ser resolvido, tem soluções fáceis, orçamentariamente possíveis e tecnicamente conhecidas.

A terceira está na contingência humana e a culpa é dos pais.

Dos pais que não podem ou não sabem olhar pelos seus filhos – e esquecem os alheios, centenas e centenas de milhares, desamparados que podem ser salvos, delinquentes que podem ser recuperados ou, quando irrecuperáveis, devem ser impedidos de fazer mal ao próximo e a si mesmos. E entre esses delinquentes, aí sim, cabe incluir os playboys; mas Deus que tenha piedade do homem que teve a liberdade nas mãos e, por muito rico, não hesitou em dar ao filho o automóvel com que ele rolou de olhos vendados pela rua e foi matar a moça que conversava na calçada. E a humildade não há de ser apenas desse que era rico e se fez monstro, mas do pobre que se cristalizou no ressentimento e no ódio e permitiu que o filho, em vez de se curvar ao destino, buscasse as soluções fáceis do vício e do crime, usando para o mal a liberdade que vem de Deus e recusando a pobreza que Deus partilhou.

Do fundo da minha dor humana, nestes dias que se abateram sobre um homem que sempre pensou mais nos outros do que em si, eu me julgo no direito de, como pai de Odylo Costa, neto, o menino que morreu como homem em defesa da sua hombridade de homem, da sua humanidade de homem, dirigir um apelo aos milhares de filhos da mesma Pátria que pensaram com emoção no sacrifício do meu filho. Demos um sentido a esse sacrifício, fruto de bem humano, a essa pobre semente de sangue humano. Olhemos para os outros meninos. Salvemos os outros meninos.

ANEXO D - Texto de Rachel de Queiroz sobre a FUNABEM, publicado na Revista *O Cruzeiro*, Edição 13, pg 42, 1968

O bem-estar do menor

Ora, afinal não se deve perder a esperança. Por exemplo, quando se vê que a boa semente nasce bem e se espalha: vejo nos jornais que se inaugura no Rio de Janeiro a Fundação Estadual do Menor, nos moldes modelares da Fundação do Menor.

Se havia problema que envergonhasse a gente de ser brasileiros, tal o abismo de incompetência, desídia, desonestidade, ignorância, e puro e simples crime em que se afundava – esse problema era do nosso menor abandonado. Creio que só a história dos navios negreiros pode permitir comparação com a lenda sinistra dos estabelecimentos oficiais para recolhimento e corrigenda de menores, comandados outrora pelo famigerado SAM. No SAM, o mapa de horrores era completo: prisão, promiscuidade, espancamentos, doenças, fome, frio, nudez. Prostituíam-se as meninas tuteladas do governo com a conivência ou por iniciativa de guardas e inspetores; menores internos do SAM eram organizados em quadrilhas de assaltantes: retirados à noite do internato, para matar e roubar, e recambiados pela madrugada, depois de entregues às “autoridades” o dinheiro apurado nos assaltos.

Foi precisamente o escândalo público, o choque, o horror desencadeado pelo assassinato do Odylo Costa Neto, cometido por uma quadrilha de internos do SAM, empresada por homens lá de dentro, que afinal derrubou a infame cidadela. Criou-se nova lei para orientar a assistência ao menor, promoveu-se uma transformação total no que havia; e inventou-se essa “Fundação para o Bem-estar do Menor”, num movimento que tinha entre seus pioneiros Odylo Costa, filho – o pai de Odylinho – e Maria Celeste Flores da Cunha, grande mulher, dedicada aos temas assistenciais da infância. E nessa hora, Deus Nosso Senhor que sempre parecera meio indiferente à sorte dos nossos meninos abandonados inspirou ao Presidente da República a escolha de um homem para dirigir a nova Fundação do Menor. O nome desse homem, muito mais importante para o Brasil do que muito estadista ou guerreiro que anda nas placas das ruas, é *Mário Altenfelder*.

Sim, ele teve apoio do Governo, total apoio do Presidente Castelo Branco. Sim, conta com boa legislação para amparar a sua obra e, mormente, com o instituto de *fundação* que lhe garante recursos próprios fora das oscilações e incertezas dos orçamentos oficiais. Sim, ele teve com que começar – terrenos e prédios construídos por governos anteriores (dentro de planos até suntuários) mas totalmente abandonados, mal usados, deteriorados, alguns quase em ruínas.

O fato é que o dr. Mário Altenfelder pegou essa lei, esses recursos e, acima de tudo, essas crianças – as vítimas já aprisionadas pelo SAM e as outras abandonadas da cidade e fez o que ninguém fizera até hoje no setor de assistência ao menor, no nosso país.

Organizou equipes modelares – ele não é homem que acredite em trabalho individual. Pelo contrário, sua preocupação maior é poder sair sem deixar um vácuo – (o que não sei se será possível). Eliminou nos quadros da Fundação todos os elementos criminosos e anti-sociais que herdara do SAM. Tomou posse de maltratado patrimônio, arrancou as grades, reconstruiu, pintou, lavou, plantou, remodelou – e, no curso dessas operações, obrou um milagre.

Ninguém me contou – eu vi. Fui lá, andei onde quis, falei com quem quis, vi o que quis. E, como eu, pode ir lá todo mundo, para examinar e pasmar. O Presídio de Menores, aquela aberração sanguinária, é hoje uma comunidade tranquila – colégios, oficinas, creches, hospital, um lar para a mãe menor; e ginásio, piscina, jardins, até um cine-teatro!

Mas o que mais impressiona o visitante às instalações da FUNBEM, é a *normalidade* do ambiente. Nenhum paroxismo propagandístico, nada de paternalismo exacerbado, nem

cartazes, nem alto-falantes. Os portões abertos. Ausência de guardas. Meninos e meninas tratando de sua vida, trabalhando, estudando, brincando, ou comendo, conforme a hora. O pavilhão das moças – aquele “Pavilhão Anchieta” de infame memória, tem hoje a aparência de um bom colégio de classe média. As alunas (antigas delinquentes, quase todas, apanhadas na rua) são meninas comuns, de boa saúde, bons dentes (ao chegar passam por um período intensivo de tratamento e recuperação físicos), bem humoradas. Estudam, cozinham, costumam, fazem flores, tem até um salão de beleza onde se cuidam, aprendendo as artes de manicura e cabeleireira. Dão festinhas de Natal, tocam violão, cantam e dançam.

A seção de bebês e garotinhos é a que mais consola a gente. Criancinhas dantes abandonadas, espancadas, recolhidas até em lixeiras; ali a gente vê que se sentem seguras, assistidas e – aí é que está o milagre – amadas! Tem direito até de chorar e fazer manha; de pedir colo; a jovem freira tenta convencê-los a ficar no quadrado, mas acaba “dando um passeio de colo” ao mais chorão e à mais magrinha e calada – um em cada braço.

Na sapataria, os aprendizes fabricam calçados para a casa – mas nada de botinões reiúnos; o mestre explica, sorrindo, que “os meninos são muito vaidosos com os sapatos”, e fazem mocassins, sandálias, que não seriam desenhados pelos moços do Castelinho. E há os tipógrafos, os eletricitistas, os marceneiros, os entalhadores, até escultores-artesãos. Como há os que vão estudar para médicos, engenheiros, advogados.

Meu Deus, vejo que excedo o limite desta página e ainda não contei nada – passaria meses antes de dizer tudo o que vi ali dentro. Só posso resumir contando que, eu (que como brasileiro normal, tinha aquele peso na consciência toda vez que pensava em menor), saí do parque de Quintino com o coração leve, esperançoso. E cito, como ilustração final, a resposta do dr. Altenfelder a alguém que estranhara o portão aberto, sem guarda:

– Mas assim os meninos fogem!

E o dr. Mário, encolhendo os ombros:

– E daí? Não é melhor que fuja *um* em vez de *mil* ficarem presos?

ANEXO E – Autorizações de direitos sobre depoimento oral e imagem



TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS
SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM

CEDENTE: ALDINEIA BANDEIRA DE ANDRADE NASCIMENTO

RG 06399655-7, CPF 459631167-91, tels. (22) 974029485,
residente RUA C. QUADRA 09, LOTE 07 (22) 33246140
BARRIO: RECANTO DOS PARATIS. CASIMIRO DE ANDRADE.

CESSIONÁRIO: Centro de Memória da FAETEC – CEMEF, estabelecido na Rua Clarimundo de Melo, nº 847 – sala 25. Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

OBJETIVO: Entrevista para preservação e divulgação da memória e história das instituições escolares da Rede FAETEC/RJ.

DO USO: Declaro ceder ao CEMEF sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento e/ou imagens de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(à) Patrícia Amaral
Liquera, RG 10341706-9, CPF 035165237-00 na
cidade de Rio de Janeiro, em 27 de abril de 2016, no total de
2 horas gravadas e/ou filmadas.

O CEMEF fica autorizado a utilizar, divulgar e publicar, na forma impressa ou em vídeo, para fins pedagógicos, culturais e/ou científicos, desde a presente data, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2016.

Aldineia B. de Andrade Nascimento
Assinatura do depoente/cedente

Patrícia Amaral Liquera
Assinatura do pesquisador

CENTRO DE MEMÓRIA DA FAETEC
Rua Clarimundo de Melo, nº 847/ sala 25 – CEP: 21311-280 – Tel. 2333-9617
CETEP Quintino - Quintino de Bocaiúva – RJ/RJ
cemef@faetec.rj.gov.br



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio à Escola Técnica

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS
SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM

CEDENTE: MARCIA RITA DE CASSIA GOMES DA SILVA

RG 08823972-4, CPF 729508037-68, tels. 2451-2669,
residente R. Taócto Esmeús, 191 - casa 4 Santo
Relevo, RIO DE JANEIRO - RJ

CESSIONÁRIO: Centro de Memória da FAETEC – CEMEF, estabelecido na Rua Clarimundo de Melo, nº 847 – sala 25. Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

OBJETIVO: Entrevista para Série-Memória Alunos Egressos intitulada “**FAETEC: minha escola, minha história**”.

DO USO: Declaro ceder ao CEMEF sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento e/ou imagens de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(à) Patrícia Amaral Liqueira

Rio de Janeiro, RG 10341706-9, CPF 035165237-00 na cidade de
Rio de Janeiro, em 09 de dezembro de 2015 no total de
3 horas gravadas e/ou filmadas.

O CEMEF fica autorizado a utilizar, divulgar e publicar, na forma impressa ou em vídeo, para fins pedagógicos, culturais e/ou científicos, desde a presente data, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2015.

Assinatura do depoente/cedente

Assinatura do pesquisador

Centro de Memória da Faetec - CEMEF
Rua Clarimundo de Melo, nº 847/ sala 25 – CEP: 21311-280 – Tel. 2333-9617/ 98596-8384
FAETEC Quintino - Quintino de Bocaiúva – RJ/RJ
cemef@faetec.rj.gov.br / eventoscemef@gmail.com

FAETEC



SECRETARIA DE
ESTADO DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS
SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM

CEDENTE: Orquiméa Menezes Botelho

RG 3725.352 IFP, CPF 661.268.517-49, tels. 2445.86.79,
residente Rua Porto Vitória 88 Jacarepaguá

CESSIONÁRIO: Centro de Memória da FAETEC – CEMEF, estabelecido na Rua Clarimundo de Melo, nº 847 – sala 25. Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

OBJETIVO: Entrevista para preservação e divulgação da memória e história das instituições escolares da Rede FAETEC/RJ.

DO USO: Declaro ceder ao CEMEF sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento e/ou imagens de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(à) Patrícia Amaral Siqueira, RG 10341706-9, CPF 035165237-0 na cidade de Rio de Janeiro, em 27 de julho de 2015 no total de 1 hora(s) gravadas e/ou filmadas.

O CEMEF fica autorizado a utilizar, divulgar e publicar, na forma impressa ou em vídeo, para fins pedagógicos, culturais e/ou científicos, desde a presente data, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2015.

Orquiméa Menezes Botelho
Assinatura do deponente/cedente

Patrícia Amaral Siqueira
Assinatura do pesquisador

CENTRO DE MEMÓRIA DA FAETEC
 Rua Clarimundo de Melo, nº 847/ sala 25 – CEP: 21311-280 – Tel. 2333-9617
 CETEP Quintino - Quintino de Bocaiúva – RJ/RJ
 cemef@faetec.rj.gov.br



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio à Escola Técnica

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS
SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM

CEDENTE: Rozalia Avelruz
 RG 08849812-6, CPF 023 547 617-08 tels. 2147-8038 / 96887-9607
 residente Rua Lodowicz, 94

CESSIONÁRIO: Centro de Memória da FAETEC – CEMEF, estabelecido na Rua Clarimundo de Melo, nº 847 – sala 25. Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

OBJETIVO: Entrevista para Série-Memória Alunos Egressos intitulada “**FAETEC: minha escola, minha história**”.

DO USO: Declaro ceder ao CEMEF sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento e/ou imagens de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(à) Patrícia Amaral Liqueira
queira, RG 10341706-9, CPF 035165234-0 na cidade de Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 20 15 no total de _____ horas gravadas e/ou filmadas.

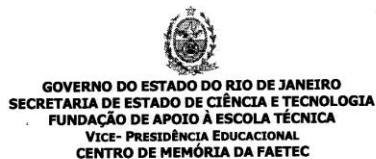
O CEMEF fica autorizado a utilizar, divulgar e publicar, na forma impressa ou em vídeo, para fins pedagógicos, culturais e/ou científicos, desde a presente data, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 20 15.

Rozalia Avelruz
Assinatura do depoente/cedente

Patrícia Amaral Liqueira
Assinatura do pesquisador

Centro de Memória da Faetec - CEMEF
Rua Clarimundo de Melo, nº 847/ sala 25 – CEP: 21311-280 – Tel. 2333-9617/ 98596-8384
FAETEC Quintino - Quintino de Bocaiúva – RJ/RJ
cemef@faetec.rj.gov.br / eventoscemef@gmail.com



TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS
SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM

CEDENTE: Valéria Botucio da Silva

RG 032.065.44-60, CPF _____, tels. (21) 98021-9889,
residente Bom Passo da Patruia n° 70 São Domingos
nitner

CESSIONÁRIO: Centro de Memória da FAETEC – CEMEF, estabelecido na Rua Clarimundo de Melo, nº 847 – sala 25. Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

OBJETIVO: Entrevista para preservação e divulgação da memória e história das instituições escolares da Rede FAETEC/RJ.

DO USO: Declaro ceder ao CEMEF sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento e/ou imagens de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(à) Patrícia Amaral
Liqueira, RG 10341706-9, CPF 035165237-0 na
cidade de Rio de Janeiro, em 03 de setembro de 20 15, no total de
_____ horas gravadas e/ou filmadas.

O CEMEF fica autorizado a utilizar, divulgar e publicar, na forma impressa ou em vídeo, para fins pedagógicos, culturais e/ou científicos, desde a presente data, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Rio de Janeiro 03 de setembro de 20 15

Valéria Botucio da Silva
Assinatura do depoente/cedente

Patrícia Amaral Liqueira
Assinatura do pesquisador

CENTRO DE MEMÓRIA DA FAETEC
Rua Clarimundo de Melo, nº 847/ sala 25 – CEP: 21311-280 – Tel. 2333-9617
CETEP Quintino - Quintino de Bocaiúva – RJ/RJ
cemef@faetec.rj.gov.br



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



ANEXO F – Quadro das Cartas dos leitores do *JB* das décadas de 1960 e 1970

Data	Assunto	Trecho principal	Remetente	Profissão possível
20/03/1962	Crítica ao governador Lacerda	“equivocou-se ou está mal informado”	Eduardo B. James	Diretor do SAM
20/10/1964	Produção artística feita pelos menores abandonados	“Nenhum dos alunos abrigados pelo SAM pertenceu ao grupo de especialistas em assaltos a mão armada.”	João Florêncio Sobrinho	Professor do SAM
11/08/1970	Reportagem do <i>JB</i> publicada em 26/06/1970	“O internato é a solução que, segundo a melhor técnica, deve ser a derradeira.”	Fernando C. M. Abelheira	Presidente da FEBEM
22/08/1970	Agradecimento	“Transmitimos o agradecimento da FEBEM pelo editorial do <i>JB</i> de 14/08/70	Fernando A.	Presidente da FEBEM/RJ
29/07/1971	Reclamação	“Tem-se a impressão que alguém pretende sistematicamente prejudicar e talvez destruir uma obra da revolução de 31 de março	Mário Altenfelder	Presidente da FUNABEM
19/09/1971	Idade penal	“Solicito retificar texto de reportagem publicada.”	Alyrio Cavallieri	Juiz de menores/RJ
28/03/1972	Esclarecimento	“Venho apresentar minhas solicitações pela forma com que foi publicada a entrevista.”	Alyrio Cavallieri	Juiz de menores/RJ
01/04/1972	Golpe da bobina	“Trata-se de desligar a tubulação alimentadora de gasolina, por baixo dos carros, serviço provavelmente feito por menores pivetes, a mando dos bandidos maiores.”	Expedito Aquino Agra	_____
13/09/1972	Despoliciamento	“Fui assaltado em plena Avenida Rio Branco, esquina de São José, por um grupo de quatro pivetes.”	F. Alves de Souza	_____
29/11/1972	Pivetes	“Um bando de 8 a 10 pivetes dos dois sexos atacam as pessoas desprevenidas.”	Carlos de Queiroz	Trabalha em escritório no Centro do Rio.

01/12/1972	Quadrilhas de pivetes	“Urge tomar providências, para responsabilizar mais cedo o homem e fazê-lo colaborar para a sociedade.”	Manoel Pereira	_____
02/12/1972	Menores que são assaltantes	“Aquele menino de 12 anos, vende agora colares; quando tiver 16, venderá assaltos.”	Nicanor de Figueiredo	General-de-divisão R/1
02/12/1972	Apreensão do <i>Jornal do Brasil</i>	“Causo-me, portanto, estranheza a apreensão da edição do <i>Jornal do Brasil</i> , em que era documentada, com fotos, a ação nefasta de tais criminosos-mirins.”	Carlos Q. da Silva	Professor de Matemática
02/12/1972	Crimes cometidos por menores	“A importante reportagem do <i>Jornal do Brasil</i> sob o título <i>Pivete aperfeiçoa técnica de assalto</i> [...] é um brado de alerta a todas as classes.”	Fidélis Martino	_____
06/12/1972	Repressão aos pivetes	“Só no dia seguinte, eu li no nosso <i>Jornal do Brasil</i> que os encarregados da repressão aos pivetes, apreenderam o <i>Jornal do Brasil</i> só porque estampou a fotografia de um dos muitos pivetes.”	Dr. José Pires	_____
07/12/1972	Campanha do <i>JB</i> para por fim aos pivetes que <i>infestam</i> o Rio.	“É preciso que o <i>JB</i> não esmoreça em sua campanha, pois os pivetes envergonham a Cidade Maravilhosa.”	Emanuel Mendes Pereira	_____
10/12/1972	Campanha do <i>JB</i> sobre o menor abandonado	“Há meios e modos para soluções. O que falta é ação.[...] Não creio que o Presidente Médici tenha o exato conhecimento dessas verdades.”	Luis da Silva Pinto	_____
10/12/1972	Abandonados e delinquentes	“Já é tempo dos grandes jornais acabarem com a exploração dos menores abandonados.”	Montenegro Bentes	_____
13/12/1972	O problema do menor abandonado	“A questão em foco é de fundo social, biológico,	Noel Fernandes	_____

		educacional, e, também, de psicologia criminal.”	Machado	
13/12/1972	Solidariedade à Direção do Jornal	“[...] violação sofrida quando da apreensão pelos inimigos da verdade, senhores anacrônicos, de sua vigorosa e cristalina edição sobre o rumoroso caso dos menores desassistidos.”	Paulo Amaral	_____
14/12/1972	Reclamação	“Lamentavelmente por uma questão de sintaxe saiu truncado um pronunciamento nosso [...] a respeito da FUNABEM.”	Jaime Rolemberg	Diretor presidente da CAPEMI
31/03/1973	Assaltos em praças públicas	“Quadrilhas de menores assaltam crianças”	Dalton Lopes de Oliveira	_____
11/06/1973	Pivetes assaltando no centro da cidade	“Os menores andam em passos rápidos, quase correndo, em malta organizada, e usam, na prática dos assaltos, o sistema militar que eles próprios denominam arrastão”.	Paulo Amaral	_____
01/11/1973	O menor de rua	“Venho solicitar-lhe publicar, pela enésima vez, retificação de conceitos da notícia <i>Assaltante Menor age à vontade</i> , inserta em seu jornal do dia 23.”	Alyrio Cavallieri	Juiz de menores/RJ

Elaborado pela autora. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional – *Jornal do Brasil/RJ*

ANEXO G – Tramitação da CPI do Menor na Câmara dos Deputados

Situação: Transformado na Resolução da Câmara dos Deputados 21/1976

Identificação da Proposição

Autor

NELSON MARCHEZAN - ARENA/RS

Ementa

CRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ARTIGO 37 E SEUS PARAGRAFOS DO REGIMENTO INTERNO, UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO, DESTINADA A INVESTIGAR O PROBLEMA DA CRIANÇA E DO MENOR CARENTES DO BRASIL.

Explicação da Ementa

CPI).

Indexação

criação, (CPI), investigação, problema, situação social, criança, criança carente, menor, menor abandonado, adolescente. menor abandonado.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação **Regime de tramitação**
Proposição
Sujeita à
Apreciação do
Plenário

Última Ação Legislativa

Data	Ação
09/06/1976	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) TRANSFORMADO NO PROJETO DE RESOLUÇÃO 81/76.

Tramitação

Data	Andamento
13/05/1975	PLENÁRIO (PLEN) • APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO PELO DEP NELSON MARCHEZAN. DCN1 14 05 75 PAG 2604 COL 02.
06/06/1975	PLENÁRIO (PLEN) • LEITURA E REMESSA DA MATERIA A PUBLICAÇÃO. DCN1 21 05 75 PAG 2999 COL 02.
06/06/1975	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) • DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA CPI: ARENA - EFETIVOS: DEPS JOSE SALLY,

MANOEL DE ALMEIDA, CLEVERSON TEIXEIRA, NELSON MARCHEZAN E INOCENCIO OLIVEIRA. MDB - EFETIVOS: DEPS RUY CODO, JG DE ARAUJO JORGE, CARLOS SANTOS E ANTONIO MORAIS. ARENA - SUPLENTE: DEPS DASO COIMBRA, BENTO GONÇALVES, NEREU GUIDI, BRAGA RAMOS E LYGIA LESSA BASTOS. MDB - SUPLENTE: DEPS NABOR JUNIOR, VINICIUS CANSANÇÃO, JUAREZ BATISTA E GENERVINO FONSECA. DCN1 07 06 75 PAG 3797 COL 03.

16/06/1975

PLENÁRIO (PLEN)

•DISCURSO DO DEP FRANCELINO PEREIRA. DCN1 17 06 75 PAG 4288 COL 02.

17/06/1975

PLENÁRIO (PLEN)

•AVISO DE CONVOCAÇÃO DOS DEPUTADOS MEMBROS DA CPI, PARA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE, DIA 19 06 75, AS 16 E 30 HORAS, NO PLENARIO DA CTLS DA CAMARA DOS DEPUTADOS DCN1 18 06 75 PAG 4402 COL 03.

19/06/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•PRIMEIRA REUNIÃO PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE: VOTARAM NOVE DEPUTADOS. PARA PRESIDENTE: DEP CARLOS SANTOS, 08 VOTOS; EM BRANCO, 01 VOTO. PARA VICE-PRESIDENTE: DEP RUY CODO, 09 VOTOS.

25/06/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•SEGUNDA REUNIÃO: SUBSTITUIÇÃO DO DEP JOSE SALLY PELO DEP ALCIDES FRANCISCATO, COMO MEMBRO EFETIVO DA CPI. REQUERIMENTO DO DEP ALCIDES FRANCISCATO, PARA A IDA DA CPI A CIDADE DE BAURU, SÃO PAULO. O RELATOR, DEP MANOEL DE ALMEIDA, PROCEDEU A LEITURA DA INTRODUÇÃO E DO ESBOÇO DO ROTEIRO DA CPI CONVOCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO PARA O DIA 26 06 75. DCN1 15 08 75 PAG 5852 COL 03.

26/06/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•TERCEIRA REUNIÃO: ULTIMA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ROTEIRO DOS TRABALHOS. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MATERIA EM DUAS ETAPAS: PRIMEIRO A DO ROTEIRO E EM SEGUIDA A DO QUESTIONARIO DE PESQUISA. APROVAÇÃO DA MATERIA DA PAUTA. DCN1 15 08 75 PAG 5853 COL 01.

05/08/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•QUARTA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO PROFESSOR AFRO DO AMARAL FONTOURA. DCN1 15 08 75 PAG 5853 COL 02.

07/08/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•QUINTA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR JOSE FRANCISCO SANCHOTENE FELICE, PRESIDENTE DA FEBEM - RS. DCN1 15 08 75 PAG 5853 COL 03.

12/08/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•SEXTA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR MARIO DE MORAIS ALTENFELDER DA SILVA, SECRETARIO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE SÃO PAULO. DCN1 13 09 75 PAG 7362 COL 01.

13/08/1975

Comissão de Educação e de Cultura (CEC)

•O DEP FLEXA RIBEIRO CONVIDA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA A PARTICIPAREM DAS ATIVIDADES DA CPI DEVIDO A ESTREITA LIGAÇÃO ENTRE O PROBLEMA DO MENOR E A PROBLEMATICA EDUCACIONAL.

14/08/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•SETIMA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO MAJOR MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, SECRETARIO DE ESTADO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO GDF. DCN1 13 09 75 PAG 7362 COL 01.

19/08/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•OITAVA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR FAWLER DE MELO, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. DCN1 13 09 75 PAG 7362 COL 02.

21/08/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•NOVA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO FREI ANTONIO KERGINALDO MEMORIA, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DO MENOR DO CEARA. DCN1 13 09 75 PAG 7362 COL 02.

26/08/1975

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

•DECIMA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO PROFESSOR LUIZ GONZAGA TEIXEIRA, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DO MENOR DE BELO - HORIZONTE, MG. DCN1 13 09 75 PAG 7362 COL 03.

- 28/08/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •DECIMA-PRIMEIRA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. NEWTON SERGIO RIBEIRO GREIN, DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO DE ASSISTENCIA AO MENOR DO PARANA. DCN1 13 09 75 PAG 7363 COL 01. DCN1 18 10 75 PAG 9035 COL 01.
- 02/09/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •DECIMA-SEGUNDA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. ALTAIR COSTA E SOUZA, JUIZ DE MENORES DE CURITIBA, PARANA.
- 04/09/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •DECIMA-TERCEIRA REUNIÃO: DEPOIMENTO DOS DRS. SAMUEL PFROM NETTO E OSWALDO SANGIORGI, TECNICOS DA TV CULTURA DE SÃO PAULO. DCN1 18 10 75 PAG 9035 COL 02.
- 09/09/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •DECIMA-QUARTA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR MAURICIO SIROTSKY, PRESIDENTE DA REDE SUL BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES E DE DONA YONE PACHECO SIROTSKY, COLABORADORA VOLUNTARIA DE SERVIÇO SOCIAL. DCN1 18 10 75 PAG 9035 COL 03.
- 11/09/1975 PLENÁRIO (PLEN)**
 •DISCURSO DO DEP ANTONIO BRESOLIN SOBRE O ASSUNTO. DCN1 12 09 75 PAG 7243 COL 03.
- 16/09/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •DECIMA-QUINTA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. JOÃO GUILHERME DE PONTES, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DO MENOR DE PERNAMBUCO. DCN1 18 10 75 PAG 9035 COL 03.
- 18/09/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •DECIMA-SEXTA REUNIÃO: DEPOIMENTO DA DRA. IRNA MARILIA KADEN, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MENOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DCN1 18 10 75 PAG 9036 COL 01.
- 23/09/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •DECIMA-SETIMA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR JOÃO JORGE SAAD, DIRETOR-PRESIDENTE DA RADIO E TV BANDEIRANTES DE SÃO PAULO. DCN1 18 10 75 PAG 9036 COL 01.
- 24/09/1975 PLENÁRIO (PLEN)**
 •DISCURSO DO DEP HILDERICO OLIVEIRA SOBRE O ASSUNTO. DCN1 25 09 75 PAG 7841 COL 02.
- 25/09/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •DECIMA-OITAVA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO SR. DIVALDO PEREIRA FRANCO, PRESIDENTE DA ENTIDADE FILANTROPICA MANSÃO DO CAMINHO DE SALVADOR, BAHIA. DCN1 18 10 75 PAG 9036 COL 02.
- 02/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •DECIMA-NONA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. FABIO DE ARAUJO MOTTA, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS E DIRETOR DO SESI DE MINAS GERAIS. DCN1 18 10 75 PAG 9036 COL 03.
- 07/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA-REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. JOSE MANOEL COELHO, JUIZ DE MENORES DO DISTRITO FEDERAL. DCN1 18 10 75 PAG 9036 COL 03.
- 09/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA-PRIMEIRA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. NELSON LOPES RIBEIRO LIMA, JUIZ DE MENORES DE RECIFE. DCN1 29 11 75 PAG 11266 COL 01.
- 14/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA - SEGUNDA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. MARIO SALVADOR, MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DO BEM-ESTAR DO MENOR DE UBERABA, MINAS GERAIS. DCN1 29 11 75 PAG 11266 COL 02.
- 16/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA-TERCEIRA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. JOSE BARRETO DE CARVALHO, JUIZ DE MENORES DE FORTALEZA. DCN1 29 11 75 PAG 11266 COL 02.
- 21/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA-QUARTA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO SENADOR JOÃO DE MEDEIROS CALMON. DCN1 29 11 75 PAG 11266 COL 03.

- 22/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA-QUINTA REUNIÃO: DEPOIMENTO DA DRA. MAVY D'ACHE ASSUMPÇÃO HARMON, VICE-PRESIDENTE DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. DCN1 29 11 75 PAG 11266 COL 03.
- 23/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA-SEXTA REUNIÃO: DEPOIMENTO DA PROFESSORA ANA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA, DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DCN1 29 11 75 PAG 11267 COL 01.
- 28/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA-SETIMA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. KARLOS RISCHBIETER, PRESIDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL. DCN1 29 11 75 PAG 11267 COL 01.
- 29/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA-OITAVA REUNIÃO: DEPOIMENTO DA DRA. LEOPOLDINA SARAIVA, SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. DCN1 29 11 75 PAG 11267 COL 02.
- 30/10/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •VIGESIMA-NONA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. REINHOLD STEPHANES, PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - INPS. DCN1 29 11 75 PAG 11267 COL 02.
- 31/10/1975 PLENÁRIO (PLEN)**
 •DISCURSO DO DEP NOSSER ALMEIDA SOBRE O ASSUNTO. DCN1 01 11 75 PAG 3163 COL 01.
- 04/11/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •TRIGESIMA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. ALYSSON PAULINELLI, MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA. DCN1 29 11 75 PAG 11267 COL 03.
- 06/11/1975 PLENÁRIO (PLEN)**
 •APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO DO DEP CARLOS SANTOS, PRESIDENTE DA CPI, SOLICITANDO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO, POR 60 DIAS, A PARTIR DE 17 11 75 (PARAGRAFO QUARTO DO ART 37 DO REGIMENTO INTERNO). DCN1 07 11 75 PAG 10090 COL 03.
- 12/11/1975 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •TRIGESIMA-PRIMEIRA REUNIÃO: DEPOIMENTO DO DR. ELCIO COSTA COUTO, SECRETARIO-GERAL DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA. DCN1 29 11 75 PAG 11268 COL 01.
- 21/11/1975 PLENÁRIO (PLEN)**
 •DISCURSO DO DEP SIQUEIRA CAMPOS SOBRE O ASSUNTO. DCN1 22 11 75 PAG 3598 COL 02.
- 01/04/1976 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •TRIGESIMA-SEGUNDA REUNIÃO: APRESENTAÇÃO DO RELATORIO. DCN1 24 04 76 PAG 2696 COL 02.
- 06/04/1976 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**
 •TRIGESIMA-TERCEIRA REUNIÃO: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATORIO E DAS CONCLUSÕES DA CPI. DCN1 24 04 76 PAG 2697 COL 01.
- 18/05/1976 PLENÁRIO (PLEN)**
 •DISCURSO DO DEP ADHEMAR GHISI. DCN1 19 05 76 PAG 3968 COL 01.
- 24/05/1976 PLENÁRIO (PLEN)**
 •DISCURSO DO DEP JG DE ARAUJO JORGE. DCN1 25 05 76 PAG 4270 COL 02.
- 25/05/1976 PLENÁRIO (PLEN)**
 •DISCURSO DO DEP PEIXOTO FILHO. DCN1 26 05 76 PAG 4351 COL 02.
- 09/06/1976 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
 •TRANSFORMADO NO PROJETO DE RESOLUÇÃO 81/76.
- 03/08/1976 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**

• VIDE PRC 81/76. TRANSFORMADO NA RESOLUÇÃO 21 DE 23 06 76.

03/08/1976

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

• ENCAMINHAMENTO A PRESIDENCIA DA REPUBLICA DO RELATORIO E CONCLUSÕES DA CPI, PELA MENSAGEM 8/76, DE 03 08 76. DCN1 17 08 76 PAG 7456 COL 01.

07/09/1976

PLENÁRIO (PLEN)

• DISCURSO DO DEP CARLOS SANTOS. DCN1 08 09 76 PAG 8609 COL 01.

ANEXO H – Membros e depoentes da CPI do Menor

DEPOENTES

Professor Afro do Amaral Fontoura – Sociólogo – RJ

Dr. José Francisco Sachotene Felice – Presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor – RS

Dr. Mário Altenfelder – Secretário da Promoção Social de São Paulo- SP

Major Marival Pereira Tapioca – Secretário de Serviços Sociais – DF

Dr. Fawler de Melo – Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor- RJ

Frei Antônio Kerginlando Memória – Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – RJ

Dr. Luiz Gonzaga Teixeira – Presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor- MG

Dr. Newton Sérgio Ribeiro Grein – Diretor-Geral do Instituto de Assistência ao Menor – PR

Dr. Altair Costa e Sousa – MM. Juiz de Menores – PR

Professor Samuel Pfromm Neto – Diretor da Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo

Professor Osvaldo Sangiorgio – Matemático – SP

Dr. Mauricio Sirotsky Sobrinho – Presidente da Rede Sul de Comunicações – RS

Dra. Ioni Pacheco Sirotsky – Presidente do Movimento Gaúcho do Menor – RS

Dr. João Guilherme de Pontes – Presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – RJ

Dr. João Jorge Saad – Diretor-Presidente da Rádio e TV – Bandeirante de São Paulo – SP

Dr. Divaldo Pereira Franco – Presidente da Entidade Filantrópica Mansão do Caminho – BA

Dr. Fábio de Araújo Mota – Diretor do SESI e do SENAI – MG

Dr. José Manoel Coelho – MM. Juiz de Menores – DF

Dr. Nelson Lopes Ribeiro Lima - MM. Juiz de Menores – PE

Dr. Mário Salvador – Membro do Conselho Municipal do Bem-Estar do Menor de Uberaba – MG

Dr. José Barreto de Carvalho – MM. Juiz de Menores – CE

Senador João de Medeiros Calmon – DF

Dra. May D´Aché Assumpção Harmon – Vice-Presidente da Cruz Vermelha Brasileira – RJ

Professora Ana Bernardes da Silveira Rocha – Diretora do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura – DF

Dr. Karlos Rischbieter – Presidente da Caixa Econômica Federal - DF

Dra. Leopoldina Saraiva – Secretário da Promoção Social da Prefeitura de São Paulo – SP

Dr. Reinhold Stephanes – Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social – DF

Dr. Alysson Paulinelli – Ministro da Agricultura – DF

Dr. Élcio Costa Couto – Secretário-Geral da Secretaria-Geral de Planejamento da Presidência da República

MEMBROS

Presidente – Deputado Carlos Santos

Vice – Presidente – Deputado Ruy Côdo

Relator – Deputado Manoel de Almeida

Relator – Substituto – Deputada Lygia Lessa Bastos

Titulares - ARENA

Deputado Alcides Franciscato

Deputado Cleverson Teixeira

Deputado Inocêncio de Oliveira

Deputado Nelson Marchezan

Titulares – MDB

Deputado JG de Araújo Jorge

Deputado Antônio Moraes

Suplentes - ARENA

Deputado Bento Gonçalves

Deputado Braga Ramos

Deputado Daso Coimbra

Deputado Nereu Guidi

Suplentes - MDB

Deputado Genervino Fonseca

Deputado Juarez Batista

Deputado Nabor Junior

Deputado Vinicius Cansanção

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO

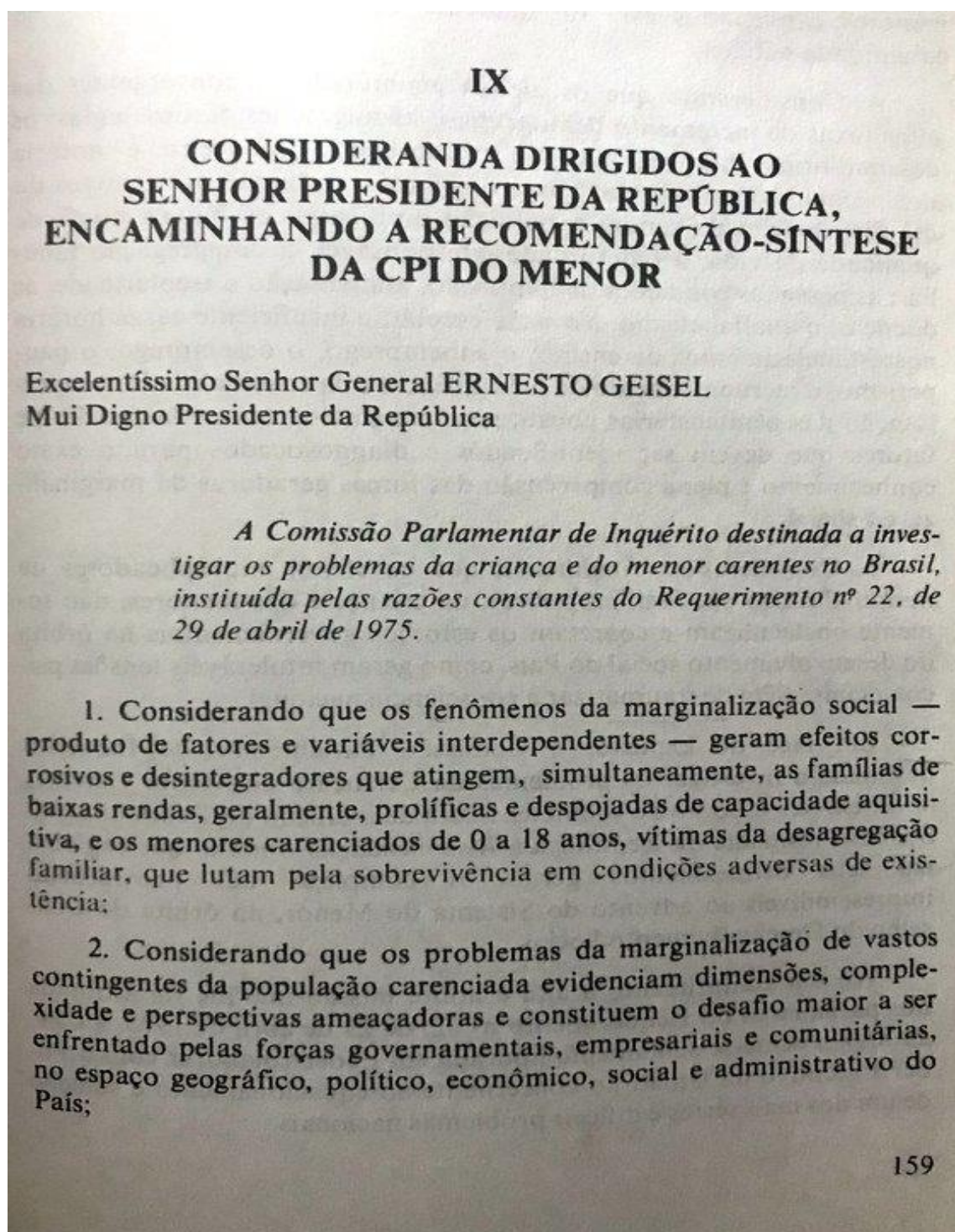
Dr. José Maria dos Santos Araújo Cavalcanti – Técnico de Administração, Advogado e Economista – DF

Dra. Iná Roland de Araújo – Advogada e Educadora – DF

Dr. Raimundo de Menezes Vieira – Técnico de Administração e Contador – DF

Dr. Waldemar Villas Boas Filho – Matemático – DF
Recomendação-síntese da CPI do menor

ANEXO I – Recomendação-síntese da CPI do Menor



Fonte: *A realidade brasileira do menor* – Câmara dos Deputados – 1976

3. Considerando que nas áreas deterioradas das regiões metropolitanas e zonas urbanas congestionadas o processo marginalizante vem-se agravando, num ritmo potencialmente explosivo, revelando os indicadores sociais que a problemática das famílias, das crianças e dos menores carenciados está rapidamente evoluindo para situação de calamidade pública;

4. Considerando que os efeitos acumulados e convergentes das altas taxas de incremento demográfico; as migrações desordenadas; os desequilíbrios inter-regionais; a precariedade financeira e notória incapacidade operativa dos Governos locais; os impactos negativos da má distribuição da renda; a poluição ambiental; os baixos níveis de qualidade da vida; a paternidade irresponsável; a desagregação familiar; as péssimas condições de habitação, alimentação e escolaridade; as doenças; o analfabetismo; a evasão escolar; a insuficiente carga horária nos estabelecimentos de ensino; o subemprego, o desemprego, o pauperismo; o recrudescimento da delinquência e da criminalidade; a superlotação das penitenciárias constituem, em síntese, uma constelação de fatores que devem ser identificados e diagnosticados para o exato conhecimento e plena compreensão das forças geradoras da marginalização social;

5. Considerando, finalmente, que os efeitos multiplicadores da marginalização das famílias pobres, da criança e dos menores, não somente obstaculizam e coarctam os esforços governamentais na órbita do desenvolvimento social do País, como geram intoleráveis tensões psicossociais, além de traumatizar a consciência nacional.

Em face do exposto, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os problemas da Criança e do Menor Carentes no Brasil tem a honra de submeter à alta deliberação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a *Recomendação-Síntese* que engloba, em seus delineamentos gerais, o complexo das providências imprescindíveis ao advento do Sistema do Menor, na órbita do Conselho do Desenvolvimento Social.

Ao dar cumprimento à alta e nobre missão que lhe foi atribuída nos parâmetros do Requerimento nº 22, de 29 de abril de 1975, a *CPI do Menor* sente-se sumamente honrada em poder colaborar com o Poder Executivo da União no concernente ao equacionamento e solução de um dos mais sérios e difíceis problemas nacionais.

Nesta oportunidade, ao encaminhar a colaboração que lhe foi possível elaborar, a *CPI do Menor* reitera a Vossa Excelência, Senhor Presidente, as expressões do seu mais profundo respeito.

Presidente — Deputado Carlos Santos — MDB
 Vice-Presidente — Deputado Ruy Côdo — MDB
 Relator — Deputado Manoel de Almeida — ARENA
 Relator-Substituto — Deputado Lygia Lessa Bastos — ARENA
 Titulares — Deputado Alcides Franciscato — ARENA
 Deputado Cleverson Teixeira — ARENA
 Deputado Inocêncio Oliveira — ARENA
 Deputado Nelson Marchezan — ARENA
 Deputado J G de Araújo Jorge — MDB
 Deputado Antônio Morais — MDB
 Suplentes — Deputado Daso Coimbra — ARENA
 Deputado Bento Gonçalves — ARENA
 Deputado Braga Ramos — ARENA
 Deputado Nereu Guidi — ARENA
 Deputado Nabor Junior — MDB
 Deputado Vinícius Cansanção — MDB
 Deputado Juarez Batista — MDB
 Deputado Genervino Fonseca — MDB

Brasília, em de de 1976

ANEXO J – Sumário do livro O ‘Menor – problema social’ no Brasil e a ação da FUNABEM

S U M Á R I O

PREFÁCIO	3
INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I — A MARGINALIZAÇÃO DO MENOR NO BRASIL	
1. Dimensão Nacional	7
1.1 quantificação do problema	7
1.1.1 situação em relação à força-de-trabalho	8
1.1.2 situação em relação à renda	9
1.1.3 situação da população residente nas regiões metropolitanas	10
1.2 o II PND reconhece a situação de carências	12
2. Grupos Sociais Marginalizados	14
2.1 características comuns	14
2.2 característica específica	15
3. Grupos Sociais Marginalizados-Marginalizantes	15
4. A Marginalização do Menor	16
CAPÍTULO II — TIPOLOGIA DO MENOR DESASSISTIDO, NO BRASIL	
5. O “Menor-Problema Social”	17
5.1 variáveis presentes no processo de marginalização social	17
5.2 agrupação das variáveis em tipos-padrão de menor em processo de marginalização social	19
6. Entendimento do fenômeno da marginalização social do menor	20
6.1 integração social às avessas	20
6.2 representação gráfica do fenômeno	20
6.3 conteúdo da expressão “menor-desassistido”	21
CAPÍTULO III — A POLÍTICA NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR	
7. Amplitude da política em favor do menor, na sociedade contemporânea	22
8. Inclusão da política em favor do menor nos planos globais de desenvolvimento	24

8.1 razões demográficas	24
8.2 razões biológicas	26
8.3 razões sociais	27
8.4 razões econômicas	28
9. A Política Nacional do Bem-estar do Menor e a FUNABEM	29
9.1 diretrizes da política nacional do bem-estar do menor	29
9.2 a nova ordenação reclamada pelo desenvolvimento social	30
9.3 prioridades decorrentes das diretrizes da política nacional do bem-estar do menor	31
CAPITULO IV — A AÇÃO DA FUNABEM	
10. Os artigos 5.º e 7.º da Lei n.º 4.513/64	35
11. Formas de Atuação	37
11.1 linha terapêutica	38
11.1.1 centro-piloto	38
11.1.2 modelos de ações externas executadas pelo centro-piloto	42
11.1.3 limitação quantitativa da linha terapêutica	44
11.2 linha preventiva	45
11.2.1 desenvolvimento dos projetos	46
11.2.2 órgãos estaduais convenientes com a FUNABEM, na linha preventiva	47
11.2.3 projetos que servem de base para a irradiação de programas preventivos a partir do efeito demonstrativo	47
11.2.4 centros sociais	47
11.3 convênios para a execução de planos globais de bem-estar do menor	51
11.4 centro de estudos e desenvolvimento de pessoal	54
CAPITULO V — CONCLUSÕES	
12. Condições para o desenvolvimento e a implantação da política do bem-estar do menor	56
13. Desdobramento gradual da política do bem-estar do menor	58
14. Estratégia de promoção da política nacional do bem-estar do menor, em termos prospectivos	59
PERORAÇÃO	61
BIBLIOGRAFIA	63
ANEXOS	
I — Quadro 01 Distribuição da população total por faixas etárias	67
02 Distribuição das pessoas de 10 a 19 anos, por Estado, segundo a condição de alfabetização	68

03	População de 10 anos e mais, discriminada por sua situação na Força-de-Trabalho, segundo áreas de residência	69
04	População de 10 a 19 anos, discriminada por sua situação na Força-de-Trabalho, segundo grupos etários	70
05	População de 10 a 19 anos, discriminada por áreas de residência e situação na Força-de-Trabalho, segundo grupos etários	71
06	População "ocupada" discriminada por grupos etários, segundo tipos de atividade	72
07	População de 10 a 19 anos fora da Força-de-Trabalho, discriminada por áreas de residência e situação ocupacional, segundo grupos etários	73
08	Distribuição percentual da população economicamente ativa, segundo salários mensais recebidos	74
09	Pessoas "empregadas", discriminadas por grupos de salário mensal (salário-mínimo) recebido, segundo o tipo de remuneração	75
10	Distribuição das famílias discriminadas por região metropolitana, segundo sua participação na renda	76
11	Distribuição das pessoas discriminadas por região metropolitana, segundo a participação na renda	77
12	Distribuição das pessoas de 0 a 18 anos, discriminadas por região metropolitana, segundo a participação na renda familiar	78
13	Rendimentos recebidos por pessoa, discriminados por região metropolitana, segundo grupos de renda familiar	79
14	Distribuição das famílias e das pessoas de 0 a 18 anos, discriminadas por região metropolitana, segundo a participação na renda familiar	80
II — Quadro 15	Classificação segundo grupos de categorias sociológicas dos componentes do grupo social marginalizante, conforme os registros das Casas de Permanência e Triagem da FUNABEM, de 1964 a 1974	83
	Modelo teórico de entendimento da marginalização passiva e ativa dos grupos sociais marginalizados e marginalizantes, relativamente ao "menor-problema social"	85
17	Primeira agrupação das variáveis que caracterizam os momentos do processo de marginalização, segundo aspectos e grupos (população das Unidades de Permanência e Triagem da FUNABEM, de 1964 a 1974)	87
18	Tipo "PRÉ-MARGINALIZADO" — Segunda agrupação das variáveis que caracterizam, conforme conjuntos, os momentos ou fases do processo de marginalização, de acordo com os regis-	

	tros das Casas de Permanência e Triagem da FUNABEM, de 1964 a 1974	89
	19 Tipo "ACESSO" — Segunda agrupação das variáveis que caracterizam, conforme conjuntos, os momentos ou fases do processo de marginalização, de acordo com os registros das Casas de Permanência e Triagem da FUNABEM, de 1964 a 1974	91
	20 Tipo "INTERMEDIÁRIO" — Segunda agrupação das variáveis que caracterizam, conforme conjuntos, os momentos ou fases do processo de marginalização, de acordo com os registros das Casas de Permanência e Triagem da FUNABEM, de 1964 a 1974	93
	21 Tipo "FINAL" — Segunda agrupação das variáveis que caracterizam, conforme conjuntos, os momentos ou fases do processo de marginalização, de acordo com os registros das Casas de Permanência e Triagem da FUNABEM, de 1964 a 1974	97
	22 Processo de Marginalização do Menor (representação gráfica)	103
III — Quadro	23 Mapa demonstrativo da irradiação dos programas através dos municípios-polos — Exemplificação — Área Sul	107
	24 Órgãos Estaduais convenientes com a FUNABEM, na linha preventiva	108
	25 Municípios — Sede de Projetos — Projeção até 1977	110
	26 Quadro demonstrativo dos projetos que servem de base para a irradiação de programas preventivos a partir do efeito demonstrativo	111
	27 Centros sociais mantidos através de convênios entre a FUNABEM e os Estados	114
	28 Projetos desenvolvidos pelo programa de estágio sobre atendimento ao menor, através de convênios entre a FUNABEM e órgãos estaduais ou municipais	114
	29 Programa de pagamento de "per capita" a instituições particulares nas Unidades da Federação	117
	30 Promoção nacional da política nacional de bem-estar do menor pela FUNABEM	119
	31 Menores atendidos pelos órgãos estaduais de atenção a menores, segundo o tipo de unidade — 1971/1973	121
	O MENOR ABANDONADO E A SOCIEDADE, Dom Eugênio de Araújo Sales	123
	APÊNDICES :	
	Criação da FUNABEM — Exposição de Motivos do Anteprojeto de Lei ..	127
IV	Lei 4.513 — Institui a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor	133